



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O SOCORRO ÀS VÍTIMAS DO TERRAMOTO DE LISBOA (1755)

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de doutor em Enfermagem
na especialidade de História e Filosofia de Enfermagem

por

Maria Amélia Dias Ferreira

Instituto de Ciências da Saúde

Fevereiro de 2016



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O SOCORRO ÀS VÍTIMAS DO TERRAMOTO DE LISBOA (1755)

Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Enfermagem
na especialidade de História e Filosofia de Enfermagem

Por Maria Amélia Dias Ferreira

Sob orientação de:

Prof^a Doutora Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Prof^a Doutora Amélia Maria da Fonseca Simões Figueiredo

Instituto de Ciências da Saúde

Fevereiro de 2016

UM GESTO DE GRATIDÃO E RECONHECIMENTO

O valor das coisas não está no tempo que elas duram mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.

Fernando Pessoa

No começo, o caminho imagina-se inesquecível, longo e intenso mas nunca solitário, ou ausente de sentido.

No entanto, mais que imaginado, foi assim vivido. E ainda, também o foi, muitas vezes, solitário e ausente de sentido. Ao chegar ao final, ou muito perto dele, já sabemos com clareza que sem as pessoas que compartilharam connosco esse mesmo caminho, poderia ter sido esse o descritivo. Mas, na realidade, foi mais curto, mais rico, mais compartilhado e fez todo o sentido. E é pelas pessoas que entraram neste projecto de sonho, incomparáveis nos detalhes e fortes nas vontades que expressamos o nosso louvor, apreço e sincero agradecimento.

À Professora Alexandra Esteves, que com a sua disponibilidade e força constantes nos estimulou a conseguir este projeto. Foram a sua confiança nas nossas capacidades, a sua presença nos momentos chave e a sua amizade e carisma neste percurso que nos permitiram a energia necessária para suavizar as dificuldades inerentes ao trabalho.

À Professora Margarida Vieira pelo incentivo, quer para trabalhar numa área completamente nova no método, quer para argumentá-la com paixão. Aliando o seu rigor e exigência a úteis conselhos, consideramos que mais que um modelo profissional é uma referência de valores pelos quais vale a pena batalhar.

À Professora Amélia Figueiredo, agradecemos a generosidade e o apoio. A acutilância e a perspicácia nas suas observações deram ao trabalho um outro expoente de desenvolvimento.

À Universidade Católica Portuguesa pela oportunidade da realização do Doutoramento em Enfermagem.

À Unidade Local de Saúde de Matosinhos por agilizar os processos que fizeram com que este trabalho de investigação decorresse com naturalidade.

A todos os colegas, amigos e familiares que de uma forma ou de outra, carregaram um pouco do peso desta tarefa que nos propusemos.

Ao meu marido, pelo estímulo constante, o apoio permanente, a compreensão impossível e a generosidade de atitude. O que representa para nós torna qualquer agradecimento insuficiente para a grandeza da sua alma.

Ao meu marido J. T.

O SOCORRO ÀS VÍTIMAS DO TERRAMOTO DE LISBOA (1755)

RESUMO

O estudo realizado surge com o intuito de conhecer o socorro prestado às vítimas do terramoto que assolou Lisboa no primeiro dia de novembro de 1755. Este evento catastrófico teve efeitos devastadores, com elevadas perdas humanas e materiais. Com o terramoto, não só a terra tremeu mas também o quotidiano, a economia, a política, as relações sociais, os valores, as crenças e até mesmo a atitude face à morte ou à religião. Os seus impactos foram profundos e diversificados, locais e internacionais, imediatos ou prolongados no tempo.

Para o atual estudo foi utilizada uma metodologia histórica, onde se perspetivou uma relação com um conjunto de factos que tiveram lugar antes, durante e depois da catástrofe e que nos permitiram recuperar um conjunto de conhecimentos para acrescentar ao quadro da história do socorro em Portugal.

Considerando a investigação um processo sistemático e racional de construção do conhecimento, podemos afirmar que a investigação que efetuámos foi a pesquisa de alicerces que ajudaram a suportar a história atual no que respeita ao socorro em situações de exceção, ajudando na construção de bases sólidas para o futuro.

A destruição causada pelo terramoto de 1755 e a necessidade de dar apoio aos grupos de pessoas carenciadas provocou em Lisboa a maior confusão e desordem observadas até então. A pronta intervenção das autoridades reprimindo impiedosamente os saques, o apoio às populações desamparadas, a atitude perante milhares de mortos, a implementação de medidas de saneamento mais urgentes e a conceção e reconstrução da nova cidade de Lisboa, fizeram emergir uma visão criadora a partir do caos instalado e da extensão apocalíptica da calamidade.

Uma das dimensões mais interessantes do fenómeno foi a reação do Estado e a forma como chamou a si a responsabilidade para resolver os problemas, como se organizou para dar uma resposta concertada, pronta e alargada às consequências do terramoto. A atuação dos governantes da época, na circunstância em estado de emergência, desenvolveu métodos de planificação e controlo da tragédia, com uma perspetiva de futuro e de reconstrução baseada numa visão secularizada de gestão dos negócios públicos. Daí a rapidez com que foi montado um “gabinete de crise” por iniciativa do monarca D. José I mas em cuja direção Pombal se distinguiu. Pode dizer-se que em 1755 se deu início a uma nova forma de gestão das catástrofes no que diz respeito aos procedimentos de auxílio prestados às populações logo após a ocorrência.

THE HELP TO THE VICTIMS OF LISBON EARTHQUAKE (1755)

ABSTRACT

The conducted study appears in order to meet the rescue of the victims of the earthquake that hit Lisbon on the first day of November 1755. This catastrophic event had devastating effects, with high human and material losses. With the earthquake not only did the earth shook, but also the everyday life, the economy, politics, social relations, values, beliefs and also the attitude towards death or religion. Their impacts were profound and diversified, local and international, immediate or extended in time.

For the current study we used a historical methodology, which envisioned a relationship with a set of facts that took place before, during and after the disaster and that allowed us to recover a body of knowledge to add to the picture of the history of relief in Portugal.

Considering the research a systematic and rational process of building our knowledge, the research that we carried out was a research foundation that helped support the current history as regards to the relief in exceptional in emergency situations, helping to build solid foundations for the future.

The destruction caused by the 1755 earthquake and the need to provide support to needy groups in Lisbon caused the greatest confusion and disorder observed so far. The prompt intervention of the authorities ruthlessly cracking down on looting, the support provided to disadvantaged populations, the treatment of thousands of dead, the implementation of more urgent reorganizational measures of sanitation and the design and reconstruction of the new city of Lisbon, did quickly emerge a creative vision from the installed chaos and apocalyptic extent of the calamity.

One of the most interesting dimensions of the phenomenon was the state's reaction and how it called unto it's responsibility to solve the problems, as it was organized to give a concerted response, ready and extended to earthquake consequences. The actions of the rulers of the time, the circumstances in a state of emergency, developed methods of planning and control of the tragedy, with a view to the future and reconstruction based on a secular view of public affairs management. Hence the speed with which it was set up a "crisis cabinet" initiated by the monarch D. José but towards which Pombal distinguished.

It can be said that in 1755 a new form of management of disasters is initiated, as regards to aid procedures provided to people soon after the occurrence.

ABREVIATURAS

a.C. - antes de Cristo

d.C. - depois de Cristo

cod. - códice

coord. - coordenador

cx. - caixa

doc. documento

fl. - fólio

fls. - fólhos

liv. - livro

mç. - maço

mct. - macete

mf. - microfilme

nº - número ou números

org. - organizador

pág. - página

S. - São

s.d. - sem data

séc. - século

s.l. - sem lugar

s.n. - sem nome

s.p. - sem página

Sta. - Santa

v. - verso

vol. - volume

2ª - segunda

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

Optámos por conservar a grafia e a pontuação original das fontes sendo que as mesmas surgem entre colchetes.

ACRÓNIMOS

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AML-AH – Arquivo Municipal de Lisboa- Arquivo Histórico

AHM – Arquivo Histórico Militar

Www– World Wide Web

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	15
1. PORTUGAL EM VÉSPERAS DO TERRAMOTO.....	33
1.1. O poder político.....	39
1.2. O poder económico.....	49
1.3. Sociedade, cultura e religião	59
1.4. Arquitetura e urbanismo.....	81
1.5. Assistência à saúde.....	93
1.5.1. O Hospital Real de Todos os Santos	99
1.5.2. Os profissionais de saúde	113
1.5.3. O ensino da Medicina	119
1.5.4. O ensino da Enfermagem.....	129
1.6. As dificuldades dos mais pobres.....	137
2. O TERRAMOTO	147
2.1. O dia do terramoto.....	153
2.2. Explicações e relatos.....	165
2.3. Impacto do terramoto fora de Portugal.....	175
3. ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS.....	187
3.1. As vítimas, quem foram?	189
3.1.1. Os vivos	195
3.1.2. Os mortos	215
3.2. A ação da Igreja	233
3.3. O socorro.....	253
4. O QUE MUDOU?	265
5. CONCLUSÃO	279
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291
APÊNDICES.....	337
APÊNDICE 1 – ANALOGIA ENTRE UM PLANO DE EMERGÊNCIA E O SOCORRO EM 1755.....	339
APÊNDICE 2 – ORGANIGRAMA DO SOCORRO EM 1755	343
ANEXOS.....	345
ANEXO 1 – INFORMAÇÕES DOS PÁROCOS RELATIVAS ÀS CONSEQUÊNCIAS DO TERRAMOTO DE 1755 – CONCELHO DE MIRA	347
ANEXO 2: MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 – ALDEIA DO BISPO, SABUGAL, 1758.....	359

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Lisboa antes do Terramoto	37
Figura 2: Terreiro do Paço no século XVII.....	37
Figura 3: Marquês de Pombal.....	46
Figura 4: D. José I, rei de Portugal	47
Figura 5: Real Erário, 1798.....	58
Figura 6: Terreiro do Paço, Séc. XVIII (1ª metade).....	80
Figura 7: Planta da freguesia de Sta. Justa	85
Figura 8: Planta da freguesia de S. Martinho.....	85
Figura 9: Planta da cidade de Lisboa.....	86
Figura 10: Hospital Real de Todos os Santos, 1740.....	111
Figura 11: Hospital Real de S. José, 1850.....	111
Figura 12: Esquema dos principais terramotos em Portugal e Espanha, 1909.	151
Figura 13: Vista de Lisboa antes e durante o terramoto de 1755.	152
Figura 14: Destruição de Lisboa.....	152
Figura 15: Coleção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terramoto	161
Figura 16: Ruínas da Basílica de Santa Maria.....	161
Figura 17: Ruínas da Praça Patriarcal	162
Figura 18: Ruínas da Casa da Ópera	162
Figura 19: Ruínas da Torre de São Roque.....	163
Figura 20: Ruínas da Igreja de S. Nicolau.....	163
Figura 21: Depoimento sobre a cidade de Lisboa (2ª metade do séc. XVIII)	214
Figura 22: As ruínas de Lisboa	214
Figura 23: Pombal entrega aos arquitetos o plano de reedificação de Lisboa.....	275
Figura 24: Fachada Pombalina.....	276
Figura 25: Planta topográfica de Lisboa segundo o novo alinhamento dos arquitetos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel	276
Figura 26: Planta de Lisboa pombalina (núcleo histórico), tendo sobrepostos os arruamentos anteriores ao terramoto.....	277

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Fogos existentes em Lisboa antes do terramoto de 1755	84
Quadro 2: Registo de termos de exames	134
Quadro 3: Registos de entrada nas enfermarias hospitalares provisórias: 1755/1756.....	210
Quadro 4: Registos de entrada em hospitais provisórios 1756	211
Quadro 5: Número de mortos contabilizados nos edifícios religiosos	228
Quadro 6: Número de mortos contabilizados pelas ordens religiosas	229
Quadro 7: Mortalidade de religiosos	230

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Notícias de ocorrências sísmicas em Portugal continental até 1755.....	147
--	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Doentes registados de seis de novembro de 1755, a doze de setembro de 1756..	207
Gráfico 2: Motivo de entrada dos doentes feridos no terramoto de 1755.....	208
Gráfico 3: Registo de doentes com traumatismo dos membros inferiores (1755).....	209

INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história, o planeta Terra sofreu diferentes tipos de desastres naturais tendo como consequência principal a perda de milhares de vidas humanas. Sismos, maremotos, erupções vulcânicas, ciclones tropicais, ondas de frio, de calor, secas e inundações, que, se por um lado fazem parte da vida quotidiana do nosso planeta, por outro, destroem reiteradamente sociedades, de uma ponta à outra da Terra deixando clara a vulnerabilidade e fragilidade existentes perante estes eventos.¹

Essa vulnerabilidade pode contabilizar-se em milhares de mortos, feridos, desaparecidos e desalojados além da destruição de economias e meios de subsistência. Tais fenómenos têm como consequência uma série de mudanças na dinâmica das sociedades, não só a nível material, mas também económico, político, de ideais e valores religiosos.

A desorganização social que se apresenta por um período significativo posterior ao evento, é expressa pela degradação da qualidade de vida, podendo atrasar consideravelmente os esforços para melhorar as condições de vida das sociedades.²

A sensação de proximidade no tempo e no espaço que os múltiplos meios de comunicação, agora existentes, introduziram, transformam eventos dramáticos e longínquos em realidades emocionalmente refletidas por todo o mundo gerando comoção e solidariedade.³

Sabemos que os fenómenos sísmicos, como os maremotos e vulcões, não se repartem de forma homogénea pelo planeta, havendo áreas mais propensas à ocorrência deste tipo de eventos geológicos.⁴ Sabemos ainda, que as catástrofes são acontecimentos geralmente inevitáveis e principalmente imprevisíveis e os tremores de terra estão condenados a ser eventos que irão ter sempre um carácter de surpresa, mesmo ensaiando substituir o inesperado pelo esperado, na tentativa de reduzir a

¹ Sobre este assunto deve ler-se United Nations, *Disaster Preparedness for Effective Response, Guidance and Indicator Package for Implementing Priority Five of the Hyogo Framework, Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the resilience of nations and communities to disasters*, New York and Geneva, 2008.

² Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, *El impacto de los desastres naturales en el desarrollo: documento metodológico básico para estudios nacionales de caso*, (s.l) 2005, p. 6.

³ Gomes, Carla Amado, “Prevenção do risco de catástrofe natural: como resistir ao irresistível?” in Gomes, Carla Amado (coord.); Saraiva, Rute Gil, *Actas do colóquio, Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013, p. 9.

⁴ Martín Escorza, Carlos, “Iconografía histórica de los terremotos hasta el de Lisboa en 1755” in *Cuadernos Dieciochistas*, v. 6, 2009, p. 229.

tensão social e individual que acarretam habitualmente.⁵ A sua raridade não pode levar a sociedade a descansar perante a hipótese da sua ocorrência, pois são situações de grande confusão e caos.

Como tal, devemos aprender com as experiências passadas, corrigindo os erros através do conhecimento adquirido, melhorando permanentemente a capacidade e os métodos de intervenção. Perante uma catástrofe, podemos observar todo o tipo de comportamentos adaptados e inadaptados. Estes dependem, por um lado, da catástrofe em si (natureza, carácter súbito, violência e extensão) e, por outro, da população afetada.

A limitação dos danos é proporcional ao planeamento e este não garante que não ocorra um desastre mas pode evitar que um acidente de pequeno porte se transforme em tragédia.

Desde a década de 90 do século XX, que a ONU tem dedicado uma especial atenção a esta temática. Com a Resolução da Assembleia Geral 44/236, de 22 de dezembro de 1989, a década de 1990 foi consagrada como Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais, e a segunda quarta-feira do mês de outubro como Dia Internacional para a Redução dos Desastres Naturais (atualmente assinalado no dia doze de outubro).⁶ As conferências de Yokohama em 1994 e Hyogo em 2005

⁵ Tavares, Maria José Ferro; Amador, Filomena; Pinto, Manuel Serrano, “O terramoto de Lisboa de 1755: Tremores e Temores” in *Cuadernos Dieciochistas*, 6, Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, p. 47.

⁶ Gomes, Carla Amado, *Direito(s) das Catástrofes Naturais*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 15-70.

A resolução de 22 de dezembro de 1989 propõe um quadro com cinco esferas de ação: 1. O apelo à cooperação internacional para reduzir os efeitos das catástrofes naturais nos planos da perda de vidas, destruição de bens e prejuízos económico-sociais através do incremento da capacidade de resposta nacional, do investimento na investigação científica e no progresso tecnológico, do intercâmbio de informação e do desenvolvimento de medidas de avaliação, deteção, prevenção e mitigação de desastres naturais por meio do apoio a programas de assistência técnica, de transferência de tecnologia e de formação de pessoal, sobretudo nos Estados menos desenvolvidos; 2. A exortação dos Estados à elaboração de programas de mitigação dos efeitos de desastres naturais, à criação de comités de coordenação entre a Administração e a comunidade científica com vista ao tratamento de informação, à divulgação de informação preventiva e formativa pela população, ao reforço e criação de estruturas essenciais à gestão da assistência sanitária e alimentação da população, bem como a sensibilização de organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas e outras entidades para a questão da prevenção de catástrofes naturais; 3. A acomodação dos objetivos da Década Internacional no sistema da ONU, através do Secretário-Geral da ONU e de vários comités regionais, com destaque para um Comité Técnico-Científico para a Década Internacional, a constituir especialistas internacionais escolhidos com observância de um princípio de equitativa representatividade geográfica com vista à identificação de problemas e lacunas de conhecimento na matéria da prevenção de catástrofes e avaliação das atividades levadas a cabo durante os anos 1990; 4. A criação de um Fundo de apoio à Década Internacional; 5. A previsão da revisão da Estratégia, em meados da Década, pelo Conselho Económico e Social com a apresentação de conclusões à Assembleia Geral da ONU. Pode consultar-se a resolução em *United Nations, General Assembly*, [Consultado em 2 de junho de 2015]. Acessível na www: <URL: <http://www.un.org/documents/ga/res/44/a44r236.htm>>

foram dois marcos desta inquietação, pois delas resultaram documentos fundamentais na estruturação das estratégias de abordagem às catástrofes naturais.⁷

A nível regional, a partir de finais da década de 70 do século XX começaram a assinalar-se algumas iniciativas em sede de gestão do risco de catástrofe natural. No âmbito da *Association of South East Asian Nations* foi adotada, em Manila, em 1976, a *Declaration on mutual assistance on natural disaster*, e no quadro da *Organisation of American States* foi assinada, em 1991, a *Interamerican convention to facilitate disaster assistance* em Santiago do Chile. No contexto europeu, o Comité de Ministros do Conselho da Europa aprovou em 1987 a criação de um Grupo de Cooperação Europeia para a prevenção de desastres industriais e naturais, através da Resolução (87) 2 de vinte de março. A União Europeia adotou, em 2007, a diretiva 2007/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro sobre gestão do risco de inundações.⁸

Para a Comissão das Comunidades Europeias, as catástrofes afetam com mais intensidade os países em desenvolvimento por serem estes os mais vulneráveis e com menor capacidade de resposta. Exemplo disto foi o terramoto de grau seis vírgula seis na escala de Richter que atingiu o Irão em 2003 matando mais de 40 000 pessoas. Em contrapartida, o terramoto de grau seis vírgula cinco que tinha atingido a Califórnia Central quatro dias antes, matou duas pessoas e feriu quarenta.⁹ As catástrofes também desviam recursos nacionais importantes do desenvolvimento para a ajuda de emergência, recuperação e reconstrução privando a população pobre dos recursos necessários ao seu desenvolvimento. Ainda segundo esta Comissão e dados do Departamento do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) de 2006, em Aceh, na Indonésia, estima-se que o maremoto que atingiu a região em 2004 tenha provocado um aumento de 30% para 50% do número de habitantes que vivem abaixo do limiar da pobreza.¹⁰

⁷ Em maio de 1994 em Yokohama, realizou-se a primeira conferência internacional sobre redução dos desastres naturais, da qual resultou um documento que constitui a primeira abordagem integrada de medidas de prevenção de catástrofes naturais: *Yokohama Strategy and Plan of Action for a Safer World*.

⁸ Gomes, Carla Amado, “Prevenção do risco de catástrofe natural: como resistir ao irresistível?”..., p. 10.

⁹ *Comissão das Comunidades Europeias, nos países em desenvolvimento*, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu Bruxelas, 2009, pp. 2-3.

¹⁰ Comissão das Comunidades Europeias, *Estratégia da UE de apoio à redução do risco de catástrofes...*, p. 3.

Em 2005, 168 governos adotaram o Quadro de Acção de Hyogo para 2005-2015: reforço da resistência das nações e das comunidades às catástrofes cuja aplicação é plenamente apoiada pela Comissão. O desafio que então se colocava e que se mantém atual é a sua tradução numa ação eficaz a nível mundial, nacional, regional e local.

Uma outra iniciativa foi de *Global Platform for Disaster Risk Reduction* criada em 2006. A Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres reúne-se a cada dois anos, realizando um fórum global para acelerar o ímpeto mundial sobre redução de riscos de desastres. Nele se juntam governos da ONU, organizações regionais e instituições internacionais, Organizações Não Governamentais, instituições científicas/académicas e o setor privado. Este fórum está mandatado pela Assembleia Geral das Nações Unidas para avaliar os progressos realizados na implementação do Quadro de Acção de Hyogo, aumentar a consciência de redução de risco de desastres, partilhar experiências e lições de boas práticas e identificar as lacunas remanescentes e recomendar ações específicas para acelerar a implementação nacional e local.¹¹

As catástrofes não só causam a perda de vidas humanas, como também graves danos a nível económico, prejudicando a estabilidade da economia e o seu crescimento. Trata-se, portanto, de uma questão importante para os cidadãos, empresas e governos de todo o mundo.¹² Mais recentemente, a erupção vulcânica do Eyjafjallajökull na Islândia, em março de 2010, demonstrou a grandeza que as consequências de uma calamidade natural podem alcançar. A experiência demonstrou que um evento improvável pode ter consequências graves e duradouras para outras partes da Europa e do mundo.

Segundo dados da Agência Europeia do Ambiente, entre 1980 e 2011, os prejuízos causados por catástrofes naturais em toda a Europa ascenderam a quase 445 mil milhões de euros. A mesma afirma que cerca de metade do total dos prejuízos pode ser atribuída a um pequeno número de grandes eventos, tais como as tempestades Lothar de 1999, Kyrill de 2007 e Xynthia de 2010, as inundações de 2002 na Europa Central e de 2007 no Reino Unido.

¹¹ *Global Platform for Disaster Risk Reduction*, Geneva, Switzerland, 2013.

¹² Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde sobre os seguros contra catástrofes naturais ou de origem humana*, Bruxelas, 2013, pp. 3-5.

Os custos dos danos resultantes de fenómenos meteorológicos extremos nos Estados do Espaço Económico Europeu aumentaram de nove mil milhões de euros nos anos 80 para mais de treze mil milhões de euros em 2000.¹³

Pelo exposto, a obrigação de prevenção de catástrofes naturais adquire uma natureza procedimental, subsistindo uma dilatada margem de imprevisibilidade. Assim, os deveres de prevenção de riscos naturais são, sobretudo, obrigações de meios e não tanto de resultados pois os Estados enfrentam um limiar de imponderabilidade que devem esforçar-se por reduzir mas não podem ter a pretensão de eliminar.¹⁴

Em meados do século XVIII, a responsabilidade do Estado em caso de catástrofe natural perante os cidadãos, nunca tinha sido questionada e os mecanismos de responsabilidade civil existentes na época jamais seriam eficazes para fazer face à situação. A intensidade da destruição e a necessidade de, com celeridade, dar apoio aos grupos de pessoas carenciadas provocou em Lisboa a maior confusão e desordem observadas até então.¹⁵ Cerca das nove horas e quarenta e cinco minutos do primeiro de novembro, eram muitos os lisboetas que se encontravam em casa, alguns ainda nos seus leitos. Ao abalo da terra e ao barulho que mais parecia um trovão, seguiu-se um infundável horror provocado pelas poeiras que sufocavam e ruínas dos edifícios que sepultavam quem junto das paredes tentava arranjar proteção.¹⁶

Como se não fosse suficientemente grave a magnitude do terramoto, as águas do mar entraram pela cidade, acabando por vitimar muitos dos que se refugiavam junto das margens do Tejo e tentavam, assim, livrar-se do horror da cidade e das suas ruínas. Sendo dia santo, em que muitas velas ardiam em sufrágio pelos entes partidos, estas transformaram-se num rastilho que, juntamente com os fogões das casas, fizeram arder Lisboa durante vários dias.¹⁷

¹³ Agência Europeia do Ambiente, Alterações climáticas, impactos e vulnerabilidade na Europa em 2012, relatório baseado em indicadores - relatório EEE n.º 12/2012.

¹⁴ Gomes, Carla Amado, *Direito(s) das Catástrofes Naturais...*, pp. 15-70.

¹⁵ A intensidade sísmica é a medida da severidade dos efeitos provocados por um sismo num determinado local e é expressa num número que representa um padrão teórico de efeitos sobre as pessoas, objetos, edifícios e meio ambiente. As escalas mais conhecidas são as escalas de Mercalli (1956) e as escalas MSK mas actualmente a Escala Macrossísmica Europeia (1998) está a impor-se como a mais extensivamente utilizada. A magnitude de um sismo é um número que expressa a quantidade de energia libertada num evento no hipocentro sendo mais conhecida a Magnitude Local de Richter (ML). [Consultado em 3 de julho de 2015]. Acessível na www: <URL: <http://www.ipma.pt>>

¹⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até ao século presente*, Lisboa, Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758, p.114.

¹⁷ Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China, 2005, p. 83.

Em 1755, Lisboa não era um lugar remoto: o comércio tinha-a transformado numa cidade próspera, que localizada no extremo da Europa, fora em séculos anteriores, porto de partida para ocupação e exploração de novos territórios, o que a tornara poderosa e cosmopolita. Sendo uma cidade muito movimentada, com um elevado número de estrangeiros, não foi difícil a divulgação de notícias sobre o sismo para o resto do mundo.¹⁸ Podíamos encontrar na cidade cidadãos franceses, suíços, holandeses, alemães e italianos, sendo que os ingleses estavam em maior número.¹⁹

O terramoto teve também um grande efeito sobre o otimismo que dominava o pensamento europeu, suscitando grandes discussões filosóficas em relação à existência de um Deus que permitiu tais acontecimentos e à existência de um Homem face a um mundo que não controlava. Não é pois de surpreender o desenvolvimento social, literário, filosófico e teológico que o terramoto de Lisboa gerou, assim como uma vasta produção literária sobre o acontecido.²⁰ Desde os ensaios de Kant, passando pela visão fatalista dos textos de Voltaire, às reflexões de Jean-Jaques Rousseau, muitos foram os textos redigidos nas décadas seguintes ao terramoto.²¹

Também em Portugal, alguns escritores, nomeadamente Camilo Castelo Branco, lhe dedicaram muito tempo em reflexões, sobre o dia que chega a ser comparado em termos de grandeza e repercussões com os incêndios em Roma no ano de 64 e com o onze de Setembro de 2001 em Nova Iorque.²² Para Neiman, “Lisboa chocou o século XVIII de uma maneira que terramotos maiores e mais destrutivos não chocaram o século XX”.²³ O historiador José Subtil considera o terramoto de 1755 como o

¹⁸ Leia-se Neiman, Susan, *O mal no Pensamento Moderno. Uma História Alternativa da Filosofia*, Rio de Janeiro, Bertrand, 2003, p. 236.

¹⁹ Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon*, London, Printed for Henry Colburn, 1809, p. 38.

²⁰ Chester, David K., The 1755 “Lisbon earthquake” in *Progress in Physical Geography*, 2001, p. 365.

²¹ Kant, Immanuel, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Edições Almedina, 2005; Rousseau, Jean-Jaques, *Voltaire: o Desastre de Lisboa seguido de carta a Voltaire*, (trad. e pról. de Jorge P. Pires), Lisboa, Frenesi, 2005; Moura, Graça, *O poema sobre o desastre de Lisboa de Voltaire*, Lisboa, Alêtheia, 2013.

No “Poème sur le désastre de Lisbonne” de Voltaire, de 1756, pode ler-se nas estrofes 19 e 20: “Quel crime, quelle faute ont commis ces enfants sur le sein maternel écrasés et sanglants?” (Que crime, que erro cometeram estas crianças, esmagadas e ensanguentadas ao colo de suas mães?).

²² “O Desastre de Lisboa (...) era certamente uma singularidade, uma ruptura violenta da ordem histórica. Se há candidatos sérios a “o dia que mudou o mundo” o primeiro de Novembro de 1775 é um deles. Pode ler-se mais em Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China, 2010, p. 16.

²³ Consulte-se Neiman, Susan, *O mal no Pensamento Moderno...*, pp. 269-276.

acontecimento com maior repercussão no processo político português durante o antigo regime.²⁴

Os meses que se seguiram a este acontecimento foram de estado de exceção e qualquer ação desencadeada que pudesse perturbar ainda mais o ambiente seria considerada contrária ao interesse público. A conjuntura era propícia à tomada de decisões que permitissem resolver, de uma forma rápida e eficaz, os problemas mais emergentes e em simultâneo testar a recetividade à inovação identificando os alvos de resistência e a oposição.²⁵

Apesar de ter ficado associado ao nome da capital portuguesa para a posteridade, o terramoto de um de novembro causou grande devastação noutras terras do reino lusitano tal como o Algarve e o vale inferior do Tejo.²⁶ A distribuição dos estragos encontra-se bem documentada devido a um inquérito à escala nacional enviado pelo Marquês do Pombal a todos os párocos, sob pena de sanções, caso não respondessem. Para João Duarte da Fonseca, o desconhecido autor do inquérito era merecedor de uma menção honrosa na história da sismologia científica.²⁷

Mais tarde, num aviso datado de dezoito de janeiro de 1758 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo fez remeter através dos principais prelados, e para todos os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações. Pedia as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas e administrativas. As respostas a este inquérito deveriam ser remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.²⁸ Na atualidade, este inquérito encontra-se bem estudado, pelo historiador José Viriato Capela, nos diversos volumes que retratam as freguesias dos diferentes distritos, nas Memórias Paroquiais de 1758.²⁹ Este autor refere que apesar das respostas dadas pelos párocos não serem homogéneas, apresentaram-se, na generalidade, de forma sequencial, aos

²⁴ Pode ler-se em Subtil, José, *O terramoto político (1755-1759) Memória e poder*, Lisboa, Edial – Universidade Autónoma Editora, SA, 2006, p. 11. Sobre esta época e temática, escreveu ainda Subtil, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, Edial, 2010; Subtil, José, *Actores, Territórios e Redes de Poder, Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Curitiba, Juruá Editora, 2011; Subtil, José (coord.), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

²⁵ Confirme-se Subtil, José, *O Terramoto Político (1755-1759)...*, p. 125.

²⁶ Veja-se Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Argumentum, 2005, p. 53.

²⁷ Sismólogo, investigador de engenharia sísmica e sismologia do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

²⁸ ANTT, *Ministério do Reino*, Informações dos párocos sobre o terramoto em Lisboa mç. 638; ANTT, *Arquivo do Arquivo*, Avisos e Ordens, mç. 21, nº 111; ANTT, *Arquivo do Arquivo*, Correspondência expedida, cx. 32; ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 1778, reg. 822.

²⁹ Encontram-se publicadas por este historiador os Distritos de Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Porto, Viseu, Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais.

pontos do inquérito que se encontra dividido em três partes relativas à localidade em si, à serra e ao rio. Fornecem ainda dados de caráter geográfico, administrativo e demográfico sendo, desta forma, possível obter informações sobre a estrutura eclesiástica e vivência religiosa, a assistência social, as principais atividades económicas e organização judicial, as comunicações existentes, a estrutura defensiva, outras informações consideradas destacáveis e quais os danos provocados pelo terramoto de 1755.³⁰

Considerado o primeiro desastre da modernidade, o terramoto de 1755 foi pioneiro na evocação da responsabilidade de uma resposta de emergência coordenada pelo Estado.³¹

Destaca-se também, pela atualidade da filosofia de conceção, o cuidado dos governantes em colocar várias soluções de reconstrução da cidade com critérios que hoje seriam semelhantes. São estes a necessidade de criar uma cidade mais segura, procurando reedificá-la onde se tinham verificado menores estragos, a necessidade de construir edifícios menos vulneráveis e de melhorar acessibilidades.

Tendo o Estado de então efetuado um forte investimento no correto planeamento urbano e na construção dos novos edifícios, introduzindo técnicas eficazes na redução da vulnerabilidade sísmica, podemos afirmar ter sido o primeiro exemplo de planeamento de ações de atenuação dos efeitos de um sismo e mesmo o primeiro regulamento de construção anti-sísmica.³²

Com o sismo de 1755, o Estado assumiu um papel predominante na gestão do risco. Gestão esta que se manteve até à atualidade.

³⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, mf. 2301; ANTT *Memórias Paroquiais*, vol. 44. Pode ler-se sobre este assunto em Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Barbosa & Xavier, 2003; Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Barbosa & Xavier, 2005; Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais: memórias, história e património*, Braga, J.V.C., 2006; Capela, José Viriato, (coord.), *As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, J.V.C., 2007; Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias de 175, Braga*, Universidade do Minho, 2009; Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias do distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais: memórias, história e património*, Braga, Minhografe, 2010; Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Minhografe, 2011.

³¹ “The interest here, however, is that the earthquake on November 1, 1755 can be considered the first “modern” disaster because it was first to evoke a coordinated state emergency response as well as a forward looking comprehensive effort for reconstruction which included mitigation efforts to reduce future disaster efforts.” Pode ler-se mais em Dynes, Russell R., *The Lisbon Earthquake In 1755: Contested Meanings in the First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 2003, p. 1.

³² Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa...*, p. 123.

Para o sismólogo João Fonseca, este modelo de exclusividade das funções do Estado nas soluções para a atenuação do risco, em colaboração com o saber dos maiores especialistas da comunidade científica, sem que promova em simultâneo a participação do cidadão, é o responsável pela ausência de iniciativas da sociedade civil em prol da cultura de prevenção do mesmo.³³

É sabido que o que aconteceu no primeiro de novembro foi um dos fenómenos naturais que maior impacto teve a vários níveis na história da humanidade e que assolou uma das cidades mais emblemáticas da Europa no século XVIII.³⁴

O violento tremor de terra que destruiu uma parte muito apreciável de Lisboa pôs à prova a capacidade e energia do futuro Marquês do Pombal.

Foi um batismo de fogo e em simultâneo uma rampa de lançamento para o ex-embaixador em Londres e Viena que terá visto nesta catástrofe uma oportunidade política. Conhecendo-se agora os contornos do evento e toda a sua força destruidora, pode pensar-se que não seria difícil ficar-se desorientado.

Mas, respeitando todas as opiniões, Pombal tomou medidas rápidas que se tornaram eficazes para estabilizar a situação. Assim, identificou-se a necessidade urgente de cuidar dos mortos, dos famintos e dos enfermos, a que se juntou a necessidade de coordenar e centralizar as operações de socorro e saneamento. Estas mostraram ser tarefas árduas, atendendo à enorme confusão e desorientação em que se encontrava o poder político e o estado caótico das ruas da capital.

A população respondeu positivamente aos apelos do Secretário de Estado. Os diplomatas estrangeiros, a desempenhar funções na capital, testemunharam, perante os seus governos, a surpreendente capacidade de organização e comando do futuro Marquês de Pombal.³⁵

³³ O sismólogo João Duarte da Fonseca advoga a necessidade da divulgação do conhecimento existente nesta área, entre a sociedade civil, como forma de diminuir os riscos em situações futuras. Leia-se Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa...*, p. 9.

³⁴ Nos tempos que se seguiram ao terramoto foram tecidas comparações entre diferentes calamidades, “But of all Calamities above related, none seems to have more dreadful, (...) than which befell the city of Lisbon in November last; the whole of which opulent place was destroyed by an Earthquake and Conflagration...”. Leia-se mais em Grey, Zachary, *A farther account of memorable earthequakes, to the presente year 1756. A particular Account of an Auto de Fe, or Act of Faith, at Lisbon*, Cambridge, J. Bentham, printer to the University, 1756, p. 12.

³⁵ Num relato feito por um residente estrangeiro em Lisboa pode ler-se: “The Marquis de Pombal, then first minister os State to King Joseph I., displayed a well-directed zeal and surprizing activity in repair de damage which the city had sustained by this fold calamity: his fertile genius created and discovered recouces in the very bosom of the desolation.” Leia-se Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, p. 3.

Algumas Coroas europeias, a Igreja e diferentes personalidades manifestaram a sua solidariedade através de preciosos auxílios financeiros e de palavras de consolo e apoio decisivas para o fortalecimento da Família Real.

Com esta pesquisa, pretendemos avançar num dos quesitos menos estudados até agora. Avaliar o impacto do terramoto na sociedade de Lisboa de setecentos, saber como foram suplantadas as dificuldades e descobrir as ações de socorro planeadas à época, tornou-se num desafio aliciante que esperamos que contribua para o debate sempre atual da planificação do socorro em Portugal.

Mais do que conhecer a forma como se desenrolaram a série de acontecimentos catastróficos, importa saber o que foi feito para minorar os danos causados pela tragédia.

A questão de investigação que orientou todo o nosso trabalho foi: Como se processou o socorro? Para isso, tentamos obter respostas a questões mais específicas como: Que tipo de necessidades foram sentidas durante e após o terramoto? Como foi organizado o socorro? Que tipo de cuidados/socorro foram prestados durante o terramoto e nos tempos seguintes? Quem prestou cuidados? Quais os recursos utilizados durante o socorro? O socorro durante o terramoto influenciou os cuidados de saúde que lhe sucederam?

Estudar uma catástrofe como a que assolou Lisboa em meados do século XVIII, tornou-se não só um desafio como também uma esperança, na busca de informação sobre o modo como foi planeado e efetuado o socorro em tempo de tanta privação. O estudo do terramoto, decerto ocupará muitas mais gerações futuras de investigadores, movidas não só pelo desafio que um evento desta magnitude nos coloca, mas também pelo desejo generoso de poder contribuir para o alívio do sofrimento humano.

Salvar vidas por antecipação é um desafio a que devem responder não só profissionais da saúde como também cientistas, engenheiros, arquitetos e até decisores políticos, na tentativa de tornar Portugal num local mais seguro face a eventos sísmicos.³⁶

A investigação dos terramotos, com todas as transformações que provoca nas povoações atingidas, é um desafio que domina e inquieta o espírito, por cruzar saberes tão importantes e distintos como a Física, a Geologia, a Arqueologia, a História, a Medicina e a Enfermagem.

³⁶ Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa...*, p. 131.

Detalhes fundamentais sobre o que aconteceu podem ser descobertos num vestígio arqueológico ou entre a poeira dos arquivos históricos e foi sobre estes últimos que incidu o presente estudo. Foi consultado um conjunto relevante de documentos históricos quer na sua forma original, quer reproduzidos em publicações posteriores. A maturação da pesquisa histórica na enfermagem, exige, cada vez mais, dos pesquisadores, o domínio de conceitos teóricos e a capacidade de produzir conhecimento histórico na disciplina.³⁷

Assim, a metodologia usada caracteriza-se como uma abordagem sistemática por meio de recolha, organização e avaliação crítica de dados que têm relação com ocorrências do passado referentes ao estudo em causa. Considerando a investigação um processo sistemático e racional de construção do conhecimento, podemos afirmar que a investigação que efetuámos foi a pesquisa de alicerces que ajudaram a suportar a história atual no que respeita ao socorro em situações de exceção, permitindo a construção de bases sólidas para o futuro. É urgente pensar o futuro, para que ele não nos surpreenda fatalmente.

O que torna atrativo o passado é o facto de nos permitir compreender e viver o presente pois a “História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente” e de compreender a sociedade em que estamos inseridos.³⁸

Os passos envolvidos na execução da pesquisa que se apresenta são semelhantes a outros tipos de metodologia de pesquisa científica, residindo a diferença no facto dos dados em causa serem eventos, situações ou declarações do passado. Esses dados são as fontes históricas que se têm consultado no desenvolvimento desta pesquisa e para o qual foram utilizados documentos de diferentes acervos relacionados com o tema em estudo.

As informações foram obtidas através da consulta de documentos originais, preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, no Arquivo Municipal de Lisboa, no Arquivo da Misericórdia da mesma cidade e ainda no Arquivo Histórico Militar. Os mais importantes para a pesquisa em causa são documentos do século XVIII, alguns deles assinados por Sebastião de Carvalho e Melo, que relatam o que aconteceu durante e após o terramoto e que se encontram à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Foram ainda efetuadas pesquisas

³⁷ Junior, Oscar Claudiano da Silva, “Pesquisa documental” in Oguisso, Taka (et al.), *Pesquisa em História da Enfermagem*, São Paulo, Manole, 2011, p. 340.

³⁸ Mattoso, José, *A escrita da História, teorias e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, pp. 21-22.

sobre a forma como viviam as gentes e quais os seus hábitos e costumes, numa tentativa de contextualizar as reações do povo à calamidade de 1755.

Efetuámos também pesquisa no Arquivo Municipal de Lisboa, bem como na Biblioteca Municipal da mesma cidade, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Municipal do Porto e nas Bibliotecas da Universidade de Sevilha. Com base nos fundos recolhidos, procurámos analisar objetivamente o terramoto e a assistência desenvolvida. Depois de levantar toda a documentação, passámos à análise das obras coevas que nos narram o sucedido e que nos deram uma leitura mais subjetiva dos acontecimentos, tendo por tal facto, sido cruzadas com fontes de carácter primário. As fontes secundárias recolhidas para a investigação em causa basearam-se sobretudo, em obras de autores que se debruçaram sobre os acontecimentos de 1755 e que são reconhecidos na área.

No ano de 2005, passados 250 anos sobre a tragédia do Dia de Todos os Santos, muitos escritos foram publicados ou reeditados sobre o ocorrido entre os quais destacámos: Ana Cristina Araújo, *O Terramoto de 1755*; Helena Carvalhão Buescu e Gonçalo Cordeiro, *O grande Terramoto de Lisboa. Ficar diferente*; Suzanne Chantal, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*; Manuel Clemente, *Memórias de uma Cidade destruída*; João Duarte Fonseca, *1755 o Terramoto de Lisboa*; Immanuel Kant, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*; Rui Tavares, *O pequeno livro do grande terramoto*.

Inês Morais Viegas e Sara Loureiro coordenaram um projeto, com edição da Câmara Municipal de Lisboa, tendo publicado, em 2012, uma obra, que pela sua complexidade, não foi possível publicar no ano em que se celebraram os dois séculos e meio sobre o desastre de Lisboa. Este trabalho intitula-se *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, onde é feita a transcrição de um manuscrito em suporte de papel, elaborado entre os anos de 1759 e 1761, com o mesmo nome, e que é pertença do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.³⁹ O autor do mesmo é desconhecido, sendo apenas possível determinar que era devoto da Nossa Senhora da Conceição.⁴⁰ O conteúdo revela o que se passou no

³⁹ Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara, *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2012, p. 13.

⁴⁰ “Escrito Em Lisboa no anno de 1759 e oferecido a Virgem Senhora Nossa da Comçeição por hum indigno devoto seu.” Ver mais em Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara, *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755, Lisboa, Camara Municipal de Lisboa...*, p. 139.

primeiro de novembro de 1755 e as medidas tomadas *a posteriori* para a reconstrução de Lisboa.

Pela mesma altura, em Espanha, foram elaborados alguns documentos/livros sobre o “el terremoto de 1755, conocido como el de Lisboa” com relatos e explicações sobre o sucedido.⁴¹

Como documentos da época produzidos no país vizinho, encontramos: Miguel Cabrera, *Explicacion physico mechanic de las causas del temblor de tierra*; Miguel Cabrera, *Copia de carta, en que se manifiesta, que la electricidad ya natural, y ya maquinaria no puede servir de fundamento para explicar la divergencia, de los terremotos*; Josef Cevallos, *Respuesta a la carta del (...) señor D. Fray Miguel de San Josef, obispo de Guadix y Baza, (...) sobre varios escritos a cerca del terremoto*; Fernando Lopez de Amezua, *Carta philosophica, sobre el terremoto, que se sintió en Madrid, y en toda esta peninsula el dia primero de noviembre de 1755*; Tomás de Valle, *Don Fr. Thomás del Valle (...) Obispo de Cadiz, y Algeciras (...) a todos los fieles de esta ciudad (...) Despues de la terrible, espantosa, y á nuestros ojos jamás vista tormenta del temblor de tierra, y enfurecida brabeza de el mar (...)*; José Eusebio de Llano y Zapata, *Respuesta dada al rey nuestro señor D. Fernando el Sexto, sobre una pregunta, que S.M. hizo á un mathematico, y experimentado en las tierras de Lima, sobre el terremoto, acaecido en el dia primero de noviembre de 1755*.

Fora da Península Ibérica, foram também publicadas algumas obras alusivas ao Terramoto de 1755 das quais destacámos: Theodore E. D Braun, John B Radner, *The Lisbon Earthquake of 1755*, em 2005; Nicholas Sharady, *The Last Day: Wrath, Ruin, and Reason in the Great Lisbon Earthquake of 1755*, em 2008; Edward Paice, *Wrath of God: The Great Lisbon Earthquake of 1755*, em 2008; Luiz A. Mendes-Victor, Carlos Sousa Oliveira, João Azevedo e António Ribeiro, *The 1755 Lisbon Earthquake: Revisited*, em 2009; Richard Michael Riss, *Jonh Wesley’s Reactions to the Lisbon Earthquake of 1755*, em 2011.

⁴¹ “ (...) terremoto de 1755 – conocido como el de Lisboa (...)”. Consulte-se Espejo Cala, Carmen, *Un texto de nippo sobre el terremoto de Lisboa. La reacción de la prensa Europea y Española ente la Catástrofe*, Ediciones Universidad de Salamanca, Cuadernos Dieciochistas, 6, 2005, p. 154.

O cruzamento de informações colhidas em diversas fontes, bem como o estudo do discurso nelas contido, permitiram a obtenção de diferentes visões sobre uma mesma realidade ou sobre o mesmo facto.⁴²

A triangulação de dados constitui uma peça crucial na estruturação do nosso trabalho, porque não se focaliza unicamente na catástrofe e principais intervenientes no socorro, mas no papel da sociedade lisboeta de setecentos, nos seus valores e costumes. A sua mentalidade, a economia e a sua vivência política foram igualmente objeto de estudo.

O *corpus* documental deste trabalho encontra-se dividido em quatro grandes capítulos, subdivididos em sub temas, seguindo uma orientação temporal.

No primeiro capítulo, apresentamos a contextualização de Portugal antes do terramoto, com o intuito de conhecer a interligação entre o poder político e económico.

O governo de D. Pedro V e a herança deixada a seu filho D. José I, influenciaram o futuro de Portugal como país independente. O atraso do país em relação aos reinos vizinhos, o estado em que se encontrava o governo e a forma como a sociedade portuguesa de setecentos reagia às mudanças deixavam transparecer para o exterior que Portugal era um local tranquilo e irrelevante, governado pela indiferença. Neste capítulo, é ainda abordado o Despotismo Esclarecido do futuro Marquês de Pombal e de D. José I, focando-se os principais problemas encontrados, aquando da sua nomeação para o governo e as reformas efetuadas na área económica.

Foram também motivo de estudo, como se apresentava Lisboa no século XVIII, as atividades comerciais, os usos e costumes das suas gentes e como estes influenciaram a forma de encarar a calamidade que assolou a capital.

Os hábitos de sociabilidade do povo português no século XVIII, as suas práticas e comportamentos são elementos que nos ajudam a perceber como viviam os habitantes e quais as dificuldades sentidas. Importante é ainda a informação obtida sobre os hábitos de saúde e de higiene, a educação e o papel da mulher na segunda metade da centúria.

⁴² Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010, p. 18. Tese de Doutoramento policopiada.

A arquitetura de Lisboa, com as suas ruas estreitas e sujas, ajudam a entender a forma como se propagaram os incêndios que deflagraram nos dias que se seguiram ao tremor de terra.

No que concerne à assistência e saúde, realçamos uma autora, Laurinda Abreu, que investigou e publicou vários estudos no campo da história da assistência e da saúde em Portugal no período moderno, nomeadamente sobre a caridade, políticas sociais e profissões de saúde.⁴³ A assistência em saúde, independentemente da sua origem e administração, manteve sempre uma estreita relação com a hierarquia política das localidades.

Desta forma, o Hospital Real de Todos os Santos surge como um marco na nova conceção hospitalar. Criado pelo rei D. João II, com o lançamento da primeira pedra em 1492, teve como resultado um imponente edifício virado para o Rossio terminado em 1504. O hospital, pela grandeza das suas instalações, foi confrontado com problemas de sustentabilidade, tendo de enfrentar crises financeiras estruturais, mas que nunca o afastaram da sua missão de acudir e curar os doentes.

Com o terramoto de 1755, o hospital quase foi destruído, tendo grande parte dos doentes sido evacuados para enfermarias provisórias. Exigia-se a todos os profissionais de saúde que nesta instituição exerciam funções competência, diligência, pontualidade, paciência, prudência e sobretudo caridade. O enfermeiro devia ser caridoso, calmo, sereno, de boa condição e sem escândalos.⁴⁴ Ao médico era pedido que exercesse funções de juiz, doutor e pai. Quanto ao ensino destas duas profissões, a prática das ciências médicas não possuía a coerência que nelas hoje reconhecemos mas com o progresso das ciências em geral, no século XVIII, assistiu-se a uma nova

⁴³ Sobre a assistência à saúde pode ler-se desta autora: Abreu, Laurinda, “A organização e regulamentação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados” in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 97-122; Abreu, Laurinda, *A assistência e a saúde como espaços de inovação: alguns exemplos portugueses*, Lisboa, Gradiva, 2008; Abreu, Laurinda, A Misericórdia de Lisboa, “o Hospital real e os insanos: notas para uma introdução” in *Museu São Joao de Deus, Psiquiatria e história*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, pp. 119-114; Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres, as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014; Abreu, Laurinda, “O que ensinam os regimentos hospitalares? Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do regimento do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença” in Santa Casa da Misericórdia do Porto (coord.), *A Solidariedade nos Séculos: A Confraternidade e as Obras*, Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, Aletheia, 2009; Abreu, Laurinda, “Purgatório, Misericórdias e Caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)” in *Dynamis: acta hispânica ad medicine scientiarumque historiam illustrandam*, Granada, Universidad de Granada, vol. 20, 2000.

⁴⁴ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1741, p. 72.

forma de encarar a Medicina com o Hospital de Todos os Santos a desempenhar um importante papel na história da cirurgia em Portugal.

Quanto à Enfermagem, os cuidados prestados na época aos doentes não pertenciam a um ofício e muito menos a uma profissão organizada. Aquele que é considerado o primeiro manual para instrução de enfermeiros, “Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros”, surgiu em 1741, sendo uma referência para a história da profissão em Portugal. A enfermagem no século XVIII era entendida como uma mera aplicação de fármacos ou tratamentos, sempre sob a prescrição de médicos ou cirurgiões, sem qualquer autonomia técnica. A profissionalização desta atividade aliada à consolidação dos saberes, transformou a enfermagem numa ciência, sendo que só em 1860 se fixou o aparecimento da Enfermagem moderna.

No segundo capítulo, apresentam-se os dados relativos à catástrofe em si, começando por dar relevo ao ocorrido no primeiro de novembro, seguindo-se as explicações e relatos contados por quem sobreviveu aos acontecimentos.

Quando a terra tremeu, Lisboa não estava preparada para o que viria a acontecer, tendo a população experienciado momentos de verdadeiro terror. Tendo esta calamidade provocado um choque cultural e filosófico na Europa de setecentos, vários foram os que sobre ela escreveram dissertando sobre a sua hipotética causa. Ao assistirem na primeira pessoa ao que aconteceu, muitos estrangeiros relataram aos familiares e conhecidos o ocorrido, sendo assim a notícia espalhada rapidamente. Os abalos fizeram-se sentir noutros países da Europa, tendo sido mais intensos na vizinha Espanha. Em África, os maiores estragos verificaram-se em Marrocos.⁴⁵

No terceiro capítulo são abordados os cuidados prestados às vítimas, quer às que resistiram ao evento, quer às que sucumbiram nos escombros. São divulgadas as medidas tomadas pelos governantes no sentido de proteger os vivos, dar-lhes tratamento, agasalho e alimento e enterrar os mortos, evitando, assim, a propagação de infeções que os cadáveres ao ar livre iriam provocar.

⁴⁵ Pode ler-se mais em Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Lisboa, Officina de Joseph Filippe, 1757, p. 361; Gustscher, Marc-Andre, “The great Lisbon earthquake and tsunami of 1755: lessons from the recent Sumatra earthquakes and possible link to Plato's Atlantis” in *European Review*, 14, Cambridge University Press, 2006, pp 181-191; Rodríguez-Vidal, J., Cáceres, L., Abad, M., Ruiz, F., González-Regalado, M., Finlayson, C., Finlayson, G., Fa, D., Rodríguez-Llanes, J., Bailey, G., “The recorded evidence of AD 1755 Atlantic tsunami on the Gibraltar coast” in *Journal of Iberian Geology*, North America, 37, 2011, p. 179; Silva, José Álvares da, *Investigação das causas próximas do Terremoto sucedido em Lisboa no anno de 1755*, Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1755, p. 9.

É ainda referida a solidariedade do povo, fidalgos e nobres para com os mais desprotegidos assim como os cuidados prestados por médicos, cirurgiões e enfermeiros. Apresentam-se os registos das vítimas que deram entrada nas enfermarias provisórias, criadas para acolher os feridos do terramoto, pois o Hospital de Todos os Santos ficou praticamente devastado. Ainda nesse capítulo, é destacado o papel desempenhado pela Igreja, com enfoque para a sua união ao Estado, tendo o púlpito servido para fazer passar as mensagens dos governantes para analfabetos e letrados.

No sub-capítulo, dedicado ao socorro, é apresentada a ação desenvolvida pelo futuro Marquês do Pombal para fazer face à situação de emergência em que a capital se encontrava.

Foi efetuado um paralelo com os planos de emergência atuais procurando soluções na época para os pontos principais dos atuais Planos de Emergência de Proteção Cívil. Estes dizem respeito à organização da resposta, administração de meios e recursos, logística, comunicação, gestão da informação, procedimentos de evacuação, manutenção de ordem pública, serviços médicos e de transporte de vítimas, socorro e salvamento, serviços mortuários, auxílio psicológico e espiritual, apoio internacional e reabilitação da cidade.

No quarto e último capítulo, procuramos analisar o que mudou em Lisboa após o terramoto. Na reconstrução de Lisboa foram criadas as condições necessárias para que os conceitos, as formas e as práticas que vinham sendo aplicadas em outras cidades, nomeadamente Turim e Londres, pudessem também ser implantadas na capital do reino. Dominada pelo racionalismo e pelos novos ideais iluministas de felicidade e harmonia do homem com a natureza, a Lisboa pombalina apresentou algumas soluções técnicas muito eficazes.

É de sublinhar a invenção da “gaiola” de madeira no interior, os corta fogos, a distância entre os prédios, a tipologia despojada de ornamentações, as ruas largas e arejadas que procuravam resolver o problema da circulação do ar.

Apesar deste despojamento formal que caracterizou o “pombalino”, a nova arquitetura da capital tornou-a numa cidade moderna e iluminista que acabou por se projetar para além do país.

O nosso trabalho termina com um capítulo dedicado às conclusões do estudo, onde são tecidas um conjunto de considerações gerais sobre as temáticas abordadas e através das quais procurámos dar resposta à questão central desta investigação bem

como algumas reflexões que serão o mote para o debate atual.

O espaço concedido às referências bibliográficas registra as fontes documentais ou bibliográficas a que recorremos para a elaboração deste trabalho e que procuramos agrupar.

Apresentámos primeiramente as fontes manuscritas, seguindo-se as fontes impressas e, por fim, a bibliografia geral contemplando obras nacionais ou estrangeiras que ajudaram a cobrir em termos teóricos ou informativos as questões gerais levantadas ao longo da investigação. Por fim, dizer que muito aprendemos com a sociedade que estudámos, que era e ainda é, parte fundamental da nossa História, considerando os testemunhos deixados pelo passado muito mais do que ferramentas de trabalho.⁴⁶

⁴⁶ Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia...*, p. 25.

1. PORTUGAL EM VÉSPERAS DO TERRAMOTO

Em meados do século XVIII Portugal estava entorpecido. Depois de enriquecer às custas das especiarias da Índia, do ouro e dos diamantes do Brasil e ainda dos escravos de África, sofreu um evento catastrófico que trouxe consequências que influenciaram para sempre a sua existência. O aparecimento de Sebastião de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, como homem forte do rei, levou a um período único de reformas e concomitantemente determinou a existência da vontade de reerguer a capital, através de processos inovadores.⁴⁷

No início de setecentos, as ideias que defendiam o absolutismo tiveram grande difusão na Europa. Historicamente, o absolutismo remete para um determinado tipo de regime político que predominou na Europa entre os séculos XVI e XVIII. A sua estabilização coincidiu com o fim do período medieval e o início da modernidade. Surge assim o Estado Absolutista, sendo que a ele correspondeu também uma forma inovadora de monarquia: a Monarquia Absolutista.

Durante os séculos em que vigorou, foram vários os teóricos que deram sustentação ao poder absoluto dos reis, assim como os que o criticaram.

Jean Bodin foi considerado o primeiro teórico do absolutismo, tendo publicado, em meados do século XVI, o seu “Six Livres de la République”, onde discutiu a questão da soberania. Segundo ele, a soberania era um poder indivisível. O rei, na qualidade de soberano, não poderia partilhar o seu poder com ninguém, nem sequer estar submetido a outra autoridade. Para Bodin, embora não se encontrasse submetido nem mesmo às próprias leis que formulava, o soberano estava abaixo da lei divina numa conceção que misturava religião e política.⁴⁸

Thomas Hobbes publicou quase um século depois do livro de Bodin a sua obra “Leviatã”, onde também deixou a sua contribuição como teórico do absolutismo. Na visão de Hobbes, os homens encontravam-se num estado natural de anarquia, gerando tal violência, que, para a conter era necessário um governo forte e centralizador.

Por necessidade, fizeram entre si um contrato social, que designou um soberano sobre todos os demais tidos como súbditos. A esse soberano, ao rei absolutista, no

⁴⁷ Appleton, João, “A Baixa Pombalina: da inovação ao mito” in *Comunicações das Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, p. 42.

⁴⁸ Deve ler-se Bodin, Jean, *Les six livres de la République, Un abrégé du texte de l'édition de Paris de 1583*, Paris, Gerard Mairet, 1993.

caso, competiria garantir a paz interna e a defesa da nação.⁴⁹

Uma outra obra marcante no pensamento político moderno é “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel, escrito no início do século XVI. Esta obra é um tratado político a respeito das estruturas do estado moderno. Maquiavel discorre sobre vários temas, abordando sempre a maneira como o soberano, a quem chama Príncipe, deveria agir para manter seu reino.⁵⁰

Jacques Bossuet escreveu “Política Tirada da Sagrada Escritura”, publicada postumamente em 1709, na qual defende a origem divina do poder real. Deus delegava o poder político aos monarcas conferindo-lhes autoridade ilimitada e incontestável.

O caso mais significativo do monarca que se serviu das ideias de Bossuet foi Luís XIV de França, cognominado de "Rei Sol".⁵¹ A esses pensadores seguiram-se outros, sustentando teoricamente um modelo de regime político que marcou a história europeia após o período medieval.⁵²

D. João V seguiu esta tendência política governando Portugal como um monarca absoluto. O seu reinado (1706-1750) ficou marcado por obras como o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa que transportou pela primeira vez água potável em quantidade suficiente para as necessidades da população; o Convento de Mafra, com início no ano de 1717 mas que só terminaria em 1770; a Torre dos Clérigos no Porto, da autoria de Nicolau Nasoni; a Biblioteca da Universidade de Coimbra e o Palácio de Queluz.⁵³ Estes investimentos foram acompanhados, também, pelo apoio ao desenvolvimento das artes nomeadamente da música e das letras na corte portuguesa.

Para alguns autores o cognome Magnânimo, atribuído ao monarca, demonstra a generosidade com que era olhado pelos seus súbditos e o título de Fidelíssimo atribuído pelo Papa Benedito XIV, a sua profunda religiosidade.⁵⁴

⁴⁹ Leia-se Hobbes, Thomas, *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

⁵⁰ Leia-se Maquiavel, Nicolau, *O Príncipe*, Queluz de Baixo, Editorial Presença, 2008.

⁵¹ Deve ler-se Bossuet, Jacques, “Politique Tirée des propres paroles de L'Écriture Sainte” in *Oeuvres de Boussuet*, Paris, Typographie de Firmin Didot Frère, 1852, p. 299-482.

⁵² Sobre o Absolutismo deve ler-se ainda Bonney, Richard, *O Absolutismo*, Mem Martins, Europa América, 1991; Asch, Ronald G., “Absolutism and Royal Government” in *A Companion to Eighteenth-Century Europe*, Oxford, P. H. Wilson, 2008; Duchhardt, Heinz, *La época del absolutismo*, Madrid, Alianza, 1992.

⁵³ Brandão, José “Século XVIII (1700-1750)” in *Este é o reino de Portugal*, Lisboa, Editora Saídas de Emergência, 2013, p. 61.

⁵⁴ Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa...*, p. 15.

Mas, Portugal era um país resistente aos novos ideais europeus onde a Inquisição imperava e os Jesuítas tinham um poder quase ilimitado junto do rei. Muitos dos altos cargos na corte eram ocupados por membros da Companhia de Jesus, sendo que o ensino, por eles controlado, se mantinha na linha do sistema aristotélico.⁵⁵

Lisboa de setecentos era resultado do comércio colonial, destacando-se as pedras preciosas e o ouro provenientes do Brasil. Esta riqueza contrastava com os relatos que alguns visitantes estrangeiros faziam, dando conta que Portugal era um país atrasado e retrógrado.⁵⁶ Opiniões que divergiam de outras, deixadas também por viajantes, que diziam que a cidade deveria ser uma das “mais belas e maiores da Europa”.⁵⁷

Ainda ligado à descoberta do ouro no Brasil e resultante da grande quantidade de dinheiro disponível, o “barroco” ganha novo fôlego. Este estilo artístico caracterizado pela decoração rebuscada, com grande profusão de torneados, medalhões, curvas e contra curvas pode ainda hoje ser encontrado no interior das igrejas e palácios onde podemos observar a talha dourada, os azulejos e mármore.⁵⁸

A corte vivia com muito luxo e ostentação. Nas festas patroneadas pelo rei, os nobres vestiam, de acordo com a moda francesa, trajes riquíssimos. Os bailes, concertos, teatros e jogos divertiam e distraíam a corte onde havia igualmente grandes banquetes. Procurando imitar este tipo de vida, a nobreza construiu palácios um pouco por todo o país.⁵⁹

No campo filosófico emergiu Luís António Verney, com o “Verdadeiro Método de Estudar”, e no campo literário, António José da Silva.⁶⁰ Foi ainda neste reinado que foi fundada a Real Academia Portuguesa de História e a ópera italiana foi introduzida em Portugal.

⁵⁵ Fonseca, João Duarte, 1755 *O Terramoto de Lisboa...*, p. 17.

⁵⁶ Fonseca, João Duarte, 1755 *O Terramoto de Lisboa...*, p. 17-18.

⁵⁷ Saussure, César de, “Cartas Escritas de Lisboa no ano de 1730” in Chaves, Castelo Branco, (org.) *O Portugal de D. João V visto por três estrangeiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 263. Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, p. 3.

⁵⁸ Pode ler-se mais em Ferreira-Alves, Natália Marinho, “Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série vol. 2, Porto, 2003, pp. 735-755.

⁵⁹ Oliveira, Ricardo de, “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII” in *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43, 2010, p.110.

⁶⁰ *O verdadeiro método de estudar* foi publicado pela primeira vez em Nápoles, em 1746. A obra do oratoriano Luis António Verney era um manual eclético de lógica, um método de gramática, um livro sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha dezenas de cartas sobre todos os tipos de assuntos. Sobre a introdução desta obra, em Portugal pode consultar-se ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, liv. 157, fls. 13-15. Sobre este tema pode ler-se Maxwell, Kenneth, *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 12.

Nos primeiros anos dos setecentos, a cidade de Lisboa deveria possuir, no mínimo, 200000 habitantes e, do ponto de vista estrutural, existia uma marca de precariedade que evidenciava uma cidade com traços medievais. O ordenamento das ruas e vielas era irregular com um desenvolvimento urbanístico de caráter assimétrico. Sem iluminação alguma durante a noite, os passeios noturnos eram arriscados. A ausência de qualquer modalidade de organização sanitária tornava o ambiente, que à primeira vista podia ser encantador, no mínimo, nocivo à saúde.⁶¹

Com a sua passagem por terras estrangeiras entre os anos de 1738 e 1750, o Marquês de Pombal, teve a oportunidade de observar o que se passava em meios distintos dos de Lisboa. Esta experiência dotou-o de uma “visão estrangeira”, que lhe fez ressaltar pormenores fáceis de escapar, resultante da sua passagem por outros países da Europa.⁶² Com a morte de D. João V, em julho de 1750, D. José subiu ao trono com trinta e seis anos de idade e passados apenas três dias da morte do seu pai nomeou Sebastião de Carvalho e Melo para o cargo de Secretário de Estado do Reino.⁶³

⁶¹ Oliveira, Ricardo de, “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII”..., p. 112. Sobre Lisboa deve ler-se ainda Pinheiro, Magda, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012.

⁶² Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época*, Lisboa, Edição Romano Torres, 1955, p. 71.

⁶³ Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época ...*, p. 80.

Figura 1: Lisboa antes do Terramoto



Fonte: ANTT, Coleção Castilho, pt. 17, doc. 98 e 99

Figura 2: Terreiro do Paço no século XVII



Fonte: Museu da Cidade, nº inventário: MC.PIN.261. Localização: Exposição permanente.

1.1. O PODER POLÍTICO

“Assim como o terramoto foi um mal para todos e um bem imenso para Sebastião de Carvalho, assim a morte de D. José, sendo para todos um grande bem, foi para elle um grande mal. Estava terminado o seu império. Despotismo, crueldade e ambição, fôra aniquilada, destruída, exterminada pela foice implacável da morte.”⁶⁴

Na época do terramoto, Lisboa era a capital de uma monarquia que se estendia pelos quatro continentes. Esta monarquia era governada por D. José I, fruto legítimo embora não primogénito de um casamento “contratado em tempos de guerra”.⁶⁵ D. José nasceu a seis de junho de 1714 com o nome de José Francisco António Inácio Alberto Agostinho tornando-se, em outubro, por morte do seu irmão primogénito, sucessor da Coroa portuguesa sendo o vigésimo quinto rei de Portugal.⁶⁶

O século XVIII em Portugal iniciou-se sob os auspícios da Guerra da Sucessão de Espanha.⁶⁷ O reinado do ouro principiou sob o signo da guerra e da carência.⁶⁸ Apesar da Coroa portuguesa estar determinada a não se envolver nas disputas entre as suas congéneres europeias, aquando da nova situação política da Europa viu-se obrigada, a debater o assunto e ouvir pareceres sucessivos.⁶⁹

⁶⁴ Barros, Francisco Lobo Correia de, *Altos feitos do Marquês de Pombal*, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p. 111.

⁶⁵ Monteiro, Nuno Gonçalo, *D. José*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 82.

⁶⁶ D. José morreu em fevereiro de 1777 com 62 anos, tendo o seu corpo sido “entregue” na Igreja Patriarcal de Lisboa, tal como consta no documento que se encontra arquivado na Torre do Tombo. ANTT, *Gavetas*, Gav. 16, mç. 2, nº 48, fls. 1-4.

⁶⁷ D. João V casou em 1708, em plena Guerra da Sucessão, com D. Maria Ana, obtendo assim uma aliança entre a casa de Bragança e o Sacro Império Romano-Germânico de cujo imperador era filha. A Guerra de Sucessão Espanhola (1703-1714) ocorreu quando Carlos II da Espanha (1661-1700), então Rei e monarca da Casa de Habsburgo, que era casado com a princesa de origem francesa Maria Luísa, morreu sem deixar nenhum herdeiro para sucedê-lo no governo da Espanha. Com a morte do Príncipe das Astúrias, Filipe de Bourbon, Duque de Anjou, neto de Luís XIV de França, foi levado ao trono através do testamento de Carlos II, começando a dinastia da família Bourbon em território espanhol. As outras monarquias da Europa, contrariadas por uma possível união entre as Coroas de França e da Espanha, tornaram-se as principais opositoras ao Arquiduque Charles do Sacro Império Germânico, o único que poderia unir os domínios de Espanha e França através dos Habsburgo. Temendo a criação de uma potência no continente, que seria prejudicial aos interesses económicos do grupo, alguns países europeus declararam-se contra esta união. O então imperador da Áustria, Leopoldo I, que era próximo ao finado rei Carlos II, ao julgar-se digno do trono espanhol, começou as hostilidades que desencadearam no começo da Guerra de Sucessão Espanhola. Esta guerra terminou sem vencedores. Por um sistema de compensações, as nações participantes conseguiram chegar a um acordo e por imposição de Luís XIV, Filipe de Anjou foi denominado rei da Espanha (chamando-se Filipe V). Pode ler-se mais em Monteiro, Nuno Gonçalo, *D. José...*, p. 12.

⁶⁸ Ramos, Rui (coord.); Sousa, Bernardo Vasconcelos; Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 343.

⁶⁹ Cluny, Isabel, “A Guerra de Sucessão de Espanha e a Diplomacia Portuguesa” in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, Lisboa, n. 26, 2002, pp. 63-92.

Quando subiu ao trono, D. José I tinha à sua disposição os mesmos meios de ação governativa que os seus antecessores do século XVII, apesar do progresso económico realizado no país na primeira metade do século XVIII. Esta inadaptação das estruturas administrativas, jurídicas e políticas do país, juntamente com as condições económicas deficientes herdadas dos últimos anos do reinado, obrigou o monarca a escolher os seus colaboradores entre aqueles que eram conhecidos pela sua oposição à política seguida no reinado anterior. Diogo de Mendonça Corte Real, Pedro da Mota e Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo passaram a ser as personalidades em evidência. Assistiu-se, então, de 1750 a 1755, à consolidação política do poder central e ao reforço da posição do Marquês de Pombal com a consequente perda de importância dos outros ministros.

D. José I e o Marquês de Pombal são, assim, os dois nomes mais sonantes que resumem um dos períodos mais notáveis da monarquia portuguesa.⁷⁰

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu a treze de maio de 1699, num palacete da Rua do Século (então chamada Rua Formosa), filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e de sua mulher D. Teresa de Mendonça.⁷¹ Seu pai era um cavalheiro humilde, mas que vivia independente, e pertencia à categoria de fidalgo da província. Esta qualidade deu-lhe direito a muitos privilégios da nobreza, ainda que não considerado grande do reino, com direito aos títulos de conde, marquês ou duque.

Sebastião José de Carvalho juntou o apelido de Melo, que lhe vinha de seu avô materno, João de Almeida e Melo, costume muito seguido então, principalmente quando, como este, vinha de ilustre ascendência.

Sebastião José de Carvalho entrou na Universidade de Coimbra, onde terá feito alguns estudos, mas era sobretudo um autodidata.⁷² Deixou os bancos da universidade e aos vinte e sete anos ingressou na vida militar, sem, todavia, conseguir passar de um modesto cabo de esquadra.⁷³ Não tendo passado deste posto, deixou a vida militar tal como tinha abandonado Coimbra. Vendo-se novamente sem ocupação, o seu génio ativo lançou-o em estudos sobre Economia, Política e História Universal. Foi para Lisboa onde, através dos conhecimentos de um seu tio, acabou por ser apresentado ao

⁷⁰ Septenville, Édouard Langlois, Baron de, *Étude historique sur le Marquis de Pombal: 1738-1777*, Bruxelles, Typographie de M. Weissenbruch, 1868, p. 13.

⁷¹ Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época...*, pp. 25-26.

⁷² Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922, pp. 10-11.

⁷³ Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época...*, p. 28.

rei. Este nomeou-o membro da Academia Real de História, com o intuito de que escrevesse a história de vários monarcas.

Em 1738, foi enviado para Londres, como Embaixador, e mais tarde, para Viena de Áustria, tendo iniciado uma carreira diplomática muito empreendedora, observando e refletindo sobre o reino, a partir de um ângulo externo.⁷⁴ Sua esposa, D. Teresa, que tinha ficado no Mosteiro de Santos (como era comum na época acontecer aquando destas separações causadas por viagens ou longas estadias no estrangeiro) faleceu, tendo Sebastião de Carvalho e Melo, com o desgosto, dedicado todo o seu tempo ao trabalho demonstrando habilidade e competência. Regressou a Lisboa em 1750, pouco antes da morte de D. João V e assim que D. José I subiu ao trono, Pombal tomou posse da pasta que lhe fora destinada.⁷⁵

Os oito meses que decorreram desde a sua chegada a Lisboa até à morte do monarca não foram fáceis e nem a influência de seu tio, Secretário de Estado, nem o apoio da rainha D. Maria Ana conseguiram vencer a antipatia que D. João V manifestava pela sua pessoa. A persistente má vontade do rei, que a hostilidade dos cortesãos alimentava devia-se, segundo alguns autores, ao pensamento rígido e personalidade forte de Pombal que contrastava com a superstição e falta de cultura mental em que se encontrava o povo português.⁷⁶

⁷⁴ Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, Miranda, Susana Munch, *História Económica de Portugal, 1143-2010*, 2ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012, p. 266.

⁷⁵ Sobre a vida do Marquês de Pombal deve ler-se Aranha, Pedro Venceslau de Brito, *O Marquês de Pombal e o seu Centenário. Notas Bibliográficas*, Lisboa, INCM, 1908; Baião, António Eduardo Simões, “A Inquisição e o Marquês de Pombal” in *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Seara Nova, 1938, pp.7-39; *Marquês de Pombal 2.º Centenário. Catálogo de Exposição para o 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal, Novembro de 1982 a Janeiro 1983*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982; Branco, Camilo Castelo, *Perfil do Marquês de Pombal*, Porto, Clavel & C.ª, L. Couto & C.ª, 1882; Cidade, Hernâni, *O marquês de Pombal. O Homem e a Obra na Metrópole e no Ultramar*; Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963; Club de Regatas Guanabarenses do Rio de Janeiro, *O Marquês de Pombal. Obra comemorativa do centenário da sua morte*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885; Correia, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Melo na Corte de Viena de Áustria. Elementos para o Estudo da sua Vida Pública (1744-1749)*, Lisboa, [s.n.], 1965; Dias, Clara, *Marquês de Pombal*, Porto, Asa, 1993; Gomes, Francisco Luiz, *Le Marquis de Pombal, esquisse de sa avie publique*, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugaise, 1869; Gusta, Francesco, *Mémoires de Sébastien-Joseph de Carvalho et Mélo, comte d'Oeyras, marquis de Pombal, secrétaire d'état & premier ministre du roi de Portugal Joseph I*, Lisbonne, Imprimeur – Librairie Rue de la Magdelaine, 1784; Macedo, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Série Pombalina, 1982; *Marquês de Pombal: Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*, ed. para a comemoração do 2.º Centenário da morte de Marquês de Pombal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982; Santos, Maria Helena Carvalho dos, *Pombal Revisitado*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1984; Serrão, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal: O Homem; o Diplomata e o Estadista*, Lisboa/ Oeiras /Pombal, Câmara Municipal de Lisboa/ Oeiras/ Pombal, 1982; Torgal, Luís Reis, «Acerca do significado de Pombalismo», *Revista de História das Ideias*, n.º 4, 1982, pp. 7-17.

⁷⁶ Azevedo, João Lucio de, *O Marquês de Pombal e sua Época...*, pp. 88-92. Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época...*, p. 50.

Mas a rápida deterioração da saúde do rei, deu-lhe alguma esperança para se manter na corte tendo o primeiro sinal de mudança acontecido ainda antes da morte de D. João V.

A rainha, que assumira a regência, solicitou a sua opinião sobre a importação e comércio do trigo.⁷⁷ Iniciou, então, funções no governo com energia e traquejo que tinha trazido na bagagem de Londres. Era cidadão, astuto e ambicioso e

“a assiduidade do ministro ao trabalho, em contraste com o principal secretario de Estado, Pedro da Motta, a clareza de seu entendimento, o manifesto espirito de reformar praxes antiquadas, e corrigir abusos passados e recentes, depressa lhe grangearam a estima do rei.”⁷⁸

Sebastião de Carvalho e Melo foi recompensado pela devoção ao seu rei e por todo o trabalho executado na recuperação da capital, como se veio a comprovar. Em dois de agosto de 1750, ficou responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, sendo por essa ocasião o Secretário de Estado do Reino, Pedro Mota e Silva e Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real.⁷⁹ Quando Sebastião de Carvalho assumiu o cargo no governo, este era “tão informe (...) e a Monarchia , q, em outro tempo foi de grande consideração, quazi reduzida a nada (...)”⁸⁰

Assim, em seis de maio de 1756, Sebastião de Carvalho e Melo foi nomeado Secretário de Estado do Reino, sendo os outros cargos ocupados por homens da sua confiança. Mas, em setembro do mesmo ano, o governo sofreu nova remodelação, pois o Secretário de Estado da Marinha, Diogo de Mendonça Corte Real, foi afastado para o Porto, por estar implicado num plano para afastar Sebastião José de Carvalho e Melo.

O terceiro governo de D. José I seria assim mais coeso, reinando à volta da figura do futuro Conde de Oeiras, título conferido em 1759 com todos os bens e privilégios que o acompanhavam e, em 1769, elevado a Marquês de Pombal. Finalmente, podia esquecer a sua humilde origem que sempre o incomodou mais do que a modéstia das

⁷⁷ Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época...*, pp. 93-94.

⁷⁸ Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época...*, pp. 117-118.

⁷⁹ Na reforma governativa de 1736, D. João V concedeu atribuições maiores aos secretários, cujos nomes tradicionais foram modificados, com a correspondente reorganização de funções: Secretário de Estado do Reino, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. Este governo de três pessoas era presidido pelo rei enquanto que o Secretário de Estado do Reino dirigia o gabinete atuando como um primeiro ministro. Leia-se Marques, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, 9ª ed. vol.II, Lisboa, Palas Editores, 1983, p. 304.

⁸⁰ *Cartas escritas sobre o estado passado, e o presente de Portugal*, Carta 2ª, Lisboa de Janeiro de 1777, p. 8.

suas finanças. Durante o reinado de D. José I, o governo seria remodelado mais três vezes: a vinte de março de 1760, doze de julho de 1770 e dez de junho de 1776, mudando alguns intervenientes, mas mantendo um núcleo estável de colaboradores de Pombal. Após tomar posse como Secretário de Estado do Reino, o futuro Marquês de Pombal centralizou em si toda a decisão política, solicitando aos tribunais que todas as decisões deveriam passar pela sua Secretaria de Estado antes de serem efetivadas.⁸¹

Marquês de Pombal manteve-se no ativo até ao ano de 1777, altura em que pediu a demissão de todas as suas funções, alegando doença e idade avançada. Retirou-se para a cidade de Pombal, onde permaneceu até à sua morte em 1782. No seu epitáfio pode ler-se:

“Aqui jaz Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal, Ministro e Secretário de Estado de D. José I Rei de Portugal; o qual reedificou Lisboa, animou a agricultura, estabeleceu as fabricas, restaurou as sciencias, estabeleceu as leis, reprimiu o vício, recompensou a virtude, desmascarou a hypocrisia, desterroo o fanatismo, regulou o tesouro real, fez respeitada a soberana authoridade; cheio de gloria coroadado de louros oprimido pela calumnia, louvado pelas nações estrangeiras: como Rechelieu sublime em projectos, igual a sully na vida e na morte: grande na prosperidade, superior na adversidade, como philosopho, como heroe, como christão, passou à eternidade no anno de 1782 aos 82 anos de idade e no 27º da sua administração.”⁸²

Podemos dizer que sem terramoto não teria havido pombalismo, pois foi a partir da aniquilação física da cidade e da destruição do quotidiano político e administrativo que se assistiu à emergência de um novo cenário político onde se impôs Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, dando origem a uma nova fórmula política concertada e dominadora.⁸³

O terramoto de 1755 é considerado um dos acontecimentos com mais repercussões políticas durante o Antigo Regime, pois de uma forma imprevisível e abrupta, criou situações que proporcionaram dinâmicas políticas que noutras circunstâncias nunca teriam acontecido.

A destruição de toda a zona ribeirinha e áreas circundantes, os palácios dos nobres, tribunais e arquivos, obrigaram a uma interrupção violenta das rotinas causando uma enorme intranquilidade. A necessidade urgente de coordenar e

⁸¹ Ver Subtil, José, *O terramoto politico (1755-1789) Memória e poder...*, pp. 89-99.

⁸² Consultar Perestrello, Josephina Pinto Carneiro, *Factos Notaveis da Historia Portuguesa e Biographia de Marquez de Pombal*, Lisboa, Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, 1882, p. 53.

⁸³ Rollo, Maria Fernanda, “Dimensões e réplicas intemporais do Terramoto de 1755” in *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, II Série, nº 89, 2005, pp. 86-88.

centralizar as operações de socorro e saneamento levaram a que práticas políticas, por vezes esvaziadas de conteúdo, fossem interrompidas e se criasse um comando político autónomo capaz de responder prontamente às necessidades urgentes que se apresentavam tendo este desempenho sido alvo de reconhecimento nacional e internacional.

Na segunda metade do século XVIII, três momentos alteraram o sistema de organização do poder e as relações da Coroa com a tríade Nobreza, Religião e Reino, tendo o primeiro momento influenciado os seguintes.⁸⁴ Esses momentos foram o terramoto de 1755, a tentativa de regicídio em 1758 e a expulsão dos jesuítas em 1769.⁸⁵

Sebastião de Carvalho, representante do Despotismo Esclarecido, viveu num período marcado pelo Iluminismo, tendo desempenhado um papel primordial na aproximação de Portugal à realidade económica e social nos países mais dinâmicos como são os do Norte da Europa. Iniciou com esse intuito várias reformas administrativas, económicas e sociais.

A administração de Pombal ficou marcada por duas contrariedades que ficaram célebres, o terramoto de 1755 e o Processo dos Távoras, sendo que o primeiro lhe conferiu o papel histórico de renovador arquitectónico da cidade.

O Processo dos Távoras foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos Jesuítas de Portugal e das suas colónias.

A luta de Pombal contra o clero e a nobreza teve um carácter circunscrito, quase pessoal. Mesmo depois do desaparecimento do ilustre ministro, estas duas classes continuaram a comportar-se de forma arrogante e ousada, na sua eterna união com a realeza. O povo, esse, esteve sempre isolado e batido nos seus direitos.⁸⁶

Sintetizando, os primeiros tempos de reinado do vigésimo quinto rei de Portugal D. José I, cognominado de “O Reformador”, não foram brandos. Herdou do seu antecessor, um país com alguns hábitos inveterados, que poriam à prova o seu trabalho de governante.

Sebastião de Carvalho e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, com sua grande capacidade de trabalho e de chefia tornou-se no homem de

⁸⁴ Sobre este assunto deve ler-se Abreu, Laurinda, “A política religiosa do Marquês de Pombal: algumas leis que abalaram a Igreja”, Separata da *Revista Século XVIII*, vol. I, tomo I, Lisboa, 2000, pp. 223-233.

⁸⁵ Consulte-se Subtil, José, *O terramoto político (1755-1789) Memória e poder...*, p. 109.

⁸⁶ Club de Regatas Guanabarenses do Rio de Janeiro, *O Marquez de Pombal. Obra comemorativa do centenário da sua morte*, (segunda parte), Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 32.

confiança para o monarca, principalmente após a sua revelação, na forma de reagir perante o terramoto de 1755. Após este trágico acontecimento, transitou para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Esta secretaria sobrepunha-se às restantes que compunham o governo, nomeadamente, a última ocupada por Pombal.⁸⁷

Tendo um lugar central na burocracia do Estado, passavam por ele todos os despachos e consultas dirigidas a D. José I. Marquês de Pombal assegurou, assim, que todas as áreas de atuação do governo passassem pela sua intervenção pessoal assumindo, por inerência do cargo, uma posição que lhe permitia propor e executar medidas legislativas e executivas.⁸⁸ Este modelo de governação perdurou até final do Antigo Regime.

O futuro Marquês do Pombal empenhou-se fortemente no reforço do poder régio, diminuindo o poder de algumas casas nobres. Adepto do Despotismo Esclarecido, visou acelerar o processo de modernização de Portugal e assim aumentar seu poder e prestígio a fim de enfraquecer a oposição do governo.

⁸⁷ Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, Miranda, Susana Munch, *História Económica de Portugal*, 1143-2010..., p. 266.

⁸⁸ Subtil, José Manuel, “Os poderes do Centro” in Mattoso, José (dir.); Hespanha, António Manuel (coord.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 176-177.

Figura 3: Marquês de Pombal



Fonte: Museu da Cidade, nº inventário MC.PIN.279. Localização: Exposição permanente.

Figura 4: D. José I, rei de Portugal



Fonte: 1773, por Miguel António do Amaral.

1.2. O PODER ECONÓMICO

“Durante o primeiro decennio do seu longo ministerio, a acção governativa de Sebastião de Carvalho tivera de concentrar-se particularmente na peleja tormentosa contra os jesuitas e os fidalgos. Fora principalmente politica a sua conturbada administração. Nos intervallos, que lhe deixava livres o combate, não se esquecerà todavia de attender com eficazes providencias ao remédio de muitas necessidades económicas.”⁸⁹

Em 1701, Portugal contava com uma população que rondava os 2100000 habitantes. Era uma época em que a mortalidade se mostrava ainda muito elevada sensível a crises, guerras e epidemias, condicionando os efeitos de uma natalidade em expansão.⁹⁰

À época, as terras do reino eram habitadas de diferentes modos e intensidades, com ocupação intensiva a norte do Tejo e grandes herdades e ocupação extensiva a sul.⁹¹ Estas assimetrias ficaram a dever-se às modalidades jurídicas e institucionais que condicionavam o acesso à terra nas diferentes regiões do reino, como as formas de concessão vitalícia e/ou hereditária da terra, os modelos de tributação vigentes e os processos de amortização.⁹²

No século XVIII, as atividades laborais eram exercidas desde a mais tenra idade até os homens se manterem fisicamente capazes, independentemente da idade apresentada. A entrada formal no mundo do trabalho acontecia no início da adolescência embora as crianças exercessem atividades laborais contribuindo, de algum modo, para a economia doméstica.⁹³ No Antigo Regime a unidade económica predominante era a família. Esta era entendida como um grupo de pessoas que partilhavam espaços comuns ou contíguos e exerciam um conjunto de atividades que possibilitavam a sobrevivência material do agregado familiar. Para estes grupos a atividade básica continuava a ser a agricultura, sendo a sobrevivência dependente do

⁸⁹ Club de Regatas Guanabarenses do Rio de Janeiro, *O Marquez de Pombal...*, p. 396.

⁹⁰ Monteiro, Maria João Guardado; Veiga, Teresa Rodrigues, “A evolução da população” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII...*, p. 37.

⁹¹ Monteiro, Maria João Guardado; Veiga, Teresa Rodrigues, “A evolução da população”..., p. 68.

⁹² Monteiro Nuno Gonçalo, “A ocupação da terra” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII...*, pp. 68-75.

⁹³ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII...*, pp. 95-96.

cultivo da terra.⁹⁴

O setor primário representava um peso esmagador no conjunto das atividades produtivas, seguido de uma indústria incipiente, ainda pouco para lá do trabalho officinal e do artesanato arcaico, permanentemente sujeito às pressões imobilizadoras do sistema gremial e corporativo.⁹⁵

No norte do reino, sobretudo nas terras do Minho, era predominante a figura do lavrador. Região densamente povoada onde todos os camponeses detinham um pequeno bocado de terra e que servia de base de sustentação da família.⁹⁶ Trabalhavam principalmente nas suas terras ou em terrenos arrendados prescindindo, por norma, da contratação de trabalhadores a termo. Caminhando em direção ao Sul, foi diminuindo o número de lavradores. As grandes herdades incluíam uma variedade de trabalhadores especializados, sendo que alguns deles não eram fixos.

As herdades alentejanas contavam regularmente com as migrações sazonais das Beiras e Minho sobretudo em épocas de ceifa, pois um grande número de homens partia para longe de casa à procura de um rendimento durante a maior parte do ano.⁹⁷ Eram ainda contratados homens da região do Douro vinhateiro para a preparação de valas de cultivo.⁹⁸

Nas regiões de criação de gado, como por exemplo no Ribatejo, verificava-se a presença abundante de trabalhadores fixos, sendo que na sua maioria eram pastores. Nestas regiões verificava-se, também, a existência de caçadores profissionais à semelhança do que acontecia em Trás-os-Montes. Relativamente à pesca, além de localidades com grande expressão, como a Póvoa do Varzim, Matosinhos e Cascais, existiam ainda regiões com atividade piscatória importante, como a costa do Algarve e alguns portos no litoral entre o Douro e Minho.⁹⁹ Os estudos referem que as comunidades piscatórias mantiveram uma permanente interação com a agricultura,

⁹⁴ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 96

⁹⁵ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., pp. 97-105.

⁹⁶ Leia-se Durães, Margarida, “Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)” in *Boletim de História Demográfica*, XII:35, 2005, p. 2.

⁹⁷ Durães, Margarida, “Com uma enxada e um fouchinho. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias” in Martins, Moisés de Lemos (org.), *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, mudança social e razão, Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*, Coimbra, Grácio Editor, 2010, p. 162.

⁹⁸ Leia-se Durães, Margarida “Os camponeses do Noroeste de Portugal: família, património e cultura material (séculos XVIII-XIX)” in Cunha, Mafalda Soares da; Franco, Juan Hemández, *Sociedade, família e poder na Península Ibérica, elementos de uma história comparativa*, Murcia, Universidade de Murcia, 2010, pp. 235-254.

⁹⁹ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 103.

sendo que o trabalho da terra, a recolha de sargaços e a pesca, raramente foram atividades exclusivas.

O trabalho agrícola tinha um carácter inconstante causando alguma uma incerteza socioprofissional, mas, em simultâneo permitiu uma melhor inserção das mulheres nas atividades agrícolas.¹⁰⁰ Alternando períodos de grande azáfama, com épocas de maior descanso, proporcionava aos trabalhadores rurais, a possibilidade de intercalar com outro tipo de tarefas tanto ligadas às artes manuais como comerciais.

A sazonalidade fazia-se sentir neste setor, de uma forma bem visível. Exemplo disto era a extração de sal efetuada no verão, por agricultores e pescadores, mobilizando para este fim, grande quantidade de mão-de-obra.¹⁰¹

As migrações internas sempre foram consideradas como complementares da atividade agrícola. Iniciavam-se na primavera e propongavam-se até ao final do verão. A primeira vaga de migrações começava em março e atingia o seu maior volume em abril e maio. No decurso dos meses seguintes havia uma ligeira diminuição de saídas. A partir do mês de agosto, até ao final de outubro, assiste-se a uma nova vaga, numericamente superior à primeira.¹⁰²

Apesar do desenvolvimento de manufaturas no século XVIII, a indústria continuou incipiente. No setor secundário, a oficina era a unidade de produção, seguida da manufatura e mais raramente do fabrico. O setor experimentou, principalmente na indústria de luxo, a vinda de técnicos estrangeiros, na sua maioria italianos e franceses, que de modo próprio ou por iniciativa do Estado, requeriam sempre o apoio financeiro do rei.

O setor terciário, só nos maiores centros urbanos se mostrava declarada e decididamente comercial, pois nas zonas rurais eram os clérigos, os criados e os profissionais liberais a tomar o lugar dos comerciantes ausentes e das vias de comunicação que dificilmente chegavam a ser abertas.¹⁰³ De qualquer forma, 70 a 80% da população portuguesa trabalhava.¹⁰⁴

No Antigo Regime, embora o lar fosse muitas vezes o local de trabalho das mulheres, encontram-se algumas a exercerem variadas atividades, nos diferentes

¹⁰⁰ Durães, Margarida, “Com uma enxada e um fouchinho. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias”..., p. 163.

¹⁰¹ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 103.

¹⁰² Durães, Margarida, “Com uma enxada e um fouchinho. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias”..., p. 164.

¹⁰³ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., pp. 105-107.

¹⁰⁴ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 100.

setores, conquanto a divisão de géneros fosse uma constante.

No sul alentejano a atividade das mulheres confinava-se ao espaço doméstico enquanto que, no norte, as que pertenciam às camadas mais populares tinham maior liberdade de circulação nos espaços públicos. Nas comunidades piscatórias cabia às mulheres uma boa parte das tarefas realizadas em terra como a lavagem, a salga e seca do peixe. Em atividades agrícolas sazonais apanhavam a azeitona do chão, juntamente com raparigas e rapazes, ficando o lagar a cargo da força masculina. As mulheres desempenhavam ainda papéis importantes no setor têxtil, nomeadamente do fabrico do linho.¹⁰⁵

Em alguns locais, em particular nas localidades junto da serra da Estrela, a fição da lã era da responsabilidade de raparigas e mulheres que o faziam a par com a lide doméstica. A participação das mulheres no setor têxtil requeria uma licença de exercício de atividade concedida após exame efetuado pelas câmaras. Este exercício, juntamente com o de parteira e ama dos expostos, é referido como os únicos sujeitos à regulamentação e fiscalização por parte das autoridades locais.¹⁰⁶

As mulheres europeias da Idade Moderna eram, pois, na grande maioria, população ativa rural, constituída por camponesas pobres, mal alimentadas que viviam sem as mínimas condições higiénicas pessoais e de habitação. Nestas condições, a preparação das refeições e a restante lide doméstica eram tarefas rudimentares, consumindo pouco tempo. As mulheres do campo eram jornaleiras, criadas rurais, agricultoras de terra própria, criadoras de gado, fabricantes de laticínios, fios, tecidos, calçado, entre outros, para consumo próprio ou integrando-se na chamada indústria rural, sistema de produção disseminado por toda a Europa e que antecedeu a industrialização.¹⁰⁷

Existiam, ainda, para as mulheres do século XVIII ocupações exclusivas como a amamentação das crianças. Numa época em que o abandono de crianças às portas das instituições aumentava, as mulheres entraram num mundo de mercado único embora controlado pelos homens. A atividade de ama-de-leite podia ser dedicada a crianças

¹⁰⁵ Leia-se Alves, Jorge Fernandes, “O Trabalho do Linho” in Mendes, José Amado; Fernandes Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, p. 295.

¹⁰⁶ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 108-109.

¹⁰⁷ Lopes, Maria Antónia, “Mulheres e trabalho em Coimbra (Portugal) no século XVIII e inícios do XIX” in Rodríguez, Juan José Iglesias (coord); García, Rafael M. Pérez; Chaves, Manuel F. Fernández, *Comércio y cultura en la Edad Moderna*, Sevilha, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, p. 1771.

de todos os estratos sociais, embora os expostos representassem uma grande fatia do mercado. Esta atividade foi considerada por alguns autores como uma espécie de setor público, pois eram financiados por dinheiros provenientes das câmaras.¹⁰⁸

As crianças tinham também regras diferentes consoante o género. As raparigas, a partir dos doze, e os rapazes depois dos catorze anos podiam testemunhar em juízo, ser padrinhos e até casar, embora necessitassem de consentimento paterno.¹⁰⁹ Nos funerais de crianças era a partir desta idade que eram acesas mais velas em sua alma. Mas, aos sete anos cessava a responsabilidade do Estado em relação aos expostos, sendo estes entregues a famílias de acolhimento. Os rapazes só podiam auferir de salário aos doze anos e as raparigas aos catorze. O mesmo acontecia com os órfãos, que eram entregues aos empregadores aos sete anos e ficavam até aos doze ou catorze anos sem auferirem do salário correspondente ao seu trabalho. Alguns registos documentam que certos pais tinham relutância em deixar as crianças cumprir, aquilo a que hoje chamamos, o calendário escolar. Embora este se adaptasse ao ritmo do trabalho agrícola, o facto do seu cumprimento não permitia às crianças ajudar em pleno na economia familiar.¹¹⁰

As tarefas mais usuais para os mais novos eram a ajuda com o gado iniciando este trabalho por volta dos seis anos de idade em troca de alimentação. Alguns autores referem que em Lisboa o emprego de crianças na indústria, como aprendizes, começava por volta dos oito a dez anos.

Portugal, no século XVIII, apresentava baixos índices de produtividade sem destoar substancialmente do que sucedia noutros pontos da Europa, em vias de industrialização.

O patriarcado em que se vivia condicionava o número de dias que se trabalhava no ano sendo umas dioceses mais produtivas do que outras. Havia casos de diferenças de uma semana de trabalho por ano. A diocese do Funchal era a que tinham menos dias de trabalho por ano, enquanto que, a de Miranda, era a que mais trabalhava. Com valores igualmente altos, contavam-se as dioceses do Porto e Algarve, sendo o patriarcado de Braga um dos que menos trabalho apresentava. À fraca qualidade dos solos, juntava-se o baixo desenvolvimento tecnológico e o fraco desempenho dos

¹⁰⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 109.

¹⁰⁹ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 111.

¹¹⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 111.

trabalhadores.¹¹¹

Quanto aos horários de trabalho, estes variavam com a duração da luz do dia. Nas fábricas trabalhava-se entre oito e onze horas, sendo o verão a época de mais horas de jornada. Em indústrias que usavam a energia das águas para a produção de energia, trabalhavam-se mais horas de inverno, pois o caudal dos rios era maior.

A remuneração do trabalho no Antigo Regime, variava consoante a idade, qualificação, época do ano e região. O salário podia ser em numerário ou outra qualquer forma de remuneração que não passava necessariamente pelo dinheiro. Neste caso, podiam descer 50% do seu valor caso o trabalhador fosse alimentado.¹¹²

À época, a vida dos trabalhadores não era fácil e, não obstante, os trabalhadores portugueses beneficiaram de uma plataforma salarial bastante estável durante praticamente todo o século XVIII. Esta era no entanto, insuficiente para superar a precariedade das suas condições de vida e trabalho. Alguns viviam no limiar da pobreza, sobrevivendo à custa da caridade pública.¹¹³

A agricultura portuguesa no século XVIII relegou para segundo plano o trigo, a cevada e o centeio voltando-se decididamente para o milho, a vinha, a oliveira, a batata, as leguminosas ou a pecuária.¹¹⁴ Ao longo da centúria de setecentos, a agricultura fortaleceu a sua relação com o mercado e integrou-se nas trocas comerciais com o ultramar bem como nos esquemas de produção industrial como por exemplo no fornecimento de lã.¹¹⁵

O tecido industrial português de setecentos nunca foi capaz de alargar o consumo interno nem de garantir vantagens competitivas na exportação apesar de se terem formado áreas de especialização regional. Foram exemplos disso o linho no Minho, os lanifícios na Serra da Estrela e no Alentejo, as sedas em Trás-os-Montes. Introduziram-se também algumas inovações técnicas quase sempre por mão estrangeira e em torno da tecelagem como as máquinas de fiar britânicas.¹¹⁶

O contexto monetário setecentista mantinha as mesmas características de séculos anteriores. Desde 1253, que se mantinha o regime monetário bimetalista ouro-prata,

¹¹¹ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 112.

¹¹² Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., p. 116.

¹¹³ Sá, Isabel dos Guimarães, “O trabalho”..., pp. 117-118.

¹¹⁴ Serrão, José Vicente, “A agricultura” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII...*, p. 149.

¹¹⁵ Serrão, José Vicente, “A agricultura”..., p. 174.

¹¹⁶ Pedreira, Jorge, “A indústria” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII...*, p. 207.

com a exclusividade da Coroa em cunhar o real, unidade monetária que vigorava desde 1453.¹¹⁷ O mesmo regime manteve-se até 1797, altura em que, além da circulação das moedas de metal precioso, se juntou o papel-moeda passando este a ser aceite em todas as transações.¹¹⁸

Para alguns investigadores, ao longo do século XVIII a política monetária, em relação à moeda metálica, caracterizou-se pelo equilíbrio legal. O ouro manteve-se ao preço definido em 1688 enquanto que a prata sofreu alteração em 1734 e 1747.¹¹⁹

O ouro extraído do Brasil era transportado para o reino e encaminhado obrigatoriamente para a Casa da Moeda de Lisboa. Esta instituição, ao contrário do que acontecia nas colónias americanas, mantinha a exclusividade da emissão monetária.¹²⁰ O aumento da oferta monetária que ocorreu no século XVIII possibilitou um crescente de recursos financeiros nas mãos de particulares, o que contribuiu para a dinamização de mercado de empréstimos.¹²¹

As relações económicas de Portugal com o exterior decorreram, sob a égide do Tratado de Methuen, celebrado com os ingleses em 1703, que, se não determinou, pelo menos condicionou o modo como Portugal se relacionava economicamente com outros reinos.¹²²

Portugal exportava para Inglaterra os vinhos em troca das suas fazendas de lã, sendo a vinha, a cultura que mais se difundiu no século XVIII.¹²³ Assim, as searas

¹¹⁷ Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de, “Moeda e crédito” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII*, Lisboa, ICS–Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 210.

¹¹⁸ Em 1761, durante o reinado de José I foi criada a instituição do Erário Régio por Carta de Lei de 22 de Dezembro. Esta instituição substituiu a Casa dos Contos do Reino e implicou a centralização absoluta das finanças de Portugal e das suas então colónias. Todas as rendas passaram assim a dar entrada no Erário Régio e dele saíam os fundos para todas as despesas. O Inspetor-Geral do Tesouro presidia ao Erário Régio, imediatamente subordinado ao rei. O primeiro a ocupar o cargo foi Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que ocupou o cargo até 1777. Leia-se Tomaz, Fernando, “As finanças do Estado Pombalino: 1762-1776” in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, pp. 355-388. As dificuldades de financiamento do Tesouro do país foram a base para o surgir da primeira forma de papel-moeda transmissível e emitido por uma entidade estatal: as apólices do Real Erário. Leia-se Carvalho, Nuno Fernandes, “Apólices do Real Erário, História, valores faciais e estampagem” in *Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*, Lisboa, CGD, 2013, p.1.

¹¹⁹ Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de, “Moeda e crédito”..., p. 212.

¹²⁰ Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de, “Moeda e crédito”..., p. 214.

¹²¹ Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de, “Moeda e crédito”..., p. 235

¹²² Costa, Leonor Freire, “Relações económicas de Portugal com o exterior” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII*, Lisboa, ICS–Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 226.

¹²³ Tal como a vinha, também a oliveira esteve em expansão, beneficiando do período favorável proporcionado pelo crescimento do mercado brasileiro, desejoso em replicar na colónia o padrão alimentar mediterrânico. Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, Miranda, Susana Munch, *História Económica de Portugal, 1143-2010...*, pp. 228-230.

portuguesas foram transformadas em vinhas, de tal forma que abundava este néctar enquanto o povo estava absolutamente necessitado de pão.¹²⁴ Na opinião do Secretário de Estado Sebastião de Carvalho e Melo, os ingleses monopolizavam todo o comércio do Brasil e a dependência que Portugal tinha de Inglaterra era, na visão do Marquês de Pombal, quase tão vergonhosa como a sujeição sofrida com os monarcas espanhóis. Emancipar Portugal da tutela política e económica das grandes potências da Europa, foi um dos objetivos traçados pelo futuro Marquês do Pombal desde o início do seu mandato, tendo como uma das suas primeiras providências, proteger o tráfico das principais produções agrárias do Brasil.¹²⁵

Mas, apesar dos cuidados redobrados, por parte dos oficiais das alfândegas e da legislação produzida, os britânicos continuavam a extrair o ouro de Portugal.¹²⁶

Sendo as importações em monta muito superiores às exportações, o Ministro procurou estabelecer fábricas de sedas, lãs, panos e vidros. A criação destas unidades manufactureiras veio causar algum dano no negócio dos ingleses que viram neste novo negócio uma brecha feita, diretamente, nos seus privilégios. Apesar dos veementes protestos dos comerciantes estrangeiros, o Ministro não desejava a introdução da mercadoria importada para manter o luxo e a ociosidade tão diametralmente opostos ao espírito da indústria que ele idealizava.

Marquês do Pombal “sabia q’ os Portuguezes erão mais inclinados para usar as Comodidades Estrangeiras, e que já estão costumados, do que a fazer progredir nos do seu próprio Paiz, q’ poderião ainda que lentamente adiantar-se”.¹²⁷ Assim, e como forma de travar as grandes importações sem infringir os tratados estabelecidos, proibiu a exportação de ouro em barra, lei que era já comum noutros reinos, e, desta forma, tentava exercitar o espírito nacionalista da indústria.

A organização do comércio com as colónias americanas diminuiu em muito as importações inglesas, pois os navios americanos começaram a trazer trigo, farinha,

¹²⁴ *Cartas escritas sobre o estado passado, e o presente de Portugal*, Carta 3ª, Lisboa 2 de Fevereiro de 1777, pp. 9-10.[s.n.].

¹²⁵ “Decreto sobre os Direitos que deve pagar o assucar nas Alfandegas deste Reino. De 27 de Janeiro de 1751”. *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey fidelissimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1750 até o de 1759* (...), Tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1766, p. 22.

¹²⁶ Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, Miranda, Susana Munch, *História Económica de Portugal, 1143-2010...*, p. 268. Pode ler-se ainda o Decreto de 10 de Março de 1755, sobre o “(...) extravio do ouro, pedras preciosas, que vem dos Brasis, India e outras Conquistas deste reino, (...)”. *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás*, (...), tomo I, p. 95.

¹²⁷ *Cartas escritas sobre o estado passado, e o presente de Portugal*, Carta 4ª, Lisboa Fevereiro de 1777, pp.14-15.

arroz, legumes, peixe salgado e outros géneros que anteriormente eram enviados diretamente para Inglaterra.¹²⁸

A balança comercial portuguesa apresentava um défice crónico. Portugal não era o núcleo desse comércio, mas sim o Brasil, donde vinham as maiores riquezas e para onde convergiam cada vez mais produtos. O foco da atividade comercial portuguesa estava na reexportação de produtos coloniais e o comércio colonial português setecentista não se centrava já na Índia, que desde 1736, entrara numa fase de irreversível declínio.¹²⁹ O Brasil, pelo contrário, registava um momento de grande prosperidade económica e um digno crescimento demográfico, firmando, em larga medida, o equilíbrio financeiro da monarquia.¹³⁰

O tesouro português, apesar da afluência exaurível do ouro proveniente da “América portuguesa”, mal dava para suportar as faustosas despesas da Casa Real. As influências do tempo de governação de D. João V não se encontravam totalmente debeladas. Desde os seus primeiros dias de governo, Sebastião de Carvalho e Melo mostrava-se ativo e os seus dotes de estadista mostravam uma aplicação aos negócios do reino começando, pouco tempo, após a sua nomeação, a superar os colegas com quem trabalhava, ganhando, aos poucos, a confiança do soberano.

Enfrentando o reino grandes “enfermidades sociais”, procedeu-se às mais urgentes reparações, inculcando, no povo, a ideia de que trabalhar e produzir era a maneira de se resgatar o mais rápido possível da tutela económica e política do exterior, criando na própria atividade a maior soma de produtos e aproveitando da maneira mais direta os recursos naturais.¹³¹

¹²⁸ *Cartas escritas sobre o estado passado, e o presente de Portugal*. Carta 5ª, Lisboa 1 de Março de 1777, p. 17.

¹²⁹ Magalhães, Joaquim Romero, “O império” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000, Volume I: O Século XVIII*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 321.

¹³⁰ Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas, “A Consolidação da Dinastia de Bragança e o Apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)” in Tengarrinha, José (org.), *História de Portugal*, São Paulo, Unesp, 2000, p. 136.

¹³¹ Na tentativa de proteger a indústria das sedas, outrora florescente, o Estado promoveu com estímulos e prémios a plantação de amoreiras, proibindo a exportação de matéria-prima: “Lei porque sua Magestade ha por bem privilegiar as pessoas, que plantarem nas suas terras Amoreiras. De 20 de Fevereiro de 1752.” *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás (...)*, tomo I, ..., p. 42. AHM, *Secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros e da Guerra*, cx 1, nº 1, doc. 22, fls 1, 2.

Figura 5: Real Erário, 1798.



Fonte: Galeria de imagens da Caixa Geral de Depósitos

1.3. SOCIEDADE, CULTURA E RELIGIÃO

“Meu Senhor: Ninguem melhor que vossa Excellencia conhece a importância da boa educação, e os efeitos dos hábitos virtuosos adquiridos na infância, de que não he necessário mais exemplo, que os da casa de Vossa excelência, em cujos seis frontosos ramos as virtudes, que todos admirão, são frutos que produziu a mais acertada educação, que venerey, tendo a honra de assistir no Palacio de Vossa Excelencia, onde aprendi quanto escrevo nestes Apontamentos, que a Vossa excelência dedico, como devido tributo.
Lisboa Occidental 20 de Setembro de 1733.”¹³²

A língua e cultura são entidades inseparáveis. Tal como a sociedade, também o idioma está sujeito a transformações históricas. A língua é, ao mesmo tempo, uma imagem e um instrumento de cultura que se transmite de geração em geração, garantindo a sua permanente evolução. Assim, as transformações continuamente sofridas pela língua ao longo dos tempos são apenas provas da sua vitalidade, da sua capacidade de dizer o que é novo, o que é diferente, da sua adaptação à mudança.¹³³ Parece-nos, assim, importante referir alguns vocábulos da época em estudo, que com o passar dos tempos, podem ter significados ligeiramente diferentes.

Infante/a: filhos de rei; *Infância*: idade dos meninos enquanto não falam ou até que tenham uso da razão. Outros referem que pode ser até ao início da adolescência, ou seja, até aos catorze anos.¹³⁴

Meninice: idade tenra do homem e mulher até aos sete anos; *Menino*: idade do homem até aos sete anos.¹³⁵

Adolescência: início aos quinze anos, mas que podia acabar, segundo outras opiniões, aos vinte e cinco ou trinta anos.¹³⁶

Moço: homem jovem.¹³⁷

¹³² Proença, Martinho de Mendonça de Pina e de, *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre*, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, pp. 5-6.

¹³³ Capucho, Filomena Maria, “Língua, Expressões Linguísticas e Diversidade Cultural” in Lages, Mário Ferreira; Matos, Artur Teodoro de, *Portugal - Percursos de Interculturalidade, Matrizes e Configurações*, vol. III, Lisboa, ACIDI, IP, 2008, p. 256.

¹³⁴ Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau*, I vol., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 121.

¹³⁵ Silva, Antonio de Moraes, *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio Moraes Silva*, Tomo Primeiro, Lisboa, Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 72.

¹³⁶ Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino...*, I vol..., p. 132.

Adulto: aquele que chegou aos anos da adolescência.¹³⁸

Homem: indivíduo da espécie humana, dotado de corpo orgânico e alma racional, capaz de aperfeiçoar as suas faculdades e observação ou ensino.¹³⁹

Maior: o que tem a idade determinada para não ter tutor. Segundo o direito civil, ninguém é maior de idade se não depois dos vinte e cinco anos cumpridos.¹⁴⁰

Ocupada desde há 2000 anos, cidade designada por Felicitas Julia Olisipo, desde a época romana, Lisboa era capital do reino de Portugal. Centro comercial do antigo império marítimo português nos séculos XV a XVIII foi ainda lugar histórico de intercâmbio de culturas.¹⁴¹

Erguida sobre o cume e estendendo-se ao longo de sete colinas, a cidade de Lisboa do século XVIII devia ser um lugar que mantinha ainda a fisionomia marcada pela presença secular das inúmeras ocupações.

Do alto do morro mais alto, estavam as ruínas do castelo de São Jorge que lembravam um passado já distante de lutas contra os mouros. Quem caminhava pela cidade percebia que toda ela estava preenchida de ruelas estreitas e uma infinidade de ladeiras que dificultavam a passagem dos coches e carruagens. Com pequenos riachos que desciam a montanha, quase todos os caminhos confluíam para o terreiro do Paço da Ribeira, à beira do Tejo, que se constituía no verdadeiro coração da cidade.¹⁴²

A localização da cidade perto do rio e do mar, com fauna, flora e água em abundância, favoreceram, desde sempre, a fixação humana.¹⁴³ Lisboa, fundada nas margens do rio Tejo, constituía uma espécie de baía, na opinião de alguns autores “huma enseada imensamente espaçosa”.¹⁴⁴

¹³⁷ Silva, Antonio de Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio Moraes Silva*, Tomo Primeiro, Lisboa, Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 88.

¹³⁸ Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino...*, vol. I..., p. 141.

¹³⁹ Silva, Antonio de Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa...*, p. 683.

¹⁴⁰ Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino...*, vol. V..., p. 373. Segundo este autor, os reis de França atingiam a maior idade, aos catorze anos.

¹⁴¹ Levy, Paula, “Baixa Pombalina, Pedido de Inclusão da Lista Indicativa Nacional para Candidatura a Património Mundial”, *3.º Suplemento ao Boletim Municipal N.º 538*, Lisboa, Impensa Municipal, 2004, p. 47.

¹⁴² Oliveira, Ricardo de, “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII” in *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43, 2010, p.111.

¹⁴³ Ramos, Luís; Lourenço, Paulo B., “Análise das Técnicas de Construção Pombalina e Apreciação do Estado de Conservação Estrutural do Quarteirão do Martinho da Arcada” in *Engenharia Civil*, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2000, p. 35.

¹⁴⁴ Sobre este assunto deve consultar-se Fernando Castelo-Branco, *Lisboa Seiscentista*, 3rd ed, Lisboa, 1969; Couto, Dejanirah, *Histoire de Lisbonne*, Paris, Fayard, 2000; Crespo, Ángel, *Lisboa mítica e literária*, Lisboa, Horizonte, 1987; Dias, Marina Tavares, *Lisboa Desaparecida*, Lisboa, Quimera,

Na época moderna, Lisboa foi, talvez, a quarta maior cidade da Europa depois de Londres, Paris e Nápoles, com uma população que rondaria os 275 000 habitantes. Era famosa pela sua riqueza e estava plena de palácios e igrejas e, por causa da atividade comercial, era um dos centros mais conhecidos do mundo pois comerciantes, especialmente ingleses e alemães, fizeram grandes negócios na cidade.¹⁴⁵

O porto de Lisboa era considerado como um dos mais famosos entre os melhores do mundo, não apenas por constituir um abrigo seguro, a pequenas e grandes embarcações, mas por ser escala frequente de comércio entre as diversas nações. Segundo fontes coevas, o clima era temperado, de ares puros e saudáveis, em constante estação primaveril.¹⁴⁶

Quanto aos habitantes, não será fácil o cálculo verídico, pois são várias as referências:

“No anno de 1754 mandando-se a Roma huma atestação dos habitadores que continha Lisboa para se passarem as Bullas ao segundo Patriarca o Eminentissimo Cardeal Manoel, se lhe affiou mais de seiscentos mil habitantes conforme o calculo moderno.”¹⁴⁷

Em Portugal, tal como em outros locais na Europa, o nascimento era, até ao aparecimento da obstetrícia, assistido por mulheres, vizinhas experientes ou parteiras, que tinham que obter licença para desempenhar esta função. A grande maioria das crianças nascia em casa.¹⁴⁸

Os casais sabiam o quanto era difícil, senão impossível, que todos os seus filhos chegassem à idade adulta. As altas taxas de mortalidade infanto-juvenil faziam antever que cada casal pudesse perder um ou mais filhos antes que estes atingissem a idade adulta.¹⁴⁹

Competia à Igreja registar cada novo nascimento, relacionando-o com os seus progenitores. O batismo e o correspondente registo constituía o ato que fundamentava a existência cívica pois o sacramento batismal incluía o novo indivíduo na

1990; Pessoa, Fernando, *O que o turista deve ver: What the tourist shoul see*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.

¹⁴⁵ Dynes, Russell R., *The Lisbon Earthquake In 1755...*, p. 4.

¹⁴⁶ Castro, João Bautista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno*, Tomo terceiro, Parte V, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 53.

¹⁴⁷ Castro, João Bautista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno...*, p. 87.

¹⁴⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, “As famílias e os indivíduos, As crianças e as idades da vida” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal, A Idade Moderna*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, p. 76.

¹⁴⁹ Sá, Isabel dos Guimarães, “As famílias e os indivíduos, As crianças e as idades da vida”..., p. 73.

comunidade religiosa e na Igreja Universal.¹⁵⁰ Este sacramento devia ser realizado nos primeiros oito dias após o nascimento da criança.¹⁵¹ Ao sacramento da confissão deviam ir todos os que tivessem completado sete anos pelo menos uma vez por ano, na quaresma.¹⁵²

A Igreja possuía, a nível das paróquias, os meios necessários para o controlo das pessoas, gerindo a sua identidade civil e todas as informações que distinguiam um membro da sociedade de outro.

Desta forma, o pároco era a autoridade mais próxima das comunidades no que aos assuntos relacionados com a existência religiosa e civil dizia respeito. Era perante este diocesano que as crianças recebiam nome e passavam a fazer parte da comunidade, que se constituíam novas famílias através do casamento e era ainda perante o pároco que se passava desta vida através dos ritos funerários. Era também a este eclesiástico que os paroquianos se confessavam, ficando ele ao corrente das suas vidas através da confidência dos seus pecados.¹⁵³

A Igreja tinha, assim, na Idade Moderna, um papel fundamental na vida das pessoas e na organização social. A Igreja católica e os seus agentes desempenharam muitas atividades essenciais ao funcionamento da sociedade civil.

Mas a ascendência da Igreja sobre a vida privada não era isenta de contestação pois diferentes entidades eclesiásticas tinham distintos objetivos e estratégias no que aos comportamentos da população dizia respeito assim como à forma de modelar as normas religiosas.

Ao longo do século XVIII, Igreja e Estado entraram frequentemente em colisão e a afirmação do poder central implicou a redução da supremacia do papel da Igreja.¹⁵⁴

Na Época Moderna, todas as crianças, com exceção dos grupos mais baixos da sociedade, eram criadas por amas. Apenas as mais pobres eram amamentadas pelas mães biológicas. A contratação destas mulheres apenas variava conforme o estrato

¹⁵⁰ Brambilla, Elena, “Ways of Exclusion in Catholic and Protestant Communities” in Carvalho Joaquim, *Religion and power in Europe: Conflict and convergence*, Pisa, Plus-Pisa University Press, 2007, p. 115.

¹⁵¹ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra, 1731...*, p. 2

¹⁵² *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra, 1731...*, p. 14. A partir dos sete anos, as crianças eram consideradas capazes de mentir e pecar devendo, por isso, confessar-se. Leia-se mais em Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” ..., p. 74.

¹⁵³ Carvalho, Joaquim Ramos, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 32-33.

¹⁵⁴ Carvalho, Joaquim Ramos, *Confessar e devassar...*, p. 34.

social.¹⁵⁵ Para as mulheres da nobreza havia a possibilidade de contratar uma ama ao domicílio que passava a integrar o número de criados da família. Para outras, a criança era entregue à ama que a criava na sua própria casa.

Estas mulheres deviam ser o mais parecidas possível com a verdadeira mãe das crianças, no que ao modo de vida e temperamento dizia respeito. Deviam ter entre vinte e trinta e cinco anos, pois seria nestas idades que o corpo se apresentava em melhores condições físicas. Deviam ser alegres e vivas e simultaneamente dóceis e pacientes. Deviam ainda ter um hálito agradável, gengivas vermelhas e bons dentes. Deviam ser morenas e de cabelos escuros, pois as loiras de tez branca supostamente eram mais frágeis. As de cabelo ruivo e com sardas eram excluídas, por possuírem uma transpiração ácida que passaria para o leite da criança.¹⁵⁶

Quanto à educação em Portugal, rapazes e raparigas da nobreza eram educados em casa. A educação das raparigas, podia ser doméstica ou conventual. No domicílio podiam ser educadas com os irmãos, principalmente nos primeiros anos. Depois, muitas, entravam para os conventos como educandas, podendo mais tarde sair para casar, ou então, tornar-se religiosas. A sua educação era muito diferente da dos rapazes. Aprendiam a ler e a serem prendadas, o que chegava para serem devotas e boas donas de casa. Excepcionalmente, algumas mulheres distinguiam-se pela escrita a partir dos conventos, onde habitavam. Nas camadas sociais mais elevadas, o latim era recomendado principalmente àquelas que se preparavam para enveredar para a vida religiosa.¹⁵⁷

Fontes eclesiásticas, tais como as constituições sinodais, referem que os rapazes depois dos catorze e as raparigas depois dos doze podiam ser padrinhos, casar, ter vontade própria desde que não fosse contra a vontade dos pais.¹⁵⁸ Esta era também a

¹⁵⁵ ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitação de Mulheres*, mç. 1, doc. 2; ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitação de Mulheres*, mç. 5, doc. 7.

¹⁵⁶ Franco, Francisco de Mello, *Tratado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790, p. 52-57.

¹⁵⁷ Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, p. 83.

¹⁵⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, feitas e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Sôr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra*, Cõde de Arganil, & do Cõselho del Rey N.S., Coimbra, Antonio de Mariz, 1591, fl. 5. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, feitas e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Senhor Dom Affonso de Castel Branco Bispo de Coimbra, Conde de Arganil do Conselho Del Rey N.S. & por seu mandado impressas em Coimbra, anno 1591. E novamente impressas no anno de 1730*. Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731, p. 68.

idade pela qual se podiam casar por “esporios de futuro”, ou seja, prometer casamento futuro.¹⁵⁹

Segundo outro autor, as idades dos consortes, não devia ser muito desproporcionada, sendo que o marido devia ter entre vinte e cinco até cinquenta anos e a mulher de dezoito até quarenta e nove no limite, pois este era o tempo em que após o crescimento, se conservava o vigor.¹⁶⁰

No meio aristocrático, os pais não se ocupavam diretamente da educação dos filhos, sendo essa tarefa delegada aos criados ou percetores alguns deles altamente diferenciados, principalmente os professores de latim e música. Em algumas vilas e cidades, existiam escolas paroquiais, para os que não fossem educados no domicílio. Só no início da adolescência, os rapazes passavam para colégios, muitos deles jesuítas, onde podiam enveredar por uma carreira universitária, eclesiástica ou ambas. Marquês de Pombal, tentou alterar esta situação, através da organização do ensino primário e da criação de um ensino médio.¹⁶¹

Ao longo da época moderna, a educação foi mudando da esfera privada para a pública, através da criação de novos colégios que apareceram por todo o reino. Mas as exigências das autoridades passavam, sobretudo, pela aprendizagem da doutrina católica que dispensava o alfabetismo.¹⁶² Para a maioria das crianças, a verdadeira educação era obtida nos meios profissionais onde cresciam. Para os rapazes, quando possível, os pais colocavam-nos numa oficina artesanal, confiando o filho ao mestre. Se, para tal, a criança tivesse que mudar de povoação, ao mestre era entregue o poder paternal, passando a criança a viver com a sua mulher e filhos, mas sobretudo com os criados.¹⁶³ Para as crianças das camadas mais desfavorecidas, o trabalho era uma realidade que começava, muitas vezes, mesmo antes dos sete anos. Efeituavam tarefas que, de algum modo, contribuíssem para a economia doméstica tais como olhar pelos irmãos, limpar a casa e cuidar dos animais.¹⁶⁴

¹⁵⁹ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra...*, 1731, pp. 69-70.

¹⁶⁰ Franco, Francisco de Mello, *Tratado da Educação Fysica dos Meninos...*, p. 3.

¹⁶¹ Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., pp. 80-81.

¹⁶² Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., p. 83.

¹⁶³ Os serviçais, em algumas casas de gente diferenciada, dormiam frequentemente apenas separados por género. Os do sexo masculino ocupavam um quarto, o mesmo acontecendo com as do sexo feminino. Estes quartos eram, na maior parte das vezes, divisões interiores e com pouca luz natural. Leia-se mais em Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, p. 250.

¹⁶⁴ Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., p. 85.

O ambiente moralista católico, que se vinha a instalar em Portugal desde meados de quinhentos, tornava a vida cortesã de Lisboa, em algo modesto e por vezes austero. Este panorama começou a alterar-se na segunda década de setecentos em pleno reinado de D. João V altura em que são introduzidas novas formas de divertimento na corte.¹⁶⁵

Por esta altura, a música e a dança constituíram oportunidades de exposição perante as elites e sociedade da corte, tendo a dança transformado Lisboa num local atrativo para os mestres franceses. Sabe-se que, já no século XVI, D. João III admirava música sacra e profana e que, posteriormente, D. Filipe II, também era apreciador de música, dança e canto. Assim, a música era, desde há muitos anos, entretenimento entre os membros da realeza.¹⁶⁶ O ensino da música estava a cargo do clero e em algumas catedrais como Lisboa e Braga era proporcionada uma boa formação musical que, por vezes, atingia o nível dos melhores profissionais.¹⁶⁷

O ensino visava a preparação de cantores e a composição de música religiosa e D. João V centrou a sua política musical no cerimonial religioso, sendo o principal suporte institucional do circuito da música sacra, a Capela Real e a Igreja Patriarcal.¹⁶⁸ A corte de D. João V, que em tudo queria imitar as cortes europeias, principalmente francesa e austríaca, inclinava-se para a ópera já muito difundida na época, quer em círculos da nobreza quer entre o público. Não esquecer que D. Maria Ana, esposa de D. João V, era filha de D. Leopoldo I da Casa da Áustria, muito dado às artes musicais. Em 1719, D. João V chamou Domenico Sacarlatti, cravista de renome, e ainda compositor de música vocal incluindo ópera, para dar aulas à sua filha.¹⁶⁹

O apogeu da ópera em Portugal deu-se no reinado de D. José I que mandou construir a ópera do Tejo, teatro majestoso, inaugurado com “Allesandro nell Indie” de David Perez numa representação que viria a ser considerada magnífica, realizada no dia 31 de março de 1755, dia do aniversário da rainha.¹⁷⁰ A primazia da ópera, como instrumento de representação do poder régio, semelhante ao que acontecia em

¹⁶⁵ Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., pp. 166-168.

¹⁶⁶ Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., p. 188.

¹⁶⁷ Fernandes, Cristina, “A música sacra no período pombalino” in *Revista Camões*, nº 15-16, 2003, p. 87.

¹⁶⁸ Fernandes, Cristina, “A música sacra no período pombalino”..., p. 87.

¹⁶⁹ Budasz, Rogério, *Teatro e Música na América Portuguesa*, Curitiba, Deartes, Universidade Federal do Paraná, 2008, pp. 9-10.

¹⁷⁰ Budasz, Rogério, *Teatro e Música na América Portuguesa*..., pp. 9-10. D. José I teve uma educação musical cuidadosa, tendo aprendido a tocar violino. Além da ópera foi no seu reinado que se tornaram mais frequentes outro tipo de divertimentos musicais, como as serenatas. Leia-se Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., p. 188.

outras cortes absolutistas da Europa, teve em Portugal uma curta existência. Com o terramoto de 1755 foi interrompida prematuramente dado que este teatro foi destruído juntamente com a vasta livraria de música que, desde D. João IV, se guardava no torreão poente do Paço da Ribeira, junto com a Biblioteca Real.¹⁷¹

Mas, paradoxalmente, a música sacra acabaria por ocupar em Portugal um papel crucial nas novas práticas de sociabilidade setecentista. A Capela Real e a Patriarcal, ou mesmo locais de carácter laico, eram palcos previligiados para as inúmeras manifestações do ritual religioso.

Os entraves colocados pelos governantes à proliferação de novos espaços de sociabilidade teve como consequência que essa função fosse por vezes transferida para o âmbito religioso. As manifestações de devoção, mais ou menos informais, assumiam frequentemente uma dimensão de exibição e interação social semelhante às ocorridas na ópera ou outras situações de carácter laico. Nestes encontros, cruzavam-se vários estratos sociais, dando lugar à conversa, à comida, à bebida, à dança e até à sedução.¹⁷²

Assim, as práticas de reuniões fomentaram a proliferação de pequenos “manuais de normas de comportamento em sociedade” que se ofereciam aos recém-chegados. O trato e as boas maneiras não eram apanágio das elites, mas sim requisitos básicos para conquistar um prestígio individual embora não se encontrem muitos registos acerca da difusão destas práticas junto das camadas mais baixas da população lisboeta. Encontraram-se folhetos que referem que artífices como sapateiros, carpinteiros e de outras “profissões mecânicas” organizavam a sua semana à espera do dia da tourada ou do teatro.¹⁷³

Apesar da tendência “democratizante”, passatempos como a caça, a esgrima e a equitação continuavam a ser atividades quase exclusivas dos fidalgos. A palavra luxo começou a fazer parte do vocabulário corrente e os manuais de dança de salão, transformaram-se em tratados de civilização e cortesia onde as “regras de andar,

¹⁷¹ Alvarenga, João Pedro d', “O património histórico-musical português de finais do Antigo Regime: principais fundos e problemas relevantes de preservação, descrição e estudo” in *As Músicas Luso-Brasileiras no Final do Antigo Regime: Repertórios, Práticas e Representações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p. 61.

¹⁷² Fernandes, Cristina, “A música sacra no período pombalino”..., p. 96.

¹⁷³ Leia-se Madureira, Nuno Luis, *Lisboa Luxo e Distinção 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990, pp. 78-79. A tauromaquia constituía também um divertimento régio. D. Sebastião (1554-1578) foi um aficionado, tendo participado em algumas corridas, e D. João V promoveu inúmeras corridas de touros. Leia-se Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada” ..., p. 188.

saudar e fazer as cortezias” são estimuladas para todas as ordens.¹⁷⁴ As mulheres da família real, apesar de marginalizadas, também desenvolveram o seu círculo de amigas. A rainha D. Maria Ana de Áustria, esposa de D. João V, organizava saraus musicais nos seus aposentos. Enquanto ela própria tocava cravo, as damas e infantas bailavam diante de um público masculino bastante reservado.¹⁷⁵

A partir de 1750, Portugal apresentou alguma transformação nas “normas de convivência” com a procura de locais mais fechados em detrimento dos tão procurados espaços abertos. A segunda metade desta centúria marcou uma etapa decisiva na emancipação das elites da comunidade, transferindo para a “sociedade civil” vários espaços de reunião e convívio, normas de conduta e práticas de ostentação enfatizando as relações pessoais em recintos fechados e uma alteração da noção de privacidade.¹⁷⁶

Os encontros nos interiores das salas e cafés multiplicaram-se um pouco por toda a cidade. Estes convívios mais íntimos implicavam maior cuidado na preparação do traje, penteados e adornos, levando as mulheres a passar mais tempo “frente ao toucador”.¹⁷⁷ Tornou-se hábito receber em casa, organizar pequenas reuniões e festas onde se recitava poesia, se jogava às cartas, cantava ópera ou conversava. A estes encontros estavam frequentemente associados a mesa e o jogo. As mesas eram ornamentadas e dispostas com arte e nas casas fidalgas as comidas e bebidas abundantes e requintadas.¹⁷⁸

Apesar destas mudanças e da introdução de novos divertimentos, Portugal continuou a ser visto pelos estrangeiros como um reino modesto e até monótono.¹⁷⁹ O terramoto de 1755, com a destruição parcial do Paço da Ribeira, veio acentuar esta visão.

Receosa de novo tremor de terra, após a catástrofe do primeiro de novembro, a família real não voltou a fixar-se no centro da cidade. D. José I decidiu abandonar a zona ribeirinha e fixar-se numa residência modesta de madeira, próxima de Belém, passando depois a família real a habitar numa série de tendas, montadas para o efeito

¹⁷⁴ Cabreira, Joseph Thomas, *Arte de dançar à Franceza*, Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1760, [s.n.].

¹⁷⁵ Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., p. 191.

¹⁷⁶ Madureira, Nuno Luis, *Lisboa Luxo e Distinção 1750-1830* ..., p. 91.

¹⁷⁷ Madureira, Nuno Luis, *Lisboa Luxo e Distinção 1750-1830*..., p. 76.

¹⁷⁸ Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da, “Mundanidade e Quotidiano na Cultura de Setecentos: Escritas codificadas de comportamento social” in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Vol. 1, 2004, p. 115.

¹⁷⁹ Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., p. 189.

no Alto da Ajuda. Somente em 1794, aquando do incêndio da Real Barraca, e passadas mais de três décadas após a destruição do Paço da Ribeira se decidiu construir um novo palácio, desta vez na zona da Ajuda.¹⁸⁰

Os quartos dos membros da Família Real, que se podem observar na planta da Real Barraca, à semelhança dos quartos dos palácios, eram aposentos que contemplavam um conjunto de divisões, cada uma com a sua função, de carácter mais privado ou público, onde estavam incluídas as zonas das refeições, dos banhos, os toucadores das senhoras, os espaços para os jogos, a música e as receções.

Na Real Barraca viveram, para além do rei D. José I e da sua mulher a rainha D. Mariana Vitória, o infante D. Pedro, irmão do soberano e sua mulher, a princesa D. Maria Francisca Isabel. Também ali viveu a filha de D. José, a futura rainha D. Maria I, seus filhos, o príncipe herdeiro D. José e o infante D. João assim como as irmãs de D. Maria I: as princesas D. Maria Francisca Benedita, Maria Ana Francisca Josefa e Maria Francisca Doroteia. Finalmente, D. Carlota Joaquina, infanta espanhola, futura mulher do infante D. João e futura rainha de Portugal, vinda para Portugal no ano 1785, com apenas dez anos de idade.¹⁸¹

Mas importa realçar que tudo o que dizia respeito à vida dos monarcas era reservado e por vezes até sigiloso. O acesso ao rei e aos parentes mais próximos era vedado a quase todos à exceção de um perímetro exclusivo aos que tinham expressa autorização régia. Assim, os cargos dos que lidavam com a intimidade régia, eram politicamente muito sensíveis, sendo a escolha dos que os iam ocupar, muito delicada. Por vezes, a substituição dos servidores mais próximos dos monarcas faziam parte da estratégia para se alcançar a influência junto da família régia ou mesmo para os controlar.¹⁸²

O modo como a realeza se mostrava à sociedade sofreu alterações ao longo dos tempos. O rei D. João V quase nunca saía da corte, limitando as suas saídas aos arredores de Lisboa. Exceção era feita, a Salvaterra de Magos e Vila Viçosa, lugares de estima do monarca. Já D. José I, juntamente com a família, visitou mais lugares dos que o seu antepassado. Mas os atentados contra os ministros da corte, e até contra a sua vida, levaram o monarca a afastar-se da exposição pública.¹⁸³

¹⁸⁰ Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., pp. 166-168.

¹⁸¹ Abecasis, Maria Isabel Braga, *A Real Barraca, A Residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794)*, Lisboa, Tribuna da História, 2009, p. 64-66.

¹⁸² Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., p. 169.

¹⁸³ Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”..., p. 186

No século XVIII, a vida era muito diferente entre as ordens da alta burguesia e as outras mais pobres e o quarto era o centro vital da casa, o local onde todas as atividades diárias decorriam: a receção, as refeições, a hora de dormir e o trabalho. Os aristocratas, logo após o levantar, tomavam uma primeira refeição. O quarto de algumas famílias da alta burguesia era ainda um local de convivência onde se desenrolavam diversas atividades diárias.

Por este facto, esta divisão era adornada com todo o recheio necessário que contemplava conjuntos para a “toilette”, higiene e conforto, para as refeições, para a escrita, iluminação e oração.¹⁸⁴ Estes conjuntos eram designados em Portugal como a “pratta do quarto”. Exemplo disto é o inventário da prata fabricada pelo ourives António Roiz de Leão “para o Quarto da Senhora Infanta D. Carlota”, pouco tempo após a sua chegada a Portugal.

Para a refeição, eram necessárias cafeteiras de diferentes tamanhos, “leiteiras com as suas tampas”, açucareiros, “faqueiros de 12 aviamentos”, colheres para caldo, para arroz e guisados, bule para chá, colheres para chá, tenazes e escumadeiras, chocolateiras, “pires com suas tampas para pôr chécaras de chocolate”, um oveiro e finalmente, para a higiene das mãos, “pratos e jarros para água às mãos”.¹⁸⁵

Noutros quartos, os mais pobres deitavam-se completamente vestidos, com as suas camisolas de malha, ceroulas e pantufas, mais do que dois por estrado, onde eram colocados os colchões, facilitando a proximidade entre parentes de sexos diferentes.¹⁸⁶

Nas cidades, mas especialmente nas zonas rurais, havia casas com apenas uma divisão dedicada a múltiplas funções entre as quais as de descanso. Na maioria das casas, a população fazia a cama à noite em colchões de palha, lã ou penas, sobre estrados ou mantas e na manhã seguinte, a cama era desfeita e arrumada em arcas para aumentar o espaço disponível.¹⁸⁷ Em algumas regiões, nomeadamente no Minho, era frequente as casas ocuparem a mesma área que as cortes dos animais. O gado ficava no rés-do-chão, enquanto que as pessoas se alojavam no andar de cima.¹⁸⁸

Quanto aos hábitos de higiene, a prática generalizada do banho e a limpeza doméstica, só tiveram expressão social a partir do século XIX. Até meados do século

¹⁸⁴ Sobre este assunto deve ler-se Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

¹⁸⁵ ANTT, *Casa Real*, cx. 3137, *Despesas de Março de 1785*.

¹⁸⁶ Perrot, Michelle, *A História dos Quartos*, Lisboa, Teodolito, 2012, p. 47.

¹⁸⁷ Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”..., p. 255.

¹⁸⁸ Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”..., p. 251.

XVII, a higiene privilegiava as áreas expostas da pele, como as mãos e a cara. Mudar de roupa era visto como uma forma de limpar o corpo. Bastava parecer-se limpo para o ser.¹⁸⁹ Os registos mostram que nas camadas populares a mudança de roupa seria uma vez por semana, aos domingos.

Nesta altura, as necessidades fisiológicas durante o dia eram satisfeitas nos campos ou em outros espaços fora das casas. Em Lisboa, até ao início do século XIX, fora das localidades atingidas pelo terramoto, o sistema de esgotos manteve-se muito limitado.¹⁹⁰

Nos anos de 1740-50, a água quente e depois a fria regressou às técnicas de limpeza tornando-se o indício de novas distinções sociais. A segunda metade do século XVII e o século XIX trouxeram uma nova visão da limpeza, em que o fator saúde prevaleceu sobre o da aparência.

A partir de finais do século XVIII, a ciência veio justificar a higiene, criando-se a noção de que limpar é fortalecer e fortificar o corpo. Assim, esta nova tomada de consciência introduziu no espaço doméstico burgês a generalização das zonas privadas destinadas à higiene íntima. Surgiram, então, nas casas senhoriais e nas casas mais abastadas ainda no século XVIII a casa de banho, com as porcelanas, jarros e bidés, se bem que estes últimos ainda raros.¹⁹¹

Nas camadas populares de Lisboa, no século XVIII, o abastecimento de água era efetuado nos fontenários transportando a água em potes ou bilhas. A água comprada aos aguadeiros tornava-se muito dispendiosa, podendo chegar a ser mais cara que o vinho.¹⁹²

Relativamente aos hábitos de sociabilidade das mulheres portuguesas, estas viviam confinadas às quatro paredes da casa, saindo apenas para os ofícios religiosos que se realizavam na rua ou nas igrejas, usualmente acompanhadas por uma mulher negra.¹⁹³ Segundo um viajante estrangeiro, era habitual nas casas portuguesas

¹⁸⁹ Conceição, Luis, “O banho e a higiene doméstica em Portugal” in *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, nº1, América do Norte, 2010, p. 150.

¹⁹⁰ Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”..., pp. 266-267.

¹⁹¹ Conceição, Luis, “O banho e a higiene doméstica em Portugal”..., p. 151; Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”..., p. 266.

¹⁹² Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios” ..., p. 267.

¹⁹³ Vicente, Ana, *As mulheres Portuguesas vistas por viajantes estrangeiros: séculos XVIII, XIX, XX*, Lisboa, Gótica, 2001, pp. 49-50. A mesma autora refere que, após o terramoto, se verificou uma mudança em relação ao traje na sequência do qual algumas mulheres optaram por trajes garridos sem atender a normas impostas anteriormente.

encontrar os homens numa sala e as mulheres noutra, normalmente sentadas no chão, sobre um estrado.¹⁹⁴

Em fins de 1729, como forma de obter permissão oficial para que companhias teatrais estrangeiras se pudessem apresentar em Lisboa, o Conde de Ericeira prometeu ao rei D. João V que os camarotes dos homens teriam acessos separados dos das mulheres, e que nem mesmo os maridos teriam permissão para assistir às peças ao lado de suas esposas.¹⁹⁵ Não havia na época, em Portugal, lugar para que as mulheres desempenhassem o papel de atrizes, sendo as suas cenas representadas por homens.¹⁹⁶

A visão de alguns estrangeiros residentes em Lisboa era de que as mulheres portuguesas nos meados da centúria eram mantidas afastadas da vida de sociedade. Um estrangeiro inglês escreveu que as cortinas das janelas tinham sido inventadas para que as mulheres se mantivessem longe da realidade das ruas.¹⁹⁷ Segundo o mesmo autor, as mulheres nunca passeavam sozinhas na rua, fazendo-se acompanhar de uma empregada, maioritariamente negra ou mulata. A algumas senhoras quase nunca era permitido que saíssem de casa, sendo que em algumas famílias este acontecimento tinha lugar apenas quatro vezes por ano e fazia-se simplesmente para receberem os sacramentos na igreja. Por este facto algumas casas tinham um oratório ou uma pequena capela, onde, nos dias santos, era celebrada missa. Pelo contrário, este estrangeiro referiu que a vida das mulheres estrangeiras que viviam na Lisboa de setecentos era bem diferente das nacionais. Podiam passear livremente na rua, sozinhas ou acompanhadas por homens, recebendo visitas em suas casas sem qualquer controvérsia.¹⁹⁸

No Século das Luzes, o progresso era maioritariamente para os homens, pois no que dizia respeito à educação do sexo feminino, esta pouco se alterou. No ambiente dominante que progredia lentamente nos alvares do século XVII, a educação da mulher foi colocada de lado.¹⁹⁹ A realidade em Portugal era que, na sua grande maioria as mulheres eram analfabetas pois “pouquíssimas sabem ler, e escrever; e muito menos, fazer ambas as coisas corretamente.”²⁰⁰

¹⁹⁴ Vicente, Ana, *As mulheres Portuguesas vistas por viajantes estrangeiros...*, p. 55.

¹⁹⁵ Budasz, Rogério, *Teatro e Música na América Portuguesa...*, p. 125.

¹⁹⁶ Leia-se mais em Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, p. 45.

¹⁹⁷ Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, p. 51.

¹⁹⁸ Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, pp. 51-52.

¹⁹⁹ Ribeiro, Arilda Inês Miranda, *Vestígios da educação feminina no século XVIII*, São Paulo, Arte & Ciência, 2002, p. 41.

²⁰⁰ Verney, Luís António, *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à República, e à Igreja : proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal exposto em varias cartas, escritas polo R.P.*

No século XVIII, apenas às mulheres que assumiam a responsabilidade de chefe de família era reconhecido que ler e escrever era importante para a realização das suas obrigações.²⁰¹

No que concerne à educação formal para mulheres, não foram criadas escolas régias para “meninas” até finais do século XVIII, sendo que as primeiras referências para estabelecimentos oficiais escolares femininos datam de 1790, altura em que a Real Mesa Censória emitiu um parecer favorável à instalação na corte de dezoito “mestras” para ensinarem gratuitamente:

“Sua Magestade Hey por bem aprovar, que se estabeleçam as Escolas de Meninas, e que pelo Cofre do Subsídio Literário se lhe dem os ordenados competentes, ou sejam como de Mêsas arbitra, ou como pela experiencia se julgar em proporção ao prestimo, e serviço de cada huma das Mestras. E por quanto não he muito praticável, que huma só Mestra possa ensinar a muitas Meninas, que ellas devem saber, de ler, e escrever, defiar, de cozer, de bordar, e de cortar, a Mêsas tomará esse ponto em consideração ou para dividir estes ensinamentos de sorte que huma das Mestras sejam para Cozer, e fiar, outras para bordar, e Cortar, e outras para ler, e escrever, mas todas com obrigação de ensinarem a doutrina Christam, ou para regular por outro modo este estabelecimento de maneira que seja praticável na execução. Outro sim hey por bem que a Caza, que com tanto zelo rem fundado, e promove no Sitio da Junqueira junto de Galeria o sacerdote Joaquim José dos Santos, para educação de Meninas, sede pelo mesmo Subsídio a quantia anual de duzentos e vinte mil réis, que ele aplicará a seu arbítrio e beneficio da educação, que até agora tem sustentado gratuitamente. N.S. da Ajuda 31 de Março de 1790. Para o Principal Abranches.”²⁰²

Alguns autores da época viam a necessidade da formação feminina não como aperfeiçoamento para o grupo social, mas como algo que beneficiaria os homens, definindo que o ensino devia ser para as mães, esposas e freiras, escrevendo que:

“Elas, principalmente a mães de família, sam as nossas mestras, nos primeiros anos da-nossa vida: elas nos-ensinam a língua; elas nos-dam. As primeiras ideias das coisas. E que coiza boa nos-ám-de ensinar, se elas nam sabem o que dizem? Certamente, que os prejuízos que nos-metem na cabeça, na nossa primeira meninise; sam sumamente prejudiciais, em todos os estados da vida: e quer-se um grande estudo, e reflexam, para se-despir deles. (...) Além disso, elas governam a caza: e

Barbadinho do Congregasam de Italia ao R. P. Doutor na Universidade de Coimbra, Tomo Segundo, Valença, Oficina de Antonio Balle, 1747, p. 238.

²⁰¹ Lisboa, João Luis; Miranda, Tiago C.P. dos Reis, “A cultura escrita nos espaços privados”..., p. 354. Pode ler-se mais sobre a educação das mulheres em Adão, Aurea; Fernandes Rogério, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1997.

²⁰² ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 364, fls 54-54 v.

a diresam do-economico, fica na esfera da-sua jurisdisam. E que coiza boa pode fazer uma molher, que nam tem alguma ideia da-economia?(...) As Freiras já se-sabe, que devem saber mais alguma coiza, porque am-de ler livros Latinos.²⁰³

O lugar das mulheres estava destinado a ser no espaço privado de suas casas e com receio que o ensino às camadas mais pobres representasse perigo para a estrutura vigente preconizava-se que apenas as “meninas fidalgas” a ele tivessem acesso pois

“Será impossível introduzir-se a boa educação na Fidalguia Portugueza em quanto não houver (...) huma Escola com clausura para se educarem ali as meninas Fidalgas desde a mais tenra idade; porque por ultimo a Maes, e o sexo femenino são os primeiros Mestres do nosso; todas as primeyras ideas que temos, provem da criação que temos das mays, amas e ayas; (...) reduzindo todo o sensino destas meninas Fidalgas à Geografia, à Historia sagrada e profana, e ao trabalho de mãos senhoril, que se emprega ao risco, bordar, pintar, e estofar, não perderiam tanto tempo em ler novellas amorosas, versos, (...) mas o peyor dessa vida assi empregada he que se comunica aos filhos, nos irmãos e aos maridos.²⁰⁴

No século XVIII, o ensino em Portugal esteve entregue à arbitrariedade dos mestres, não havendo regulamento que os obrigasse a seguir procedimentos pedagógicos eficazes assim como métodos uniformes para ensinar a ler, escrever e contar.²⁰⁵ As aulas eram na sua maioria dirigidas por ordens religiosas, ou párocos que nas suas paróquias ensinavam o catecismo. Com a introdução da Companhia de Jesus, e a criação de novas escolas, esta rede vai alargar-se consideravelmente.²⁰⁶

Mas, ao longo do reformismo pombalino, os jesuítas foram sendo responsabilizados pelo fracasso da instrução portuguesa no reinado precedente. Anteriormente à sua expulsão, eram eles os docentes, pelo que as escolas se localizavam nos mosteiros e igrejas, dentro das suas propriedades. Marquês de Pombal não só os proibiu de ensinar como também extinguiu as escolas que lhes pertenciam. Tornava-se imperioso encontrar e formar bons professores que lecionassem nos estabelecimentos de ensino.

O governo evidenciava, assim, uma enorme necessidade de recriar o ensino. Foi através da Carta Régia de sete de março de 1761 que Pombal redigiu os “Estatutos do

²⁰³ Verney, Luís António, *Verdadeiro metodo de estudar...*, pp. 236-237.

²⁰⁴ Sanches, Antonio Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 192.

²⁰⁵ Ribeiro, Arilda Inês Miranda, *Vestígios da educação feminina no século XVIII*, São Paulo, Arte & Ciência, 2002, pp. 33-34.

²⁰⁶ Lisboa, João Luis; Miranda, Tiago C.P. dos Reis, “A cultura escrita nos espaços privados” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, p. 347.

Colégio Real dos Nobres da Corte e cidade de Lisboa” com o objectivo de criar, no reino, um sistema de ensino que valorizasse as estruturas sociais. A nova escola foi instalada num dos antigos colégios dos jesuítas em Lisboa sendo os alunos obrigados a usar uniforme e a cumprir os “Estatutos” instituídos por Pombal.²⁰⁷

A reforma passou, também, pela criação de cargos como o de Director Geral de Estudos, que tinha como função recrutar professores para as escolas. No ano de 1771, foi extinta a Directoria Geral dos Estudos ficando a direcção e a administração das escolas confiada, pelo alvará de quatro de Junho, à Real Mesa Censória.²⁰⁸

No que alude aos estudos menores, a reforma pombalina abrange todo o reino. Antes da reconstrução de Lisboa, foram abertas na cidade inúmeras escolas provisórias. Após a reedificação, verificou-se abertura de uma escola por freguesia. O decreto de trinta de setembro de 1755 aprovou já os “Estatutos da Junta do Comércio”, onde constava a necessidade de “huma aula em que (...) se faça presidir hum ou dous mestres, dos mais peritos que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes e as obrigações que são próprias de tão importante emprego.”²⁰⁹

Através da lei de seis de novembro de 1772, Marquês de Pombal conferiu um novo impulso ao ensino secundário e instituiu o ensino primário oficial. O objectivo de Pombal, neste campo, era facultar a todos os estratos populacionais o acesso à instrução mandando para isso elaborar um plano baseado num cálculo aproximado das pessoas que poderiam desfrutar da instrução. Neste plano, encontrava-se também discriminado o número de professores necessários por escola e pelas diferentes cadeiras existentes. Após terem sido escutados os pareceres do Tribunal da Real Mesa Censória e do Conselho Privado e do Estado, o plano foi aprovado pelo rei.

Na lei de seis de novembro foi decretado que:

“ nem todos os Individuos destes Reinos, e seus Dominios, se hão de educar com o destino dos Estudos Miores, porque se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas artes Fabris, que ministram o sustento dos Povos, e constituem os braços, e

²⁰⁷ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1760 até o de 1765*, Tomo II, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1766, pp. 62-80.

²⁰⁸ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado de El Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1761 até o de 1769*, Tomo III, Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1801, pp. 243-255.

²⁰⁹ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Tomo I, ..., p. 183.

mãos do Corpo Politico; bastariam às pessoas destes grêmios as Instruções dos Parocos(...)"²¹⁰

Esta lei dá voz a algumas personagens da época, como Ribeiro Sanches que defendia que para as gentes do campo o estudo das letras era desnecessário e a entrada nos conventos uma inutilidade. Para Sanches, corria-se o risco do abandono de profissões úteis ao reino como a agricultura. Esta aprovação contribuiu para a criação de novos empregos, permitiu que a população se instruisse e possibilitou que toda a sociedade auferisse de uma mão-de-obra cada vez mais especializada.²¹¹

No item V da referida lei, constava que os mestres deveriam ensinar a ler, a escrever, a contar e as regras da ortografia portuguesa para que os alunos escrevessem de forma correta e ordenada. Os quatro tipos de aritmética simples, o catecismo e as “regras de civilidade”, deviam, também, fazer parte da sua instrução.

O item VI dessa mesma lei decretava, por sua vez, que as escolas seriam inspecionadas de quatro em quatro meses para que fossem conhecidos os progressos ou os retrocessos realizados.

O item VII autorizava a frequência do ensino particular, dentro de casa, a todos aqueles que dele pudessem usufruir. No entanto, estes alunos deviam ser submetidos a exames, tal como os outros, quando transitassem para os “Estudos Maiores”.

No item VIII ordenava-se que os professores particulares deviam possuir licença para o exercício da sua atividade, caso contrário sujeitar-se-iam a rígidas penas “de cem cruzados pagos da cadeia pela primeira vez e, pela segunda, da mesma condenação em dobro e de cinco anos de degredo para o reino de Angola”.²¹²

A aplicação destas medidas originou um aumento do número de pedidos dirigidos pela população à Coroa, solicitando a criação de mais escolas e a colocação de mais professores.

Foram muitas as povoações que beneficiaram desta reforma. Porém, algumas permaneciam, ainda, descontentes por não lhes ter sido facultado o acesso ao ensino. Perante as suas reclamações, o Ministro mandou acrescentar um suplemento no alvará de onze de novembro, integrando essas povoações no mapa de professores.

Mas tendo talvez consciência de que as reformas escolares não iriam sobreviver sem o estabelecimento de fundos que perpetuassem a sua conservação, através da

²¹⁰ ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 362, fl. 110 v. *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Tomo III..., pp. 297-299 v.

²¹¹ Lisboa, João Luis; Miranda, Tiago C.P. dos Reis, “A cultura escrita nos espaços privados”..., p. 352.

²¹² *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Tomo III..., p. 299.

Carta de Lei de dez de novembro, mandou

“abolir todas a collectas impostas nos Cabeções das Sizas, ou em quaisquer outros livros, ou quadernos de arrecadação, para se applicarem ao pagamento dos Mestres de ler, escrever, solfa e gramática, ou de qualquer instrução de meninos; estabelecendo para a útil applicação do mesmo público ensino, destes Reinos, e Ilhas dos Açores e Madeira, hum real em cada canada de vinho, quatro reis em cada pinga de vinagre: Na America e Africa hum real em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; e nelles, e na Asia dez reis em cada canada de água ardente, das que se fazem nas respectivas terras.”²¹³

Ainda no dia dez, num novo alvará foi aprovado o “Subsídio Literário” que se destinava a suportar as despesas com os mestres e professores das escolas menores.²¹⁴

Quanto ao ensino superior, no ano de 1759, como consequência da expulsão dos jesuítas, a Universidade de Évora foi encerrada mantendo-se apenas em funcionamento a Universidade de Coimbra. As reformas nesta Universidade iniciaram-se com a criação da “Junta de Providência Literária”, órgão de apoio à política do Secretário de Estado em matéria universitária. Para se ocuparem da direcção desta “Junta”, Pombal solicitou a colaboração de figuras ilustres na ciência e na religião. Em meados de 1772, estavam já compilados os estatutos da Universidade de Coimbra, que pretendiam restaurar as ciências e as artes liberais no reino e nos domínios ultramarinos.²¹⁵

No que diz respeito às vias de comunicação, na Época Moderna, estas eram incipientes e primitivas. Os grandes eixos viários continuaram a seguir, bastante de perto, o traçado legado pelos romanos. Com estas grandes vias articulavam-se outras secundárias, dando, por sua vez, origem a outras menores.²¹⁶ Integram, então, alguns troços das vias romanas e muçulmanas estando diretamente relacionadas com a densidade populacional. A norte do Tejo, as estradas concentravam-se no litoral acompanhando a rede fluvial navegável sendo que no interior se diluíam em direcção às zonas montanhosas.²¹⁷

Apesar de algumas áreas terem uma fraca rede viária, todo o reino possuía estradas e caminhos por onde se circulava a pé ou a cavalo e muitas vezes estes

²¹³ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Tomo III..., p. 297.

²¹⁴ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Tomo III..., p. 301.

²¹⁵ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Tomo III..., p. 293.

²¹⁶ Marques, José, “Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI” in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Universidade do Porto, II Série, vol. XIV, 1997, pp. 91-121.

²¹⁷ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna” in *Codice*, Ano X, Série II, Número quarto, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, Gabinete de Comunicação e Imagem, 2007, p. 4.

percursos, eram feitos à medida que o homem os transitava. Além das estradas, qualquer espaço por onde se andava frequentemente passava a constituir um caminho e a qualquer momento podia deixar de o ser pois qualquer pessoa podia igualmente transformá-lo numa horta.²¹⁸

A maior parte dos locais por onde se passava eram de terra batida. Assim, nos períodos de maior rigor climático, as estradas e caminhos tornavam-se praticamente intransitáveis transformando-se em lamaçais ou desaparecendo nas enxurradas.²¹⁹

O lixo acumulado nas ruas agravado pela carga poluente introduzida pelos animais domésticos que vagueavam, era exacerbado pela insuficiência da rede de drenagem que não conseguia evitar o alagamento de algumas zonas da cidade após grandes chuvadas. E nem sempre os governantes estavam motivados para a construção e reparação de estradas.²²⁰

Mesmo no século XVIII, a Coroa parece não ter tido grandes preocupações em relação ao desenvolvimento da rede viária registando-se apenas alguns empreendimentos avulsos que visavam a satisfação de interesses particulares ou de acordo com as preferências e as necessidades régias, como são exemplo as estradas que ligavam Lisboa a Mafra.

No reinado de D. José I, a situação não se alterou. Nos locais onde havia necessidade de atravessar rios, o mais vulgar era recorrer-se à construção de pontes de madeira ou de pedra. Podia ainda recorrer-se às barcas de passagem que podiam ser propriedade do rei, dos concelhos, das ordens militares ou dos particulares.²²¹ À semelhança das pontes, a viagem motivou a construção de albergarias e estalagens para acolhimento dos caminhantes.²²²

Mas um dos grandes problemas das viagens, era a insegurança causada quer pela natureza quer pelo homem. Assim, uma das regras importantes era nunca viajar sozinho, pois, desta forma era mais fácil enfrentar as intempéries, animais ou mesmo salteadores. Na Época Moderna viajar era difícil, incómodo, lento, caro e perigoso. Da falta de infra-estruturas básicas tais como estradas, pontes e estalagens em quantidade

²¹⁸ Barros, António Salgado de, “Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do Terramoto de 1755” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal, 2ª série, Nº 1, 2014, p. 86.

²¹⁹ Barros, Amândio Jorge Morais; Barros, Susana Pacheco, “Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno” in *Douro: estudos & documentos*, vol. 6, n.º 11, 2001 (1.º), p. 183.

²²⁰ Barros, António Salgado de, “Os canos na drenagem da rede de saneamento...”, p. 86.

²²¹ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 6.

²²² Barros, Amândio Jorge Morais; Barros, Susana Pacheco, “Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno”..., p. 187.

e qualidade suficientes, passando por pouco ou nenhum policiamento, ataques de bandidos e de animais, ou mesmo condições atmosféricas adversas, viajar estava longe de ser uma atividade rápida e prazenteira. Mesmo assim, o número dos que pelos mais variados motivos se deslocavam era significativo.²²³

Nesta época, a via fluvial era abundante e sem restrições. Utilizada preferencialmente por mercadores e por todos os que viajavam em geral, permitia o transporte de mercadorias pesadas de forma rápida e eficiente.²²⁴ Em numerosos casos, a travessia era feita em barcas instituída preferencialmente para a passagem de pessoas, animais e bens, embora houvesse também as que existiam expressamente para o transporte de mercadorias.²²⁵

A existência de portos fluviais que comunicavam entre si ou com o mar era bastante mais eficiente do que as vias terrestres. O Tejo era uma importante via na circulação e distribuição de produtos, pois, por este rio seguiam as especiarias do Oriente, as madeiras da Flandres, a manteiga e o queijo da Bretanha, os panos de França e da Holanda, as louças de Talavera bem como os panos de Segóvia e de Saragoça.²²⁶

Quanto aos produtos nacionais, não podemos esquecer o sal, o peixe, a lenha, o carvão, a cortiça, a madeira, os cereais e até a neve da Serra da Estrela, que, após ser recolhida, era acondicionada com palha e transportada em cestos e caixotes carregados por animais e depois em carros de bois, puxados até aos portos fluviais.²²⁷ A ligação à outra margem, via Almada, com porto em Cacilhas, era um percurso indispensável na circulação de pessoas e bens do sul do país.

Com tamanho afluxo de gentes e mercadorias de e para Lisboa rapidamente se percebeu a necessidade de criar estruturas para receber as embarcações.²²⁸ Se os grandes rios e os seus afluentes representavam as vias de circulação por excelência, sobre as quais se baseava uma parte significativa da estrutura económica nacional,

²²³ Barros, Amândio Jorge Morais; Barros, Susana Pacheco, “Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno”..., p. 184. Marques, José, “Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI”..., p. 97.

²²⁴ Marques, José, “Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI”...p. 99.

²²⁵ Marques, José, “Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI”...p. 99; ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv. 19, fl. 377; ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv. 10, fl. 166; ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.25, fl. 21v; ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.15, fl. 184.

²²⁶ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 7.

²²⁷ O gelo para a realização dos sorvetes que abasteciam a corte era proveniente da neve, principalmente das serras da Estrela e de Montejunto, permitindo assim o consumo de bebidas e sobremesas frescas. Pode ler-se mais em Isabel Braga, M. R. Mendes Drumond, *Gelados. História de uma Doce e Fresca Tentação*, Sintra, Colares Editora, 2003, p. 41.

²²⁸ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 8.

também é uma realidade que a via marítima completava o sistema de circulação de pessoas e distribuição de bens, a utilização de navegação marítima entre portos da mesma costa ou entre ilhas vizinhas, permitindo suprir as deficiências das comunicações via terrestre.²²⁹

A par das pessoas que viajavam por motivos culturais, religiosos, militares e outros há ainda que referir os profissionais dos transportes como os almocreves ou recoveiros, carreteiros ou cingeleiros, arrieiros ou burriqueiros e correios.

Todos os que transportavam bens entre o litoral e o interior ou entre outras diferentes partes do reino asseguravam a circulação e a distribuição dos produtos por vezes em estreita articulação com as vias fluviais e marítimas.

No século XVIII, a correspondência podia ser expedida a pé ou a cavalo; por mar, nomeadamente com os espaços ultramarinos e com Inglaterra; pelos serviços de diligência ou de mala posta. No final do século XVIII apareceu a primeira carreira de transportes terrestres, por estafeta a pé ou a cavalo, o mais antigo meio que coexistiu com os mais recentes em localidades mais afastadas. As principais críticas aos correios, patenteadas desde o século XVII, eram relativas à morosidade.²³⁰

Os transportes utilizados pelas populações estavam longe de proporcionar conforto. Quando não se viajava a pé, recorria-se aos animais nomeadamente cavalos, mulas e burros para as pessoas e, carros de bois para as mercadorias. No entanto, as pessoas podiam também recorrer ao lombo dos animais, munidos de alforjes e sacos. As andas, tabuleiros ou leitos sem caixa nem cobertura e com varais, conduzidos por homens ou cavalgaduras, começando por se destinar ao transporte de cadáveres, foram posteriormente utilizadas para o transporte de vivos. De referir ainda as cadeirinhas, pois os primeiros coches só terão chegado a Portugal no reinado de Filipe II (1580-1598) e a sua condução não era fácil, devido ao terreno muito acidentado e às ruas tortuosas, apertadas e sem pavimento.²³¹

Pessoas, animais e bens diversos percorriam caminhos e sulcavam mares, iam e vinham ao sabor das suas necessidades, contribuindo para o crescimento da comunicação física e, cada vez mais, da comunicação cultural.²³²

²²⁹ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 9.

²³⁰ A reestruturação dos serviços começou no final do século XVIII, no reinado de D. Maria I, através da incorporação na Coroa da gestão dos correios. Leia-se mais em Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 13.

²³¹ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 17.

²³² Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 24.

Em síntese, podemos referir que a cidade de Lisboa no século XVIII, era conhecida pela vasta atividade comercial, principalmente com negociantes ingleses e alemães ao que ajudava ser detentora de um dos maiores e melhores portos da Europa. O afluxo dos diamantes e a descoberta de ouro brasileiro ajudaram nas edificações grandiosas no tempo de D. João V só possíveis pelas condições económicas de exceção. A prosperidade económica do país propiciou a que o Barroco encontrasse o mais fértil dos solos para constituir a tradução estética do absolutismo.

A segunda metade do século XVIII foi em Portugal, um período de escalada de atividades comerciais, tendo sido possível a acumulação de fortunas, mesmo àqueles a quem faltavam raízes genealógicas. Lisboa tornou-se numa espécie de paraíso vivendo o reino de Portugal em paz e na maior opulência.²³³

Figura 6: Terreiro do Paço, Séc. XVIII (1ª metade).



Fonte: Museu da Cidade

²³³ Cameira, Maria Cecília, "Sacralização e práticas religiosas" ..., p. 322.

1.4. ARQUITETURA E URBANISMO

“ (...) Deve analisar-se o que na nossa época está de acordo com as anteriores e o que se diferencia, no sentido material e espiritual. Por isso também se devem estudar as construções do passado, dando-lhes uma visão vital. Não só para lhes extrair a grandeza da escala arquitectónica e significado, mas também pelos resultados criativos próprios, devido ao facto de estarem ligadas a uma situação histórica.”²³⁴

Lisboa passou por importantes transformações urbanísticas até meados do século XVIII abruptamente interrompidas pelo terramoto de 1755. A maioria dessas intervenções deveram-se à iniciativa régia e, em menor quantidade, à do Senado Municipal e a particulares. Consistiram, fundamentalmente, na abertura de vias periféricas e dentro da cidade, no alargamento, regularização e calcetamento de diversas ruas.²³⁵

Já na dinastia de Avis, os monarcas aumentaram e melhoraram a distribuição de água pela população com a construção de chafarizes tendo ainda realizado importantes melhorias nos portos de mar para que o comércio se agilizasse.

Na dinastia dos Bragança, o rei D. João V, com os proveitos provenientes dos metais preciosos provindos das minas do Brasil, mandou construir o Aqueduto das Águas Livres. Esta obra diminuiu o problema do abastecimento da água, “fartando a sua Capital de agua assaz boa, de que antes tinha escacez, e não poupando despeza alguma” pois “se as aguas de hum paiz qualquer sao boas, seus habitantes serão robustos, corados, e terão bons dentes”.²³⁶

No século XVIII, Lisboa era exaltada por muitos poetas e homens das artes, o que simbolicamente demonstra que era uma cidade importante, sendo a sua destruição um pesar não só para os seus habitantes, mas para todos aos súbditos do rei de Portugal. A cidade de Lisboa foi considerada um centro político, económico e institucional do reino, possuindo o principal mercado de Portugal e um grande porto comercial.²³⁷

²³⁴ Rohe, Mies van der, “Princípios orientadores para a educação na arquitetura” in Blaser, Werner; Rohe, Mies van der, *A arte de estrutural*, Zúrique y Stuttgart, Publicações de Arquitetura 1965, pp. 50-51.

²³⁵ Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes do Terramoto de 1755: alargamento d ruas” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal, 2ª série, Nº 1, 2014, p. 19.

²³⁶ Franco, Francisco de Mello, *Elementos de Hygiene: Dictames Theoreticos, e Praticos Para Conservar a Saúde e Prolongar a Vida*, Parte II, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1814, pp. 179-180.

²³⁷ Este facto foi vivido e reportado por muitos visitantes estrangeiros durante os séculos XVIII e XIX. Deve consultar-se Barreiros, Maria Helena, “Urban Landscapes: Houses, Streets and Squares of 18th

Lisboa era a localidade onde se encontrava a maioria dos comerciantes nacionais e estrangeiros.

Com ruas estreitas, construções centenárias, inúmeros edifícios antigos entre os quais muitas igrejas, é fácil de perceber os inúmeros estragos que uma calamidade da envergadura do terramoto de 1755 provocou. As perdas foram inúmeras e o aspeto de Lisboa mudou consideravelmente, ficando marcadas as imagens de uma Lisboa pré e pós terramoto.

Foram muitas as realizações urbanísticas verificadas no período joanino, tendo o monarca promovido e/ou apoiado importantes intervenções em diferentes locais da capital. Algumas destas intervenções foram de iniciativa municipal e outras particulares, entre as quais se inseriam o alargamento e regularização de ruas e largos, o calcetamento de vias periféricas e as novas construções. Determinadas obras de alargamento, de regularização e de calcetamento das principais artérias da capital, foram iniciadas no último quartel do século XVII, sendo justificadas pela necessidade de melhorar o tráfego urbano e de contribuir para melhorar o aspeto da cidade.²³⁸

Embora se tenha expandido por um período aproximado de seis séculos, a sua estrutura urbana mantinha-se como um burgo medieval, vasto e desorganizado, sem plano nem proporções, exceptuando-se as novas ruas do Bairro Alto.²³⁹ Aos olhos de alguns estrangeiros que visitaram Lisboa no século XVIII, era tida como bela ao longe, mas suja com as ruas estreitas, incómodas e até perigosa quando vista de perto.²⁴⁰

A sua disposição em anfiteatro, ao longo da margem esquerda do Tejo, com as torres e cúpulas dos edifícios religiosos e civis, encantava todos os que a ela chegavam por barco. A sensação inicial dos viajantes, ao contemplar a cidade, a partir do rio, ia desaparecendo a partir do momento em que desembarcavam e à medida que percorriam os bairros antigos, subindo e descendo as colinas por travessas e ruelas.²⁴¹

Century Lisbon” in Laitinen, Riitta; Cohen Thomas Vance, *Cultural History of Early Modern European Streets*, Leiden, Brill, 2009, p. 19.

²³⁸ Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes de 1755: alargamento de ruas”..., p. 20.

²³⁹ Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 14.

²⁴⁰ Braga, Piedade; Rodrigues, Teresa; Nogueira; Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p. 15.

²⁴¹ Carreira, Adélia Maria Caldas, *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*, Lisboa, Departamento de História da Arte da Universidade Nova, 2012, p. 19. Tese de Doutoramento policopiada.

As ruas, assim como o Terreiro do Paço, encontravam-se atulhadas de depósitos de lixo e a zona baixa da cidade, inundada com frequência, apresentava os mesmos autênticos lamaçais para onde, por falta de esgotos, todas as coisas desagradáveis eram “atiradas todas as noites de cada andar para estreitas ruas, e que para ali ficam a deitar exalações de toda a espécie, tão pestilentas que bastam para ocasionar uma epidemia.”²⁴²

No seu “Tratado da Conservação da Saúde dos Povos”, Ribeiro Sanches alertou para os muitos defeitos existentes na arquitetura das cidades mais antigas da Europa, onde as ruas eram muito estreitas, sem direção, com pouca ou nenhuma limpeza não existindo nenhum aqueduto para se evacuarem as águas da chuva ou do uso dos habitantes. Estes factos fomentavam entre a população o uso de tudo arremessar à rua, após o clássico aviso de “água vai!”.²⁴³ Para alguns autores “o água vai” entrou na linguagem e nos costumes; tornou-se necessário; de mais, (...)”, referindo ainda o mesmo autor que “uma antiga postura de Coimbra, que proibia muito explicitamente deitar água à rua sem dizer duas vezes Água vai!”.²⁴⁴

As casas “cubertas de colmo, de ramos, ou de taboas” contribuíam para infetar o ar causa das frequentes pestes e epidemias que grassavam na Europa até ao final do século XVII.²⁴⁵

Tal como muitas outras cidades da Europa, Lisboa estava mal organizada, com edifícios construídos sem regras, formando um emaranhado de casas e ruas, com problemas de circulação, de higiene e sobretudo de falta de segurança.²⁴⁶

Até à data do terramoto, as paróquias de Lisboa assim como os seus limites e confrontações, seguido da respetiva planta, estão representadas na “Descrição Corographica das Parochias de Lisboa com os limites, ruas, becos e travessas que cada huma delas tinha antes do terramoto de 1 de Novembro de 1755 e também com o número de fogos que nelas existiam”.²⁴⁷ No mesmo documento estão também ilustradas as plantas das respetivas paróquias, com exceção das paróquias da Nossa Senhora da Ajuda, São Bartolomeu e São Sebastião da Pedreira.

²⁴² Costigan, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal, 1778-1779*, vol. I, Lisboa, Lisóptima, 1989, p. 23.

²⁴³ Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época...*, p. 27.

²⁴⁴ Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga*, 2ª edição, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1904, p. 168.

²⁴⁵ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Lisboa, Officina de Joseph Philippe, 1757, p. 92.

²⁴⁶ Pode ler-se mais em Braga, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna”..., p. 14. Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, p. 4.

²⁴⁷ ANTT, *Livros das Plantas das freguesias de Lisboa*, fls. 118-133 v.

Quadro 1: Fogos existentes em Lisboa antes do terramoto de 1755

Paróquias de Lisboa em 1755	Nº de fogos
Santa Justa	3140
Santa Engrácia	2330
São Nicolau	2325
Nossa Senhora dos Anjos	2140
Santa Catarina	1886
Nossa Senhora dos Mártires	1800
São Julião	1630
Nossa Senhora do Socorro	1600
Santa Isabel	1460
Nossa Senhora da Pena	1330
Santo Estevão de Alfama	1170
São José	1100
São Paulo	1080
São Sebastião da Pedreira	1080
Santa Maria Maior	1008
São Miguel	870
Conceição	856
Nossa Senhora das Mercês	850
Santa Madalena	830
Nossa Senhora da Ajuda	680
São Vicente	544
Sacramento	466
São Cristovão	460
Santa Cruz do Castelo	335
São Mamede	300
Salvador	266
São Tomé	235
Santa Marinha	220
Santos	197
São Lourenço	150
São Bartolomeu	140
São Tiago	120
Encarnação	72
São Jorge	58
São Martinho	30
Total	32758

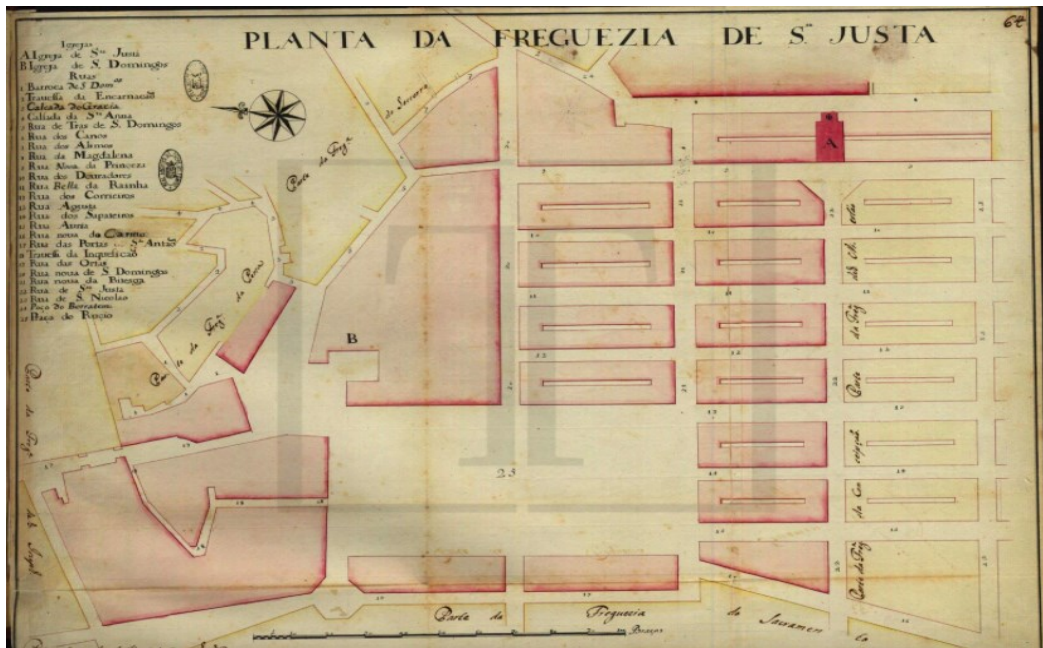
Fonte: ANTT, *Livros das Plantas das freguesias de Lisboa*, fls. 118-133 v.

No quadro acima referenciado, podemos observar as 35 paróquias existentes em Lisboa em 1755 antes do terramoto do primeiro de novembro e o número de fogos que havia em cada uma. Podemos constatar que a paróquia com maior densidade

populacional era a paróquia de Santa Justa, com 3140 fogos, e a menor a de São Martinho, com apenas 30. O total de fogos era de 32758.

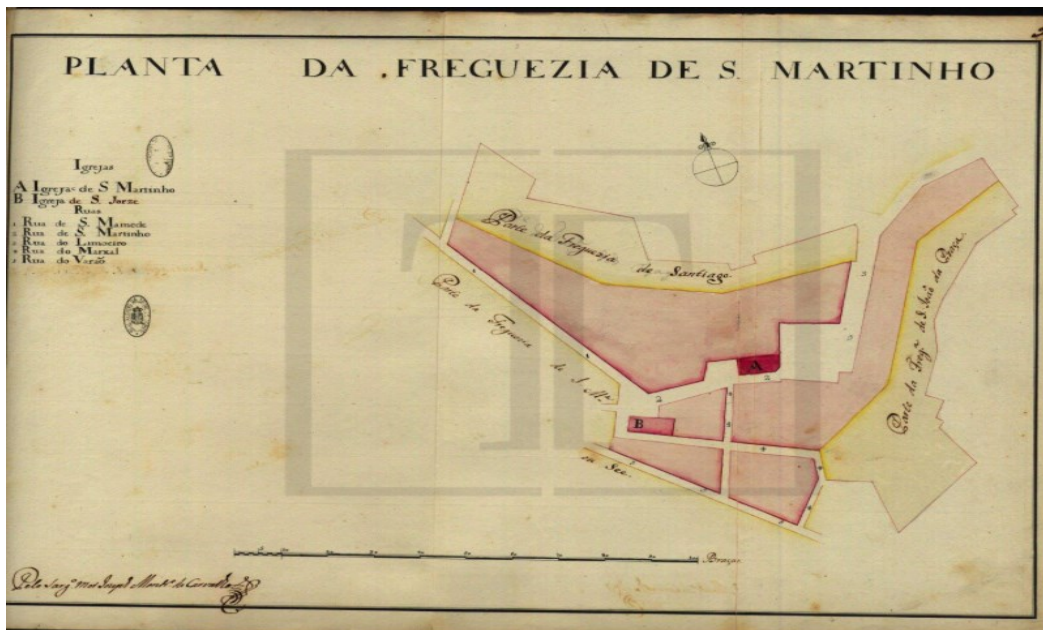
De seguida, apresentam-se as plantas da maior e da menor freguesia, respetivamente, assim como a planta de Lisboa antes do terramoto.

Figura 7: Planta da freguesia de Sta. Justa



Fonte: ANTT, *Livros das Plantas das freguesias de Lisboa*, fl. 63.

Figura 8: Planta da freguesia de S. Martinho



Fonte: ANTT, *Livros das Plantas das freguesias de Lisboa*, fl. 93.

Figura 9: Planta da cidade de Lisboa



Fonte: Museu da cidade.

Pela planta da cidade que se apresenta, datada de 1650, verificamos que a amálgama de ruas e travessas predominava por quase toda a cidade, contrastando com o pequeno número de ruas de traçado regular do Bairro Alto, que se desenvolvera a ocidente no exterior da cerca fernandina. À exceção de algumas ruas principais, todas as outras eram sinuosas, estreitas e projetadas, sem qualquer ordem, onde as pequenas vielas que desciam para a praia eram sujas, sendo necessário conhecer muito bem o caminho para se retroceder entre os “montes de imundice”, para se poder passar.²⁴⁸

De facto, as dificuldades de circulação de pessoas e de bens foram-se agravando com o tempo, originando alguns acidentes, sendo os atropelamentos os mais graves o que motivava frequentes discussões entre os condutores de coches e liteiras sobretudo nas artérias mais movimentadas e/ou mais difíceis.²⁴⁹

Com o intuito de resolver ou, no mínimo, minorar alguns desses problemas a Coroa e o Senado criaram regras de trânsito, tendo mandado afixar sinais ou placas de sinalização nas ruas mais problemáticas da época subsistindo, pelo menos uma dessas placas, até aos nossos dias.

²⁴⁸ Link, Heinrich Friedrich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005, p. 104.

²⁴⁹ Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes de 1755: alargamento de ruas”..., p. 20.

Mas as regras e os sinais de trânsito por si só não acabavam com os problemas viários, uma vez que eles tinham origem nas péssimas condições das ruas estreitas, tortuosas, sem calcetamento ou muito mal calcetadas.

Assim, tornou-se imperioso melhorar a rede viária da capital começando pelo alargamento das artérias mais movimentadas, nomeadamente as que estabeleciam a ligação às duas principais praças: a do Rossio e a do Terreiro do Paço.²⁵⁰

Paralelamente às obras de alargamento das artérias urbanas, foram realizadas obras de ampliação e de regularização de prédios, principalmente nas fachadas, as quais se submeteram às disposições legislativas de 1745.²⁵¹

Até 1755, parte das realizações urbanas, tais como as referidas obras de melhoramento da rede viária, foram justificadas não só pela necessidade de melhorar o tráfego, mas também com o intuito de incrementar nos habitantes normas de higiene e limpeza da cidade, hábitos muito pouco em voga na época.²⁵² Para Gustavo de Matos Sequeira, o asseio da capital, em parte, estava dependente da passagem de procissões.²⁵³

Em 1701, por carta do Secretário de Estado, Mendos Foyos Pereira, foram definidos os locais para onde deviam ser lançadas as imundices e entulhos.²⁵⁴ Por decisão régia, datada de dez de Julho de 1702, foram concedidas à Câmara verbas destinadas a melhorar a limpeza urbana, tendo sido consignadas através de “um real no vinho e outro na carne para a nova forma da limpeza da cidade”.²⁵⁵ Esse contributo, conhecido por “realete da limpeza”, ou só “realete” permitiu, ainda, que, com as suas sobras, se fizesse o calceteamento de ruas.²⁵⁶

Em 1738, a Câmara efetuou uma análise financeira dos custos da limpeza da

²⁵⁰ Em Alfama, num edifício da rua do Salvador, existe uma placa datada de 1686 que regulava a prioridade de passagem dos veículos estipulando o seguinte: “Sua Magestade ordena que os coches, seges e liteiras que vierem da portaria do Salvador recuem para a mesma parte”. Leia-se mais em Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes do Terramoto de 1755...”, p. 20.

²⁵¹ Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes de 1755: alargamento de ruas”..., p. 28.

²⁵² Em 1756, por aviso do Ministério do Reino ao Senado da Câmara, foi mandado limpar a Rua da Colónia do Rato para que por lá passasse a procissão do terço de Jesus. Noutro aviso ordenava-se a limpeza de outras ruas por onde havia de passar a procissão de Penitência que ia da igreja de Nossa Senhora da Piedade das Chagas para a Patriacal. ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 5, fl. 198; ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 5, fl. 201 v.

²⁵³ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, p. 61.

²⁵⁴ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, I parte, Tomo XII, 1903, p. 591.

²⁵⁵ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa...*, p. 592.

²⁵⁶ Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga...*, p. 162-163.

cidade nos bairros da Ribeira, Rossio, Rua Nova, Alfama, Bairro Alto e Mouraria contabilizando-se um total de “142 bestas e 33 vassouras” a que correspondiam 142 carroças e 33 varredores. Os resultados mostravam a necessidade de haver um controlo apertado dos gastos nesta atividade assim como a dimensão dos meios envolvidos.²⁵⁷

Foram ainda definidas sanções pecuniárias para quem desrespeitasse as “posturas da limpeza da cidade” citando-se algumas:

“Postura 1ª - Do regimento da limpeza

Toda a pessoa que no Terreiro do Paço da Ribeira até ao Terreiro do Trigo deitar ou mandar deitar bacio de sujidade, pagará do tronco, onde estará dez dias, mil réis. A metade para a cidade e a outra para quem a accusar.

Toda a pessoa que no sobredito logar deitar sujidade de esterco, ou cão ou gato morto, pagará mil réis.

Toda a pessoa que se achar que deitou bacio de sujidade das necessárias para cima, senão em seu logar limitado, pagará quinhentos réis da cadeia, onde estará cinco dias.

Toda a pessoa que se achar que deitou das necessárias para cima esterco de casas, senão em seu logar limitado, pagará quinhentos réis e estará cinco dias na cadeia, salva se o deitar no mar, porque então pagará cem réis.

Toda a pessoa que deitar agua pela janella na rua, que esteja a rua suja por causa da dita agua, pagará quinhentos réis; com declaração que o poderá fazer depois do sino.

Toda a pessoa que deitar agua fedorenta, suja de escamas do pescado, ou urina, pagará quinhentos réis, como não fôr depois do sino. Toda a pessoa que se achar que deita bacio de sujidade ou caqueirada nas portas dos vizinhos, por malicia, pagará da cadeia, onde estará vinte dias, quatro mil réis, e sendo por desastre, não limpando logo, pagará duzentos réis do tronco.

Toda a pessoa que lançar agua limpa das janellas por cima de algumas pessoas, pagará cem réis, e sendo suja pagará mil réis, e sempre pagará a perda que fizer.

Toda a pessoa que acharem lavando roupas nos chafarizes e fontes d'esta cidade, ou cadeiras, taboleiros e todo o outro pau, pagará mil réis da cadeia, onde estará dez dias, sendo dentro no chafariz, e sendo fora pagará cem réis”.²⁵⁸

Como se pode constatar pela última postura descrita, o abastecimento de água era efetuado pelos chafarizes construídos nos séculos XIII e XVI, mas que no século XVIII se tornavam insuficientes para satisfazer uma população de cerca de 200000 habitantes. Os chafarizes do lado Oriental de Lisboa contabilizavam-se em número de

²⁵⁷ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, I parte, Tomo XIII, 1904, p. 334.

²⁵⁸ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo XII, 1903, pp. 592-600.

cinco: Chafariz do Rei com seis bicas, Chafariz dos Paus com quatro bicas, Chafariz de Dentro com duas bicas, Chafariz da Praia com cinco bicas e o Chafariz do Terreiro do Paço com quatro bicas.²⁵⁹

Quanto ao saneamento, a rede geral de canos, no período anterior ao terramoto de 1755 tinha cerca de sete quilómetros de comprimento beneficiando dela apenas alguns moradores.²⁶⁰ O escoamento no sistema de drenagem era feito tanto em condutas fechadas como em condutas abertas dependendo do local em que se encontravam. Pelo facto de nas condutas fechadas ser difícil a higienização estas eram utilizadas com alguma relutância.²⁶¹ O poder real e o poder camarário interagiam de forma a conseguir o envolvimento e a responsabilização de todos os cidadãos na manutenção e melhoria das condições de saneamento da cidade.

No que às habitações diz respeito, as construções de alvenaria de pedra têm marcado uma presença indelével ao longo da História. Estas edificações, como é o caso de castelos, templos religiosos e palácios, chegaram até aos nossos dias em razoável estado de conservação. A sua heterogeneidade é proveniente dos diferentes materiais e técnicas construtivas utilizadas ao longo do tempo, da disponibilidade e custos dos materiais e transporte, das tradições regionais e da formação dos operários.

Na construção tradicional consideram-se dois tipos de paredes diferentes: paredes resistentes, ou paredes-mestras, e paredes divisórias, ou de compartimentação.²⁶²

As paredes resistentes de edifícios antigos são em geral construídas em terra – taipa e adobes, geralmente em edifícios de pequeno porte, com um piso térreo, raramente dois pisos, e em alvenaria de pedra irregular, alvenaria de tijolo, cantaria e paredes mistas. Estas paredes são, no caso da construção tradicional, as paredes exteriores dos edifícios.

Mas podem também existir paredes resistentes interiores sendo neste caso maioritariamente em alvenaria de pedra irregular, simples, ou, nalguns casos, armada com elementos de madeira.

²⁵⁹ Todos os chafarizes e fontes da zona oriental da cidade de Lisboa possuíam águas tépidas, tidas como eficazes para diversos problemas como, por exemplo, a da Bica do Sapato que era útil para tratar as “intemperanças quentes e para curar achaques cutâneos”. Leia-se mais em Henriques, Francisco Fonseca, *Aquilégio Medicinal*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1726, pp. 58-63.

²⁶⁰ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo I 1887, p. 549.

²⁶¹ Barros, António Salgado de, “Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do Terramoto de 1755” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal, 2ª série, Nº 1, 2014, p. 102.

²⁶² Pinho, Fernando F. S, “Aspetos construtivos e funcionais das paredes divisórias na construção tradicional” in *Seminário Paredes 2011, Divisórias: Passado, presente e futuro*, Porto, 2011, p. 2.

As paredes divisórias tinham como principal função dividir os espaços delimitados pelas paredes resistentes podendo ser em alvenaria de pedra, alvenaria de tijolo ou em tabiques.²⁶³

Como tal, a definição de um padrão construtivo único não existe. De uma forma geral, a solução construtiva dos pavimentos dos edifícios antigos variava consoante se tratava do pavimento térreo ou dos pavimentos elevados. Os pavimentos térreos eram constituídos por enrocamento de pedra arrumada à mão, sobre o qual era colocada a camada de revestimento e desgaste, em lajedo de pedra, ladrilhos, tijoleira cerâmica ou sobrados de madeira; em situações mais modestas, podiam ser apenas de “terra batida”. Relativamente às escadas, estas eram desconfortáveis e difíceis de subir. No século XVII o espaço ocupado pelas escadas passou a ser maior e a partir do século XVIII estas passaram a ter dois lanços e patamares intermédios.²⁶⁴

No que diz respeito aos edifícios que resistiram total ou parcialmente ao terramoto e se conservaram ao longo do tempo, foram identificados diferentes tipos de imóveis dentro da mesma tipologia construtiva: edifícios com paredes de alvenaria bem cuidada e pedra emparelhada e edifícios que apresentam paredes de alvenaria pobres e mal conservadas. Estes últimos apresentavam grande deformação e ausência de elementos de travamento, com pavimentos que venciam vãos pequenos e que eram geralmente de madeira. Existiam, ainda, edifícios com andar de ressalto que eram constituídos por um rés-do-chão todo em alvenaria de pedra e pavimento em arco que servia de suporte a um ou dois pisos com estrutura reticulada em madeira e com revestimento exterior das paredes em alvenaria mista. No geral, estes edifícios tinham dois a três pisos, tendo no máximo quatro andares, com pé direito muito reduzido, grande densidade de paredes e poucas aberturas para o exterior. Estes edifícios ainda se encontram principalmente nos bairros históricos como Alfama, Bairro Alto, Mouraria e Castelo.²⁶⁵

Sintetizando, podemos afirmar que, até à reconstrução no pós terramoto, Lisboa a nível urbano estava mal organizada, com ruas estreitas e becos nos quais se encaixavam edifícios construídos sem regras, formando um emaranhado de casas e ruas, com problemas de circulação, de higiene e sobretudo de falta de segurança.

²⁶³ Pinho, Fernando F. S., “Aspetos construtivos e funcionais das paredes divisórias na construção tradicional”..., p. 3.

²⁶⁴ Pinho, Fernando F. S., “Aspetos construtivos e funcionais das paredes divisórias na construção tradicional”..., p. 4.

²⁶⁵ Pinho, Fernando F. S., “Aspetos construtivos e funcionais das paredes divisórias na construção tradicional”..., p. 4.

A cidade encontrava-se coberta por ruínas, com as ruas, atulhadas de nauseabundos depósitos de lixo e a zona baixa da cidade inundada com frequência, apresentando as ruas autênticos lamaçais.

Lisboa ia crescendo com a construção de novas casas e demolição das mais antigas. Contudo, esta reedificação continuava a fazer-se de uma forma irregular, sendo que maior parte das obras efetuadas na época tinham em vista melhorar o saneamento e a qualidade do ar na cidade de acordo com as ideias expressas pelo discurso “higienista”.

A partir do último quartel do século XVII, multiplicaram-se os estudos relativos às características do ar empreendidos por químicos, médicos e outros estudiosos tendo estes conduzido às teorias aeristas que estabeleceram uma relação de causa-efeito entre o ar e a saúde ou a doença.²⁶⁶

²⁶⁶ Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes do Terramoto de 1755: alargamento de ruas”..., p. 30. Sobre as teorias que aeristas deve ler-se Sanches, António Ribeiro, *Tratado da conservação de saúde dos povos...*, pp. 1-316.

1.5. ASSISTÊNCIA À SAÚDE

“Medicina não sei, mas tenho lido
Dois livros, que me tem muito instruído,
Hum da própria exp’riencia, outro do mundo.
E só nesta lição lhe que me fundo,
Para bem conhecer poe estes meios
Tantos os achaques meus, como os alheios.
Ora antes de que toda a vida exales,
Ouve parte da origem de teus males.”²⁶⁷

Desde a sua fundação, as misericórdias e outras instituições de assistência independentemente da sua origem e administração, sempre foram importantes para a caracterização social e institucional das localidades, mantendo uma estreita relação com a hierarquia política das mesmas.²⁶⁸

Assim, o exercício da assistência em Portugal aparece de forma indissociável ligado às misericórdias, não só pela concentração de privilégios que as transformou em fornecedoras de recursos de caridade, mas também pela difusão a que o modelo da misericórdia de Lisboa registou em todos os espaços de presença portuguesa.²⁶⁹ A sua criação e dessiminação por todo o reino inseria-se na vontade da Coroa em organizar a assistência em Portugal.²⁷⁰

Nesta assistência incluíam-se os hospitais, os enjeitados, as órfãs e os cativos (que de início estavam fora da influência destas instituições), assim como os presos pobres que desde cedo lhes foram entregues.²⁷¹ A sua origem integrava-se nas novas formas

²⁶⁷ Leia-se Costa, José Daniel Rodrigues da, *Portugal enfermo por vícios, e abusos de ambos os sexos*, Lisboa, Impressão Régia, 1819, p. 3.

²⁶⁸ Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*, Minhografe, Braga, 2011, p. 55.

²⁶⁹ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se fez pobre...*, p. 257.

²⁷⁰ Para um melhor conhecimento do papel das Misericórdias, ler, entre outros: Araújo, Maria Marta Lobo de, “Charity practices in the Portuguese brotherhoods of Misericórdias (16th-18th centuries)” in Laurinda Abreu (ed.) *European Health and Social Welfare Policies*, Blansko, Compostela Group of Universities, 2004, pp. 277-296; Araújo, Maria Marta Lobo de, “Casadas com trigo e cevada. Os dotes das órfãs da misericórdia de Portel no século XVIII”, *Faces de Eva*, Lisboa, 20, 2008, pp. 59-71; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000; Lopes, Maria Antónia, *Pobreza e controlo social. Coimbra 1750-1850*, Viseu, Palimage Editores, 2000; Lopes, Maria Antónia, “Um percurso de 250 anos: as misericórdias portuguesas de 1750 a 2000” in Maria Marta Lobo de Araújo, *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal/Brasil (séculos XV-XX)*, Cuiabá, Carlini & Caniato, 2009, pp. 151-194; Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Lisboa, Centro de Estudos de História religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, volumes 1 a 9 – Tomo I, 2002/2012; Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

²⁷¹ A conceção de dotes a órfãs pobres, por parte de instituições de assistência social, tinha como

de viver a espiritualidade e devoção que incitava os leigos à vivência da fé com obras, imitando a pobreza de Cristo, recorrendo à intercessão da Virgem Maria.²⁷²

O aumento da população das cidades engrossou o número de mendigos de forma assustadora trazendo consigo a doença fazendo com que no século XVI a pobreza deixasse de ser suportável e os pobres passassem a ser encarados com desconfiança. O pobre que se comportasse mal, ou aquele que não tinha ninguém que intercedesse por ele, começou a ser encarado como que dum marginal se tratasse.²⁷³

Falamos hoje de exclusão social e de solidariedade, de desigualdades económicas e de processos de auto-exclusão mas, no passado, usavam-se expressões diferentes que se referiam a realidades também diferentes, embora se reportassem sempre a situações de desigualdade que subsistem nos dias de hoje.²⁷⁴

Em finais da Idade Média, em Portugal, à semelhança do que acontecia nos outros reinos, os hospitais configuraram uma rede muito densa de pequenas unidades a que se dava o nome de albergues, gafarias e hospícios. As pequenas localidades possuíam frequentemente um hospício, com um hospitaleiro e quatro ou cinco camas, que acolhiam toda a espécie de indigentes fossem eles aleijados, velhos miseráveis ou simples viajantes pobres.²⁷⁵ Os hospícios e hospitais eram locais onde se amontoavam as pessoas em salas, difíceis de aquecer, com camas alinhadas e sobrepostas e que em caso de necessidade se prolongavam para os corredores e eram partilhadas por “três ou quatro doentes”.²⁷⁶ Esta indistinção parece prender-se com o estatuto socioeconómico do doente, pois nesta altura, tratava-se de pessoas geralmente pobres, sem teto ou família que os acolhesse.²⁷⁷ Nesta época, a distinção entre as diferentes instituições não

objetivo principal a prevenção da moralidade que se via ameaçada pela falta da figura paterna, e não o remedeio da miséria económica como seria de supor. A disciplina social sobrepunha-se ao socorro da pobreza. Pode ler-se mais em Lopes, Maria Antónia, “Dotar para disciplinar, casar para subsistir. Misericórdia de Coimbra, séculos XVI-XIX” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar estado. Dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, p. 275.

²⁷² Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p. 47.

²⁷³ Abreu, Laurinda, “Purgatório, Misericórdias e Caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)” ..., p. 397.

²⁷⁴ Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 7-64.

²⁷⁵ Ramos, Luís A. de Oliveira, “Do Hospital Real de Todos os Santos à História Hospitalar Portuguesa” in *Revista da Faculdade de Letras, II Série*, Vol. X., Porto, 1993, p. 336.

²⁷⁶ Perrot, Michelle, *A História dos Quartos...*, p. 277.

²⁷⁷ Sobre este assunto pode ler-se mais em Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX” in José d’Encarnação (coord.), *A História tal e qual de faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 89-102; Lopes, Maria Antónia, “Entre razones y sentimientos: los pobres y la respuesta

era fácil, pois a hospitalidade confundia-se com a assistência, num tempo em que os cuidados da alma se sobrepujavam aos cuidados do corpo.²⁷⁸

As gafarias encontravam-se por todo o reino. Eram construídas fora dos muros das cidades ou vilas, mas relativamente perto dos aglomerados populacionais. A sua localização materializava a repugnância dos sãos em relação aos enfermos e em simultâneo a compaixão em relação a eles.²⁷⁹

Estar doente significava essencialmente padecer da alma, sendo que a enfermidade era o reflexo do estado obscuro de pecado, derivado de uma má relação com Deus. Em primeiro lugar, era “indispensável confessar os pecados e só depois de lavada a alma, se tratava do corpo”.²⁸⁰ Limpar a alma era, pois, a terapêutica imediata o que se conseguia pelo ato inicial de cumprir os sacramentos e depois pela ingestão de «mezinhas» que auxiliavam a saída da imundície que acorrentava corpo e alma.²⁸¹

Na Idade Moderna, os hospitais não eram considerados local de morte. Embora existisse ainda uma pequena parcela da população, principalmente a rural, que demonstrasse medo, as pessoas não recorriam ao hospital principalmente por vergonha. Ser internado, significava perda de estima social. Registos coevos mostram que no Hospital de Braga, em 1705, quando algum pobre envergonhado era internado, o seu nome era ocultado do registo de admissão.²⁸²

Neste sentido, os hospitais eram instituições de caridade, onde só aqueles que não tinham meios de subsistência para custear um tratamento em casa, uma visita médica, medicamentos aviados na botica e a alimentação à base de carne e caldos de galinha, recorriam ao internamento.²⁸³

assistencial de Coimbra (1730-1850)” in Pérez, Laureano M. Rubio (coord.), *Pobreza, marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, 2009, pp. 169-198

²⁷⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno” in *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo de Évora, 1996, p. 87.

²⁷⁹ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os Hospitais de Ponte de Lima na Era Pré Industrial” in *Separata do livro de actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade - Riscos e Desafios*, Braga, 2006, p. 483.

²⁸⁰ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal, doutrinas e instituição*, vol. I, Lisboa, Manoel Gomes, 1899, p. 102.

²⁸¹ Carneiro, Marinha, *Ajudar A Nascer Parteiros, Saberes Obstétricos e Modelos de Formação (Séculos XV-XX)*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2003, p. 56. Tese de Doutoramento policopiada.

²⁸² Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 164. Sobre o Hospital de São Marcos deve ler-se ainda Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014.

²⁸³ Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna...*, p. 69.

Os pobres encontravam nos hospitais o melhor local para se restabelecerem de uma vida farta em problemas e de um corpo com fortes carências alimentares. A alimentação fornecida nestas instituições, sendo rica em elementos vitamínicos e proteicos, contribuía para o rápido restabelecimento físico, tornando as instituições hospitalares locais excepcionais nas suas pobres vidas.²⁸⁴

Os hospitais tentavam satisfazer estas necessidades alimentares a preços que pudessem ser suportados e a alimentação variava conforme a região em que a instituição estava inserida. Assim, no Minho, o hospital de Ponte de Lima possuía capoeiras (que nem sempre tinham o número de aves suficientes para satisfazer as necessidades sentidas); o de Vila Viçosa além da capoeira possuía também um rebanho e o do Espírito Santo, de Setúbal, estabeleceu um contrato com um proprietário de burras visando estar sempre provido de leite.²⁸⁵ A utilização da carne de galinha estava associada à confeção de caldos para os doentes mantendo-se esta tendência ao longo dos séculos.²⁸⁶

O Hospital de Todos os Santos não fugia a estes costumes havendo registos de que em 1783 o hospital tinha uma dívida de 922 mil réis em galinhas à senhora Joanna dos Reis.²⁸⁷ A carne de outros animais era comprada nos talhos locais.²⁸⁸ No hospital de São Lázaro a ementa diária para os doentes constava do seguinte:

“Reção Diaria aos Doentes

Almoço: Hum quarto de pão, com meio quartilho de leite
 Jantar: huma libra de pão: sopa, com ½ de carne e ¼ de arroz
 ou carneiro com arroz com o mesmo pão
 Cea: Hum prato d’ervas, ou aletria, alternativo
 Em maior doença
 Galinha, ou o que os Facultativos receitarão
 Tem além disto: O vestuário, Roupa lavada, Botica Tabaco
 Ou o que se lhe for preciso”²⁸⁹

²⁸⁴ Sobre este assunto deve ler-se Esteves, Alexandra, “Comer para sarar, sarar para comer: as dietas alimentares do hospital de Caminha no século XIX” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra, *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 113-132.

²⁸⁵ Sobre o Hospital da Misericórdia de Vila Viçosa leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Comer na cama: as refeições servidas aos doentes do Hospital Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX)” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra, *O tempo dos alimentos, e os alimentos no tempo...*, pp. 113-131.

²⁸⁶ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 51.

²⁸⁷ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 93.

²⁸⁸ Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia, 2003, p. 136.

²⁸⁹ ANTT, *Condes de Linhares*, mç. 34/35. A sua fundação parece remontar aos primeiros tempos da

A conjuntura socioeconómica de setecentos, onde eram comuns as crises alimentares e a saída das populações das zonas rurais para os meios urbanos, fragilizava ainda mais as instituições, potenciando comportamentos desviantes.²⁹⁰

No século XVI começou a surgir a perceção social de que a pobreza e a doença, que até então estavam intimamente ligadas, podiam constituir duas realidades distintas, sendo reconhecido aos hospitais a sua competência na prestação de cuidados de saúde.²⁹¹

D. Manuel I, em carta enviada em 1502 à Câmara de Évora, a propósito do Hospital do Espírito Santo, lembrou que esta instituição se destinava à cura de doentes e não ao alojamento de pobres e que se os enfermos tivessem posses deveriam custear o tratamento.

Na referida reforma hospitalar portuguesa, o Hospital de Todos os Santos surge como um marco não só em termos arquitetónicos mas principalmente pela nova conceção de hospital, pois embora não descurasse a assistência espiritual privilegiavam-se as funções curativas. Para Laurinda Abreu, eram dados os primeiros passos no sentido da medicalização das instituições hospitalares.²⁹²

Michel Foucault, por seu lado, considerou que o hospital como instrumento terapêutico, foi uma invenção que data do final do século XVIII. Antes disso era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres mas também de separação e exclusão. Para este autor, o pobre enquanto pobre, tinha necessidade de assistência mas, como doente, se portador de doença contagiosa era perigoso.

Assim, o hospital devia estar presente tanto para recolher os enfermos como para proteger os outros dos potenciais perigos de que era portador. Até o século XVIII, o

nacionalidade, sendo atribuída à Ordem de Malta e destinava-se ao tratamento e assistência aos leprosos. Em 1426 a sua administração passou para a Câmara Municipal de Lisboa. Por decreto de onze de Setembro de 1844 foi anexado ao Hospital de São José para aí se instalar a Escola de enfermagem e a maternidade Magalhães Coutinho. Em 1971 passou a funcionar como serviço de Ortopedia e Traumatologia. Consulte-se ANTT, *Hospital de São José, Hospital de São Lazaro*.

²⁹⁰ O movimento de concentração da rede hospitalar em edifícios construídos com essa finalidade específica - *os espritis solemnes* - desenvolveu-se durante os séculos XIV e XV, em Itália (Florença, Siena, Roma) e em Espanha (Santiago de Compostela e Toledo). Em Portugal, foi impulsionado por D. João II e continuado por D. Manuel, resultando na criação dos hospitais gerais de Lisboa (1492), Coimbra (1508), Évora (1515), Braga (1520) e Goa (1520). Pode ler-se mais em Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal - doutrinas e instituições*, Lisboa, Manoel Gomes, 1899.

²⁹¹ Abreu, Laurinda, "A Misericórdia de Lisboa, o hospital real e os insanos: notas para uma introdução" in *Museu São Joao de Deus, Psiquiatria e história, Lisboa*, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 109.

²⁹² Abreu, Laurinda, *A assistência e a saúde como espaços de inovação: alguns exemplos portugueses*, Lisboa, Gradiva, 2008, p. 38.

cliente do hospital não era o doente que necessitava de tratamento mas o pobre que estava moribundo e que devia ser assistido material e espiritualmente.²⁹³

Os hospitais só se tornaram eficazes do ponto de vista terapêutico na segunda metade do século XIX pois só com a anestesia, a assepsia e a antissepsia, e sobretudo as descobertas de Pasteur, se marcou o início do que se pode chamar o hospital moderno.

²⁹³ Foucault, Michel, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 111-115.

1.5.1. O Hospital Real de Todos os Santos

“O hospital (...) devia ser como hum porto, ao qual haviaio de abordar todos os enfermos. Logo que as suas doenças fossem examinadas; á entrada haveria nele a disposição seguinte. Ou a doença requer imediato socorro, ou ella póde curar-se com mais vagar.”²⁹⁴

O Hospital Real de Todos os Santos foi começado a construir pelo rei D. João II em 1492 tendo sido terminado no reinado de D. Manuel.²⁹⁵ Para a sua fundação, D. João II solicitou e obteve uma bula em treze de agosto 1479, do Papa Sisto IV que autorizava que se reunissem os rendimentos de vários albergues e hospitais dispersos por Lisboa e se construísse um grande hospital destinado à assistência de pobres e enfermos.²⁹⁶

As pequenas instituições deviam, com a construção do novo hospital, encerrar os seus serviços. Para a sua construção, o monarca recorreu a doações pessoais, a rendimentos de bens vinculados, de doações feitas por particulares, de multas, de esmolas de açúcar da Madeira, bens confiscados a judeus entre outros.²⁹⁷ Por Carta Régia, isentou o hospital do pagamento de sisa dos bens móveis e de raiz que comprasse ou vendesse assim como de mantimentos de qualquer género e quantidades.²⁹⁸

Ao longo dos tempos, a diversidade da origem das receitas para o sustento do hospital contemplava, por exemplo, rendimentos provenientes das licenças para representação de óperas e comédias, cujo direito foi atribuído ao hospital pela Carta Régia de nove de abril de 1603.

A representação destas comédias na cidade de Lisboa podia ter lugar após a quaresma contanto que os textos delas fossem primeiro examinados e aprovados por um dos desembargadores do Paço e que os homens e as mulheres que nelas entrassem

²⁹⁴ Sanches, António Ribeiro, *Tratado da conservaçam de saúde dos povos...*, p. 140.

²⁹⁵ Castro, João Bautista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno...*, p. 318.

²⁹⁶ O número de hospitais que se juntaram aquando da construção do Hospital Real não é consensual. Existindo autores que defendem o número 43 quanto aos hospitais e mais recentemente outros defendem que foram apenas anexados dezassete: Hospital de São Vicente do Corvo, dos Alfaiates, de Santa Maria dos Francos, dos Armeiros, de Santa Maria de Rocamador, dos Correreitos e Carpinteiros, dos Meninos, de Santa Maria, de São Vicente dos Romeiros, de São Pedro Martel, dos Carpinteiros, do Corpo Santo, dos Tecelões, de Santo André, do Conde D. Pedro, de D. Maria Aboim e dos Ourives no total. Deve consultar-se Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres, as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

²⁹⁷ Braga, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV, XIX)*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, p. 15.

²⁹⁸ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 273, mc. 1, n.º 2.

representassem as suas próprias figuras.²⁹⁹ Este privilégio foi concedido por dois anos tendo mais tarde, em 1612, sido concedido ao hospital o privilégio das comédias sem limitações de tempo.

À semelhança de outros hospitais reais na Europa, e talvez pela facilidade de transporte dos doentes, o Hospital Real de Todos os Santos foi construído no meio da cidade. Portugal seguiu o exemplo de algumas cidades europeias, construindo o hospital o na parte mais baixa e junto ao rio.³⁰⁰

A escolha do nome Todos-os-Santos foi uma decisão diplomática, pois juntava instituições cujos nomes invocam uma quantidade apreciável de santos diferentes. A sua completa designação, Hospital Real, advém do facto deste tipo de instituições serem instituídas pela Coroa e suportadas pelas finanças públicas demonstrando o interesse dos governantes em patrocinar a sua existência, sendo que, a sua localização junto ao Rossio traduzia a escolha política na medida em que concedia maior visibilidade à figura do rei.

Era uma construção monumental destinada a servir a caridade e a grandeza do monarca.³⁰¹ Apesar da criação do novo hospital, outros ainda continuaram a funcionar em Lisboa visto cobrirem zonas menos acessíveis da capital. As obras iniciaram-se em 1492 numa horta que fora do Mosteiro de São Domingos.³⁰²

Com a morte de D. João II, em 1496, subiu ao trono D. Manuel I que deu continuidade à obra.³⁰³ Estas continuaram até 1504, tendo como resultado final um solene edifício virado para o Rossio havendo no centro um pesado templo que ocupava uma importante parte de toda a instituição hospitalar.

As primeiras três décadas de existência deste hospital não foram de fácil gestão, pois os governantes mostraram-se incapazes de garantir o financiamento de tão grande obra, dependendo em grande escala da Coroa assim como das esmolas e doações.³⁰⁴

²⁹⁹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 273, mc. 1, n.º14A.

³⁰⁰ Sanches, António Ribeiro, *Tratado da conservaçam de saúde dos povos...*, p. 136.

³⁰¹ Sá, Isabel dos Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval”..., p. 93.

³⁰² Ramos, Luís A. De Oliveira, “Do Hospital Real de Todos os Santos à Historia Hospitalar Portuguesa” in *Revista da Faculdade de Letras*, II Serie, vol. X., Porto, 1993, p. 336

³⁰³ Os reis consideravam os hospitais como obra sua e D. Manuel não foi exceção, deixando as suas camisas e roupa de cama ao Hospital Real de Todos os Santos, num gesto que demonstra a estreita relação entre o monarca e a instituição. Pode ler-se mais em Sá, Isabel dos Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval”..., p. 97.

³⁰⁴ Abreu, Laurinda, “O que ensinam os regimentos hospitalares? Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do regimento do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença” in *A Solidariedade nos Séculos: A Confraternidade e as Obras*, Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, Aletheia, 2009, p. 271.

Em 1530, D. João III transferiu a administração do hospital para a Congregação de S. João Evangelista, na tentativa de resolução dos problemas administrativos. Em vez de estabilidade, a renovação de cargos de poder, associada a despedimentos sumários, veio trazer ainda mais insegurança a um processo que se tornava difícil de gerir. Assim, em 1564, os Lóios devolveram a administração do Hospital de Todos os Santos à Coroa que a entregaria à Misericórdia de Lisboa. A passagem da direção de uma instituição religiosa para uma confraria laica sob a tutela da Coroa não veio acalmar os ânimos tal como desejado pois as mudanças instituídas ficaram marcadas por convulsões permanentes.³⁰⁵

Aquando da sua fundação, o Hospital de Todos os Santos era entendido como um “centro de saúde” destinado aos mais pobres. Era constituído por um serviço de consulta externa com capacidade de acolher entre 130 a 150 doentes por dia, com sete enfermarias e duas salas para acolher peregrinos. Recebia 120 a 150 expostos por ano que eram deixados à porta da capela-mor.³⁰⁶

A dimensão e funções do hospital confrontou-o com problemas de sustentabilidade enquadrados em crises financeiras estruturais, acidentes ou escassez de esmolas, apelando-se com frequência ao aumento das rendas. O seu papel não versava apenas a cura dos enfermos, porquanto era também “obrigado a acudir e curar de piedade”, pois dele dependia a saúde da capital do reino.³⁰⁷ Esta vocação para ajudar os mais pobres e necessitados impôs, quase que naturalmente, a estratificação social a ele ocorrendo uma maioria de pessoas humildes, tratando-se os que tinham mais recursos em ambulatório e no domicílio.³⁰⁸

Das três principais enfermarias existentes, uma era destinada a doentes do sexo masculino com febres e tinha vinte camas.³⁰⁹ Outra era destinada a homens feridos. A terceira enfermaria estaria reservada a mulheres com febres e ferimentos, tendo estas uma lotação de dezasseis camas cada.³¹⁰

³⁰⁵ Abreu, Laurinda, “O que ensinam os regimentos hospitalares?”..., p. 272.

³⁰⁶ Braga, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal...*, p. 14.

³⁰⁷ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 941, sem fôlio.

³⁰⁸ Rijo, Delmira, “História, sociedade e família em Santa Justa antes do grande terramoto de 1755: o Palácio de Cadaval e o Hospital Real de Todos os Santos” in *Rossio estudos de Lisboa*, nº 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Oliponenses, 2012, p. 78.

³⁰⁹ Esta separação dos doentes “com febres” pode querer demonstrar já alguma noção de isolamento dos doentes “potencialmente contagiantes” embora isso só se verifique nos do sexo masculino.

³¹⁰ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1620, p. 119-120; Braga, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Arsistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal ...*, p. 14.

Estas três enfermarias situavam-se no segundo piso do edifício e tomaram o nome de S. Vicente, Santa Clara e S. Cosme, fazendo a planta em forma de cruz.³¹¹ Na enfermaria de S. Cosme, existiam ainda duas camas para os ajudantes de enfermeiros.³¹² No centro da cruz ficava o altar-mor que, por se encontrar num plano superior, permitia que os enfermos pudessem ouvir a missa mesmo deitados nos seus leitos. Em 1617, pelas dificuldades de visualização do altar por todos os enfermos, o provedor do hospital mandou construir para cada uma das três principais enfermarias um altar portátil em que se celebrava missa todos os domingos e dias santos.³¹³

Por trás das camas, ficavam portas que permitiam retirar os mortos sem que os outros doentes disso se apercebessem.³¹⁴ Os leitos eram colocados de forma a facilitar a limpeza dos corredores.³¹⁵ Havia também junto a cada cama, armários para os doentes guardarem os seus objetos pessoais. Aquando da sua admissão no hospital era efetuado um registo “de tudo o que traz para se lhe tornar a dar quando sarar ou a seus herdeiros quando falecer.”³¹⁶ Alguns apontamentos referem que “em quartos, eram tratadas pessoas da mais elevada condição que se acolhiam áquella santa casa”.³¹⁷

Existia, também, uma enfermaria de religiosos capuchos onde se curavam os seus enfermos.³¹⁸

No piso térreo ficavam os aposentos do pessoal incluindo os do provedor, a albergaria, destinada a mendigos de ambos os sexos com cerca de 40 camas, a casa dos expostos e as demais dependências administrativas e funcionais tais como a casa da fazenda, botica, refeitório e cozinha.³¹⁹ O abastecimento de água era efetuado por

³¹¹ O conjunto hospitalar conservava a disposição de um edifício religioso. Pode ler-se em Ramos, Luís A. de Oliveira, “Do Hospital Real de Todos os Santos”..., p. 338.

³¹² D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 120.

³¹³ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 120.

³¹⁴ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal...*, pp. 159-160. Este procedimento pode ainda ser observado em pleno século XXI pois mantem-se o cuidado de se retirarem os cadáveres das enfermarias sem que os outros doentes percebam que alguém faleceu.

³¹⁵ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 119.

³¹⁶ Muito semelhante ao que acontece atualmente nas instituições hospitalares em que se faz espólio dos bens. Os outros são guardados em armários ou cacifos existentes nas enfermarias. Leia-se mais em D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, pp. 135-136.

³¹⁷ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal...*, p. 157.

³¹⁸ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 119.

³¹⁹ O primeiro provedor do Hospital de Todos os Santos foi nomeado por D. Manuel I. Estevam Martins foi um membro do alto clero e cônego da Sé, e os que lhe sucederam foram capelães ou oficiais da casa real. Os provedores tinham a confiança pessoal e política do rei. Entre 1530 e 1564, pertenceram à congregação dos Lóios. A partir de 1564 o provedor passou a ser escolhido de entre os membros da mesa da Misericórdia de Lisboa. O termo provedor do Hospital de Todos os Santos caiu, entretanto, em desuso, sendo substituído pelo de enfermeiro mor. De acordo com a tradição das misericórdias, e tal como em relação ao provedor, o enfermeiro mor era recrutado entre as elites próximas do poder. Em 1755, aquando o terramoto, era enfermeiro mor um nobre, o Conde de Castro Marim, monteiro-mor do

quatro poços localizados nos quatro claustros e ainda um outro, situado perto da cozinha, que era usado para as limpezas. Existia ainda uma horta onde se cultivava hortaliça e “dous grandes tanques, em que se lava a roupa dos enfermos”.³²⁰

Quanto à alimentação dos enfermos, pela manhã, um “mordomo da despensa” ia buscar: pão, ovos (quinze dúzias por dia), açúcar, passas, amêndoas, biscoitos e vinho, para os doentes segundo as indicações do médico. Trazia ainda açúcar rosado e marmelada, a que se juntava água, para se confeccionarem os xaropes. As carnes que serviam de base à alimentação eram o carneiro e a galinha sendo consumidas, por dia, trinta aves.³²¹

Nenhum doente era admitido sem ser observado pelo médico e as principais obrigações deste eram as visitas diárias aos doentes internados, avaliar o pulso e a urina, prescrever a medicação e as dietas.³²² Relatos coevos referem que, no primeiro dia de março de 1576 foi definida a hora de começar as duas visitas clínicas diárias, diferindo estas entre o verão e o inverno. De quinze de março a quinze de setembro seria às seis e às quinze horas; de quinze de setembro a quinze de março, às sete e às catorze horas.³²³

Em 1758, o enfermeiro mor Jorge Machado de Mendonça no seu livro de registos de ordens e editais, quando escreveu sobre as visitas médicas, referiu que os doentes

Reino. Em 1758, Pombal nomeou um novo enfermeiro mor, Jorge F. Machado de Mendonça, que foi autor de um projeto de reforma do hospital. À data da criação do Hospital Real de S. José, para o qual transitou todo o património, os doentes e o pessoal do Hospital de Todos os Santos, era enfermeiro-mor um outro nobre, D. Francisco Furtado de Mendonça. Foi sob a sua direção que se fez a transferência, dos doentes para o antigo palácio dos jesuítas depois de obras de adaptação. Até ao fim do Antigo Regime o enfermeiro-mor, primeira figura do hospital, não era um médico, sendo geralmente um nobre. Entre 1834 e 1851, o hospital e a misericórdia passaram a ser governados por uma comissão administrativa. Em 1851, com a separação do hospital em relação à misericórdia, começou a era dos conselheiros sendo que para o cargo de enfermeiro-mor foi nomeado um dos membros da comissão, o conselheiro Diogo Sequeira Pinto, presidente do Tribunal da Relação de Lisboa. Em 1861, foi nomeado para dirigir o hospital o cônego da Sé, D. António Alves Martins, mais tarde Bispo de Viseu e Ministro do Reino. Outro enfermeiro mor que marcou a história do Hospital de S. José foi José da Câmara Curry Cabral, no período de 1900-1910 (médico, cirurgião, diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa). O protagonismo médico tornou-se mais evidente com a República em 1910 e com a criação das Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto sendo que foi em 1911 que se veio a consagrar a definitiva unificação da profissão médica. Até então, só a Universidade de Coimbra podia atribuir graus académicos. Ler mais em Correia, Fernando da Silva, *Regimento do Esprital de Todo los Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946; Carmona, Mário Reis de, *O Hospital de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, edição do autor, 1954; Pereira, Ana Leonor e Pita, João Rui, “Ciências” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 1993, pp. 653-667.

³²⁰ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 119.

³²¹ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, pp. 120-121.

³²² Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 46.

³²³ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos hoje denominado Hospital São José: contribuição para a história das ciências médicas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 17.

deviam ser visitados no período de verão pelas sete e quinze horas e no período de inverno às oito e catorze horas pedindo ainda aos médicos que se demorassem junto dos doentes o tempo necessário para conhecerem as suas queixas.³²⁴

Estas visitas faziam-se em companhia do provedor e mordomos do hospital, enfermeiros e dois “irmãos da agonia”.³²⁵ Depois da visita, os enfermeiros davam a alimentação aos enfermos segundo a indicação dos médicos.³²⁶ A existência média era de 324 doentes e “desde um de novembro de 1616 até igual dia do ano seguinte entraram no hospital 3026 doentes, dos quaes falleceram durante esse período 620, ficando 255 em tratamento”.³²⁷ Em 1757, as visitas mantinham-se duas vezes ao dia e, em meados de 1758, foi determinado que os médicos visitassem a chamada “enfermarias dos doudos” duas vezes por semana.³²⁸ Existia por parte dos hospitais alguma relutância em acolher e tratar doentes do foro mental. A razão de tal dificuldade devia-se à inexistência de instalações apropriadas, ao comportamento instável e violento que estes doentes apresentavam, mas principalmente à falta de preparação dos clínicos para lidarem com este tipo de patologia.³²⁹

Nos anos que se seguiram ao terramoto, foram efetuados vários internamentos por problemas de saúde mental, como se pode comprovar pelos documentos que relatam as entradas nas enfermarias do hospital real.³³⁰

Registos do final da segunda metade do século XVIII revelam que vários presos das cadeias de Lisboa, por se encontrarem “doudos”, foram para o Hospital de São José, a fim de se tratarem. Estes presos eram colocados em cárceres, escuros e sujos, onde permaneciam meses até que se curassem e pudessem retornar à instituição prisional onde se encontravam detidos. O internamento destes doentes prendia-se com

³²⁴ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1106.

³²⁵ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 134. Os ministros dos enfermos de São Camilo de Lellis tinham como função prestar assistência aos doentes que se encontravam agónicos e, ainda, vigiar o trabalho dos enfermeiros. Pode ler-se Rijo, Delmira, “História, sociedade e família em Santa Justa antes do grande terramoto de 1755: o Palácio de Cadaval e o Hospital real de Todos os Santos”..., pp. 62-85

³²⁶ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 135.

³²⁷ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, pp. 21-22.

³²⁸ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 42.

³²⁹ Esteves, Alexandra, “Na saúde e na doença: a ação do Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo na centúria de oitocentos e nos inícios do século XX” in *500 anos de História das Misericórdias*. Congresso internacional, Atas, Braga, Santa Casa Misericórdia de Braga, 2014, p. 126.

³³⁰ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 57; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 58; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 59; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 60; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 61; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 62; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 63; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 64.

a inexistência de enfermarias nas cadeias.³³¹ Encarcerados, com outro tipo de patologias, eram colocados em enfermarias do hospital sendo os médicos avisados para que quando estes enfermos se encontrassem restabelecidos regressassem às cadeias.³³²

Em 1774, as visitas eram realizadas por dois médicos, que observavam os doentes em simultâneo e sempre que não havia concordância de opiniões consultavam um médico mais novo. Os cirurgiões faziam as visitas aos doentes uma hora antes dos médicos, fazendo-lhes “o curativo das suas feridas”. Os cirurgiões, para além das visitas à enfermaria, tinham de ministrar diariamente aulas aos seus ajudantes. Nessa época, faleceram cerca de 1700 doentes que foram enterrados no cemitério junto ao mosteiro de Sant’Ana ficando por bula papal absolvidos de todos os pecados.³³³

Os médicos, para poderem exercer estas funções correta e atempadamente, viviam nos próprios hospitais em instalações destinadas para o efeito.

Estrutura basilar da assistência hospitalar em Lisboa, o Hospital Real de Todos os Santos, como já referimos, foi administrado a partir de 1564 pela misericórdia e servido por 128 irmãos, eleitos anualmente, entre nobres e oficiais. No topo da hierarquia estava o provedor da misericórdia e o enfermeiro mor que chegaram a ser a mesma pessoa. A gestão da fazenda do hospital estava a cargo de um solicitador, um tesoureiro dos livros e dois sacadores de foros.³³⁴

O edifício sofreu alguns danos com o incêndio, que ocorreu em 1601 no reinado de Filipe II, e ficou parcialmente destruído devido a outro incêndio, este em 1750 que atingiu a igreja e várias dependências pelo que D. José ordenou a compra de várias propriedades destinadas à sua reconstrução.

Pode ler-se em fontes impressas que “em dez de agosto 1750 estavam no hospital 723 enfermos em tratamento”, não se conseguindo apurar quantos estavam internados e quantos recorriam ao hospital em ambulatório.³³⁵ Com o terramoto de um de Novembro de 1755, o Hospital Real de Todos os Santos quase foi destruído no próprio dia tendo o edifício ficado completamente arruinado.³³⁶ Os doentes que escaparam foram levados “para baixo das cabanas do Rocio, onde estiveram quasi três semanas

³³¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 79; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 83. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 84; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 88; ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 89.

³³² ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 13.

³³³ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 47.

³³⁴ Rijo, Delmira, “História, sociedade e família em Santa Justa antes do grande terramoto de 1755: o Palácio de Cadaval e o Hospital real de Todos os Santos”..., p. 78

³³⁵ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 40.

³³⁶ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 274, mç. 1, n° 71.

miseravelmente expostos ao rigor do tempo”.³³⁷ Núncio Filippo Acciaiuoli, em carta que enviou ao Papa a 23 de dezembro de 1755 fez referência a uma tempestade que se abateu sobre Lisboa no dia dezoito do mesmo mês e que, tendo inundado a praça do Rossio e o hospital provisório “ficaram afogados cinco ou seis daqueles pobres enfermos, salvando-se ou outros fugindo como puderam.”³³⁸

Não só as enfermarias do hospital Real ficaram arruinadas como também se perderam documentos importantes, tal como nos é dado a perceber:

“Aviso determinado que os escrivães dos órfãos e capelas extraíssem do cartório do hospital as certidões necessárias para se reformarem os dois cartórios do mesmo juízo ambos consumidos pelo incêndio subsequente ao terramoto de 1 de novembro de 1755 e que as ditas certidões se dê tanta fé como se fossem tiradas de uma nota publica”³³⁹

Mas, rapidamente, foram dadas ordens para a reconstrução desta instituição e em fevereiro de 1756 o Hospital Real de Todos os Santos começou a receber os primeiros doentes³⁴⁰. Em março foram emitidas ordens para que os doentes que não tivessem acomodação no hospital “se acomodem em São Bento onde estiveram depois do terramoto”.³⁴¹ Mais tarde, em 26 de maio do mesmo ano, Sebastião de Carvalho e Melo escreveu ao enfermeiro mor a comunicar a autorização da transferência dos doentes do sexo masculino das enfermarias provisórias, principalmente das casas de D. Antão de Almada, celeiros do Conde de Castelo Melhor e no Mosteiro de São Bento da Saúde, para as recém reconstruídas no Hospital Real. As mulheres, “por hora”, ficavam ainda nos celeiros do Conde Castelo Melhor. Foi ordenado ainda que os 70 feridos que se encontravam no Mosteiro de São Bento lá permanecessem, já que este edifício não tinha sido queimado, tal como consta no seguinte documento:

“A S. M. foi presente achar-se concluídas as quatro enfermarias térreas que foi servido mandar fabricar para se usarem os doentes e ainda que nellas cabem todos os doentes e feridos, que actualmente se usam nas casas de Dom Antão de Almada; Celeiros do Conde de Castelo Melhor de no Mosteiro de São Bento da Saúde; com tudo Hé V. M. servido ordenar, que só passem os homens doentes para as novas enfermarias principiando pelos que se acham nas casas de Dom Antão de Almada: que as mulheres fiquem por hora nos Celeiros do Conde de Castelo Melhor, enquanto se não fazem os concertos das duas enfermarias de São

³³⁷ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 55. Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 147.

³³⁸ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 61.

³³⁹ Como se pode ler em Castro, João Bautista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno...*, p. 319.

³⁴⁰ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 943, fl. 15, 16 v.

³⁴¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc.1 n.º 34

Camilo, e S. Francisco: e que os setenta feridos que se acham no Mosteiro de S. Bento se conservem nelle, enquanto se edifica enfermarias separadas no mesmo edificio, que não foi queimado. Para se evitarem alguns graves inconvenientes: Hé outro fim S. M. servido que V. S. ordene, que nas enfermarias não tenham comunicação os homens com as mulheres: que não se ajuntem os feridos com doentes de febres: e que se não consintisse em cada cama esteja mais de huma pessoa: O que V. S. Fará se observe com a mayor exatidão. Paço de Belém 26 de Mayo de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello.”³⁴²

Só em vinte de novembro do mesmo ano ficam prontas as duas enfermarias que iriam receber as doentes do sexo feminino, que padeciam de feridas e febres, e que ainda se encontravam nos celeiros e armazéns das Casas do Conde de Castelo Melhor, às Portas de Santo Antão.³⁴³ As obras de reconstrução prosseguiram a bom ritmo, pois em dois de setembro do mesmo ano o Hospital Real recebeu mais alguns doentes que tinham estado hospedados provisoriamente no já referido Mosteiro de São Bento.³⁴⁴

Para o hospital provisório de São Bento foram designados dois cirurgiões que trabalhavam sem parar, visto serem trazidos para este local feridos em grande número alguns dos quais já mortos. Junto a este edificio foi aberto um cemitério para que lá se sepultassem os inúmeros mortos. Os padres distribuíam diariamente a comunhão aos feridos.³⁴⁵ Em 1758, havia no hospital quinze enfermarias para homens e quatro para mulheres. Das quinze, oito eram destinadas a doentes com febres, uma para “deplorados”, três para feridos, uma para deslocções, uma para doentes mentais e uma para “galicados”³⁴⁶.

No início da Idade Moderna, a Europa viu-se confrontada com o aparecimento da sífilis. Por esta altura recebia o nome de “boubas” ou “males”, denominação que abrangia um alargado número de doenças relacionadas com este mal.

Por esta altura, estando esta doença em crescendo, foram criados hospitais destinados ao seu tratamento, embora os seus portadores pudessem ser tratados em hospitais comuns.³⁴⁷

³⁴² ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 37. Também pode ler-se em Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755*, [s. l.], 1758, pp. 90-92. ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, *Negócios Eclesiásticos*, liv. 4, sem fôlio.

³⁴³ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das principaes providencias...*, p. 93.

³⁴⁴ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 943, fl. 17 v.

³⁴⁵ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 32.

³⁴⁶ Termo usado para se referir à sífilis.

³⁴⁷ Esta doença contaminava homens e mulheres e crianças de todos os estratos sociais. Embora não fosse uma doença apenas de transmissão sexual, estava associada a uma vida devassa, causando estigma a quem a contraía. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos na Época Moderna” in Álvarez, María José Pérez; Araújo, Maria Marta Lobo de, (coords.), *La*

Das quatro enfermarias para mulheres, “tres eram para febres e uma para deploradas”.³⁴⁸ O enfermeiro mor publicou que no “ano económico de 1858/59, o número de doentes era de 9817, tendo falecido no mesmo período 1508 doentes.”³⁴⁹ A quatro de fevereiro de 1759, o Marquês de Pombal ordenou ao “Ministro que serve de Regedor” que evacuasse os presos doentes da cadeia do Limoeiro para o Hospital Real.³⁵⁰ O regedor devia colocar sentinelas nas portas das enfermarias e os presos, depois de curados, deviam regressar à prisão.³⁵¹ Esta medida não foi inovadora pois em vinte e nove de março de 1746, numa portaria do governo, assinada por Pedro da Mota Silva, (Marquês de Angeja) é referido que:

“As enfermarias das cadeias do Limoeiro e o mesmo Limoeiro se achão atulhadas de presos doentes, sem comodidade e sem assistência, que requerem as suas grandes queichas tanto do sustento de doentes, como de curativo, que chegando a noticia de S. Magestade me orderia escreva a V. S. como Tesoureiro Mor e Enfermeiro Mor do Hospital de Todos os Santos ordene e se acomodem nele todos os presos doentes que couberem no mesmo hospital para nele serem curados, e assistidos com o resguardo a cautela que devem ter como criminozos, e ao Ministro que serve de regedor previno avize a V.S. que os remete para V. S. procure ter os comodos precisos e tambem nomear enfermeiros que os devem receber, e guardar, na forma que já se praticou em ocasioes semelhantes, e ao Marquez de Marialva avizo de Ordem do mesmo se mande hum (...) de Guerra com algum soldado para os conduzirem e quando V. S. julgar ser necessário que no ditto Hospital fiquem algum dos dittos soldados com mesmo (...) devem logo ordem para poder fazer, e devo advertir a V. S. que os doentes que forem melhorando deve V. S. participallo ao Ministro que serve de regedor que sejam logo restituídos a ditta cadeia.”³⁵²

Apesar de já albergar alguns doentes, o Hospital Real de Todos os Santos só viria a receber instalações condignas em setembro de 1769, por via da doação régia do já extinto colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo. A transferência total dos doentes e serviços só seria possível após seis anos em abril de 1775 e sob a orientação do então enfermeiro mor, Francisco Furtado de Mendonça. Os habitantes de Lisboa, incluindo a

respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna, León, Universidad de León, 2014, p. 33.

³⁴⁸ Lopes, Alfredo Luz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 42.

³⁴⁹ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 42.

³⁵⁰ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1 n° 4.

³⁵¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1 n° 42.

³⁵² ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1 n° 10.

nobreza da corte e as comunidades religiosas, ajudaram a transportar as macas com os doentes e feridos.³⁵³

O hospital passou a chamar-se Real de São José em homenagem ao monarca mantendo-se a estrutura orgânica e funcional já existente antes do terramoto. No ano de 1793, por ordem da Rainha D. Maria I, o médico António Mendes Franco foi dispensado do serviço hospitalar para poder continuar com as suas experiências relativas à inoculação das “bexigas”.³⁵⁴ Em 1797, fazia-se no Hospital Real de Lisboa a inoculação do vírus da varíola, mais conhecida por bexigas, como forma de prevenção desta doença.³⁵⁵

No século XIX, a necessidade de ampliação motivada pelas epidemias, o aparecimento de novas doenças e o avanço da Medicina, levou à anexação de vários edifícios, alguns deles monásticos que, tendo ficado vazios com a extinção das ordens religiosas, passaram a integrar a instituição chamada Hospital Real de São José e Anexos.³⁵⁶ O primeiro a ser anexado foi a Gafaria de S. Lázaro seguindo-se, então, alguns anos depois, o Hospital de Rilhafoles e o Hospital do Desterro. Em 1877, juntou-se o Hospital de D. Estefânia; o de Arroios em 1892; o de Santa Marta, em

³⁵³ Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, p. 13.

³⁵⁴ Também conhecida por varíola. Em finais de setecentos, o médico britânico Edward Jenner reparou que a cada dois ou três anos havia um surto de varíola na zona sul de Inglaterra. Nestes surtos uma em cada três pessoas morria, muitos ficavam cegos e os que sobreviviam ficavam desfigurados. Em 1789 Jenner observou que as vacas tinham nas tetas, feridas iguais às provocadas pela varíola no corpo humano. Os animais eram portadores de uma versão mais ligeira da doença: a varíola bovina, ou bexiga vacum. Em 1796 ao analisar que as mulheres responsáveis pela ordenha quando expostas ao vírus bovino tinham uma versão mais leve da doença efetuou a sua primeira experiência, com James Phipps, uma criança de oito anos. O médico inoculou com o pus extraído de feridas de vacas contaminadas colocando em cima de arranhões que provocou no braço da criança. O menino teve uma ligeira febre e algumas lesões leves, tendo uma rápida recuperação. Depois disso o Jenner pegou no líquido da ferida de outro doente com varíola e expôs novamente a criança ao material. Semanas depois, ao entrar em contacto com o vírus da varíola, o pequeno James passou incólume à doença. Estava descoberta assim a imunização. Leia-se Jenner, Edward, *An inquiry into the causes and effects of the Variole Vaccinæ, a disease discovered in some of the western countries of England, particularly Gloucestershire, and known by the name of The Cow Pox*, Springfield, Ashley & Brewer, 1802.

³⁵⁵ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 52

³⁵⁶ O funcionamento do Hospital de Todos os Santos foi remodelado em 1901 pelo enfermeiro mor José Curry da Câmara Cabral, que tendo elaborado um “Regulamento Geral do Hospital de São José e Anexos” manteve a sua administração na dependência do Ministério do Reino. Desta forma, não ficou subordinado à Direção Geral de Saúde e Beneficência Pública. Com a implementação da República manteve-se a estrutura montada por Curry Cabral deixando, no entanto, de chamar-se Real. Pelo Decreto de 9 de setembro de 1913 a designação passou a ser a de Hospitais Civis de Lisboa aos quais foi concedida autonomia nos serviços de assistência médica, administração e contabilidade. O nome de Hospitais Civis de Lisboa manteve-se até 1958, data da criação do Ministério da Saúde e Assistência, onde foram integrados tendo, então, ficado limitada a sua autonomia. Esta viria a desaparecer completamente em 1961 com a criação da Direção Geral dos Hospitais Civis.

1903; o Hospital de Curry Cabral, em 1906 e em 1928, o Hospital de Santo António dos Capuchos.

A quase destruição do Hospital de Todos os Santos, que contava quase 250 anos, fez desaparecer não só a maior e mais moderna instituição hospitalar da época mas também uma escola de cirurgia com valor ascendente. O sistema de prestação de cuidados à população de Lisboa quase ruiu tendo a situação sido lentamente recuperada: primeiro com a constituição do Hospital de São José, depois com a Real Escola de Cirurgia, em 1825, e mais tarde com a Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, em 1836. O Hospital de São José herdou a tradição formativa iniciada com o Hospital de Todos os Santos tendo já no século XX, e juntamente com mais sete instituições, formado aquele que veio a designar-se por Hospitais Civis de Lisboa, denominação que se tornou efetiva em 1913.³⁵⁷

Em síntese, criado no reinado de D. João II, o Hospital Real de Todos os Santos foi assumindo ao longo da sua existência, a estrutura basilar da assistência hospitalar em Lisboa. O edifício tinha várias dependências anexas que serviam de apoio às enfermarias como botica, cozinha, despensa, lavandaria, serviços administrativos e instalações para os funcionários. Com o terramoto do primeiro de Novembro de 1755 o edifício ficou completamente destruído. Foram erguidos hospitais provisórios em São Bento e na casa dos Almadas e depois no Rossio e às Portas de Santo Antão, enquanto se faziam as adaptações necessárias no Colégio de Santo Antão, que pertencera aos Jesuítas. O Hospital passou a chamar-se Real de São José, em homenagem ao monarca, mantendo-se a estrutura orgânica e funcional que tinha antes do terramoto.

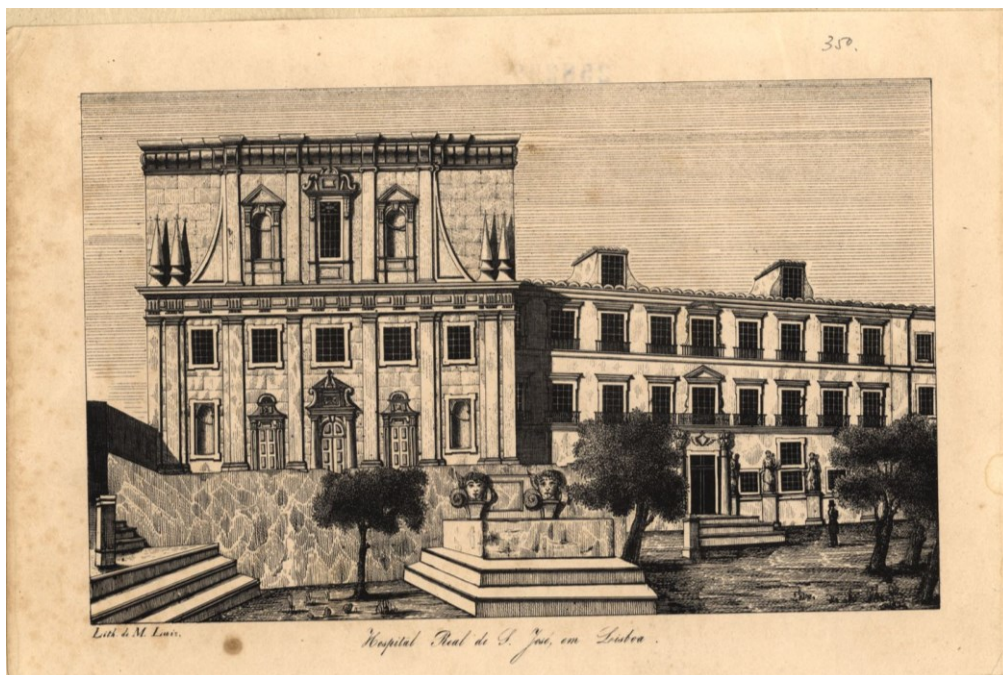
³⁵⁷ Silva, J. Martins, “Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911” in *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, Série III; 7 (6), Lisboa, 2002, p. 306.

Figura 10: Hospital Real de Todos os Santos, 1740



Fonte: Museu da Cidade. Faiança Século XVIII (inícios). Paineis de azulejos.

Figura 11: Hospital Real de S. José, 1850.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

1.5.2. Os profissionais de saúde

“Se o Prelado vos eleger Enfermeiro, day-lhe logo o agradecimento de formar conceito da vossa capacidade para o emprego de tanta importância, e merecimento, de cuja ocupação pende a saúde da alma, e corpo do enfermo, credito da nossa Religião, e instituto della.”³⁵⁸

Na Europa, antes do século XVIII, o hospital era para muitos, como refere Michel Foucault, um “morredouro”, um lugar onde morrer. Segundo este autor, o objetivo principal dos profissionais destas instituições, não era a cura do doente, mas a sua própria salvação. Eram religiosos ou leigos, que estavam no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. Assegurava-se a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres.³⁵⁹

Na Europa, em finais de setecentos, o hospital começou a ser visto como instrumento terapêutico. Passaram a ser estudadas as condições em que os doentes se encontravam, a roupa que usavam e onde era lavada.³⁶⁰

Nesta época, nem o hospital era uma instituição médica nem a medicina era prática hospitalar pois esta, nos séculos XVII e XVIII, excluía do ritual do médico a experiência hospitalar, prática que se viria a manter até meados do século XVIII. A mudança deste paradigma deu-se com a tentativa de transformar estas instituições e os hospitais militares e marítimos tornaram-se o modelo.

Foi a introdução de mecanismos disciplinares no espaço desordenado do hospital que veio possibilitar a sua medicalização. A formação da medicina hospitalar, na ótica de Foucault, deve-se não só à disciplina imposta nos hospitais, mas também à transformação nesta época do saber e da prática médica.³⁶¹

O aparecimento do personagem médico nas instituições hospitalares da Europa é um dado quase inexistente até finais do século XVIII. Por esta altura, começaram a surgir as visitas regulares aos doentes internados, encabeçadas pelo médico seguidas por um séquito constituído por assistentes, enfermeiras, alunos e outros. Para Foucault, este ritual marcava o início do poder médico nas instituições. Apareceu nesta altura o sistema de registo dos doentes, em que se amarrava ao pulso do doente uma etiqueta

³⁵⁸ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1741, p. 72.

³⁵⁹ Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, pp. 101-102.

³⁶⁰ Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, pp. 100-101.

³⁶¹ Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, p. 107.

com a sua identificação, que o permitia distinguir dos outros e que ainda se mantém, de forma muito semelhante, nos nossos dias. Foi ainda neste tempo que apareceu o nome dos doentes nas unidades, por cima da cabeceira. O hospital passou a ser não somente um local de cura como também de registo, formação e saber.³⁶²

Uma noção que também surgiu no século XVIII, associada à classificação de Lineu, é que um individuo saudável quando submetido a determinadas ações do meio ambiente, podia desenvolver doenças. A água, o ar e a alimentação seriam a base sobre as quais estas se desenvolviam. Para Ribeiro Sanches as preocupações com as questões da saúde, nomeadamente com a qualidade do ar, a alimentação e com o bem-estar, testemunhavam o medo de ficar doente e morrer.³⁶³

Para este médico os profissionais de saúde corriam sérios riscos de contraírem as patologias dos doentes que tratavam pois as condições de higiene da época favoreciam as infeções hospitalares. Pelo facto de os hospitais serem pouco arejados, os cheiros tornava-se intoleráveis. Os médicos, cirurgiões e enfermeiros que trabalhavam nestas instalações eram muitas vezes acometidos de febres.³⁶⁴ Estas condições mantiveram-se durante vários anos, dando-se a conhecer em documentos do século XIX os esforços realizados pelo médico Luís José Figueiredo e Sousa sobre melhorias a introduzir no Hospital de São José quanto à renovação dos ares nas enfermarias e ainda para que o conforto dos doentes fosse uma realidade:

“Todavia custa a acreditar, que diga, e defenda que os doentes deitados em linha recta estão em maior risco de se comunicar entre elles o contagio, não obstante está cada um separado em um piqueno quarto, ou leito, do que transversalmente huns a par dos outros, sem haver entre elles outra diviza, ou separação mais, do que hum serviço quase sempre descoberto, recebendo cada um o ar imediatamente da respiração do outro, conforme as suas moléstias, e o seu estado. Nesta posição das camas não será para admirar, que hum doente em delírio se lance sobre o outro conforme as ideas, que a presença deste lhes suscitar por estes, e outros incidentes imprevistos...”³⁶⁵

Pode ler-se ainda do mesmo autor:

“Eis aqui as principais causas de corrupção e contagio do ar; estas são as que eu remediaria nos termos possíveis e por elas principiaria mas conheço muito bem que demandam muitos servos para a limpeza diária, roupa, despensa, Botica, tudo bem fornecido e que por isso para maior

³⁶² Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, p. 110.

³⁶³ Sanches, António Ribeiro, *Tratado da conservação de saúde dos povos...*, p. 36.

³⁶⁴ Sanches, António Ribeiro, *Tratado da conservação de saúde dos povos...*, p. 137.

³⁶⁵ ANTT, *Conde de Linhares*, mç. 25/23, fl. 2.

desgraça da humanidade ficarão nos bons desejos: e como assim aconteça, todos os ventiladores, todas as fumigações de todos os corretivos, mesmo o Acido muriático designado por M. Guybon Morveau (?) serão infrutíferas e de pouco efeito quando aliás as vistas prestão todo o beneficio nos hospitais, onde não reina a intiligencia (...)³⁶⁶

Na obra *Notas de Enfermagem* de Florence Nigtingale, publicada pela primeira vez em dezembro de 1859, refere-se que a primeira regra da enfermagem, e na qual o enfermeiro se deve fixar, é proporcionar o essencial ao doente sendo esta “conservar o ar que ele respira tão puro como o ar exterior, sem o deixar sentir frio”. Para a pioneira da enfermagem moderna, o “ar estagnado, mofento e contaminado”, podia abrigar germens da varíola, escarlatina, difteria ou qualquer outra doença.³⁶⁷ As condições de salubridade das instituições de assistência, eram, assim, motivo de preocupação para os que passavam grande parte do seu dia a cuidar de enfermos institucionalizados.

Frei Diogo de Santiago, na *Postilla Religiosa* referia que a todos os funcionários era exigida competência, diligência, pontualidade, paciência, prudência e, sobretudo, caridade. O enfermeiro devia ser misericordioso, paciente, de boa condição e sem escândalos. Devia ainda ser crente e louvar a Deus, ser piedoso com os doentes pois, se assim fosse, era recebido e remunerado no céu.³⁶⁸ O enfermeiro não podia descansar enquanto o doente não sossegasse e, depois de este ser deitado, devia este profissional de saúde adverti-lo que se preparasse para a confissão e comunhão.³⁶⁹ O médico ficava proibido de ver o doente se este não se tivesse ainda confessado após o terceiro dia da declaração da doença.³⁷⁰ Pelos escritos encontrados podemos observar que o papel dos médicos no século XVIII era muito amplo como se pode ler:

“porque ser Médico, quer dizer: hum sogeito que examina o seu enfermo com cuidado, combina com atenção as circunstâncias da culpa, julga da sua causa com inteireza, ensina com brandura tudo quanto o penitente deve fazer para evitar seus pecados, prescreve os remedios necessários para os curar, e mesmo procura com affecto estes remedios; e eis-aqui

³⁶⁶ ANTT, *Conde de Linhares*, mç. 25/23, fl. 3 v.

³⁶⁷ Nigtingale, Florence, *Notas Sobre Enfermagem*, Loures, Lusociência, 2005, pp. 27-28.

³⁶⁸ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1741..., p. 72.

³⁶⁹ Parece que aqui se esboça o que Barbara Carper, anos 70 do século XX, diz ser o conhecimento ético, que envolve julgamentos constantes e dilemas morais no respeito pela vida humana. Pode ler-se mais em Carper, Barbara A., “Fundamental Patterns of Knowing in Nursing” in *Perspectives on Nursing Theory*, Boston, Little, Brown and Company, 1998, pp. 252-260.

³⁷⁰ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros...*, p.74.

exercitado com o officio de Medico também o de Juiz, de Doutor, e de Pai.³⁷¹

Em setecentos, o médico chegou a ser considerado a imagem de Deus na terra, e os doze Apóstolos, médicos que venceram “os achaques da alma e enfermidades do corpo.”³⁷²

O regimento do Hospital de Todos os Santos refere que em cada enfermaria devia haver um enfermeiro mor que tinha como principais cuidados a cura e a visita aos doentes. Cada enfermeiro mor tinha dois ajudantes e fazia parte das suas competências escrever numa tábua os nomes de todos os doentes das suas enfermarias com os respetivos números das camas.³⁷³ Seria ainda registado o que o médico dissesse no momento da visita e o que deveria o doente comer. Este assinava na referida tábua a medicação que o boticário deveria fornecer para que fosse administrada. Os enfermeiros tinham também a seu cargo a higiene dos doentes e das enfermarias e deviam dar assistência ao barbeiro e à cristaleira, estando previsto que trabalhassem por turnos.³⁷⁴

Em meados do século XVII, o uso da sangria, atualmente designado por flebotomia, praticada por cirurgiões e barbeiros-sangradores, tal como a purga ou o clister, ministrada pelos cristaleiros e cristaleiras, generalizaram-se. Aos enfermeiros eram-lhe feitas exigências laborais de difícil complexidade sendo responsáveis por todos os cuidados nas suas enfermarias, desde a extrema-unção até à higiene dos

³⁷¹ Franco, Francisco de Melo, *Medicina Theologica ou supplica humilde, feita a todos os Senhores Confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice*, Lisboa, Officina Antonio Rodrigues Galhardo, 1794, p. 10.

³⁷² Abreu, Brás Luís de, *Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana, historica, practica, symbolica, ethica, e politica*, Coimbra, na Officina de Joam Antunes, 1726, p. 44.

³⁷³ O enfermeiro mor a que aqui nos referimos será o equivalente ao atual cargo de enfermeiro chefe (ou enfermeiro responsável em funções de chefia). Pode ainda este cargo ser visto como um administrador geral de alguns hospitais. A designação de enfermeiro mor poderá ser uma corruptela de “irmão-mayor. No Regimento do Hospital de Todos os Santos (1504), o termo enfermeiro mor não era um cargo dirigente mas sim uma categoria ocupacional pois enfermeiro-mor era aquele que era responsável por uma enfermaria (de cirurgia ou de medicina, de homens ou de mulheres) tendo para o efeito como ajudantes os enfermeiros pequenos (ou menores). Pode consultar-se o regimento do Hospital de São José em ANTT *Hospital de São José*, liv. 938.

³⁷⁴ No século XVII era generalizada a rejeição da água, tida como veículo transmissor de doenças, de várias moléstias e pestes. Segundo esta forma de encarar a água, a higiene pessoal devia pois ser o mais “seca possível” em que o perfume ocupava um lugar de destaque. Quando nos anos de 1740-50 a água regressou às técnicas de limpeza, ficou ligada a uma nova imagem do corpo, passando a higiene a reabilitar a intimidade corporal. Na segunda metade do século XVIII e no século XIX, surgiu um novo entendimento da limpeza em que a saúde se sobrepôs à aparência. Sobre este assunto pode ler-se mais em Conceição, Luís, “O banho e a higiene doméstica em Portugal”..., p. 151; Georges, Vigarello, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988, pp. 2-10.

doentes, cuidados estes prestados com caridade e amor que também deviam manifestar a Deus e ao próximo.³⁷⁵ Era ainda sua função fazer a triagem dos novos doentes.³⁷⁶

Fontes indicam que, em doze de agosto de 1670, a Mesa do Hospital Real determinou que médicos e cirurgiões deviam morar em casas que a instituição lhes dava, sendo tal determinação confirmada por ordem do rei D. Afonso VI, com data de doze de setembro do mesmo ano. Alguns dos profissionais requereram morada dentro do hospital tendo esta sido concedida. Exemplo disto foi D. Jeronymo Guarnela, cirurgião castelhano, que em vinte e dois de junho de 1716 pediu autorização para morar dentro do hospital, sendo então nomeado “cirurgião de males”. Este clínico “tinha como ordenado 40\$000 réis, e mais 20\$000 réis enquanto não lhe deram casas para morar. Foi-lhe arbitrada mais a quantia de 30\$000 réis para as despesas com os seus remédios, e 1 moio de trigo e outro de cevada”.³⁷⁷

O terramoto, com a destruição do hospital e a conseqüente mudança de instalações trouxe grandes problemas económicos, não tendo, no entanto, impedido que se continuasse a pensar no bem-estar dos doentes. Em outubro de 1758, aquando da reorganização de horários e da forma de servir as refeições, foi determinado que os alimentos das enfermarias dos “doidos e feridos”, por se encontrarem mais longe da cozinha, deviam ser transportados em panelas de cobre e acompanhadas pelo cozinheiro para que os alimentos chegassem quentes.³⁷⁸ Registos de meados do século XVII referem que a alimentação dos doentes era aquecida pelos enfermeiros em fogareiros localizados perto das enfermarias.³⁷⁹

Além da visita médica, o enfermeiro fazia uma “visita particular” aos doentes duas vezes por dia: uma de manhã e outra de tarde. Tomava nota na tábua que levava para o efeito e transmitia ao clínico toda a informação que achasse necessária.³⁸⁰ Era ainda

³⁷⁵ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 940, fls. 24-26. Também pode ler-se “O Hospital de Todos os Santos”, [s.n.] in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Lisboa, vol. 3, nº 1, 1985, p. 32.

³⁷⁶ Sobre a identificação das funções dos enfermeiros ao longo da história, assim como a sua análise, deve ler-se Santos, Luís Fernando Carvalhinho Lisboa dos, *Uma história da Enfermagem em Portugal (1143-1973): A constância do essencial num mundo em evolução permanente*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2012. Tese de Doutoramento policopiada.

³⁷⁷ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 27-33.

³⁷⁸ ANTT, *Hospital de São José*, livro 943, fls. 36-36 v. Esta preocupação sentida com a temperatura da alimentação dos doentes, continua a ser vista, em pleno século XXI, como um critério de qualidade das empresas hospitalares responsáveis por estes serviços.

³⁷⁹ D’ Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 122.

³⁸⁰ Esta visita particular, realizada duas vezes por dia, sugere, já aqui, algum esboço do que viriam a ser as funções autónomas realizadas pelos enfermeiros. Segundo a Ordem dos Enfermeiros, “consideram-se autónomas as ações realizadas por enfermeiros sob sua única e exclusiva iniciativa e responsabilidade de acordo com as respetivas qualificações profissionais (...)”. Pode ler-se mais sobre este assunto no

deixada ao cuidado e experiência dos enfermeiros a responsabilidade de zelarem para que nenhum doente morresse sem sacramentos.³⁸¹

Contrariamente à medicina, à cirurgia e à farmácia, a enfermagem não constituía propriamente um ofício de arte aprovada para cujo exercício fosse necessário a competente autorização do físico-mor ou do cirurgião-mor do reino. Até praticamente ao século XX, não era reconhecida a especificidade dos cuidados de enfermagem sendo que o seu conteúdo funcional se resumia, no essencial, aos cuidados básicos a prestar aos doentes, para além das tarefas de limpeza e higiene das enfermarias.

No século XVIII, os cuidados eram prestados, na sua quase totalidade, sob orientação médica, enquanto que a enfermagem aguardava o momento do seu despertar científico. A enfermagem percorreu um longo caminho sem o qual, nem a medicina nem a democratização da saúde podiam ter ido mais além. Da sua evolução nasceram os modelos conceptuais, a criação das escolas e a sua conseqüente profissionalização.

Sintetizando, aos profissionais de saúde em Portugal, na Idade Moderna, eram exigidas competência, diligência, pontualidade, paciência, prudência e sobretudo, caridade. Estes profissionais eram médicos, cirurgiões, enfermeiros, farmacêuticos, barbeiros-sangradores e cristaleiras.

Os médicos e enfermeiros visitavam os doentes diariamente. O enfermeiro registava na tábua tudo o que de interesse houvesse, sendo que também era responsável por zelar para que nenhum doente morresse sem sacramentos.

Sendo os cuidados prestados na sua quase totalidade sob instrução clínica pode dizer-se que o conteúdo funcional da enfermagem se resumia, no essencial, aos cuidados básicos de saúde a prestar aos doentes para além das tarefas de higienização das enfermarias.

Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro, Decreto-Lei nº 161/96, 4 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 104/98 de 21 de Abril).

³⁸¹ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros...*, p. 77.

1.5.3. O ensino da Medicina

“As doenças nem todas são curáveis; o officio do Medico he rebater o ímpeto das doenças curáveis, humas vezes como ministro, outras vezes ajudando a natureza, e muitas vezes como Artifice principal, faz o que a natureza não pode fazer.”³⁸²

Desde os séculos XIV até XVII, que os médicos portugueses se viram perseguidos por motivos ligados à religião, tendo os mais distintos sido obrigados a abandonar o reino. Falamos por exemplo de Amato Lusitano (1511-1568) e António Ribeiro Sanches (1699-1783). Nos séculos XVIII e XIX, alguns foram importunados por razões de ordem política.³⁸³ Mas ao longo dos tempos, o posicionamento da medicina, pautou-se pela independência, subordinada a princípios éticos adquiridos ao longo de toda a aprendizagem da disciplina.³⁸⁴

Nos séculos XVII e XVIII, o pensamento e a prática da ciência médica, não possuía a coerência que nela hoje reconhecemos sendo que a análise fisiológica, a observação dos sintomas e o processo de cura nem sempre eram controlados com exatidão.³⁸⁵ Com o progresso das ciências em geral, no século XVIII, assistiu-se a um progresso na forma de encarar a medicina.³⁸⁶

Contudo, durante todo este século e até meados do século XIX, foi muito intensa a luta entre a medicina institucionalizada e as práticas exercidas por curandeiros.

Em França, em 1772, um médico de Lyon, publicou a obra, *L'anarchie médicinale, ou, la médecine considérée comme nuisible à la société*, onde referiu que existia uma parte da medicina que estava nas mãos de quem “não está dentro da arte”. Este médico referia-se aos curandeiros, aos magos, aos hospitaleiros, monges e outros religiosos,

³⁸² Roma, Francisco Morato, *Luz da Medicina: pratica racional, e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes*, Coimbra, Officina Francisco de Oliveira, 1753, p. 2.

³⁸³ Moreno, Armando, “Médicos e escritores da Beira Interior” in *Medicina na Beira Interior da Pré História ao século XIX*, Castelo Branco, António Salvado, 1989, p. 7.

³⁸⁴ Rasteiro, Alfredo, “João Rodrigues de Castelo Branco e a solidariedade médica na luta contra a doença e a morte” in *Medicina na Beira Interior da Pré História ao século XIX...*, p. 16.

³⁸⁵ Foucault, Michel, *História da loucura*, São Paulo, Prespectiva S.A., 1972, p. 297.

³⁸⁶ Sobre este assunto deve ler-se Abreu, Laurinda, “A organização e regulamentação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados” in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 97-122.

droguistas e ervanários, cirurgiões e farmacêuticos e outros que tratavam um vasto número de doentes com uma maior quantidade de medicamentos que os médicos.³⁸⁷

O recurso ao médico era só para os mais favorecidos enquanto que a maioria recorria ao charlatão, ao feiticeiro, à matrona, ou mesmo a automedicar-se. Nesta época, a medicina popular e a medicina científica coabitavam por vezes debaixo do mesmo teto, e não eram raros os que recorriam ao médico e ao mágico em simultâneo, procurando a cura para os diferentes males.³⁸⁸

A proximidade dos métodos utilizados pelos profissionais e pelos mágicos era causa de críticas comuns ao exercício da medicina. A existência de terapias comuns, orações e tratamentos não convencionais, constituíam motivo de confusão entre o povo. Foi também no século XVIII que surgiram aquilo que podemos apelidar dos antepassados dos ortopedistas que curavam a “espinhela”. Estas pessoas, cujo ofício era bastante duvidoso, não facilitavam a prática de uma medicina mais científica. Esta dificuldade, sentida no estabelecimento de fronteiras entre os profissionais e os curiosos, teve como consequência a deterioração da opinião de alguns médicos estrangeiros sobre a forma como se praticava medicina em Portugal.

A falta de qualidade dos profissionais de saúde era justificação para que todos falassem de medicina, mesmo sem terem qualificações para tal, e este facto em nada contribuía para melhorar o que se dizia e pensava sobre a ciência médica que era praticada. Pelo alvará de doze de maio de 1608, o rei Filipe II fez saber que o “Phisicomór” não podia dar licença a “medicos idiotas para curarem onde houver medicos letrados graduados pela Universidade de Coimbra”, podendo isto acontecer apenas “nos logares onde não houver Phisicos letrados”.³⁸⁹

Em Portugal, o progresso mais significativo em relação aos cuidados médicos era apenas do conhecimento dos que viajavam para o estrangeiro e que enviavam informações. Outros, após regressarem, propunham mudanças quer no ensino da medicina quer na prática clínica.³⁹⁰

³⁸⁷ Gilibert, Jean Emmanuel, *L'anarchie medicinale, ou, la médecine considérée comme nuisible à la société*, Neuchatel, 1772, pp. 241-245.

³⁸⁸ Braga, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Assistência, Saúde Pública...*, p. 96.

³⁸⁹ Silva, José Faustino de Andrade e, *Colecção Chronologica da Legislação Portugueza compilada e annotada, 1603-1612*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 221.

³⁹⁰ Braga, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Assistência, Saúde Pública...*, p. 125.

Em abril de 1693, foi determinado que os praticantes de cirurgia e barbeiros, sem que soubessem pelo menos ler ou escrever, não pudessem ser admitidos nos cursos do Hospital Real de Todos os Santos.³⁹¹

Em 1758, o cirurgião mor do reino António Soares Brandão ordenou que no “curso do hospital não pudesse ser admitido praticante algum sem saber ler, escrever, orthografia e gramática portuguesa, e que nenhum mestre de cirurgia passasse carta aos que não mostrassem excepcional capacidade e tivessem muita teoria e arte”.³⁹²

Médicos e cirurgiões viviam de costas voltadas uns para os outros, não lhes sendo permitido usar o mesmo tipo de trajas ou prescrever o mesmo tipo de fármacos. A separação social entre estas duas ordens era devida principalmente às diferentes formações que ambos recebiam.³⁹³ Os médicos frequentavam a Universidade de Coimbra, a única existente à data, onde após um curso com a duração de três anos e meio de artes (dialéctica, lógica, física e matemática) se seguiam quatro anos de medicina com diferentes professores especializados e ainda dois anos de prática hospitalar.³⁹⁴ Os cirurgiões aprendiam através da prática adquirindo experiência principalmente no Hospital Real de Todos os Santos.³⁹⁵

Durante essa época, o número de alunos de medicina foi aumentando e a sua preparação fazia-se não só em Portugal como no estrangeiro em universidades como Salamanca, Montpellier e hospital de Guadalupe na Estremadura espanhola, onde já se fazia a dissecação de cadáveres desde finais do século XV.³⁹⁶

No Hospital de Todos os Santos, em 1556, o Cirurgião e Primeiro Lente de Anatomia Duarte Lopes, ministrou aulas de anatomia sendo obrigado a fazer as

³⁹¹ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 30.

³⁹² Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 44.

³⁹³ As discórdias entre médicos e cirurgiões não se limitavam a Portugal podendo ler-se sobre a “Ordem das discordias entre medicos e cirurgiões de Paris” em Lima, Monoel Gomes de, *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia Moderna*, Porto, na Of. Episc. do capitão Manoel Pedroso Coimbra, 1762, pp. 24-27.

³⁹⁴ Em 1290, o papa Nicolau IV confirmou, por meio da Bula *De Statu Regni Portugaliae*, a criação do Estudo Geral em Lisboa. Com ela nascia a primeira universidade portuguesa que contava apenas com apenas cinco cadeiras: Leis, Canones, Medicina, Gramática e Lógica. Inicialmente, a universidade esteve sediada em Lisboa de 1290 a 1308, de 1335 a 1354 e de 1377 a 1537. Neste ano, o rei D. João III ordenou a transferência definitiva para Coimbra e a partir de então passou a ter a designação de Universidade de Coimbra. Leia-se Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal...*, pp. 67-171.

³⁹⁵ Ribeiro, Márcia Moisés, “Nem nobre, nem mecânico, A trajetória social de um cirurgião na América Portuguesa do século XVIII” in *Almanaque brasileiro*, nº 2, Universidade São Paulo, 2005, p. 66.

³⁹⁶ Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Um espaço, duas monarquias: (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa Edição da tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996, pp. 534-535.

dissecações que fossem necessárias e que lhes ordenassem nos corpos dos falecidos do hospital e nos “justiçados”.³⁹⁷

Em 1559, D. Sebastião, através do alvará de 26 de julho, obrigou a que todos os cirurgiões frequentassem durante dois anos as aulas de anatomia no hospital de Lisboa. A exceção era dada aos que apresentassem documentos que provassem terem frequentado as universidades de Coimbra, Salamanca ou hospital de Guadalupe, onde eram examinados pelo cirurgião mor.³⁹⁸ Os que exerciam ilegalmente a cirurgia ficavam condenados a uma multa de 10\$000 réis e nos casos de reincidência eram desterrados para fora da vila.³⁹⁹

Pelo regimento de um de julho de 1694 ficou estipulado que o curso de cirurgia tivesse cinco anos de “exercícios práticos” nas enfermarias. Só passado tal período poderiam os cirurgiões ser avaliados pelo cirurgião mor que lhes passaria um diploma de competência, sem o qual não poderiam exercer.⁴⁰⁰

“Começou em 1628 a ser nomeado de entre os estudantes um praticante ou interno das enfermarias de cirurgia no hospital, ao qual se dava a gratificação mensal de 3,5 alqueires de trigo. Em 1639 foi creado um outro lugar de praticante com igual vencimento. Este ordenado, que equivaleria a 1\$050 réis, pois que cada alqueire de trigo era computado pelo valor de 300 réis, foi aumentado depois com a verba de 4\$000 réis por anno para uma baeta, em 1665 e 1660 com propinas de legumes idênticas às dos cirurgiões, e com uma ração diária de carne, peixe e vinho idêntica às dos enfermeiros, e finalmente em 1673 com a propina de 1 quarto de carneiro pelas festas, casas dentro do hospital e no dia de Todos os Santos umas meias, uns sapatos e umas roupetas de saragoça, que chegavam até abaixo dos joelhos, e com as quaes elles andavam sempre vestidos.”⁴⁰¹

Este ensino foi alargado em finais do século, passando a ser administradas as aulas de anatomia e cirurgia também nos hospitais militares de Chaves, Tavira, Elvas, Porto e Lisboa, sendo destinadas aos cirurgiões ajudantes dos regimentos.⁴⁰² Graças à ação do Arcebispo de Braga, Fr. Caetano Brandão, uma aula de cirurgia foi também

³⁹⁷ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 14.

³⁹⁸ Figueiredo, José Anastácio de, *Synopsis Chronologica de subsidios ainda os mais raros para a Historia e estudo critico da Legislação Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Officina da Academia das Sciencias de Lisboa, 1790, p. 34.

³⁹⁹ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 14.

⁴⁰⁰ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos ...*, p. 30.

⁴⁰¹ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 23.

⁴⁰² Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 7.

ministrada no Seminário dos Meninos Órfãos de S. Caetano, em Braga, com o fim último de tratar os habitantes das povoações onde não houvesse “facultativos”.⁴⁰³

Mas a existência destas aulas foi curta, pois foi dissolvida em 1815, tendo nessa altura, sido o ensino de medicina novamente concentrado no Hospital Real de Todos os Santos, de onde tinham saído professores e programas de ensino. Mas o ensino de cirurgia no Hospital Real foi de tal forma eficaz e reconhecido como tal, que, em julho de 1783 foram enviados para a Universidade de Coimbra dois médicos de Lisboa com o intuito de criarem uma cadeira de terapêutica cirúrgica.⁴⁰⁴

Até então, na Universidade de Coimbra, o verdadeiro problema da Medicina eram as aulas de anatomia, sendo que o ensino desta disciplina se resumia ao estudo de alguns ossos e à dissecação em animais tal como é referido por António Verney numa das suas obras:

“Quem nam tem este conhecimento da Anatomia, e os que dele se seguem, nam é capaz de saber Medicina. (...) Mas este conhecimento Anatomico , é o nam se acha neste Reino, e muito menos nesta universidade: onde a Anatomia, nam sabem senam o nome. (...) Na Universidade, ainda que aja uma cadeira de Anatomia, nam tem exercício: pois só duas vezes no ano fazem a tal Anatomia, em um carneiro, cujas partes se mostram na escola. Nam sei se V. P. Poderá ler isto sem rizo: eu certamente estou-me rindo, quando o escrevo.”⁴⁰⁵

Também Ribeiro Sanches refere na sua obra, sobre o ensino da Anatomia que:

“será impossível que o Estudante chegue a aprender a Anatomia sem ser dirigido por um Mestre exercitado, como opera, e como indaga as partes do corpo humano. É necessário que saiba injectar as veias e as artérias; secar e limpar os esqueletos; secar muitas partes do corpo humano para ver a sua íntima composição; embalsamar outras: o que se não pode aprender, que vendo e imitando o que fizer o seu Mestre.

Entro nestas miudezas, porque me consta que existem Médicos e Cirurgiões em Portugal tão presumidos e jactanciosos que pretendem ensinar a Anatomia, confessando ao mesmo tempo que nunca viram dissecar, nem preparar as partes de um cadáver, nem de que modo se conservam, para servirem de ensino.”⁴⁰⁶

⁴⁰³ Clínicos que, através de um contrato que lhes garantia um vencimento anual, se obrigavam perante a câmara contratante a “curar” gratuitamente na área daquele município. Estes profissionais da saúde, umas vezes médicos, outras vezes cirurgiões, eram designados por “facultativos dos partidos das câmaras” ou, mais simplesmente, por “médicos municipais”. Pode ler-se mais em: Rodrigues, António Luís da Costa, “Boticários e Físicos na Lei Administrativa Portuguesa” in *Noticias Farmacêuticas*, Coimbra, Tipografia Alcobacence Lda., 1942.

⁴⁰⁴ Os médicos foram José Pinto e José Correia Picanço (cirurgião mor do reino e barão de Goyana). Pode ler-se mais em Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 8.

⁴⁰⁵ Verney, Luís António, *Verdadeiro metodo de estudar...*, p. 75.

⁴⁰⁶ Sanches, António Ribeiro, *Método para aprender e estudar a Medicina*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003, p. 20.

Alguns cirurgiões portugueses do Hospital Real foram ainda enviados para o estrangeiro por ordem real e a expensas do Estado para se perfeiçãoarem na arte da medicina.⁴⁰⁷

O Hospital Real de Todos os Santos desempenhou um importante papel como berço da cirurgia portuguesa, estando, até finais do século XVIII o ensino desta disciplina circunscrito a esta instituição hospitalar. Mas não só cirurgia se ensinava no Hospital Real. Em novembro de 1704 ficou estabelecido em decreto que os estudos de anatomia deviam ter duas aulas semanais sendo praticados em cadáveres de doentes falecidos no hospital e enforcados.⁴⁰⁸

Não havendo em Portugal mestres competentes em anatomia, na primeira década do século XVIII, começaram a ser contratados professores estrangeiros, e a quatro de fevereiro de 1732, Bernardo Santucci ficou responsável pela regência da cadeira de anatomia no hospital. Natural de Cortona, na Itália, foi doutorado em medicina pela Universidade de Bolonha e em 1739 escreveu um tratado de anatomia do corpo humano com estampas.⁴⁰⁹

Graças a ele se ficaram a dever grandes inovações no estudo da anatomia em Portugal. No regimento lavrado em quatro de fevereiro de 1732, no curso que dirigiu, dedicado não só aos praticantes mas também aos médicos e cirurgiões, obrigava-se a determinadas condicionantes e entre elas estava a de que devia haver três lições por semana, das oito horas da manhã às onze.⁴¹⁰

Os meses de dezembro a janeiro eram destinados ao estudo da anatomia universal, principiando as cirurgias pela manhã e porque eram meses "mais próprios para se abrirem os cadáveres".⁴¹¹ Neles era "explicada com paciência" a anatomia a todos os que desejassem, podendo assistir, "medicos, praticantes e cirurgiões."⁴¹² Nos meses de fevereiro e março, se ainda "propositado para se abrirem cadáveres" ensinava-se a anatomia particular todos os dias até às onze horas, mostrando como se movem as suas diferentes partes e a ação, forma e inserções dos músculos.⁴¹³ Nos meses de abril e

⁴⁰⁷ Lopes Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 54.

⁴⁰⁸ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 31.

⁴⁰⁹ Santucci, Bernardo, *Anatomia do corpo humano, recopilada com doutrinas medicas, chemicas, filosoficas, mathematicas, com indices, e estampas, representantes todas as partes do corpo humano*, publicada em Lisboa na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1739.

⁴¹⁰ ANTT, *Hospital de São José* cx. 397 mç. 1 n° 1.

⁴¹¹ ANTT, *Hospital de São José* cx. 397 mç. 1 n° 1.

⁴¹² ANTT, *Hospital de São José* cx. 397 mç. 1 n° 1.

⁴¹³ ANTT, *Hospital de São José* cx. 397 mç. 1 n° 1.

maio ensinava-se a circulação venosa e arterial. Em junho e julho os ligamentos e ossos, repetindo estas últimas lições o maior número de vezes possível. Durante todos estes meses o estudo fazia-se em cadáveres realizando-se nos restantes meses do ano sobre preparações efetuadas por Santucci e convenientemente conservadas.⁴¹⁴

Os estudos efetuados sobre cadáveres dissecados não tinham a aprovação de todos tendo o rei D. João V, em de fevereiro de 1737, mandado suspender os mesmos.⁴¹⁵

Santucci, sentindo-se injustiçado, não continuou o seu curso, retirando-se pouco depois de Portugal.⁴¹⁶ Só em 1750, ano da morte do rei, a cátedra foi restabelecida, vindo a ser ocupada por Pedro Duffon nomeado para ensinar a cadeira de anatomia em dois de março. De origem francesa, foi durante dezasseis anos cirurgião militar na Hungria e depois em Viena, onde conheceu Sebastião de Carvalho e Melo quando ali desempenhava o cargo de Encarregado de Negócios do Reino, que mais tarde o chamou para Portugal.⁴¹⁷

Em 27 de fevereiro de 1750, inscreveu-se no hospital Manoel Constâncio e obteve a carta de sangrador a dezasseis de julho de 1754 passando a praticante de cirurgia. Em outubro de 1758, terminou os seus estudos, obtendo a carta de cirurgião. Neste hospital, muito afetado pelo terramoto, mas ainda assim a funcionar, manteve-se discípulo de Pierre Dufau. Quando este professor se jubilou, recomendou que o seu lugar fosse entregue a Manuel Constâncio o que de facto aconteceu, tendo-se este tornado no primeiro professor português a ocupar a cadeira de anatomia. Este docente dedicou grande parte do seu tempo ao ensino, orientou toda a sua prática em alguns princípios fundamentais, tais como não ser possível praticar cirurgia sem um profundo conhecimento da anatomia. O maior desejo deste professor era “collocar a sua escola à altura das melhores do estrangeiro”.⁴¹⁸

⁴¹⁴ ANTT, *Hospital de São José* ex. 397 mç. 1 n° 1.

⁴¹⁵ O ensino era essencialmente prático e foi apoiado pela elaboração de um compêndio, o que veio a justificar a inveja do seu antecessor que tinha sido deposto. D. João V, persuadido pelas polémicas e intrigas junto da corte e convencido que as disseções anatómicas em cadáveres eram potencialmente mortais para quem as praticava, mandou suspender as lições passando a anatomia a ser ensinada somente por leitura. O compêndio supra citado refere a importância das autópsias clínicas pois pode ler-se que, através desta técnica, o médico consegue “achar a raiz do mal, e conhecer a sua causa, o êxito dos syntomas antecedentes.” Pode ler-se mais em Santucci, Bernardo, *Anatomia do corpo humano recopilada com doutrinas médicas, químicas, filosóficas, mathematicas, com indices, e estampas, representantes todas as partes do corpo humano*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1739, p. 5.

⁴¹⁶ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, pp. 37-38.

⁴¹⁷ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 41.

⁴¹⁸ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 46.

Em agosto de 1758, o enfermeiro mor, tesoureiro executor do Hospital Real de Todos os Santos, ordenou que os praticantes de cirurgia e sangria não se pudessem matricular sem sua prévia autorização e, depois da matrícula, deveriam mostrar a certidão ao porteiro das enfermarias para que fossem admitidos “ao exercício do curativo dos pobres doentes”.⁴¹⁹ Os diplomas que os mestres passavam no final dos estudos careciam também da aprovação do enfermeiro mor “e o contrário desta ordem quem verdadeiramente a não executar, será advertido pela primeira vez e pela segunda despedido do serviço deste Hospital”.⁴²⁰

Em novembro de 1764, foi publicado um Decreto com a nomeação Filipe Joseph de Govea como “Cirurgião da enfermaria” do Hospital Real, lugar ocupado anteriormente por Pedro Duffon que se tinha jubilado com o “Ordenado de duzentos e quarenta mil reis pago aos quartéis pela Folha dos ordenados dos Ministros e Officiaes do Conselho da Minha Fazenda, durante a vida (...)”.⁴²¹ Este novo cirurgião deveria ensinar todos os seus alunos em operações e ligaduras. “Seria obrigado a curar todos os doentes que se lhe forem destinados para as enfermarias de que he encarregado”.⁴²²

Todos os alunos deviam treinar as cirurgias em cadáveres que não fossem portadores de doenças infecto-contagiosas. Não seria pago o vencimento sem que fossem apresentadas as respectivas certidões de presença que teriam de ser assinadas pelo enfermeiro mor do mesmo hospital assim como do cirurgião mor do reino.⁴²³ Filipe Govea foi cirurgião dos hospitais militares e da câmara do infante D. Manuel, à custa de quem se foi aperfeiçoar a Paris. Em abril de 1771, foi ordenado a todos os praticantes de cirurgia, que assistissem aos curativos feitos nas enfermarias deste cirurgião pois este assim o pretendia.⁴²⁴

Em síntese, a medicina hospitalar em Portugal foi iniciada no Hospital de Todos os Santos aquando da sua edificação. Alguns anos mais tarde, já no século XVI, a cirurgia passou a fazer parte da matriz da formação médica na Universidade sendo o seu ensino realizado naquele hospital.

Progressivamente, e a partir deste século, a medicina herdada da Antiguidade deu lugar a novas teorias médicas, com a substituição dos conhecimentos empíricos pelos de base científica, assim como pelas doutrinas filosóficas e sociais emergentes. O

⁴¹⁹ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 943, fl. 29 v.

⁴²⁰ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 943, fl. 29 v.

⁴²¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 53, fl. 3.

⁴²² Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 44.

⁴²³ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 53, fl. 4.

⁴²⁴ Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos...*, p. 44.

século XVIII terá sido um período onde a evolução das instituições de ensino da medicina e dos hospitais, assim como as intervenções religiosas, sociais e económicas foram elementos fundamentais de maior dinamismo, com reflexo na fundação de academias científicas e na reforma do ensino médico em Coimbra e cirúrgico em Lisboa. Não terá sido estranha a esta movimentação o maior desafogo económico do reino com os rendimentos recebidos do Brasil.⁴²⁵

⁴²⁵ Para um conhecimento mais aprofundado da evolução da medicina ao longo dos tempos, podem ler-se, entre outros, os seguintes artigos e obras: Mira, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947; Lemos, Maximiano, *Historia da medicina em Portugal; doutrinas e instituições*, Lisboa, Gomes, 1899; Macedo, Manuel Machado, *História da Medicina Portuguesa no século XX*, Lisboa, CTT, 2000; Pimenta, Tânia Salgado, “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”, in Chalhoub, Sidney et all. (org.), *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de História Social*, Campinas, Editora Unicamp, 2003, pp. 307-330; Bynum, William, *The History of Medicine*, Oxford, Oxford University Presse, 2008; López Piñero, José Maria, *Breve história de la Medicina*, Alianza Editorial, Madrid, 2012; Gargantilla, Pedro, *Breve historia de la Medicina*, Madrid, Nowtilus, 2011.

1.5.4. O ensino da Enfermagem

O Enfermeiro (...) abraçado em amor e caridade (...) fazendo o que póde, satisfaz ao que deve: applica-lhe os remédios: dá-lhes alentos: se grita anciado, acode-lhe vigilante: não dorme, se o enfermo não socega; e assim em perpétuo labyrintho não admite tregoa ao descanso, até que o enfermo não tenha alivio (...).⁴²⁶

Na Idade Moderna os cuidados prestados aos doentes não pertenciam a um ofício e muito menos a uma profissão. Diziam antes respeito a qualquer pessoa que ajudava os outros a garantir o que lhes era necessário para a sua sobrevivência.⁴²⁷ Ontem como hoje, sempre foi necessário tomar conta dos que padeciam e a história dos cuidados que se lhes prestam é a história de enfermagem.⁴²⁸ Assim, descrever a evolução histórica da enfermagem não é tarefa simples, devido à abundância de factos que a influenciam, não sendo por isso fácil delimitar as suas fronteiras.⁴²⁹

O ensino da enfermagem em Portugal não teve um percurso claro, pois não é simples separá-lo da prática, porque se interligam e influenciam mutuamente.⁴³⁰ Em 1664, o médico Francisco Morato Roma publicou a primeira edição da obra, *Luz da Medicina: prática racional, e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes* que, apesar do título referir ser um guia para enfermeiros, se tratava na realidade de um compêndio de Medicina. Podemos encontrar na obra alguns apontamentos sobre a capacidade dos enfermeiros para observarem através dos sintomas como se encontrava o doente: “O Medico, ou enfermeiro, que assistir ao enfermo, poderá conhecer pelos finais apontados, em que estado está o enfermo: aonde os sinais forem mais, e maiores, haverá mais perigo, aonde menos e menores, menos perigo”.⁴³¹

Em 1741, apareceu aquele que foi considerado o primeiro manual para instrução dos enfermeiros, escrito por Frei Diogo de São Tiago, destinado à formação dos

⁴²⁶ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros...*, p. 73.

⁴²⁷ Collière, Marie-Françoise, *Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*, Lisboa, Lidel e Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1999, p. 27.

⁴²⁸ Vieira, Margarida, *Ser Enfermeiro, da compaixão à proficiência*, Lisboa, Universidade Católica, 2009, p. 12.

⁴²⁹ Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro: Enfermagem em Portugal (1881-1998)*, Loures, Lusociência, 2003, p. 17.

⁴³⁰ Soares, Maria Isabel, *Da Blusa de Brim à Touca Branca, contributo para a história do ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1980)*, Lisboa, Educa, Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997, p. 13.

⁴³¹ Roma, Francisco Morato, *Luz da Medicina: pratica racional, e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes*, Coimbra, Officina Francisco de Oliveira, 1753, p. 30.

noviços do Convento de Elvas, “para perfeição da vida religiosa e voto da hospitalidade”. Era a *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros* sendo uma referência para a história da enfermagem em Portugal.

Esta obra encontra-se dividida em três tratados por sua vez subdivididos em vários capítulos. O primeiro tratado contém as “Advertências para a perfeição religiosa do estado de noviço até ao de prelado superior” e é composto por cinco capítulos. O segundo tratado, intitulado “Arte de enfermeiros para assistir aos enfermos, com as advertências precisas para a aplicação dos remédios”, é o mais extenso tendo cinquenta e nove capítulos. O terceiro e último tratado com o título “Modo para o enfermo examinar a sua consciência, exortações para a sua salvação, forma de fazer testamentos e para ajudar a bem morrer” tem sete capítulos. Os capítulos do segundo tratado fazem referência aos saberes e às práticas de enfermagem, onde são divulgados alguns dos conhecimentos da época fazendo o autor questão de escrever no final que a “arte de enfermeiros (...) está revista e corrigida por médicos doutos e cirurgiões peritos” tentando, desta forma, elevar o valor do seu conteúdo.⁴³²

Pelo que nos é dado a observar, no século XVIII, a enfermagem era entendida como a mera aplicação de fármacos ou tratamentos sob prescrição de médicos ou cirurgiões sem qualquer intenção ou reivindicação de autonomia técnica. Um enfermeiro, não precisava de possuir educação para as funções que desempenhava, nem saberes específicos para o tratamento de doentes, apenas princípios morais que orientassem a sua conduta. Marta Lobo de Araújo, refere que no Hospital de Braga, até ao século XIX, vários sapateiros foram enfermeiros.⁴³³

Havia, no entanto, instruções que apontavam já para algumas das futuras “funções autónomas” dos enfermeiros tais como o acolhimento, os registos de enfermagem, os atos iniciais, após estar no leito, a colheita de dados, a visita aos enfermos, a administração da terapêutica, os cuidados com a alimentação, os aspetos gerais relacionados com a morte, sem esquecer as preocupações éticas e o dever de hospitalidade.

Sem nunca pôr em causa a subordinação da enfermagem ao poder médico, Fr. Diogo de São Tiago defendia que o enfermeiro devia pautar o seu comportamento pela

⁴³² Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros...*, p. 72.

⁴³³ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença” in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia, 2013, p. 434.

“experiência”, o “crédito da ocupação” e o “voto solene da Hospitalidade”, já que dos seus atos “pende a vida e a saúde dos enfermos”.⁴³⁴

Contrariamente ao que se passou noutros países, a secularização da enfermagem é muito tardia em Portugal. Em Inglaterra, e noutros países protestantes, remonta a meados do século XVI. Francisco de Sales (1567-1622) fundou a Ordem Religiosa das Irmãs da Visitação de Santa Maria que se dedicavam às visitas, tratamentos, limpeza pessoal e lavagem de roupas às famílias mais necessitadas. Em França, Vicente de Paulo, em meados do século XVII, mobilizou uma equipa para socorrer na luta contra a peste, a fome e a escravidão.⁴³⁵ Mas, “um dos marcos na evolução da profissão de Enfermagem a nível internacional foi, nos finais do século XIX, a revolução da Enfermagem científica, ligada à figura e obra de Florence Nightingale”. Com ela se fixou o aparecimento oficial da enfermagem moderna em 1860.⁴³⁶

Para Margarida Vieira, embora seja formalmente aceite que a Enfermagem como profissão remonta ao século XIX, ela foi uma das atividades humanas mais precoces, identificando-se nos primeiros tempos com os cuidados maternos. Pois, se é óbvio que o ser humano sempre precisou de cuidados, a História não nos fala deles, por tão inatos que sempre foram.⁴³⁷ Mas a necessidade de formar enfermeiros foi sentida principalmente pela classe médica em finais do século XIX e prolongou-se durante cerca de 50 anos, confinada às instituições hospitalares.⁴³⁸ Já não bastava paciência e caridade, pois os clínicos exigiam cada vez mais conhecimentos e capacidades. Um tratamento só era eficaz se o executor fosse bom.

Foi debatido à época a introdução de religiosas para trabalhar como enfermeiras, mas essa ideia foi sendo afastada, pois além de serem mais dispendiosas, não resolvia o problema da falta de preparação. A solução passava pela criação de Escolas de Enfermagem, onde pudessem obter os conhecimentos adequados para prestarem cuidados de saúde. Alguns médicos portugueses visitaram escolas na Europa, que serviram de modelo para as portuguesas.⁴³⁹

⁴³⁴ Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros...*, p. 172.

⁴³⁵ Martín, María Luisa Martínez; Rebollo, Elena Chamorro, *Historia de la Enfermería*, Barcelona, Elsevier, 2011, p. 68.

⁴³⁶ Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro...*, p. 19.

⁴³⁷ Vieira, Margarida, *Ser Enfermeiro, da paixão à proficiência...*, p. 13.

⁴³⁸ Figueiredo, Amélia Simões, *Missionários, Conservadores e Visionários, modos de ser professor*, Lisboa, Universidade Católica, 2014, p. 44.

⁴³⁹ Sobre este assunto leia-se Silva, Helena, “O Nascimento das Escolas de Enfermagem em Portugal (finais do século XIX)” in *Noroeste, Revista de História, Actas do Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pp. 749-756.

A formalização do ensino da enfermagem em Portugal reportou-nos para o ano de 1881, aos Hospitais da Universidade de Coimbra, durante a administração de Costa Simões. Este curso tinha uma cadeira de Serviços de Enfermagem e três cadeiras preparatórias. O maior ênfase era dado à instrução prática, tendo havido preocupação na preparação de um manual. Para este curso não foi solicitada a autorização governamental, tendo as despesas sido custeadas por Costa Simões cuja administração terminou em 1885.⁴⁴⁰

Nesse ano, o enfermeiro mor do Hospital Real de São José propôs ao Governo a criação de uma escola destinada ao ensino de enfermeiros no referido hospital. A proposta foi aprovada por Portaria do Ministério do Reino, a 28 de Janeiro de 1886. O primeiro curso foi regido pelo cirurgião da corte, Dr. Artur Ravara, mas, por falta de alunos, esta escola foi suprimida em 1889.⁴⁴¹

Em 1901, Curry Cabral sugeriu a criação de uma nova escola que foi aprovada por decreto de dez de setembro de 1901. O enfermeiro mor Curry Cabral, num relatório do dia cinco deste mês, apresentou as razões para a sua criação referindo ter sido o hospital a autorizar por portaria de vinte e oito de Janeiro de 1886 e a despender uma verba de 400\$00 réis no ensino prático dos enfermeiros.

Por insistência e constatação da importância da escola, foi criada a Escola Profissional de Enfermeiros, tendo ficado a funcionar sob a direção e expensas do hospital de São José e nos edifícios hospitalares anexos a este, perto da entrada. O curso era composto de uma parte teórica e uma parte prática. Em dias alternados, funcionavam dois cursos, apelidados de Curso Ordinário e Curso Completo de enfermeiros.⁴⁴²

Pode observar-se no livro da “Escola Profissional de Enfermeiros: Termos de Exames 1º”, cujos registos foram efetuados entre um de agosto de 1901 e quatro de agosto de 1911, em que foram avaliados 190 alunos tendo reprovado quinze.

Quanto ao sexo dos alunos inscritos, 45 eram mulheres e 145 homens. Pode ler-se nele:

“1º de termos de exames dos cursos professados na escola profissional de enfermeiros” servirá para nelle se lavrarem os referidos termos, na conformidade do que precentuam os estatutos da mesma escola, aprovados por decreto de 10 de setembro de 1901 e será rubricado em

⁴⁴⁰ Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro...*, pp. 22-24.

⁴⁴¹ Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro...*, p. 28.

⁴⁴² Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro...*, p. 36.

todas as suas folhas pelo secretário da administração a que presido para o que lhe dou cumunissão.

Hospital Real de S. José e começou em 7 de julho de 1902
O Enfermeiro-mor
José Curry da Câmara Cabral

Dos registos constava o seguinte:

“No dia um de agosto de 1902, fez exame doutrinário e pratico de materiais que constituem o curso de enfermeiros, e na conformidade do que preceituum os estatutos da respectiva Escola Profissional aprovados por decreto de 10 de setembro de 1901 José Augusto da Costa natural de Oliveira do Conde
Concelho de Carregal
Districto de Viseu
filho de Manuel da Costa e Maria Ermelinda
de Profissão Praticante das enfermarias do Hospital de São José
Presidiu o Sr. Ernesto Augusto Farinha
Foram examinadores os Srs. António Carlos Castro Ferraz de Macedo e Augusto de Almeida Aguiar
E ficou aprovado com a classificação de muito bom.”⁴⁴³

No “Termos de Exames - 2º” cujos registos vão de um de agosto de 1912 até dezasseis de agosto de 1918, foram avaliados 311 candidatos, tendo apenas reprovado 62.⁴⁴⁴ Dos 311 candidatos, 166 pertenciam ao sexo masculino e 145 ao feminino.

Pelos apresentado podemos constatar que nos primeiros anos do século XX (entre 1901 e 1918), os alunos eram em maior número de homens do que mulheres.

No que diz respeito à situação profissional anterior dos alunos, algumas curiosidades podem ser observadas no quadro dois.

⁴⁴³ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 6668.

⁴⁴⁴ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 6669.

Quadro 2: Registo de termos de exames

Profissão exercida até ao exame	Resultado
Profissão: Aluno estranho ao Hospital	Aprovado
Profissão: Encadernador	Reprovado
Profissão: Encadernador	Aprovado
Profissão: Guarda no manicómio Miguel Bombarda (externo)	Aprovado
Profissão: Escriturário	Aprovado
Profissão: Enfermeira dos hospitais civis de Lisboa	Aprovada
Profissão: Estranha aos hospitais	Aprovada
Aluna Estrangeira da Holanda-Profissão:ajudante do hospital escolar	Aprovada
Profissão: Estranha aos hospitais	Aprovada
Profissão: Guarda do Manicómio Bombarda	Reprovado
Profissão: Estranha aos serviços hospitalares	Aprovada

Fonte: Hospital Real de S. José Escola profissional de enfermeiros: Termos de Exames ANTT, *Hospital de São José*, liv. 6668.

No quadro dois podemos observar que os candidatos a enfermeiros tinham proveniências muito distintas, sendo que alguns deles, tal como foi referenciado para o hospital de Braga, não tinham tido sequer contacto com a prática hospitalar, como é o caso do escriturário ou encadernador ou mesmo guarda no manicómio. Este facto porém não é revelador do resultado final das provas efetuadas. Podemos verificar ainda que uma das alunas era proveniente da Holanda e que teve aproveitamento. No que se refere aos alunos cuja profissão se encontrava referido como “estranha/o aos hospitais”, não foram encontrados dados que nos transmitissem informações da sua proveniência.

Em 1918, pelo decreto-lei n.º 4563 de nove de julho, foi criada a Escola Profissional de Enfermagem, reestruturado o ensino de enfermagem, criado um Curso Geral com dois anos de duração e o Curso Complementar com só um ano de duração. O decreto-lei n.º 19060 de vinte e quatro de novembro de 1930 reorganizou a escola que passou a designar-se por Escola de Enfermagem de Artur Ravara, em homenagem ao primeiro cirurgião que regeu o curso.

A escola funcionou até 1947 como dependência dos hospitais, passando neste ano para a tutela do Estado. Desde a sua criação, a escola funcionou em diversas instalações dos Hospitais Civis de Lisboa. Em 1938 foi inaugurado o edifício no espaço do Hospital de Santo António dos Capuchos.⁴⁴⁵

No livro número um dos Hospitais Civis de Lisboa, Escola de Enfermagem Artur Ravara, encontram-se registados 89 diplomas de prémios atribuídos aos alunos, entre um de julho de 1931 e 26 de junho de 1948, sendo 60 atribuídos a alunas e 29 a alunos. Os prémios atribuídos tinham os nomes dos ilustres da época tais como: Dr. Lopo Alves, Dr. Costa Sacadura, Dr. Oliveira Salazar, General e Marechal Carmona.⁴⁴⁶

Em 1919 foi criada a Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra. No Porto, em 1897 abriu o primeiro curso de enfermeiros no Hospital Geral de Santo António que fazendo parte do conjunto de estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia, se tornou a primeira instituição hospitalar particular a assumir responsabilidades na preparação do pessoal de enfermagem.⁴⁴⁷ Talvez seguindo o exemplo do Porto, em Braga, o Hospital de São Marcos, da Santa Casa da Misericórdia daquela cidade iniciou a preparação de pessoal de enfermagem criando uma escola que funcionou de modo irregular até 1948.⁴⁴⁸

Com o início da profissionalização da enfermagem e a conseqüente consolidação dos seus saberes aumentou a importância historiográfica sobre este grupo profissional tendo o século XX sido profícuo em novos contributos para a história da profissão quer nacional quer internacionalmente.⁴⁴⁹

⁴⁴⁵ Para o Curso Geral era exigida a certidão de exame de instrução primária do 2º grau e habilitava para o quadro de Enfermagem dos hospitais. O Curso Complementar era destinado aos que se habilitavam aos lugares de chefia sendo exigido o certificado de aprovação no Curso Geral. Leia-se Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro...*, p. 47.

⁴⁴⁶ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 6648.

⁴⁴⁷ Soares, Maria Isabel, *Da Blusa de Brim à Touca Branca...*, p. 41. Leia-se ainda Silva, Helena da; Vieira, Francisco, “Antecedentes da Formação de Enfermagem no Porto (1855-1883)” in *Pensar Enfermagem*, vol. 17, Nº 2, 2013, pp. 35-43.

⁴⁴⁸ Soares, Maria Isabel, *Da Blusa de Brim à Touca Branca...*, p. 42.

⁴⁴⁹ Leia-se Helena Sofia Rodrigues Ferreira da, *Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1955)*, Braga, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, 2010. Tese de Doutoramento policopiada; Sacadura, Costa, *A Enfermagem: missão espiritual pelo amor do próximo*, Separata de “O Médico”, Lisboa, Tipografia Sequeira, 1954; Nogueira, Manuel, *História da Enfermagem*, 2ªed. Porto, Salesianas, 1990; Donahue, M. Patricia, *Historia de la enfermería*, [s.l], Ediciones Doyma, 1985; Griffin, Gerald Joseph; Griffin, H. Joanne, *Jensen's history and trends of professional nursing*, Saint louis, C.v. Mosby Company, 1965; Jamieson, Elisabeth M.; Sewall, Mary F.; Suhrie, Eleanor, *Trends in nursing History*, Philadelphia, W. B. Saunders Company, 1966; Barreira, Leda de Alencar, “Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil” in *Revista Latino americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, vol. 7, nº 3, 1999, pp. 87-93.

Esse interesse surgiu ligado ao campo da história social, à história das mulheres, das religiões, à história institucional, das profissões, da saúde e da assistência. Os novos estudos, seguindo a tendência da renovada historiografia, abandonaram as abordagens tradicionais dos grandes feitos para se centrarem na narrativa, na política e no sujeito.⁴⁵⁰

Em síntese, podemos dizer que a evolução histórica da enfermagem teve início com o aparecimento da Enfermagem Moderna com Florence Nightingale. Até esta data, os cuidados prestados aos doentes não pertenciam a um ofício e muito menos a uma profissão. A primeira obra dirigida aos enfermeiros aparece em 1664, e sendo escrita por um médico, mais parecia tratar-se de um compêndio de medicina. Em 1741, a propósito da formação dos noviços de Convento de Elvas, surgiu o que é considerado o primeiro manual de instrução para enfermeiros.

Até ao século XVIII a enfermagem era entendida como a mera aplicação de fármacos ou tratamentos sob prescrição de médicos ou cirurgiões sem qualquer intenção, ou reivindicação, de autonomia técnica havendo, no entanto, a referência a algumas instruções que apontavam já para futuras “funções autónomas”.

⁴⁵⁰ Rodrigues, Ana Paula Gato R. Polido, *Da Assistência Aos Pobres Aos Cuidados De Saúde Primários Em Portugal: O Papel Da Enfermagem 1926-2002*, Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de saúde Publica, Lisboa, 2013, p. 6. Tese de Doutoramento policopiada.

1.6. AS DIFICULDADES DOS MAIS POBRES

Public health is perhaps the most importante of all subjects.
 If men are poor, the sovereign protects only the wretched;
 If they are sickly, he conserves only the ill.
 (Denis Diderot, 1755)⁴⁵¹

A natureza da saúde e da medicina representou ao longo dos tempos um reflexo de muitos teóricos médicos que documentaram o conhecimento e a especulação clínica da sua época. Podemos citar Galeno, médico grego, que documentou o conhecimento do seu tempo e cujas ideias se mantiveram ao longo dos séculos porque mostrou ser flexível, capaz de se adaptar às circunstâncias. A medicina académica do Ocidente tinha as suas raízes na Antiguidade Clássica, mantendo-se praticamente inalterada até ao século XVII, estando o declínio do galenismo e o nascimento da Ciência moderna associados à inovação científica.⁴⁵²

Na Europa Medieval podem enumerar-se algumas fases importantes para o entendimento do processo evolutivo e organizacional dos cuidados de saúde e do papel do poder político nesta área. Um momento significativo esteve ligado às respostas sociais organizadas para responder às doenças que se constituíram como graves ameaças à sobrevivência. Por esta altura, as doenças agudas evoluíam de forma muito rápida e os doentes ou evoluíam de forma favorável ou faleciam num curto espaço de tempo, sendo a infância o período mais difícil. Quando conseguiam sobreviver a esta etapa da vida tornavam-se robustos sobreviventes.⁴⁵³ A Peste Negra poderá ter causado na Europa uma mortalidade de 25% a 45% da sua população no intervalo entre os anos 1347 e 1388.⁴⁵⁴ Foi também esta epidemia que levou à elaboração e concretização de inúmeras medidas sanitárias na tentativa de um controle.

Os poderes políticos organizaram-se para fazer frente a esta ameaça e precisaram de encontrar novas formas de resolução do problema pois a exclusão, imposta por exemplo aos leprosos, já não era suficiente sendo necessárias novas medidas para

⁴⁵¹ Denis Diderot citado por Lindemann, Mary, *Medicine and Society in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, 1999, p. 155.

⁴⁵² Backes, Marli Terezinha Stein, (et al), “Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico” in *Revista Enfermagem*, UERJ, vol. 17 nº 1, Rio de Janeiro, 2009, pp. 112-114.

⁴⁵³ Lindemann, Mary, *Medicine and Society in Early Modern Europe...*, p. 157.

⁴⁵⁴ Gottfried, Robert S., *The black death: Natural and human disaster in Medieval Europe*, New York, Free Press, 1985, p. 77.

controlar este tipo de epidemias. A quarentena surgiu como modelo médico e político de reclusão de pessoas para evitar a introdução e propagação de doenças nas cidades.

Este regulamento de emergência, usado desde a Idade Média para o controle de doenças infecciosas, determinava que cada família ficasse em casa, evitando a sua propagação.

Desde os finais da Idade Média que o modelo usado em todos os países da Europa, para controlo da lepra, consistia na exclusão e exílio dos infetados, para purificação do espaço urbano. Pelo contrário, a quarentena juntava os indivíduos, isolava-os, vigiava as suas ações constatando o evoluir do seu estado de saúde.⁴⁵⁵ Em Portugal, a implementação de medidas sanitárias e a proteção das comunidades estava a cargo dos concelhos, mas as orientações e o acompanhamento da sua execução eram emanadas pela Coroa.⁴⁵⁶

Estão bem documentados alguns exemplos menos felizes de inconstâncias do poder e das suas consequências em termos sanitários. Mas foi uma Coroa atenta às suas responsabilidades que, em 1581, quando ao primeiro rumor de peste perto de Évora, desencadeou todas as medidas necessárias para colocar a cidade de quarentena.⁴⁵⁷

Em finais de 1754, em Portugal, chegou à corte a notícia de que na Mouraria havia peste. Por ordem de D. José I foi ordenado que, à semelhança do praticado em ocasiões idênticas, todas as embarcações que viessem do mar Mediterrâneo fossem examinadas e se fizesse quarentena, até que o surto de peste cessasse.⁴⁵⁸

Trocava-se a exclusão pelo internamento, o agrupamento no exterior pela agregação dentro da cidade com vigilância apertada e registo permanente e o modelo religioso pelo militar.⁴⁵⁹ O isolamento através da quarentena, nomeadamente dos navios que chegavam aos portos, a queima de roupas e dos utensílios dos atingidos pela peste e a desinfecção das suas casas, foram algumas das medidas postas em prática pelas autoridades públicas para impedir o avanço da doença.

Desde as mais antigas organizações sociais, que se procurava a resolução dos problemas da saúde humana por meio de práticas, valores, crenças e recursos populares. As crenças e as práticas dos cuidados em saúde nasceram e desenvolveram-se no contexto social, influenciaram-se mutuamente, sendo que estas sempre fizeram

⁴⁵⁵ Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, p. 88.

⁴⁵⁶ Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres...*, p. 63.

⁴⁵⁷ Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres...*, pp. 66-69.

⁴⁵⁸ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, I parte, Tomo XVI, 1908, pp. 35-36.

⁴⁵⁹ Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, p. 89.

parte da dinâmica que proporcionou a adaptação do ser humano ao seu redor, através da cultura.

A doença possui caráter social e histórico, sendo que a natureza social se verifica no modo característico de adoecer e morrer. Há, no entanto, diferenças nos perfis patológicos ao longo dos tempos, resultantes das transformações da sociedade e as ordens que a compõem mostraram condições de saúde diversas, de acordo com o momento histórico.⁴⁶⁰

Desde finais do século XVI e inícios do século XVII, todos os reinos da Europa começaram a preocupar-se com o estado de saúde da sua população num clima político, económico e científico, caracterizado pelo período denominado mercantilismo.⁴⁶¹

Para Foucault, a medicina social foi formada em três etapas: medicina do Estado, medicina urbana e medicina da força do trabalho. Para este autor o Estado, como objeto de conhecimento, instrumento e lugar de formação de conhecimentos específicos, desenvolveu-se primeiro na Alemanha, no início do século XVIII, antes mesmo da França e Inglaterra. Talvez a pequena dimensão dos Estados tornasse necessária e possível a consciência do funcionamento estatal da sociedade. Ao inverso, os grandes estados como França e Inglaterra, dotados de grandes aparelhos como o exército ou a polícia, funcionavam a um nível relativamente inconsciente.⁴⁶²

A medicina urbana foi representada pelo exemplo da França, onde a medicina social pareceu não ter suporte no Estado como na Alemanha, aparentando antes um fenómeno de desenvolvimento das estruturas citadinas: a urbanização. Na segunda metade da centúria de setecentos, surgiu a necessidade de se unificar a cidade de Paris, organizar um corpo urbano de modo coerente e homogéneo que dependesse de um poder único e bem regulamentado. As razões desta união foram económicas, na medida em que se tornava um importante mercado que unificava as relações comerciais, mas também políticas, pois o desenvolvimento das cidades e o

⁴⁶⁰ Laurell, Asa Cristina, “A saúde-doença como processo social” in Nunes, Everaldo Duarte (org), *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*, São Paulo, Global, 1983, p. 152.

⁴⁶¹ Mercantilismo é o conjunto de práticas e ideias económicas e políticas desenvolvidas na Europa na Época Moderna e que consistia em controlar o fluxo monetário entre os reinos, os fluxos das mercadorias e atividade produtora da população. Estas medidas económicas garantiam às monarquias acumular internamente grande quantidade de metais preciosos, tendo como base os lucros com as atividades mercantis e principalmente a exploração das colónias. Teve início no século XV durante a expansão marítima e comercial e perdurou até o século XVIII passando por várias transformações e adaptações para adequar-se à realidade e a conjuntura económica de cada reino. Pode ler-se Deyon, Pierre, *Los orígenes de la Europa moderna: el mercantilismo*, Barcelona, Península, 1970, pp.17-27.

⁴⁶² Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, p. 81.

aparecimento de uma população operária pobre aumentaria as tensões políticas no interior da cidade. As relações dos pequenos grupos, que se opunham entre si, mas que se equilibravam, transformaram-se num confronto entre ricos e pobres, cada vez mais frequentes e numerosos. Nas cidades desenvolveu-se um sentimento de medo, com o crescimento da população de forma desorganizada, o medo dos esgotos e das epidemias urbanas.

A medicina urbana tinha como objetivo analisar os locais onde se aglomeravam pessoas no espaço urbano, como forma de prevenir os fenómenos epidémicos ou endémicos, controlar a circulação da água e ar e organizar os diferentes elementos essenciais à vida comum na cidade tal como as fontes e os esgotos.

Por último, a medicina da força do trabalho ou seja, a medicina dos pobres. Os mais necessitados realizavam, nas cidades, tarefas importantes, tais como entregar cartas, levar o lixo e eliminar os dejetos, apanhar móveis velhos e retirá-los da urbe desempenhando, assim, funções fundamentais.⁴⁶³

Em Inglaterra, nos finais do século XVI, e depois em 1601, na Grã-Bretanha, a Rainha Isabel I promulgou as “Poor Law”, que estabeleceram, sob controlo da Coroa, um sistema de proteção aos mais pobres, através de uma rede de cuidados assistenciais sediada nas paróquias. A medicina inglesa começava a tornar-se social, na medida em que esta legislação comportava um controlo médico do pobre, como principal responsável pela doença, sendo considerada uma medida de tentativa de domínio da assistência por parte do Estado, na Europa Moderna.⁴⁶⁴ Para Foucault, a Lei dos Pobres foi somente o primeiro elemento de um complexo sistema que teria o seu desenvolvimento, mais tarde, na segunda metade do século XIX.

Em Portugal, a assistência gratuita aos doentes, e o direito dos pobres ao tratamento hospitalar, tem séculos de existência, embora a sua admissão nas instituições estivesse muitas vezes condicionada pelos poucos recursos disponíveis. Em meados do século XVIII, a grande parte dos hospitais estava já entregue às misericórdias, mas os outros tinham gestão direta da Coroa ou Câmaras Municipais.⁴⁶⁵

A ação das santas casas, apesar de serem instituições civís, sem qualquer dependência da Igreja, integravam-se na doutrina católica. Sendo associações de

⁴⁶³ Foucault, Michel, *Microfísica do poder...*, pp. 80-94.

⁴⁶⁴ Sobre as “Poor Law”, deve ler-se McIntosh, Marjorie Keniston, *Poor Relief in England, 1350-1600*, Cambridge, University Press, 2011, pp. 273-293.

⁴⁶⁵ Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeira manifestação de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)” in *Estudos do Século XX*, nº 13, Coimbra, 2013, pp. 262.

leigos, os clérigos que nela ingressavam faziam-no na qualidade de cristãos como os demais. Os padres capelães, necessários para as atividades de assistência espiritual, eram contratados pela Mesa sem que as autoridades eclesiásticas fossem consultadas.⁴⁶⁶

A primeira misericórdia portuguesa nasceu no reinado de D. Manuel I, por ação da Rainha D. Leonor, assente em valores religiosos, tal como reza o seu compromisso:⁴⁶⁷

“O eterno immenso e todo poderoso Senhor deos padre das misericórdias aceytando as prezes e rogos dalguns justos e tementes a elle quis repartir com os peccadores parte de sua misericordia, he nestes derradeiros dias inspirou nos corações dalguuns bõons fieis christãos e lhe deu coraçõ siso e forças e caridade pera ordenarem hua irmandade e confraria”⁴⁶⁸

O monarca, quis estender esta confraria real a todo o território, com o intuito de difundir a ideia de proximidade entre governantes e governados que de facto não existia.⁴⁶⁹

O período após a Guerra da Restauração abriu caminho a uma conjuntura promissora que se acentuou decisivamente no decurso do reinado de D. João V. A próspera situação financeira do reino, devida em boa parte à descoberta de minas de ouro e pedras preciosas no Brasil, fez-se sentir nas misericórdias não só através do aumento do número de irmãos em algumas delas, como também do património que edificaram e da criação de novas santas casas com destaque para as que surgiram no Brasil.⁴⁷⁰ A chegada de legados de quem emigrava e não se esquecia da pátria, na qual as misericórdias ocupavam posições estratégicas para a recepção de donativos, possibilitou a construção de novos edifícios, intensificou práticas de caridade e estimulou a realização de majestosas manifestações religiosas, transformando estas

⁴⁶⁶ Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)” ..., p. 265.

⁴⁶⁷ A primeira misericórdia foi fundada em Lisboa no dia 15 de agosto de 1498.

⁴⁶⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo. *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de história*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 573.

⁴⁶⁹ Abreu, Laurinda, “Purgatório, misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos xv-xix)” in *Dynamis: acta hispanica ad medicinae scientiarumque historiam illustrandam*, Granada, Universidad de Granada, vol. 20, 2000, p. 397.

⁴⁷⁰ As primeiras misericórdias no Brasil foram criadas na década de quarenta do século XVI. Sobre este assunto leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, “Misericórdias, Portugueses e Brasileiros” in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 117-133.

confrarias em fenómenos de sociabilidade e identidade centrais na vida das comunidades.⁴⁷¹

O século XVIII marcou uma crise sem precedentes nas misericórdias, que se viram a braços com questões de vária ordem e que contribuíram de forma marcada para o seu descrédito: falta de irmãos nobres, ascensão de homens menos qualificados, dificuldades nas cobranças de rendas e créditos, diminuição de receitas, diminuição de legados e o crescente envolvimento em processos jurídicos, entre outros.

Associados a estes problemas, acrescia o complicado processo eleitoral para escolha dos seus membros, que, apesar da difícil conjuntura em que se encontravam, teimavam em realizar pomposas festas despendendo muito mais do que podiam em prejuízo dos mais necessitados. Os atos eleitorais funcionavam como barómetro da credibilidade destas instituições.⁴⁷²

Até meados do século XVIII, a tutela régia pouco intervinha nestas confrarias mas a ação de Pombal mudou este relacionamento impondo-se, desde a década de 1750, uma forte ingerência da Coroa, comportamento que se prolongou pelos reinados seguintes.

Inicialmente, o Marquês de Pombal não parece ter visado a proteção destas confrarias vendo nelas uma óptima fonte de capitais para a concretização dos seus objectivos económicos. Depois, interveio, no sentido de as viabilizar, já que as misericórdias estavam em grande parte pervertidas por corrupção, irregularidades, créditos malparados e obrigações pias em excesso.

A Coroa criou condições para a sua sustentação financeira sob controlo estrito e sistemático por parte do poder central. Esta foi a solução encontrada e passou a ser uma prática normal do exercício do poder durante o reinado de D. José I tendo-se acentuado nos reinados seguintes.⁴⁷³

A amplitude que este movimento assumiu foi um fator determinante para o aparecimento da tendência ideológica para promover a transformação de Sebastião de Carvalho e Melo. Se os bens não estavam a ser usados para os fins determinados pelos

⁴⁷¹ Paiva, José Pedro; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Estabilidade, grandeza e crise...*, p. 7.

⁴⁷² Araújo, Maria Marta Lobo de, “As misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”..., p. 441.

⁴⁷³ Lopes, Maria Antónia, “Políticas assistenciais em Portugal no Despotismo Iluminado e na Monarquia Liberal” in *Actas IX Congresso da Associação de Demografia Histórica*, Ponta Delgada, 2010, p. 2.

testadores então não havia justificação para os manter onerados com tais encargos.⁴⁷⁴ Esta intervenção Pombalina foi sentida principalmente na Misericórdia de Lisboa e Hospital de Todos os Santos que a Santa Casa administrava desde 1564.⁴⁷⁵

As medidas pombalinas dirigidas à Misericórdia da capital a partir dos anos 1760 configuram uma autêntica reforma da proteção social na capital do Império.

Pombal interveio também nos principais hospitais, que escapavam às misericórdias, mudando-lhes a tutela e reformando-os profundamente, e às santas casas que investiram na construção de grandes unidades hospitalares foi-lhes dado apoio. A Marquês do Pombal se deve ainda a reforma da assistência aos enjeitados de Lisboa e a criação da Intendência Geral da Polícia.⁴⁷⁶

Sendo uma das preocupações da Coroa a forma como se havia de curar os feridos de guerra, nas localidades onde existiam misericórdias, foram elaborados contratos com estas instituições por forma a que os militares lá pudessem ser tratados. Nos locais em que não existiam santas casas, quando não havia acordo entre ambas as partes, foram colocados hospitais de campanha, que normalmente eram desmontados assim que cessava o conflito.⁴⁷⁷

Tendo a cura dos militares sido uma importante atribuição das misericórdias, estas viram os hospitais militares serem construídos fora da sua jurisdição e subvencionados pelo Estado, enquanto que alguns hospitais religiosos, como foi o caso do Hospital das Caldas da Rainha, passaram para a alçada régia.⁴⁷⁸

Outro tipo de população desprotegida na época eram os encarcerados. No sistema judicial do Antigo Regime não estava prevista a pena de prisão, sendo que os que se encontravam encarcerados eram-no preventivamente, podendo esta condenação ser de longa duração.⁴⁷⁹ Para Alexandra Esteves, era um tempo em que a prisão tinha como objetivo não só punir o infrator, como também, dissuadir os membros da sociedade a

⁴⁷⁴ Abreu, Laurinda, “Purgatório, Misericórdias e Caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)”..., p. 410.

⁴⁷⁵ Abreu, Laurinda, *Pina Manique, um reformador no Portugal das luzes*, Lisboa, Gradiva, 2013, p. 28.

⁴⁷⁶ Lopes, Maria Antónia, “Políticas assistenciais em Portugal no Despotismo Iluminado e na Monarquia Liberal”..., p. 2.

⁴⁷⁷ Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da guerra da Restauração” in *Revista Portuguesa de História*, tomo 36, vol. 1, Coimbra, Universidade, 2003, p. 469.

⁴⁷⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre* ..., p. 85.

⁴⁷⁹ Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres*..., pp. 294-295.

enveredarem por uma vida à margem da lei. O crime era entendido como um ataque ao monarca, uma vez que a lei constituía a expressão do seu desejo.⁴⁸⁰

Por esta altura, os presos não recebiam alimentação, cuidados médicos, assistência jurídica ou espiritual e, antes de serem libertados, deviam pagar ao Estado, os gastos tidos com o seu encarceramento.⁴⁸¹ Alguns dos espaços partilhados pelos encarcerados funcionavam em edifícios antigos e adaptados, sem as mínimas condições de higiene. Encontravam-se sujos, com todo o tipo de dejetos que propiciavam o aparecimento de doenças, que, por vezes, se transformavam em epidemias que acabavam por contagiar a restante população.⁴⁸²

Nas primeiras décadas do século XVIII, encontra-se documentada uma estreita articulação entre o Hospital Real e a cadeia do Limoeiro.⁴⁸³ Os encarcerados eram enviados para o hospital, após um pedido da prisão ao monarca, que contactava o enfermeiro mor, solicitando a acomodação dos presos doentes.⁴⁸⁴ O grande afluxo de presos ao hospital determinou a criação de uma enfermaria exclusivamente para o efeito. Os presos doentes permaneciam sob apertada vigilância dos guardas, quando estavam fora do estabelecimento prisional.⁴⁸⁵

Os encarcerados dependiam exclusivamente de apoios do exterior, que caso não existissem, ficavam totalmente desprotegidos. Para estes, a ajuda prestada pelas misericórdias, através dos irmãos “mordomos dos presos”, era fundamental pois forneciam-lhes ajuda física, jurídica e espiritual, visitando-os duas vezes por semana.⁴⁸⁶ Ainda dentro do âmbito da ajuda aos pobres, prestada pelas misericórdias, os “irmãos visitantes” assistiam os doentes nos hospitais e ao domicílio. Algumas das confrarias tinham médicos, que além de fazerem visitas domiciliárias, forneciam

⁴⁸⁰ Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*..., pp. 599-600.

⁴⁸¹ Lopes, Maria Antónia, “Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)”..., pp. 101-125. Leia-se ainda Araújo, Maria Marta Lobo de, “Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVIII)” in *Congresso internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Braga, Universidade do Minho, 2006, pp. 303-306.

⁴⁸² Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*..., pp. 599-600. Leia-se ainda doc. 126 de dez e fevereiro de 1503 em Paiva, José Pedro; Sá, Isabel dos Guimarães, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, A fundação das Misericórdias*..., p. 265.

⁴⁸³ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 9. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 10. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 11.

⁴⁸⁴ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 42.

⁴⁸⁵ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 13.

⁴⁸⁶ Lopes, Maria Antónia, “Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)”..., pp. 101-125. Leia-se ainda Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pp. 186-188. Tese de mestrado policopiada.

gratuitamente alguns fármacos sendo que, para isso, a partir do século XVIII, as misericórdias montaram boticas para venda de fármacos ao público e ainda para ofertas aos mais pobres. O transporte dos doentes mais desfavorecidos para o hospital era, principalmente nos espaços urbanos, proporcionado pelas confrarias, sob a forma de liteira, “a cadeirinha”.⁴⁸⁷

Quanto aos expostos, em Portugal, nunca foram criados em orfanatos. Segundo Maria Antónia Lopes, as casas onde eram deixados, funcionavam como plataformas giratórias pois, logo que possível, estas crianças eram entregues a amas-de-leite.⁴⁸⁸

Após o desmame, estas crianças passavam para as amas-secas, que depois de atingirem os sete anos, passavam a ser tutelados pelos juizes dos órfãos, tendo que trabalhar para seu próprio sustento. A partir dos doze anos, rapazes e raparigas passavam a receber salário e aos vinte anos ficavam livres e emancipados.⁴⁸⁹

Este sistema de criação tornou-se obrigatório em Portugal pela Ordem de doze de fevereiro 1783, tendo vigorado até às décadas de 1760/70. Neste Alvará a rainha D. Maria I ordenava que:

“os mordomos continuem , como até agora praticarão, a fazer as entregas das referidas expostas ás pessoas, que as procurarem para o honesto trabalho, e serviço, a que são destinadas, na mesma conformidade, e com as mesmas condições, recommendações, e cautelas com que erão entregues, e recebidas.”⁴⁹⁰

Até meados do século XVIII, os expostos, as misericórdias e os hospitais, estavam sob tutela régia embora esta fosse pouco interveniente até ao reinado de D. José I. Com este monarca, o tipo de relacionamento existente alterou-se fazendo-se sentir uma forte intervenção da Coroa que se prolongou pelos reinados de D. Maria I e D. João VI.

Em síntese, podemos afirmar que conhecer e compreender a evolução da saúde ao longo dos séculos nos conduz a uma reflexão sobre a conjuntura atual da saúde em Portugal e no mundo. A saúde acompanhou os processos históricos mundiais e foi sendo alterada/remodelada a cada período, tendo passado por altos e baixos de acordo

⁴⁸⁷ Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”..., p. 268.

⁴⁸⁸ Sobre o pagamento às amas-de-leite veja-se ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, liv. 913, fl. 63.

⁴⁸⁹ Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”..., p. 269.

⁴⁹⁰ *Colecção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações, oferecida a El-Rei Nosso Senhor pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1775 a 1790*, Lisboa, Tipografia Maignense, 1828, p. 331.

com o conceito de doença e o conhecimento científico de cada momento. A organização dos serviços de saúde sofreu, através dos tempos, a influência dos conceitos religiosos, políticos e sociais de cada época e foi-se concretizando para dar resposta ao aparecimento das doenças.

2. O TERRAMOTO

“Que cena lamentável me recorda a memória! Tanto objecto lastimoso me representa a lembrança, que a multidão, a variedade, e a magoa me embaraça o discurso para a narração. Da pequena parte que relatarei deste successo se poderá collegir a grandeza delle.”⁴⁹¹

Passados dois séculos e meio após o catastrófico terramoto de 1755, continuam a sentir-se os efeitos ao nível da memória e da história, quer do acontecimento setecentista, quer do fenómeno sísmico.⁴⁹² Para alguns, os efeitos do terramoto, ocorridos há mais de 250 anos permanecem presentes no comportamento dos portugueses contemporâneos, pois subsiste a ideia de que três séculos não é afinal muito tempo quando se trata de considerar a identidade profunda de uma pessoa ou nação.⁴⁹³

Portugal e nomeadamente Lisboa, ao longo da sua história, sofreram repetidos abalos de terra. Com início nos anos 60 antes de Cristo, perto de meia centena de abalos fizeram tremer o território português e, muitos deles, com atingimento da região de Lisboa, como podemos observar na tabela que se segue:

Tabela 1: Notícias de ocorrências sísmicas em Portugal continental até 1755

Ano	dia	Localidades afetadas
60 a.C.		Costa portuguesa e Galiza. Terramotos acompanhados de maremoto que destruiu algumas cidades
33 a.C.		Portugal e todo o mundo
309 d.C.	22 Fevereiro	Portugal e toda a Europa
382		Ilhas ao largo do cabo de São Vicente
1009		Lisboa e sul de Espanha
1017	3 Janeiro	Lisboa

⁴⁹¹ Estas foram as palavras escritas em 1758 por Joachim Joseph Moreira de Mendonça a propósito do terramoto que ele próprio presenciara. Figura muito credível no seu tempo, pessoa de considerável cultura, era muito crítico dos exageros que imbuíam alguns relatos da época. Pode ler-se mais em Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 114.

⁴⁹² Costa Marisa; Fonseca, João F.B.D., “Sismicidade histórica em Portugal no período medieval” in *Livro de actas*, 7º Encontro Nacional sobre Sismologia e Engenharia Sísmica, Porto, Faculdade de Engenharia, 2007, pp. 383-397.

⁴⁹³ Neto, Luis Miguel; Marujo, Helena Águeda, “Das consequências psicológicas do Terramoto de 1755 em Lisboa a uma abordagem psico-histórica positiva e integradora” in *ECOS*, vol. 3, Número 2, 2013, p. 252.

1033	20 Junho	Portugal
1290		Lisboa
1309	22 Fevereiro	Portugal, que se propagou a toda a Europa
1318	21 Setembro	Portugal
1320	9 Dezembro	Portugal
1334		Lisboa
1337	24 Dezembro	Lisboa, Portugal
1344		Lisboa
1347	28 Novembro	Portugal
1350		Lisboa
1355	11 Junho 4 Agosto	Portugal Portugal
1356	24 Agosto	Portugal, Lisboa e arredores.
1366	18 Julho	Portugal
1395	20 Agosto	Portugal
1404	Maio	Portugal
1504	5 Abril Fim de Outono	Algarve Portugal
1531	26 Janeiro	Lisboa com grande destruição de casas (1500) e morte de grande parte dos seus habitantes
1551	28 Janeiro	Lisboa, destruição de 200 casas e morte de cerca de 2000 pessoas
1575	7 Junho	Lisboa
1587	Novembro	Algarve, Loulé
1597	22 Julho 7 Agosto	Lisboa Lisboa
1598	8 Julho 28 Julho	Lisboa Lisboa
1666	19 Novembro	Porto
1667	Dezembro	Porto
1699	27 Outubro	Portugal
1719	6 Março	Algarve
1722	27 Dezembro	Algarve
1724	13 Outubro	Lisboa e Portugal
1751	9 Maio 19 Dezembro	Torre de Moncorvo Trás-os Montes, Torre de Moncorvo

1752	Janeiro	Torre de Moncorvo
	27 Março	Aveiro
	28 Abril	Aveiro e Coimbra

Fontes: Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 15-112; Galbis Rodríguez, José, *Catálogo Sísmico de la zona comprendida entre los meridianos 5° E. y 20° W. de Greenwich y los paralelos 45° y 25° N*, Tomo I, Madrid, Imprenta de Ramona Velasco, 1932, pp. 3-50.

Na tabela exposta, podemos analisar que desde o ano 60 a.C. até 1755, Portugal sofreu 43 abalos sísmicos, sendo que, dezasseis envolveram de alguma forma, a capital do reino. Os meses em que se verificaram mais eventos desta natureza foram: dezembro com cinco abalos, janeiro, julho, agosto e novembro com quatro eventos cada.⁴⁹⁴

No século XVIII, tendo já Lisboa sentido múltiplos abalos, parece prudente pensar que, talvez o risco sísmico fosse visto como algo tão aterrador como o é hoje uma guerra nuclear. Tratava-se de uma ameaça percebida não só como destruidora e incontrollável, mas igualmente desconhecida, pois a ciência da época não tinha conhecimentos ou instrumentos que permitissem prever e aumentar o grau de informação sobre este tipo de fenómenos. Este risco teria, portanto, um potencial aterrorizador mais elevado.⁴⁹⁵

Mas de todas as calamidades relatadas, nenhuma foi tão terrível como a que se abateu sobre a cidade de Lisboa no outono de 1755, em que, segundo alguns autores, pelo menos uma quarta parte de seus habitantes, podem ter ficado enterrados nas ruínas, e os sobreviventes deixados em difíceis circunstâncias.⁴⁹⁶

Quando no primeiro de novembro a terra tremeu, Lisboa não estava preparada para o que viria a acontecer, tendo a população vivido uma “experiência extrema de terror” com catástrofes naturais (terramoto e maremoto) e provocadas pelo homem (incêndios que consumiram Lisboa durante dias) a que se associaram as pilhagens, o que aumentou ainda mais a insegurança e fragilidade dos habitantes.⁴⁹⁷

A hora exata em que a terra tremeu não é consensual, pois diferentes fontes afirmam horários diversos (entre as nove horas e trinta minutos e as e as dez horas da manhã).

⁴⁹⁴ O tremor de terra de 1504 referido ao final do outono foi contabilizado no mês de novembro.

⁴⁹⁵ Lima, Maria Luisa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755” in *Análise social*, vol. XLIII (1º), 2008, p. 9

⁴⁹⁶ Grey, Zachary, *A farther account of memorable earthequakes, to the presente year 1756...*, p. 12.

⁴⁹⁷ Tal como é relatado por Lima, Maria Luisa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755” ..., p. 9.

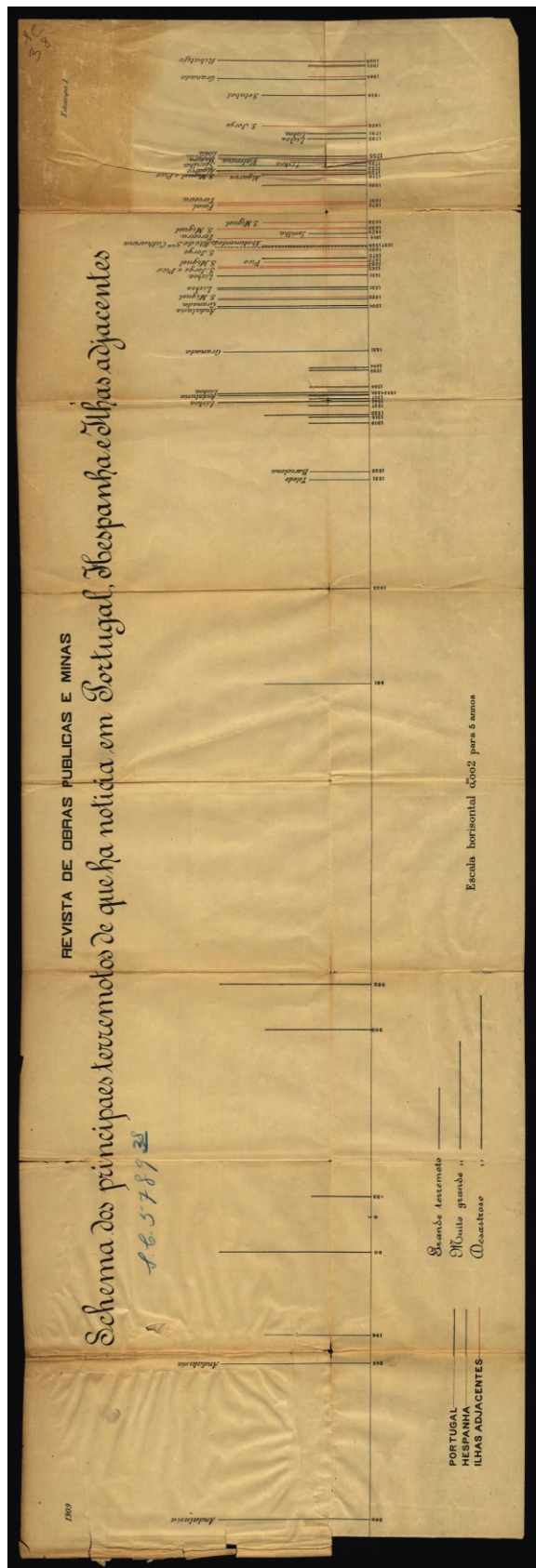
O livro de registos de casamentos da paróquia de Alcântara apresenta uma anotação, onde se refere que o abalo se deu pelas nove horas e trinta minutos mencionando que morreu muita gente nas ruínas.⁴⁹⁸

A documentação do Convento de Santo Elói refere que o sismo se deu pelas nove horas e três quartos da manhã.⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ ANTT, *Livro de Registo de Casamentos Lv C2*, cx. 33, fl. 199.

⁴⁹⁹ ANTT, *Convento de Santo Elói*, liv. 5, fl. 1.

Figura 12: Esquema dos principais terremotos em Portugal e Espanha, 1909.



Fonte: Biblioteca Nacional Portuguesa

Figura 13: Vista de Lisboa antes e durante o terramoto de 1755.



Fonte: Museu da Cidade

Figura 14: Destruição de Lisboa



Fonte: ANTT, Coleção Castilho, pt.17, doc.42.

2.1. O DIA DO TERRAMOTO

“General, Sacerdote, Leigo, Frade,
Cingidos da fatal calamidade;
Ministro, Pobre, Rico Cavalheiro,
Commerciante, Soldado, Jornaleiro,
Miseravel, Felíz, Aborrecido,
Com todos falla o termulo gemido,
A todos vos iguala, a todos peza
Neste acerbo clamor da Natureza.”⁵⁰⁰

Corria o ano de 1755. No primeiro sábado de novembro “ e vigessimo oitavo da Lua, amanheceu o dia sereno, o Sol claro, e o Ceo sem nuvem alguma. Durava já esta serenidade por muitos dias do mez de Outubro, sentindo-se mayor calor, que a estação do Outono promettia.”⁵⁰¹ Naquele dia, consagrado à festividade de todos os Santos, pelas “nove horas e tres quartos da manhã (...)” a terra tremeu com três impulsos.⁵⁰²

O primeiro, com a duração de mais de um minuto, embora precedido por um forte trovão foi muito pequeno tendo atemorizado poucas pessoas.⁵⁰³ Segundo testemunhas, mais parecia uma “cavalgada de cyclopes que se approximava em doida correria; arrastar de carros gigantes nos abysmos da terra”.⁵⁰⁴

Mas, depois de um intervalo de 30 a 40 segundos, seguiu-se um segundo abalo com a duração de cerca de dois minutos desta vez com uma tal violência, que as casas começaram a cair. Primeiro, “começaram a estalar os fôrros e sobrados, logo a despegarem-se os rebocos, depois a abaterem-se com grande estampido as bovedas, cahindo ou abrindo-se por ultimo as mesmas paredes e torres.”⁵⁰⁵

As terras pareciam “searas por causa dos ventos ondeando ora se via mover verticalmente ora se inclinando(...) fazendo estes precipitar os Palacios os Conventos e as Igrejas as torres e casas com incrível impulso (...)”.⁵⁰⁶

⁵⁰⁰ Mello, Francisco de Pina e de, *Ao terremoto do primeiro de novembro de 1755*, Lisboa, Na oficina de Manoel Soares, 1756. (Sem paginação)

⁵⁰¹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 114.

⁵⁰² “No primeiro de novembro de 1755, houve nesta cidade um formidável terremoto pelas nove horas e tres quartos da manhã, a que se seguio um grande incendio e queimou a mayor parte da cidade.” ANTT, *Convento de Santo Elói*, liv. 5, fl. 1.

⁵⁰³ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 51. Consulte-se também Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara, *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2012, p. 18.

⁵⁰⁴ Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época...*, pp. 142-143.

⁵⁰⁵ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez sobre o terramoto e incendio de Lisboa de que soy testemunha ocular*, Lisboa, Na oficina de Miguel Rodrigues, 1756, p. 2.

⁵⁰⁶ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 51 e 51v.

Fontes coevas referem que a poeira causada pela derrocada dos edificios cobriu a cidade de tal forma que parecia sufocar todos os sobreviventes.⁵⁰⁷ Em alguns locais, viram-se as telhas a serem sacudidas e a moverem-se de uma parte para a outra dos telhados “como se fossem pennas levadas ao vento (...).⁵⁰⁸

A terra descansou cerca de um minuto para depois se voltar a agitar violentamente de tal forma que as casas que tinham resistido aos primeiros dois abalos, caíram provocando um enorme ruído. A poeira levantada pela destruição dos edificios tapou o sol e ouviram-se gritos que “imploravam a misericórdia divina”. Segundo testemunhas, enquanto uns pensavam que estava perto o dia do juízo final, outros arbitravam que, estavam perante o fim do mundo.⁵⁰⁹

Aumentou a escuridão e o medo, mas passados dois a três minutos a terra serenou, deixando a descoberto um horror nunca antes imaginado. Mulheres quase nuas com crianças ensanguentadas, velhos cobertos de poeira, correndo de um lado para o outro, corpos desfigurados pela morte espalhados pelas ruas de Lisboa.⁵¹⁰ Os templos, por ser dia de tanta solenidade, transformaram-se em sepultura para muitos dos que lá procuravam resposta para as suas crenças.⁵¹¹

“A estes impulsos da terra se retirou o mar, deixando nas suas margens ver o fundo às suas agoas nunca de antes visto, e encapellandó-se estas em altissimos montes, se arrojarão pouco depois sobre todas as povoaçoens maritimas com tanto ímpeto que parecia quererem sumergillas extendendo os seus limites. Três irupcoens mayores, alem de outras menores fez o mar contra aterra, destruindo muitos edeficios, e levando muitas pessoas involtas nas suas agoas.”⁵¹²

As ondas furiosas despedaçaram as âncoras e quebraram as amarras, entrando pelas ruas e praças vizinhas até onde nunca haviam chegado, “levando umas vezes consigo violentamente tudo quanto encontra, trazendo outras vezes com furor, tudo o que tinha levado”.⁵¹³

⁵⁰⁷ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 51 v. Veja-se ainda Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 114.

⁵⁰⁸ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 3.

⁵⁰⁹ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 53. Consulte-se também Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto...*, p. 3. Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 3.

⁵¹⁰ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 52 v.

⁵¹¹ Sobre este assunto leia-se Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755, 1758*, p. 2.

⁵¹² Veja-se Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 114.

⁵¹³ Confirme-se em Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto...*, p. 4.

Fontes contemporâneas referem que “havia muita gente buscando as margens do Tejo por se livrarem dos edifícios cheyos de horror das vistas das suas ruínas” e fugindo da fúria do terramoto, encaminharam-se para o mar encontrando nele a sua sepultura.⁵¹⁴ Os que se encontravam no alto mar sentiram que de repente os seus navios fizeram um movimento tão violento que mais parecia que as embarcações se iam desfazer.⁵¹⁵

A terra, o ar e o mar tinham-se juntado contra Lisboa e os seus habitantes, faltando apenas o fogo para completar a ruína. Mas este não se faria demorar, pois um dia santo como o primeiro de novembro, num local extremamente religioso, cuja crença era marcada pelo simbólico e pelos objetos que a representam, multiplicaram o número de velas nas igrejas, conventos e casas. Juntando-se-lhes ainda os lustres, candelabros e os fogões de lenha das casas da capital, tudo contribuiu para um gigantesco incêndio que perdurou durante seis dias e que destruiu o que a terra e o mar não tinham engolido. Casa a casa, rua a rua, as chamas espalharam-se com a ajuda de um vento forte e rigoroso.⁵¹⁶ Neste incêndio foi elevadíssimo o número de tesouros artísticos e documentais que se perderam para sempre.⁵¹⁷

No mesmo dia, já pelas onze horas, um novo abalo levou as pessoas, em pânico, a procurar a fuga possível, tentando pôr-se a salvo, abandonando a cidade e fugindo para o campo.⁵¹⁸ Muitas pessoas, com ferimentos menos graves, morreram por não haver quem as socorresse entre tantas ruínas.⁵¹⁹ A ausência dos familiares foi apenas sentida quando o perigo pareceu ter passado.

⁵¹⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 117. Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 19.

⁵¹⁵ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terramoto...*, p. 11.

⁵¹⁶ Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto...*, p. 83. Em grandes fogos maciços, as chamas espalham-se formando colunas de fogo que se unem. Sempre que estas encontram múltiplos focos individuais de combustível começam a induzir o seu próprio vento tornando muito difícil a sua extinção. Exemplo disso foi o que aconteceu em 1988 no Chiado, cujo incêndio se alastrou por dezoito edifícios do bairro, provocando dois mortos, 73 feridos e 300 desalojados. Leia-se Comissão Nacional de Proteção Civil, *Avaliação nacional de risco*, Lisboa, 2014, p. 137.

⁵¹⁷ Pode ler-se em alguns relatos da época, que a “19 de Dezembro em muitas partes se conserva fogo”, Leia-se Morganti, Bento, *Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos efeitos do Terramoto, succedido em o Primeiro de Novembro de 1755. Com alguns principios Fisicos para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes Phenómenos terrestres*, Lisboa, Offic. Domingos Rodrigues, 1756, p. 4; Sousa, José de Oliveira Trovão, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*, Coimbra, Officina de Luis Secco Ferreyra, 1755, p. 11.

⁵¹⁸ Arquivo Histórico Militar (doravante AHM), *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736-1756)*, cx,1, nº 1, doc. 22, fls. 1-2.

⁵¹⁹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 122.

“Vio-se então o pay banhado em lágrimas buscar por todas as partes o filho, única esperança da sua casa: a filha afflicta chamar em altos gritos huma mãy querida: a mulher inquieta, e assustada perguntar a todos, que encontrava, por hum esposo, objecto de seu disvêllo.”⁵²⁰

“Ao descer as escadas encontrei meus Pais, que aflitos me buscavão nas ruínas de hum grande panno da chaminé que tinha cahido, e debaixo do qual me julgavão sepultado. Foi enexplicavel o nosso contentamento quando nos encontramos; (...).”⁵²¹

Imensurável, como se pode comprovar por fontes coevas, foi o pânico que assolou os habitantes da capital do reino: “Sem abrigo, aterrada e faminta, grande parte da população abandonava Lisboa.”⁵²² No meio de tanta desolação, houve ainda quem, fazendo frente às chamas e à morte, visse na ruína pública uma forma de rapidamente enriquecer. Muitas famílias, cujas habitações tinham escapado ao terramoto e ao fogo, não escaparam aos malfeitores. Estes, fugidos das prisões, envergavam roupas roubadas e misturando-se entre os nobres, tentavam enriquecer à custa da desgraça dos outros.⁵²³ Recuperando a liberdade que haviam perdido, lançaram-se sobre a cidade deserta, forçaram portas e saquearam casas, para completa satisfação de todos os seus desejos violentos como se verifica neste extrato

“porque eram tantos os insultos que por toda a Cidade comettião muitos homens desalmados; que nenhuma casa se achava isenta de latrocínios, nenhum templo livre de sacrilégios: sendo tal a cubiça, e crueldade de alguns, que não perdoando nem ainda os cadáveres, roubavão aos homens espadins, os relógios, as fivelas; ás mulheres as pérolas, os anéis e leques.”⁵²⁴

Para acabar com os roubos, D. José I ordenou que os que eram apanhados em flagrante fossem sentenciados no mesmo dia.⁵²⁵ Mandou enforcar 34 pessoas nos dias que se seguiram ao terramoto, sendo elas onze portugueses, dez castelhanos, cinco irlandeses, três oriundos de Sabóia, um polaco, um flamengo e um mouro. Os registos descritos em fontes da época referem que o montante em dinheiro, resultante dos furtos “passava de duzentos mil cruzados da moeda Portuguesa, que fazem quinhentas mil libras Francezas.”⁵²⁶

⁵²⁰ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. de Manoel Soares, 1756, p. 5.

⁵²¹ Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo...*, p. 19.

⁵²² Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época...*, p. 142.

⁵²³ Leia-se Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 34.

⁵²⁴ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 26.

⁵²⁵ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 56 v.

⁵²⁶ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, pp. 26-27.

Nas ruas cobertas de ruínas, choraram-se os entes queridos e as casas perdidas mas existia o pensamento de que o céu tinha sido benevolente, pois salvara a vida do rei e toda a família que se encontrava em Belém numa das suas casas de campo.⁵²⁷

Marquês de Pombal era um homem madrugador, que usava o silêncio da manhã para orientar o seu trabalho. Assim, no primeiro dia de novembro, tal como nos outros dias, levantou-se cedo e preparava-se para ir à missa quando sentiu que o chão lhe fugia sob os pés.⁵²⁸ Depois de perceber o que estava a acontecer, deixou a sua mulher e filhos nas ruínas do palácio da Rua Formosa e saiu por caminhos entulhados de ruínas e de mortos não para ir à missa, como tinha previsto, mas para ver como se encontrava D. José I.⁵²⁹ O rei depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Marquês de Pombal.⁵³⁰ Este acudiu à urgência da situação com a firmeza e inteligência que veio a tornar famoso o seu nome. Não foi possível a ajuda do ministro Pedro da Mota que se encontrava inválido e de Diogo de Mendonça que fugiu.⁵³¹

Fontes coevas referem que nas horas que se seguiram ao terramoto, o Secretário de Estado visitou as zonas mais afetadas e para manter a segurança chamou para a capital os Regimentos de Infantaria de Setúbal, Peniche, Cascais e Dragões de Évora.⁵³²

Quis ver tudo, não havendo obstáculo que o fizesse retroceder. Lisboa estava irreconhecível e continuava a arder. No entanto, poucos eram aqueles que se voluntariavam para ajudar. Os que conseguiram andar refugiaram-se em lugares longe da desgraça que assolava a baixa da cidade “espalhando-se uns pela marinha e outros pelo Campo do Curral, Penha de França, Cotovia, Rato, Campolide, arrabaldes e termo de Lisboa até distancia excedente a duas léguas”.⁵³³

Os feridos foram deitados sobre camas de folhas, enquanto monges passavam expiando os pecados com rezas do rosário.

“As comunidades religiosas, d’entre as quaes se distinguiram os jesuítas, os conegos regrantes de Santo Agostinho, os Paulistas, os Oratonianos, etc. Prestaram valiosíssimos serviços, já enterrando os

⁵²⁷ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 122. Segundo outro autor, era um hábito quase diário da família real a sua deslocação para o seu paço de Belém. Aqui, ouvia missa na capela privativa e passava o resto do dia “entretida” em diversas distrações. Leia-se Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal...*, p. 136.

⁵²⁸ Veja-se Chantal. Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 23.

⁵²⁹ Consulte-se Monteiro, Nuno Gonçalo, *D. José...*, p. 85.

⁵³⁰ Sobre este assunto leia-se Maxwell, Kenneth, *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo...*, p. 24.

⁵³¹ Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época...*, p. 143.

⁵³² Barros, Francisco Lobo Correia de, *Altos feitos do Marquês de Pombal...*, p. 27.

⁵³³ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo XVI, Lisboa, Typographia Universal, 1908, p. 140.

mortos, em cujo serviço se empregaram muitas companhias militares, já dando agasalho aos vivos, e dando-lhes comida durante muitos meses. A nobreza e o povo, prestou também importantes serviços.”⁵³⁴

Quando chegou a noite e com ela o frio e a fome, acenderam-se fogueiras onde se cozinham frangos roubados aos quintais. Mas não foi fácil a primeira noite depois da calamidade, pois o barulho provocado pelas chamas que controlavam a cidade, o ruído de fundo de gemidos e gritos e os uivos dos cães, não deixava sossegado quem tinha escapado com vida.⁵³⁵ A primeira noite após a catástrofe foi passada por quase todos “em vigília ao terreno porque com os repetidos tremores de terra, e o fumo da cidade ninguém se atrevia a dormir.”⁵³⁶

O Cardeal Patriarca, D. José Manuel, escapou ao terramoto no palácio dos Marqueses de Nisa onde habitava. Sobre a cama onde se encontrava, caiu parte de uma parede e faleceram seis criados na derrocada da sua casa.⁵³⁷

Em Belém, o rei penitenciava-se e pelas ruas os cânticos misturavam-se às maldições e aos gemidos.⁵³⁸ Como o terramoto destruiu o Palácio da Ribeira, a família real, por prudência, instalou-se em tendas na sua quinta de Belém, onde se encontrava na véspera da catástrofe. Para o efeito, o rei mandou construir uma barraca (real) para si.⁵³⁹

O Secretário de Estado mandou a tropa prender os vagabundos apanhados a saquear e colocou-os a apagar os incêndios e a recolher os corpos sem vida, pois, após este acontecimento, as ruas de Lisboa encontravam-se cobertas de ruínas e cadáveres.⁵⁴⁰ No dia cinco de novembro, pelo facto dos incêndios ainda lavrarem no Bairro Alto, Marquês de Pombal ordenou que fossem retiradas todas as madeiras dos telhados e casas não ardidas, para que se travasse o progresso do referido incêndio. Quem não executasse as suas ordens seria punido.⁵⁴¹

À putrefação ao ar livre, podiam seguir-se as doenças infecciosas, pois, sendo inverno, e não podendo as águas escoar para o mar, com facilidade, estas ficariam

⁵³⁴ Barros, Francisco Lobo Correia de, *Altos feitos do Marquês de Pombal...*, p. 27.

⁵³⁵ Kendrick, Thomas Downing, *The Lisbon Earthquake*, Philadelphia, J. B. Lippincott Company, 1956, p. 61.

⁵³⁶ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 23.

⁵³⁷ Sequeira, G. de Matos, *Depois do terramoto, subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Volume IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 274.

⁵³⁸ Veja-se Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 33.

⁵³⁹ Marques, João Francisco, “A Acção da Igreja no Terramoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação” in *Lusitana Sacra*, 2ª série, nº 18, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2006, p. 226.

⁵⁴⁰ Confirme-se Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 36

⁵⁴¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 28.

contaminadas.⁵⁴² Face a estes flagelos, foram expedidas várias ordens pelo Ministro do Reino em forma de Avisos, Portarias, Decretos e Ordens com o intuito de impedir tais receios, tendo organizado aquilo a que hoje chamaríamos Gabinete de Proteção Civil.⁵⁴³

Nesta conjuntura, D. José I aterrorizado com o acontecido, colocou toda a autoridade nas mãos do único ministro que lhe pareceu capaz de enfrentar as consequências da calamidade. De facto, foi o terramoto que lançou Sebastião de Carvalho e Melo, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para um poder quase absoluto que conservou durante mais de vinte anos até à morte de D. José I, em 1777.⁵⁴⁴

Réplicas do terramoto foram sentidas por várias vezes no mesmo dia tendo-se “repetido seis ou sete vezes ainda que com mais moderação”, muitos habitantes optaram por dormir no campo com medo das repetições pois “ninguém se animava a dormir debaixo de telha”.⁵⁴⁵ Durante os meses e até anos que se seguiram, muitas outras réplicas se sentiram, embora algumas com menor intensidade.⁵⁴⁶ O tremor de terra que houve na madrugada do dia oito de novembro foi bastante violento bem como os que no mês seguinte se sentiram no dia onze e no dia vinte e um, respetivamente às cinco e às nove horas da manhã, contribuindo todos para que alguns edifícios, abalados nas suas estruturas, acabassem por desabar. No dia vinte e cinco de dezembro, pelas duas horas da madrugada, a terra estremeceu ligeiramente pela última vez, naquele ano, em Lisboa.⁵⁴⁷

A destruição do Arquivo Real mereceu especial atenção dos governantes, pois Manuel da Maia enviou uma carta ao Secretário de Estado, dando a conhecer como este se encontrava após o terramoto, tornando visível a necessidade do “(...) seu Real Arquivo ser guardado, conservado, defendido e tratado, como he justo, se faz preciso se lhe escolha lugar”.⁵⁴⁸

⁵⁴² Veja-se Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 4.

⁵⁴³ Consulte-se Bandeira, Romero, *Medicina De Catástrofe – Da exemplificação histórica à iatroética*. Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Professor Abel Salazar, 1995, p. 146, Tese de Doutoramento.

⁵⁴⁴ Nomeado a cinco de maio de 1756 Secretário de Estado dos Negócios do Reino, futuro Conde de Oeiras em 1759 e Marquês do Pombal em 1769.

⁵⁴⁵ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 54 v e 55. Leia-se também Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo...*, p. 21.

⁵⁴⁶ ANTT, *Livro de Registo de Batismos*, Lv B3 ex. 3, fl. 370.

⁵⁴⁷ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo XVI..., p. 140.

⁵⁴⁸ ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 495, doc. 4, sem fôlio.

Sebastião de Carvalho e Melo, em resposta ao guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo, numa carta datada de seis de novembro de 1755, manifestou-se satisfeito pelo rei ter ficado a salvo assim como o Arquivo Real. Referiu o facto da torre do Castelo de São Jorge, onde estava guardado o arquivo régio, ter ruído durante o terramoto, mas não ter sido atingida pelo flagelo dos incêndios. Ainda na mesma carta, deu livre jurisdição ao guarda-mor, Manuel da Maia, para que mandasse construir uma barraca de madeira na Praça de Armas do Castelo a fim de recolher provisoriamente a documentação salva dos escombros.⁵⁴⁹

Construída a barraca de madeira, e nela depositados todos os documentos do Arquivo Real da Torre do Tombo, Manuel da Maia procedeu ao levantamento da documentação, com a preocupação de verificar as faltas e de estabelecer a correta ordenação dos livros e outros documentos.⁵⁵⁰ O Guarda-Mor da Torre do Tombo iniciou o registo, um livro com o relato das despesas referentes ao arquivo após terramoto e incêndios do primeiro de novembro.⁵⁵¹ A falta de condições obrigou-o a, durante cerca de um ano e meio, empreender os seus esforços na busca de um novo espaço e desta vez definitivo, para a instalação do Arquivo Real. Após inúmera correspondência trocada com a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, foi informado da existência e disponibilidade de umas casas contíguas ao Mosteiro de São Bento da Saúde a que davam o nome de Casa dos Bispos.⁵⁵² Em vinte e seis e vinte e sete de agosto de 1757, foi transferida para uma parte do edifício do Mosteiro de São Bento da Saúde, do lado da Calçada da Estrela, ocupando as instalações designadas por Casa dos Bispos e compartimentos contíguas, que foram arrendados ao mosteiro.

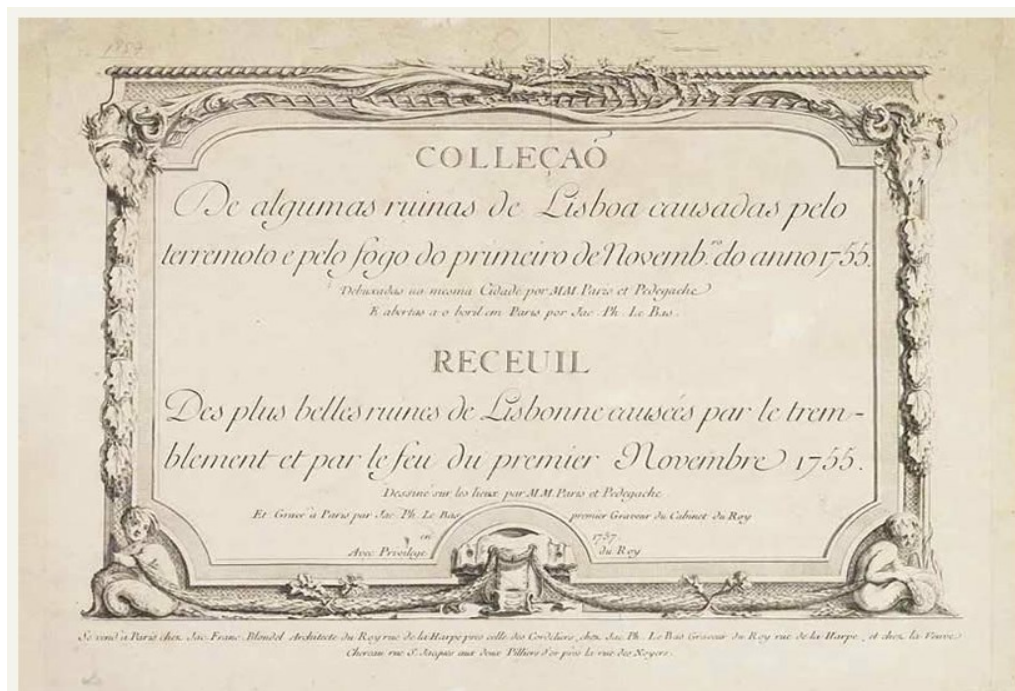
⁵⁴⁹ ANTT, *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, mç. 2 n.º 38.

⁵⁵⁰ Alguns dos documentos desaparecidos no incêndio, provocado pelo terramoto de 1755, foram os tratados de casamento dos reis D. João V e D. José I. AHM, *Pessoas Reais*, 1, cx. 1, doc. 61.

⁵⁵¹ ANTT, *Arquivo do Arquivo, Livro de Despesas* Liv. 41, cx. 275. ANTT, *Arquivo do Arquivo, Livro de Despesas* Liv. 42, cx. 275. ANTT, *Arquivo do Arquivo, Livro de Despesas* Liv. 43, cx. 275.

⁵⁵² ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 495, doc. 12.

Figura 15: Coleção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terramoto



Fonte: Museu da Cidade.

Figura 16: Ruínas da Basílica de Santa Maria



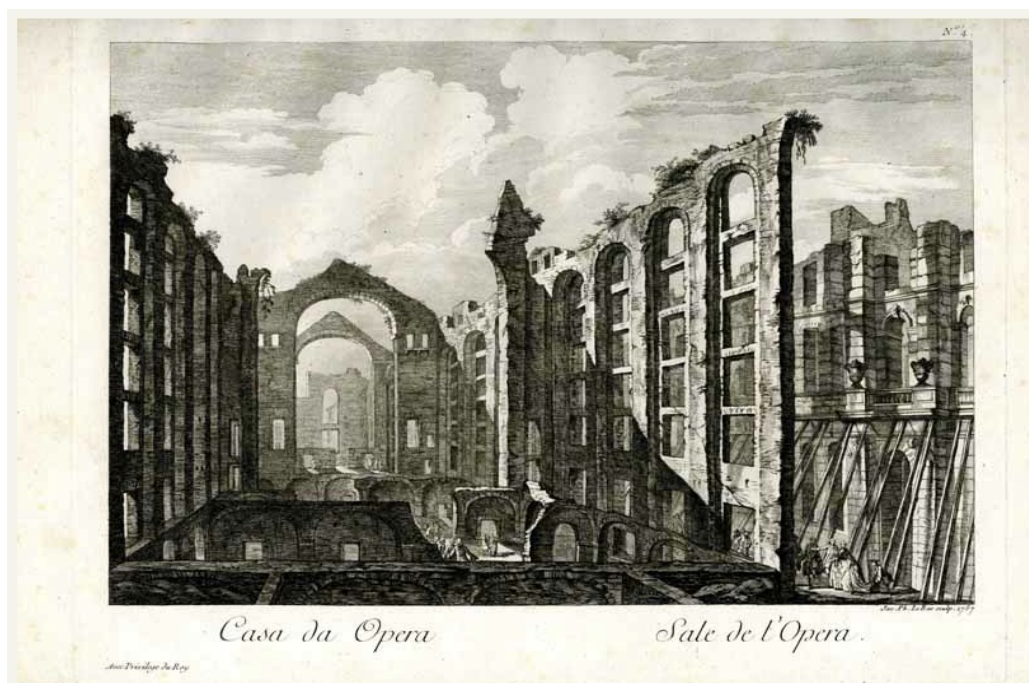
Fonte: Museu da cidade.

Figura 17: Ruínas da Praça Patriarcal



Fonte: Museu da Cidade.

Figura 18: Ruínas da Casa da Ópera



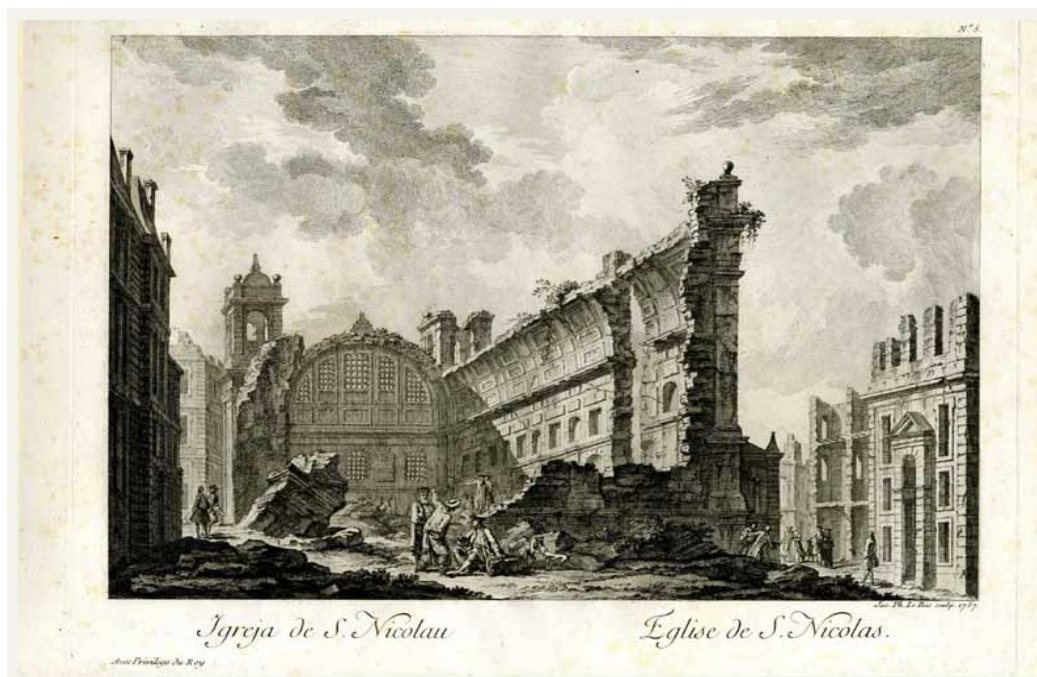
Fonte: Museu da Cidade.

Figura 19: Ruínas da Torre de São Roque



Fonte: Museu da Cidade.

Figura 20: Ruínas da Igreja de S. Nicolau



Fonte: Museu da Cidade.

2.2. EXPLICAÇÕES E RELATOS

“Você vai com toda a probabilidade ouvir falar, da calamidade indescritível que se abateu sobre toda a costa marítima, e em particular nesta cidade opulenta, agora reduzido a um monte de lixo e ruína, pelo mais tremendo terramoto no primeiro dia deste mês, seguido por um incêndio, que fez dez vezes mais estragos do que o tremor de terra.”⁵⁵³

O “terramoto de Lisboa” de 1755 provocou um grande choque cultural e filosófico na Europa do século XVIII levando à intervenção pública de grandes intelectuais, entre eles Kant e Voltaire. Na época, Lisboa albergava um grande número de cidadãos estrangeiros, intelectuais e comerciantes que, de alguma forma, tiveram papel importante na economia e nas relações comerciais com os seus países de origem.

A dimensão dos estragos no território português ficaram bem documentados para a época pois Marquês de Pombal enviou um inquérito a todos os párocos, com perguntas de resposta obrigatória, sob pena de sanções, solicitando descrições precisas sobre o que tinha acontecido nas paróquias do reino.⁵⁵⁴ Os ecos dos acontecimentos motivou as mais variadas reações divergindo na sensibilidade e formação de quem as exprimiam.⁵⁵⁵

Ao assistirem na primeira pessoa ao que aconteceu, muitos relataram o ocorrido aos seus familiares e conhecidos do seu país de origem e assim se espalhou rapidamente a notícia do que tinha sucedido na capital portuguesa.⁵⁵⁶ Pode ler-se o testemunho de um viajante inglês:

“A great part of Lisbon was overthrow by the Earthquake of 1755, and a still greater part was consumed by the conflagration, wich was its consequence. In an instante half of the houses and the palaces of the capital, almost all the churches, and all the public edifices, disappeared.”⁵⁵⁷

⁵⁵³ “You will in all likelihood have heard before this, of the enexpressible Calamity befallen the whole Maritime Coast, and in particular this opulent City, now reduced to a heap of Rubbish and Ruin, by a most tremendous earthquake on the first of this Month, followed by a Conflagration, which has done ten times more Mischief, than the Earthquake itself”. Ler mais em Grey, Zachary, *A farther account of memorable earthequakes, to the presente year 1756...*, p. 13.

⁵⁵⁴ As questões formuladas encontram-se descritas no ponto 3.3.

⁵⁵⁵ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV” in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luis (et al), *O terramoto de 1755: impactos históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2013, p. 238.

⁵⁵⁶ Sobre correspondência de estrangeiros que viviam em Lisboa aquando do terramoto pode ler-se Molesky, Mark, “The Vicar and the Earthquake: Conflict, Controversy, and a Christening during the Great Lisbon Disaster of 1755” in *E-Journal of Portuguese History*, vol. 10, nº 2, 2012, pp. 76 e 94. Este artigo analisa cinco cartas escritas por Richard Goddard, pastor anglicano e um sobrevivente do terramoto de Lisboa.

⁵⁵⁷ Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, p. 2.

Como exemplo desta divulgação, temos o poema sobre o desastre de Lisboa que Voltaire deu a conhecer no dia 24 de novembro de 1755.⁵⁵⁸

Em Portugal, este evento transformou a estrutura da sociedade na segunda metade do século XVIII, sendo que estas modificações se sentiram ao nível económico, social e político. A análise dos discursos produzidos por homens letrados, que puseram a atenção sobre o terramoto do primeiro de novembro, foi essencial para se entender a importância que o evento provocou na época. Moreira de Mendonça e Miguel Tibério Pedegache, entre outros, foram importantes para a divulgação das ideias do governo de então.

Segundo Pedegache, os tremores de terra deviam-se à fermentação de matérias inflamáveis que explodiam sob a crosta terrestre e se libertavam produzindo chamas. Escreveu ainda que alguns colocaram em dúvida a possibilidade de ter ocorrido ignição de materiais por não se ter observado a formação de nenhum vulcão.⁵⁵⁹

De acordo com o mesmo autor, é necessário pensar que, quando a quantidade de matérias inflamáveis é mais reduzida, pode criar-se uma elevação e registarem-se terremotos, sem que para tal seja necessária a formação de vulcões. Por outro lado, quando a quantidade destes materiais é significativa criam-se vulcões e registam-se terremotos mas apenas em pequenas áreas. Pedegache é recordado por ter sido, talvez, o primeiro a chamar a atenção para a existência de uma certa periodicidade da ocorrência em Portugal de grandes terremotos:

“Temos tres periodos ácerca dos terremotos notaveis na nossa Historia. O primeiro he o tremor, que succedeo em Portugal no anno de 1309: o segundo, os abálos, e os movimentos de terra, que tanta ruina causarão em Lisboa no anno de 1531; e o terceiro, o terremoto espantoso, de que fizemos uma triste experiencia no anno de 1755. Estas tres épocas me derão a idéia de huma hypótese, que a muitos parecerá extravagante, mas que não he sem fundamento. Persuado-me que entre os annos 1977 até 1985 haverá algum terremoto grande em Portugal”⁵⁶⁰

O padre oratoriano António Pereira escreveu um diário dos acontecimentos que se passaram em Lisboa, posteriormente traduzido para várias línguas.⁵⁶¹ Este padre, conhecido pelos seus dotes linguísticos, foi, na opinião de Rui Tavares, um dos

⁵⁵⁸ Voltaire; Moura, Vasco Graça, *O poema sobre o desastre de Lisboa* (edição bilingue), Lisboa, Alêtheia, 2013.

⁵⁵⁹ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa...*, p. 7.

⁵⁶⁰ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa...*, pp. 22-23.

⁵⁶¹ Pereria, Antony, *A Narrative of the Earthquake and Fire of Lisbon*, London, Printed for G. Hawkins, 1756.

intelectuais mais importantes do pombalismo e escreveu sobre a catástrofe de forma organizada e sucinta.⁵⁶²

O Núncio papal, Fillipo Acciaiuoli, desde o dia quatro de novembro enviou semanalmente para Roma, informações dirigidas à secretaria de Estado e ao Papa, assim como, cartas endereçadas ao Cardeal Secretário, que à data era o Cardeal Silvio Valenti Gonzaga, e ainda aos seus familiares.⁵⁶³

Podem ser ainda citados outros trabalhos de “carácter científico” como o de Bento Morganti, nascido em Roma, de ascendência portuguesa que estudou na Universidade de Coimbra, em “Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitos do Terremoto, succedido em o Primeiro de Novembro de 1755 (...) 1756”, que considerou que o incêndio que deflagrou em Lisboa, no pós terramoto, se deveu ao facto de que a “terra está cheya de fogos subterrâneos” tentando comprovar a sua teoria através da alusão ao que aconteceu com “o monte Vesuvio o qual muitas vezes vomita ardentes chamas, e quasi sempre dele sahe hum fumo de enxofre, que se dilata ainda a partes remotas”.⁵⁶⁴

Em treze de fevereiro de 1756, Jose Acúrsio de Tavares, estudante canonista escalabitano, em resposta a uma carta escrita em Coimbra, em que se deu notícia do lamentável sucesso de Lisboa, no dia primeiro de novembro de 1755, negou algumas das informações dadas na referida carta. Escreveu que os estragos não foram tantos como os que se apregoavam e que os mortos também foram em menor monta.⁵⁶⁵ Referiu que no Convento de Santo Elói não morreram sete religiosos como se anunciava mas sim cinco. Esta notícia difere do encontrado nos Registos da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, Convento Santo Elói, no livro número cinco, em que se contabilizam, de facto, sete mortos nas ruínas e no

⁵⁶² Este padre abandonou a ordem dos oratorianos quando esta entrou em desgraça com Pombal passando a adotar o nome de Antonio Pereira de Figueiredo. Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, p. 94.

⁵⁶³ Estas cartas foram enviadas quase todas as terças feiras até abril de 1756. Leia-se Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa-correspondência do Núncio Fillipo Acciaiuoli: Arquivos secretos do Vaticano*, Lisboa, Alétheia, 2013, p. 7.

⁵⁶⁴ Morganti, Bento, *Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitos do Terremoto, succedido em o Primeiro de Novembro de 1755. Com alguns principios Fisicos para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes Phenómenos terrestres*, Lisboa, Offic. Domingos Rodrigues, 1756, p. 10.

⁵⁶⁵ Tavares, Jose Acúrsio de, *Verdade Vindicada ou resposta a huma carta escrita em Coimbra, em que se dá noticia do lamentável sucesso de Lisboa, no dia I de Novembro de 1755*, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1756, p. 18.

incêndio do convento aquando do terramoto.⁵⁶⁶ Este estudante mencionou ainda que as notícias veiculadas eram vagas e pouco exatas.⁵⁶⁷

Numa outra carta, Antonio dos Remédios, em resposta a uma primeira enviada por José de Oliveira Trovão e Sousa, escreveu que o “medo faz muitos enganar na vista”, referindo-se às descrições mais “poéticas que históricas, mais filha da delicadeza do seu engenho, que nascidas da pureza da verdade”.⁵⁶⁸ Nesta carta são contrapostas as afirmações efetuadas na carta anteriormente recebida, pois quando se referiu que “se abriram cavernas profundas em Lisboa com o Terremoto” o observado por ele foram “algumas rachas, que verdadeiramente eram superficiais e não tinham mais do que humo palmo de largura”.⁵⁶⁹ Este autor afirmou que o que mais lhe custou presenciar foram as pessoas queimadas vivas e outras que ficaram vários dias soterradas. Registou ainda que houve quem se curasse sem assistência médica. Mencionou que o maior castigo de Lisboa foi a “ladroagem”, pois teve oportunidade de ver pessoas meio soterradas a quem lhes foram amputados membros, ou parte deles, para se apropriarem dos seus bens.⁵⁷⁰

António Nunes Ribeiro Sanches, uma das mais importantes personalidades da ilustração portuguesa, foi um dos autores que também explanou sobre este tipo de problemas tentando produzir explicações científicas sobre o terramoto, exaltando as medidas de emergência ordenadas por Pombal.⁵⁷¹

⁵⁶⁶ ANTT *Convento de Santo Elói*, Liv. 5, fl. 1.

⁵⁶⁷ Tavares, José Acúrsio de, *Verdade Vindicada ou resposta a huma carta escrita em Coimbra...*, p. 31.

⁵⁶⁸ Remédios, Antonio dos, *Resposta à Carta de Joze de Oliveira Trovam e Sousa*, Lisboa, na Off. de Domingos Rodrigues, 1756, p.3.

⁵⁶⁹ Remédios, Antonio dos, *Resposta à Carta de Joze de Oliveira Trovam e Sousa...*, pp. 3-6.

⁵⁷⁰ Remédios, Antonio dos, *Resposta à Carta de Joze de Oliveira Trovam e Sousa...*, pp. 3-7.

⁵⁷¹ António Nunes Ribeiro Sanches (Penamacor, 1699 - Paris, 1783), médico, filósofo e pedagogo, foi um dos mais eminentes estrangeirados que pugnaram pela reforma da cultura filosófica e científica do país. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, em 1716, mas, em 1719, transferiu-se para a Universidade de Salamanca, onde tirou o curso de Medicina tendo-lhe sido conferido, em 1724, o grau de Doutor. Cristão-novo, abandonou Portugal em 1726, vítima de intriga na corte, sob a acusação da prática de judaísmo, e fixou-se na Holanda. Em 1730 estudou com Herman Boerhaave e em 1731, estabeleceu-se, por vários anos, na corte russa, após carta de recomendação de Boerhaave, seu mestre médico e reitor da Universidade de Leiden, satisfazendo o pedido da imperatriz. Em 1733, Ribeiro Sanches ascendeu à posição de médico da cidade de São Petersburgo, por influência de Johann Christoph Rieger, primeiro médico da imperatriz Anna Ivanovna. Em 1734 ascendeu a membro da Chancelaria de Medicina e em 1735, a de médico dos Exércitos. Em 1739 foi nomeado membro da Academia de Ciências de S. Petersburgo. Em 1747, devido a novas perseguições, foi viver para Paris onde permaneceu até ao final da vida. Escreveu várias obras fundamentais: “Dissertation sur la Maladie Vénérienne”; “Tratado da Conservação da Saúde dos Povos”; “Cartas sobre a Educação da Mocidade”; “Método para Aprender e Estudar a Medicina” e “Mémoire sur les Bains de Vapeur en Russie”. Até à sua morte, ocorrida em catorze de outubro de 1783, foi consultado com regularidade por personalidades notáveis da Europa culta de então. Pode ler-se mais em Sanches, António Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Porto, Domingos Barreira, [s.d.]; Malaquias, Isabel, “A geografia

Para Ribeiro Sanches, o facto dos tremores de terra serem fenómenos raros poderia levar a que fossem considerados acontecimentos prodigiosos e castigos divinos. No entanto, declarou que era necessário minorar a aflição que eles provocavam sendo que, para isso, o caminho era abordar o problema das causas através do estabelecimento de uma série de raciocínios analógicos: “Não se pretende demonstrar evidentemente a causa dos terremotos; tudo o que dissermos delles será por analogia”.⁵⁷² Para Ribeiro Sanches, os vulcões, terramotos, auroras boreais, estrelas cadentes, globos de fogo, relâmpagos, trovões e raios, teriam causas comuns. A origem de todos os meteoros era o enxofre e os materiais oleosos que se exalariam das plantas aromáticas, dos animais vivos ou mortos, dos materiais betuminosos, das fontes sulfurosas, dos vulcões e da combustão dos minerais. Estas exalações poderiam ir para a atmosfera onde se misturariam com os vapores que ali existiriam, ficando as emanações sulfurosas retidas nas nuvens à semelhança do que aconteceria com os restantes que permaneceriam em grutas subterrâneas. Posteriormente, por ação do salitre existente tanto na atmosfera como na crosta terrestre e do vento, estas exalações entrariam em convulsão, gerando calor e chama, acompanhadas por sua vez de ruído, isto é, gerando relâmpagos, raios e trovões (terramotos atmosféricos).⁵⁷³

Outros autores, nomeadamente espanhóis, tentaram encontrar justificações para o sucedido através de obras como *Physico-Mechanica* e *Physica y Moral* e ainda por *Observaciones Physicas-Mathematicas, y Morales*.⁵⁷⁴ Dentro do clero, pode citar-se o Papa Bento XIV, o Nuncio Filippo Acciaicoli, e o padre Gabriel.

Kant, autor de três ensaios sobre o terramoto de Lisboa, também fez referência num deles às experiências de Lémery, considerando que a presença de vulcões nas proximidades de Lisboa ajudaria a libertar os gases subterrâneos e a reduzir os riscos sísmicos.⁵⁷⁵

do saber em António Nunes Ribeiro Sanches através do inventário da sua livraria” in *Revista Ágora*, Estudos Clássicos em debate, 2012, p. 204.

⁵⁷² Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos...*, p. 344.

⁵⁷³ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos...*, pp. 343-358.

⁵⁷⁴ Cabrera, Miguel, *Explicacion Physico-Mechanica de las causas del temblor de tierra*, Sevilla, en la imprenta de D. Diego de S. Roman y Codina, 1756; Mariano Nipho, Francisco, *Explicacion Physica y Moral de las causas, señales, diferencias y afectos de los terremotos (...) hasta com que se ha experimentado en España, y Portugal el dia primero de Noviembre de este año de 1755*, Madrid, en la imprenta de los Herderos de D. Agostin de Gordeguela, 1755; Luis Roche, Juan, *Relacion Y Observaciones Physicas-Mathematicas, Y Morales sobre el General Terremoto, y la irrupcion del mar del dia primero de Noviembre de este ano de 1755*, Puerto de Sta Maria, Imprensa de la Casa Real de las Cadenas, 1756.

⁵⁷⁵ Pode ler-se mais em Kant, Immanuel, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Edições Almedina, 2005. Sobre as experiências de Lémery, ler Lémery, Nicolas, “Explication Physique et

Entretanto, no povo não serenou a impressão pávida do terramoto. As notícias sobre o acontecido foram divulgadas em todas as camadas sociais, circulando assustadoras predições, pois os abalos repetiam-se sem aviso prévio. Ao menor tremor, que se julgava o último e definitivo para a destruição da cidade, ouviam-se gritos de misericórdia.⁵⁷⁶ Nos tempos que se seguiram ao terramoto, foi impossível para o governo controlar o excesso dos discursos, que do púlpito ou papel impresso, apresentavam imagens e traduziam diferentes reações ao acontecido no primeiro de novembro.⁵⁷⁷

Naquela época, desenvolveram-se duas correntes distintas como causa do sismo: a causa divina e a causa natural. A primeira ganhou grande enfoque por se viver numa época em que o clero e a Igreja tinham um papel primordial no contexto social, cultural e de ensino. Aliado a este facto estava o pormenor do dia em que ocorreu a calamidade ser o primeiro dia de novembro, dia de Todos os Santos, o que veio reforçar ainda mais a ideia de que o ocorrido era um castigo divino.

Algumas obras escritas na época, tais como *Discurso patético sobre as calamidades presentes sucedidas em Portugal* defenderam a causa divina referindo: “(...) Seu braço forte abateu-se sobre este reino, e em particular sobre a sua capital, onde nada deixou inteiro por causa da sua indignação (...). A morte, na qualidade de executora das ordens de Deus, desabou sobre muitos e os fez descer ainda vivos para a fossa (...)”.⁵⁷⁸ No mesmo seguimento, pode ler-se na *Destruição de Lisboa, e famosa desgraça, que padeceu no primeiro de Novembro de 1755*, “a vaidade, a soberba, a ira, e a luxúria, forão os quatro vícios, que completaram a Divina Justiça a este lastimoso estrago, que com os quatro Elementos, que lhe correspondiam, quiz Nosso Senhor mostrar a sua indignação a este povo (...)”.⁵⁷⁹

Um dos maiores defensores da causa divina foi o já citado Gabriel Malagrida que, sendo um dos poucos que se manteve sempre contra os desejos e pensamentos de

Chymique des Feux Souterrains, des Tremblements de Terre, des ouragans, des éclairs et du tonnerre” in *Mémoires de mathématique et de physique de l’Académie royale des sciences*, Académie royale des sciences, 1700, pp. 101-110.

⁵⁷⁶ Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época...*, p. 154.

⁵⁷⁷ Monteiro, Nuno Gonçalo, *D. José...*, p. 93.

⁵⁷⁸ Oliveira, Francisco Xavier de, *Discurso patético sobre as calamidades presentes sucedidas em Portugal, seguimento do discurso patético, ou resposta às objecções e aos murmúrios que esse escrito sobre si atraiu em Lisboa, o cavaleiro de Oliveira queimado em efigie como herético*, Lisboa, Frenesi, 2004, p. 35.

⁵⁷⁹ *Destruição de Lisboa, e famosa desgraça, que padeceu no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, [s.n.], [s.l.] 1756, p. 7.

Marquês de Pombal, pagou esta revolta com a própria vida.⁵⁸⁰ Gabriel Malagrida nasceu na cidade de Menaggio, a norte da Itália, em 1689, tendo ingressado na Companhia de Jesus em 1711, na qual prosseguiu seus estudos nas cidades de Milão e Génova. Concluiu o noviciado como jesuíta, em 1719, e partiu para o Brasil aos 31 anos, onde se manteve em atividades de missionário e na docência dos colégios jesuítas. Durante 30 anos percorreu vários estados, nos quais ergueu e reformou fundações de interesse da Igreja Católica, quer templos religiosos, quer conventos e seminários. A fama de santo e respeito pelo seu trabalho disseminou-se por todo o reino. Tendo sido consolidada durante o reinado de D. João V, regressou a Portugal em 1753 a rogo da rainha viúva, D. Mariana de Áustria.

Após a subida de D. José ao trono, Marquês do Pombal, manteve Malagrida afastado do palácio, não lhe atribuindo qualquer valor mas, quando Lisboa foi fustigada pela calamidade de um de novembro, este padre jesuíta ganhou força à custa das profecias que vinha realizando e que agora se traduziam, segundo ele, na catástrofe que atingiu a capital do reino. Em 1756, o missionário escreveu um opúsculo intitulado *O Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, no qual, indiretamente, acusou a corte portuguesa de ser responsável pela tragédia.⁵⁸¹ O padre Malagrida não se poupou a visões e até conversas com um Deus vingativo que castigara Lisboa pelos pecados que cometera escrevendo que “os unicos destruidores de tantas casa e Palacios (...) homicidas de tantos seus habitantes, os incendios devoradores de tantos thesouros (...) são unicamente os nossos intoleraveis pecados.”⁵⁸²

Como resposta, a corte, especialmente Marquês de Pombal, reuniu provas que incriminaram o missionário, delatado-o de herege e falso profeta.⁵⁸³ O padre Malagrida, com 72 anos de idade, foi encarcerado no presídio do Forte da Junqueira

⁵⁸⁰ Pode ler-se mais sobre os pontos de discussão entre Malagrida e Pombal em Janin-Thivos, Michéle, “Causes naturelles ou justice divine: La portée de la polemique entre Pombal e Malagrida” in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luis (et al), *O terramoto de 1755: impactos históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2013, pp. 351-361.

⁵⁸¹ Malagrida, Gabriel, *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto que Padeceu a Corte de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Manoel Soares, 1756.

⁵⁸² Malagrida, Gabriel, *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto...*, p. 4.

⁵⁸³ A síntese das culpas atribuídas ao padre Malagrida pode ser consultada em ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, liv. 188, fls. 13-15. Para saber mais da vida de Gabriel Malagrida, leia-se Rodrigues, Matias, *Vida do padre Gabriel Malagrida*, Belém (Pará- Brasil), Centro de Cultura e Formação Cristã da Arquidiocese de Belém, 2010; Manso, Maria de Deus, “(Re)leitura da vida do Padre Gabriel Malagrida”, in *Colóquio Internacional O Desenvolvimento dos Estudos do Século XVIII em Portugal* – Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

por implicações nos desacatos contra D. José I a três de setembro de 1758, sendo a sentença proferida a doze de janeiro de 1759.

A dezassete de janeiro de 1761 foi transferido para os cárceres da Inquisição por denúncias do Conde de Oeiras e do deputado do Conselho Geral de Santo Ofício D. Nuno Álvares Pereira de Melo. Do processo instaurado ao padre jesuíta fazem parte denúncias sobre: os textos alegadamente por si produzidos; as sessões que Malagrida tinha com o padre António Vieira, sobre sobre a liberdade e tratamento dos índios, bem como com a “Rainha-mãe”; ainda sobre o processo da Junta da Inconfidência contra os implicados no atentado de 3 de Setembro de 1758 contra o rei D. José I.⁵⁸⁴

O padre Gabriel Malagrida foi condenado à fogueira em vinte de setembro de 1761, na Praça do Rossio em Lisboa, com a acusação de excomunhão maior, com rótulo de heresiarca, tal como se pode ler:

“Declaração ao Réo o Padre Gabriel Malagrida por Convicto crime de Heresia, por afirmar, seguir, escrever, e defender Proposições, e Doutrinas opostas aos verdadeiros Dogmas, e Doutrina, que nos propõe, e ensina a Sancta madre Igreja de Roma; e que foi, e he Herege da nossa sancta Fé Catholica, e como tal incorreo em Sentença de Excommunhão maior, e nas mais penas em direito contra semelhantes estabelecidas; e como Herege, e Inventor de novos Erros Hereticos, Convicto, Ficto, Falso, Confitente, Revogante, Pertinaz, e Profitente dos mesmos Erros: Mandão, que seja deposto, e actualmente degradado das suas Ordens, segundo a disposição, e forma dos Sagrados Canones, e relaxado depois com Mordaça, e Carocha, com rotulo de Heresiarca, á Justiça Secular; a quem pedem com muita instancia se haja com elle Réo benigna, e piedosamente, e não proceda a pena de morte, nem a efusão de sangue.”⁵⁸⁵

O poder político estava mais preocupado com as epidemias do que com o castigo dos Céus.⁵⁸⁶ A corrente que defendeu a causa natural, que colocou o homem com responsabilidade e a razão como elemento de decisão e de apreciação de causas e efeitos, foi defendida por alguns notáveis portugueses e tema para algumas obras das quais se destaca *Efeitos do terremoto de 1755 nas construcções de Lisboa*, do geólogo

⁵⁸⁴ ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, proc. 8064, fls. 1-5.

⁵⁸⁵ *Resposta e reflexões à carta que D. Clemente José Collaço Leitão Bispo de Cochim escreveu a D. Dalvador dos Reis Arcebispo de Canganor sobre a Sentença que a Inquisição de Lisboa proferiu em Setembro de 1761 contra o herege e heresiarca Gabriel Malagrida*, [s.n.], Lisboa, Impressão Régia, 1826, p. 535. O processo de acusação do padre Malagrida deve ser consultado na integra em ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, proc. 8064, fls. 1-160 (primeira parte); ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, proc. 8064, fls. 1-780 (segunda parte).

⁵⁸⁶ Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto...*, p. 101.

Francisco Luiz Pereira de Sousa.⁵⁸⁷ Marquês de Pombal afastou-se claramente da corrente divina, quando distribuiu aos párocos um inquérito de “natureza puramente sismológica”, no qual pedia as características do abalo e dos respetivos danos.

A partir da análise das respostas apresentadas, foram feitas extrapolações sobre possíveis magnitudes do sismo. Foi com o “terramoto de Lisboa” que a experimentação surgiu, como meio de explicar estes eventos, inicialmente em termos retóricos, tendo, a partir do século XIX, fundamentado o desenvolvimento da sismologia.⁵⁸⁸

Na imprensa local, foi a *Gazeta de Lisboa*, principal órgão e única publicação periódica portuguesa em circulação na altura, a primeira a noticiar o acontecido passados, apenas, cinco dias sobre o ocorrido. Este periódico foi ainda responsável por muitas das notícias que foram sendo publicadas, sobre o que se passou nas diferentes localidades de Portugal. Foi referido na *Gazeta de Lisboa* de cinco de fevereiro de 1756 que em Alenquer apenas 30 casas ficaram habitáveis e no dia dezanove do mesmo mês, foi feita uma referência às réplicas que ainda se faziam sentir.⁵⁸⁹ Na *Gazeta de Lisboa* de 26 de fevereiro do mesmo ano foi feita alusão ao que sucedeu em Linhares e Gouveia, com realce para os estragos nas igrejas e casas religiosas.⁵⁹⁰ A dezoito de março foram mencionados, os danos provocados em Maфра com relevo para o convento que se manteve “todo sem notável ruína, e sem ofender pessoa alguma estando todo cheyo de gente”.⁵⁹¹ Através deste periódico, os leitores foram ainda informados do que se escrevia nos diferentes lugares da Europa sobre o acontecido.⁵⁹² Foi também um importante veículo de propagação dos ideais pombalinos.

Analisando a evolução das explicações de autores portugueses sobre a génese dos terremotos, ao longo dos séculos evidenciaram-se mudanças significativas. Se na Idade Média os tremores de terra, maremotos, dilúvios, erupções vulcânicas, fogos e eclipses eram interpretados como castigo divino e com frequência vistos como indício da

⁵⁸⁷ Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *Efeitos do terremoto de 1755 nas construções de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

⁵⁸⁸ Tavares, Maria José Ferro; Amador, Filomena; Pinto, Manuel Serrano, “O terremoto de Lisboa de 1755: Tremores e Temores” in *Cuadernos Dieciochistas*, 6, Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, p. 45.

⁵⁸⁹ *Gazeta de Lisboa* nº 6, 5 de fevereiro de 1756, pp. 47-48. *Gazeta de Lisboa* nº 7, 19 de fevereiro de 1756, pp. 53-54.

⁵⁹⁰ *Gazeta de Lisboa* nº 8, 26 de fevereiro de 1756, pp. 63-64.

⁵⁹¹ *Gazeta de Lisboa* nº 11, 18 de março de 1756, p. 85.

⁵⁹² *Gazeta de Lisboa* nº 8, 26 de fevereiro de 1756, pp. 62-63. *Gazeta de Lisboa* nº 11, 11 de março de 1756, pp. 79-80.

chegada dos “últimos dias”, começaram depois, a ser interpretados, como fenómenos da natureza e *a posteriori* cientificamente descritos e definidos.⁵⁹³

Em síntese, tentámos colocar em evidência, as emoções, explicações e reações sentidas por aqueles que sobreviveram ao terramoto e ainda alguns relatos de fontes coevas. Por um lado, assistiu-se à tendência generalizada para o interpretar como uma determinação divina, provocando na população um sentimento de expiação perante um castigo Divino. Por outro, defendidas por algumas correntes do pensamento iluminista, surgiram outras interpretações, estas centradas nas causas. Logo nas semanas seguintes começaram a circular, tanto em Portugal como no estrangeiro, descrições da catástrofe. Foi a necessidade de consciencialização do evento catastrófico e a sua imposição enquanto notícia que promoveram a difusão de múltiplos escritos tanto em Portugal como no estrangeiro, sendo frequentemente considerada como um dos acontecimentos com maior impacto mediático na época.

⁵⁹³ Tavares, Maria José Ferro; Amador, Filomena; Pinto, Manuel Serrano, “O terramoto de Lisboa de 1755”..., p. 49.

2.3. IMPACTO DO TERRAMOTO FORA DE PORTUGAL

“Terremoto, que experimentou o Mundo no penúltimo mez deste anno, sera memorável a todos os seculos da posteridade pela sua extenção, de que só a Asia ficou isenta, e pelos feus effeitos, que forão lamentáveis a tantas Províncias.”⁵⁹⁴

Mesmo tendo sido Lisboa a localidade portuguesa mais atingida, não podemos esquecer as províncias do Algarve, Santarém, Setúbal e Coimbra.⁵⁹⁵ Nesta última cidade, “não cauzou o terramoto mais do que os sustos”, e alguns estragos em edificios.⁵⁹⁶ No periódico *Gazeta de Lisboa* de oito de janeiro de 1756, foi referido que no Norte do país, em Guimarães, na manhã do primeiro de novembro se “sentiu hum grande estrondo, que parecia alguma peça de artilharia disparada no Porto (...) mas applicando mais o ouvido percebera, que o ruido era subterrâneo.”⁵⁹⁷ Mas, os efeitos do sismo do primeiro de novembro não se confinaram ao reino de Portugal. Também o país vizinho foi afetado por este evento, tendo a Andaluzia sofrido as suas consequências em Cádiz, Sevilha, Huelva e Córdoba. A imprensa portuguesa da época, de treze de novembro do ano do terramoto, referiu que os abalos ainda se fizeram sentir em Olivença e Cória e, com menos força, em Madrid e no Escorial, tal como se pode comprovar em carta enviada à rainha viúva, Dona Isabel de Farnesio:

“Esta mañana, a las diez minutos, se experimentó en El Escorial un temblor de tierra bastante sensible y que duró algún tempo. Por este motivo, sin embargo de que no se reconoció la más leve señal de ruina en aquel edificio, considerado que la magnitud de él es más peligrosa, se acaso repitiese el temblor, resolvió el rey venirse inmediatamente, con la Reina Nuestra Señora a este Palacio, en donde, aunque también se sintió a la misma hora, y con más fuerza, la posibilidad de salir brevemente al campo da a Sus Majestades mayor quietud y seguridad.”⁵⁹⁸

⁵⁹⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 113.

⁵⁹⁵ Sobre este assunto deve ler-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Minhografe, 2011. Em 1771, ainda se faziam sentir os danos causados pelo terramoto. Em março, o provedor do hospital do Algarve, José Caetano de Andrade e Castro, enviou um ofício ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luis da Cunha Manuel, dando conta das dificuldades financeiras que o hospital enfrentava devido ao grande afluxo de doentes que o terramoto de 1755 tinha provocado. AHM, *Governo de D. Luis da Cunha Manuel (1756-1776)*, cx. 26, doc. 25.

⁵⁹⁶ D.J.F.M., *Theatro Lamentavel, scena funesta: relação verdadeira do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755. Com a noticia do estrago, que cauzou em Lisboa, e suas vizinhanças; ruina do Reino do Algarve, e sustos de todo o Portugal. Cauza natural, e mystica do mesmo*, Coimbra, Officina de Francisco de Oliveira, 1756, p. 2.

⁵⁹⁷ *Gazeta de Lisboa*, Janeiro de 1756, nº 2, p. 15.

⁵⁹⁸ Leal Abad, Elena; Méndez G.^a de Paredes, Elena, “Aspectos lingüísticos propios del discurso pre-periodístico en las relaciones sobre el Terremoto de Lisboa de 1755” in *Cuadernos Dieciochistas*, [s.l.], v. 13, 2013, p. 82.

Este cataclismo teve repercussões na Europa setecentista lançando o medo e a consternação. O desastre de Lisboa desencadeou um terramoto intelectual, abalando alguns ideais Iluministas da Europa de então, tendo o epicentro sido ocupado por Voltaire que sobre o acontecido escreveu o “Poème sur le Desastre de Lisbonne”, editado em 1756 em Genebra, onde se questiona sobre a bondade do Criador sobre o bem e o mal.⁵⁹⁹

O Malheureux mortels! Ô Terre déplorable!
 O de tous les fléaux assemblage effroyable!
 D’inutiles douleurs éternel entretien!
 Philosophes trompés, qui criez: Tout est bien,
 Accourez, contemplez, ces ruines affreuses,
 Ces débris, ces lambeaux, ces cendres malheureuses.
 Ces femmes, ces enfants, l'un sur l'autre entassés,
 Sous ces marbres rompus ces membres dispersés;
 Cent mille infortunés que la terre dévore,
 Qui sanglants, déchirés et palpitants encore,
 Enterrés sous leurs toits, terminant sans secours,
 Dans l'horreur des tourments, leurs lamentables jours.
 Lisbonne qui n'est plus, eut-elle plus de vices
 Que Londres, que Paris plongés dans les délices?
 Lisbonne est abimée, et l'on danse à Paris.⁶⁰⁰

Voltaire tinha, desta forma tão inóspita, encontrado o argumento que faltava para pôr, também ele, uma pedra sobre o optimismo filosófico que dominava o pensamento europeu durante a primeira metade do século XVIII.⁶⁰¹ O terramoto suscitou grandes discussões filosóficas em relação à existência de um Deus que permitia tais acontecimentos e à existência de um Homem face a um mundo que não controlava. Desde Kant que tentou explicar de forma científica que os sismos tinham causas naturais, às reflexões de Jean-Jaques Rousseau que se opunham à visão fatalista de

⁵⁹⁹ Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Argumentum, 2005, p. 107.

⁶⁰⁰ Voltaire, *Poemes sur le Desastre de Lisbonne et sur la loi naturelle avec des prefaces des notes*, Geneve, 1756, pp. 8-9.

Ó infelizes mortais! Ó deplorável terra! Ó agregado horrendo que a todos os mortais encerra! Exercício eterno que inúteis dores mantêm! Filósofos enganados, que bradais “Tudo está bem”; Acorrei, contemplai essas ruínas assustadoras, estes escombros, estes despojos, estas cinzas desgraçadas. Estas mulheres, os infantes, empilhados uns sobre os outros, Estes membros dispersos sobre estes mármoreos quebrados; Cem mil desafortunados que a terra devora; os quais sangrando, despedaçados e palpitantes embora, Enterrados sob seus telhados, terminam sem ajuda, No horror dos tormentos, sua lamentosa existência. Aos gritos balbuciados por vozes que expiram, Direis vós: “Eis das eternas leis o cumprimento, Quem de um Deus livre e bom requer discernimento?” Direis vós, perante tal amontoado de vítimas: “Deus vingou-se, a morte deles é o preço pelos seus crimes”? Que crime, que falta comentaram estes infantes, Sobre o seio materno esmagado e sangrante? Lisboa que não é mais, teve ela mais vícios que Londres, que Paris mergulhadas nas delícias? Lisboa está arruinada, e eles dançam em Paris.

⁶⁰¹ Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa...*, p. 107.

Voltaire, responsabilizando o Homem, através dos seus erros, pela corrupção da harmonia da criação e as palavras de Goethe que, dissertando sobre a catástrofe, escreveu “porventura em algum tempo o demónio do terror espalhou por toda a terra, com tamanha força e rapidez, o arrepio do medo”, foram muitos os textos redigidos nas décadas seguintes ao Terramoto.⁶⁰² A filósofa Susan Neiman chegou mesmo a afirmar que, “Lisboa chocou o século XVIII de uma maneira que terremotos maiores e mais destrutivos não chocaram o século XX.”⁶⁰³

O que se passava em Portugal, fosse de raiz natural, divina ou humana, tinha tido inevitavelmente, repercussões em todo o Continente. Enquanto os portugueses, aturdidos, faziam o trágico balanço e lançavam mãos ao trabalho de reconstrução da sua cidade, o terramoto continuou a exercer um efeito de choque entre as cortes, as academias e os centros culturais e científicos da iluminista e aristocrática Europa de setecentos.⁶⁰⁴

O apoio das cortes europeias e o socorro internacional mostraram a existência de uma unidade inesperada, em torno de um acontecimento trágico e irrepetível. Como seria de esperar, não só entre os Portugueses o terramoto serviu de mote para fanatismos religiosos. Em Inglaterra, em 1756, um membro do Parlamento pediu o regresso sem demora dos ensinamentos de Moisés como forma de prevenir o mesmo castigo para o povo inglês que em matéria de corrupção em nada ficava a dever ao povo português.⁶⁰⁵

Pelo facto de ter sido a cidade de Lisboa que mais sofreu com o sismo e incêndios que o sucederam, este tomou o seu nome, passando a denominar-se Terramoto de Lisboa. Com o epicentro no Oceano Atlântico, a algumas centenas de quilómetros a sul do Cabo de São Vicente, foi o sul do país que mais sofreu com esta catástrofe.⁶⁰⁶

⁶⁰² Schwarcz, Lilia Moritz; Azevedo, Paulo César de; Costa, Angela Marques da, *A longa viagem da biblioteca os reis - Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, Lisboa, Companhia das Letras, 2002, p. 28.

⁶⁰³ Neiman, Susan, *O mal no Pensamento Moderno...*, p. 269.

⁶⁰⁴ Rollo, Maria Fernanda, “História e Ciência da Catástrofe. Dimensões e réplicas intemporais do Terramoto de 1755” in *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, II Série, nº 89, Setembro/Outubro 2005, pp. 86-88.

⁶⁰⁵ Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa...*, p. 99.

⁶⁰⁶ A localização do epicentro não é consensual entre todos os autores consultados existindo uma polémica científica à volta das origens do terramoto. Depois do sismo de 28 de fevereiro de 1969, cujo epicentro foi próximo do Banco de Gorringe, a sudoeste de Portugal Continental, generalizou-se a ideia de que o terramoto de 1755 tivera origem no mesmo local. Em inícios do século XXI, foram publicados estudos que apontam para uma nova localização descoberta em fins do século XX, entre o Banco de Gorringe e o Cabo de São Vicente, denominada falha de Marquês de Pombal. A resolução deste enigma do epicentro pode ter implicações na atualidade, na medida em que só conhecendo melhor a região em que tiveram origem quase todos os sismo que abalaram Portugal no último milénio, se podem definir

Este facto explica também que o evento se tenha propagado a toda a costa ocidental de África, desde Salé até Ceuta, existindo narrativas da destruição de muitas vilas e cidades como “Féz, Tetuan, Saffy, Arzilla, Tânger e Ceuta”.⁶⁰⁷ Em Marrocos, nomeadamente em Agadir e Rabat, existem indícios bastante nítidos, de que os efeitos sentidos no primeiro de novembro foram semelhantes aos de Portugal.⁶⁰⁸

Existem descrições que referem que em Tânger as ondas atingiram os quinze metros e que penetraram no interior cerca de dois quilómetros.⁶⁰⁹ A Lisboa chegaram também notícias que no “Reyno de Marrocos (...) foi o theatro da scena mais fatal”.⁶¹⁰ Relatos coevos mencionam ainda que na antiga Praça de Mazagão, atual cidade El Jadida, situada a sul de Casablanca, o terramoto se fez sentir às nove horas e trinta e quatro minutos. Refere-se ainda que pelas cinco horas da tarde se dirigiram para esta praça um grupo de “trinta e seis mouros e dezanove mouras”, que se tentavam refugiar dentro da fortaleza pois os estragos nesta zona eram muito “menores que em suas vizinhanças”.⁶¹¹ A Gazeta de Lisboa número dezoito de quinta-feira seis de maio de 1756, referiu que o mar entrou pelo do terreiro da praça deixando lá “muitos peixes quando se retirou” assim como destruiu todas as terras semeadas e os prados onde pastavam os cavalos. Mencionou o periódico, que foram arrastadas para o mar três pessoas que passadas cinco horas, deram à costa, tendo sido enterradas. Foi ainda referido que houve muitos mortos entre os “mouros”.⁶¹²

Na capital espanhola, o terramoto sentiu-se pelas dez horas e dezoito minutos tendo durado cerca de oito minutos. Os danos, apesar de menores, foram ainda de

medidas de prevenção e proteção das populações. Pode ler-se mais em Borges, José F.; Fitas, Augusto J.S.; Bezzeghoud, Mourad; Teves-Costa, Paula, “Seismotectonics of Portugal and its adjacent Atlantic área” in *Tectonophysics*, 337, 2001, p. 376; Chester, David K., “The 1755 Lisbon earthquake”... pp. 367-368; Ribeiro, A.; Mendes-Victor, L.; Cabral, J.; Matias, L.; Terrinha, P., “The 1755 Lisbon earthquake and the beginning of closure of the Atlantic” in *European Review*, 14, Cambridge University Press, 2006, pp. 193-205.

⁶⁰⁷ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos...*, p. 361.

⁶⁰⁸ Pode ler-se mais em Gustscher, Marc-Andre, “The great Lisbon earthquake and tsunami of 1755: lessons from the recent Sumatra earthquakes and possible link to Plato's Atlantis” in *European Review*, 14, Cambridge University Press, 2006, pp. 181-191.

⁶⁰⁹ Rodríguez-Vidal, J., Cáceres, L., Abad, M., Ruiz, F., González-Regalado, M., Finlayson, C., Finlayson, G., Fa, D., Rodríguez-Llanes, J., Bailey, G., “The recorded evidence of AD 1755 Atlantic tsunami on the Gibraltar coast” in *Journal of Iberian Geology*, North America, 37, 2011, p. 179.

⁶¹⁰ Silva, José Álvares da, *Investigação das causas próximas do Terremoto sucedido em Lisboa no anno de 1755*, Lisboa, Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756, p. 9.

⁶¹¹ Mazagão foi fundada pelos portugueses nos inícios do século XVI como entreposto comercial e militar na rota marítima para a Índia. Manteve-se na posse da Coroa até 1769, altura em que foi conquistada em definitivo por Marrocos. Sobre os estragos do terramoto neste território leia-se *Relação do grande terremoto que houve na Praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755*, [s.n.], Lisboa, 1755, p. 5.

⁶¹² *Gazeta de Lisboa*, Maio de 1756, nº 18 ao nº 21, p. 142

considerável monta, tendo em 1771 o rei Carlos III ordenado a construção de um cais e uma calçada em Cádiz que foram destruídos pelo “terramoto de Lisboa”.⁶¹³ Este acontecimento influenciou diretamente a economia do país, refletindo-se no aumento de contratos de arrendamento de habitações em Sevilha.⁶¹⁴ Nesta cidade o terramoto destruiu 6,5% das casas e danificou 89%. La Giralda, antigo minarete convertido em campanário para a Catedral de Sevilha, foi o mais afetado, provocando nove vítimas. Em Madrid, o terramoto sentiu-se pelas dez horas e dezoito minutos, teve a duração de oito minutos e atingiu a intensidade V.⁶¹⁵ Mas, mais do que o terramoto, foi o maremoto que tendo chegado às ilhas Canárias, à costa Basca, ao interior de Huelva e à Catalunha, mais mortos provocou na vizinha Espanha.⁶¹⁶ É prova deste facto, o relato sobre os acontecimentos em Cádiz:

“Todo parecía que había terminado, cuando a las 11h. El mar rompió los lienzos de las murallas, invadió la población hasta três veces con intervalos de 6 minutos, dejando en seco cerca de media légua la playa y ocasionando numerosas víctimas. En los pueblos de la provincia se sintió el terremoto de análoga manera. Conil, Sanlúcar, de Barrameda, Puerto de Santa María, Jerez de la Frontera, etc., todos ellos sufrieron desperfectos en los edificios y víctimas; sólo en la Isla de Leon (hoy San Fernando) aparecieron en sus alrededores 26 muertos.”⁶¹⁷

À semelhança do acontecido em Portugal, em oito de novembro de 1755, o Governador do Conselho Supremo de Castela, emitiu uma ordem circular, ordenando em nome de D. Fernando VI, que se fizesse um levantamento de todos os danos causados pelo terramoto, tendo os resultados sido publicados em 1756.⁶¹⁸ A pesquisa era dirigida a todas as províncias e reinos de Espanha, inquirindo as populações sobre como se tinha sentido o terramoto nos diferentes locais e incluía as seguintes questões: 1. Sentiu o terramoto? 2. A que horas? 3. Quanto tempo durou? 4. Que movimentos

⁶¹³ Martínez Solares, José Manuel; Mezcuca Rodríguez, Julio, *Catálogo sísmico de la Península Ibérica (880 a. C.-1900)*, Monografía Núm. 18, Madrid, Ministerio de Fomento, Dirección General del Instituto Geográfico Nacional, 2002, p. 230.

⁶¹⁴ Archivo de la Catedral de Sevilla (1755-1764): *Actas de referencia sobre el terremoto de 1755*. Sección I, Autos Capitulares, núms. 122, 123, 124, 125, 127, 129 y 130.

⁶¹⁵ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa (1 de noviembre de 1755)* Monografía Núm. 19. Madrid 2001, p. 414.

⁶¹⁶ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa ...*, p. 80.

Téllez Alarcia, Diego, “El impacto del terremoto de Lisboa en España” in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luís; Monteiro, Nuno Gonçalo; Walter, Rossa; Serrão, José Vicente, *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 79.

⁶¹⁷ Galbis Rodríguez, José, *Catálogo Sísmico de la zona comprendida entre los meridianos 5° E. y 20° W. de Greenwich y los paralelos 45° y 25° N...*, p. 52.

⁶¹⁸ Fonseca, João Duarte, *O Terramoto de Lisboa 1755...*, p. 55; Leal Abad, Elena; Méndez G.^a de Paredes, Elena, “Aspectos lingüísticos del discurso pre-periodístico en las relaciones sobre el Terremoto de Lisboa de 1755” in *Cuadernos Dieciochistas*, [s.l.], v. 13, 2013, p. 85.

foram observados nos pisos, paredes, edifícios, fontes e rios? 5. Quais os estragos provocados nas fábricas? 6. Houve mortes ou ferimentos em pessoas ou animais? 7. Ocorreu mais alguma coisa notável? 8. Antes do terramoto alguma coisa o fazia prever?⁶¹⁹

No final de dezembro, recolheram-se 975 documentos sobre o que aconteceu em 1200 localidades. Relativamente à hora da ocorrência, as informações variaram entre as nove e as onze da manhã.⁶²⁰ Foram observados alguns fenómenos naturais como a queda de árvores de fruto, a variação do nível de água em poços, nascentes e rios. Muitos referiram ter ouvido os sinos a tocar sozinhos. Como a maioria das pessoas estava no interior das igrejas, sendo dia festivo e muito religioso, foram relatados muitos fenómenos percebidos dentro desses edifícios tais como altares, púlpitos e imagens que se moveram e fragmentos da estrutura que se desprenderam. Do lado de fora das igrejas, viram-se as torres e campanários que se moviam.⁶²¹

Entre as vítimas que o terramoto fez em Portugal, encontrava-se o Embaixador de Espanha D. Roberto de Rocaberti, Conde de Perelada, que faleceu ao tentar sair do palácio em que habitava.⁶²² Morreram também nove criados do embaixador, tendo saído ileso o seu filho de tenra idade.⁶²³

Marquês de Pombal emitiu uma ordem, ainda no primeiro dia de novembro, dirigida ao Marquês Estribeiro Mor, para que tudo fosse feito com o intuito de retirar o corpo do embaixador das ruínas.⁶²⁴ Depois de tomar conhecimento da morte de D. Roberto, o monarca espanhol enviou como seu representante a Lisboa, o Conde de Aranda, para apresentar condolências do reino de Espanha pelo sucedido, oferecendo o que fosse necessário para reparar os danos causados. Pelo facto do edifício habitado pelo embaixador ter ficado em ruínas, o enviado do monarca espanhol ficou alojado no palácio do Duque de Aveiro que, apesar de quase destruído, tinham construído uma

⁶¹⁹ Traduzido de Téllez Alarcia, Diego, “El impacto del terremoto de Lisboa en España” in Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 78. 1. ¿Se sintió el terremoto?; 2. ¿A qué hora?; 3. ¿Qué tempo duró?; 4. ¿Qué tipo de movimientos se observaron en los suelos, paredes, edificios, fuentes y ríos?; 5. ¿Qué ruinas o prejuicios se han ocasionado en las fábricas?; 6. ¿Ha resultado muertes o heridos en personas o animales?; 7. ¿Ocurrió otra cosa notable?; 8. Antes de él, ¿hubo señales que lo anunciassen?.

⁶²⁰ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa...*, p. 22.

⁶²¹ Rodríguez de la Torre, Fernando, “Efeitos do terremoto 01 de novembro de 1755, em localidades do atual província de Albacete” in *Al-Basit Magazine*, Número 7, Albacete 1981, pp. 95- 96.

⁶²² Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 139.

Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, pp. 10-11.

Leal Abad, Elena; Méndez G.^a de Paredes, Elena, “Aspectos lingüísticos propios del discurso pre-periodístico en las relaciones sobre el Terremoto de Lisboa de 1755”..., p. 84.

⁶²³ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa...*, p. 29.

⁶²⁴ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das principaes providencias...*, p. 43.

barraca nas imediações para que os proprietários lá pudessem ficar. Poucos dias depois, os incêndios que fustigaram Lisboa acabaram por destruir o palácio na sua totalidade, tendo ferido cinco criados com alguma gravidade. Com tanta desgraça, o conde de Aranda rapidamente regressou a Madrid.⁶²⁵

Na capital espanhola, somente caíram duas cruzes que formavam os remates das fachadas das igrejas de Santo António dos Capuchos do Prado e de Nossa Senhora do Bom Sucesso, tendo causado a morte de duas crianças.⁶²⁶ Ainda na mesma fonte, pode ler-se que em Sevilha ruíram alguns templos e edifícios tendo morrido oito pessoas.

Huelva foi um dos locais mais fustigados no que à destruição de templos e casas diz respeito. Foram ainda atingidos Cádiz, Porto de Santa Maria, Sanlúcar de Barrameda, Xerez da Frontera, Porto-Real, Algeciras, Aiamonte, Alicante e Cordova.⁶²⁷ De todas as vítimas causadas pelo terramoto cerca de 84% deve-se a causas diretamente ligadas à queda de estruturas ou desprendimento de figuras decorativas dos edifícios. Foi exemplo disto o que aconteceu no povoado da Coria em que a queda da parte da torre da catedral originou um elevado número de vítimas.⁶²⁸

Quanto às destruições de habitações, os maiores danos aconteceram nas províncias de Huelva, Cádiz e Sevilha. Existem evidências de que nas localidades Huelva ou Trigueros as pessoas se refugiaram nos campos pois as suas casas da cidade ficaram destruídas. Noutros lugares, como no caso de Carmona (Sevilha), foram tomadas medidas para prevenir os efeitos pós-terramoto, tendo sido proibida a circulação de veículos pelas ruas da cidade sob severas sanções que podiam ir até seis anos de prisão e multas de 500 ducados. Em Gibraleon (Huelva) a multa era muito menor sendo apenas de oito ducados. Em Sevilha, foi proibida a passagem de carruagens por algumas das suas ruas, sob pena de prisão de um mês e multa de 50 ducados. Esta ordem esteve em vigor até quase um ano e meio após o terramoto.⁶²⁹ Várias réplicas foram sentidas por toda a Espanha nos dias que se seguiram ao terramoto do primeiro de novembro, existindo relatos de em Navarra se terem sentido no dia quinze do

⁶²⁵ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa...*, p. 29.

⁶²⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 157.

⁶²⁷ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 157

⁶²⁸ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa...*, p. 22.

⁶²⁹ Guichot, Joaquin, *Historia del Ayuntamiento de Sevilla*, vol. 3, Sevilha, 1898, pp. 73-83.

fatídico mês.⁶³⁰ No reino de Espanha o terramoto foi de tal modo dantesco, que chegou a ser equiparado ao dilúvio do velho Testamento:

“Desde el dia, que se escrivì esta Carta hasta el dia, que se imprimiò, han pasado catorce dias, y en ellos se han recibido muy lametables noticias de varias partes de la Peninsula de España, especialmente del Reyno de Portugal. Parecerà, pues, q necessita corregirse è lo menos en quanto à la classe, en que coloco este Terremoto ; pues à muchos oygo decir , que ha sido el mayor que se padeciò en el Mundo despues del Diluvio”⁶³¹

Em França foi sentido em La Rochelle, Bordéus, e outras terras da costa.⁶³² Perto de Angouleme abriu-se a terra com um estrondo, por cuja abertura saiu uma torrente de areia vermelha, sendo este fenómeno também observado em fontes próximas a Tânger.⁶³³ No mesmo dia, fez-se sentir em Tetuam e no dia dezoito do mesmo mês às dez horas da noite repetiu-se com a mesma força que o do primeiro dia de novembro, com a duração de cinco minutos. Em nove de dezembro, houve réplicas nas províncias de Tanguedote, Provença, Borgonha e Alsácia e a 26 e 27 do mesmo mês em Thionville, onde foi tão violento que derrubou os quartéis dos soldados e pereceram 500 homens nas ruínas. Em Momedy, Cavignole e nas cidades fronteiras de Lorena, Campanhe e Picardia também se verificaram réplicas tendo apenas a ilha de França e a cidade de Paris saído ilesas. Em Valse, aldeia que distava uma légua de Angolême, saíram na ocasião do terramoto “como vomitados pela terra alguns fragmentos de brasa e pedregulhos velhos de uma montanha deixando atônitos a todos os que o viram e não puderam discordar sobre o motivo.”⁶³⁴

Na Suíça, o evento fez-se sentir em Berna e Basileia. Em Itália, sem causar grandes tumultos, foi sentido entre outros locais, na Lombardia. Outros locais que sentiram o terramoto foram: Haia, Amsterdão, Dinamarca, Noruega, cidades perto do Mar Báltico,

⁶³⁰ Ortiz Gallardo, Isidoro, *Lecciones entretenidas y curiosas physico-astrologico-meteorologicas sobre la generación, causas y señales de los Terremotos*, Salamanca, Antonio Joseph Villargordo, 1756, p. 24.

⁶³¹ Luis Roche, Juan, *Relacion Y Observaciones Physicas-Mathematicas, Y Morales sobre el General Terremoto, y la irrupcion del mar del dia primero de Noviembre de este ano de 1755*, Puerto de Sta Maria, Imprensa de la Casa Real de las Cadenas, p. 18.

⁶³² AHM, *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736-1756)*, cx,1, nº 1, doc. 53, fls.1-5.

⁶³³ AHM, *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736-1756)*, cx,1, nº 1, doc. 53, fls.1-5. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 158.

⁶³⁴ AHM, *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736-1756)*, cx,1, nº 1, doc. 53 fls. 1-5.

Suécia e terras da Boémia.⁶³⁵ Na Irlanda, as pessoas “virão as agoas do mar agitadíssimas, e algus lugares daquela Ilha sentirão violentas concussões da terra.”⁶³⁶ Na Suécia e na Pomerânia também se fizeram sentir os efeitos do evento de Lisboa sensivelmente à mesma hora, havendo registos de que as águas de vários lagos nestas duas regiões transbordaram dos seus leitos, alagando as terras circundantes e que passadas algumas horas regressaram aos seus antigos níveis.⁶³⁷

Em África, as localidades mais atingidas foram as da costa do Mediterrâneo sendo que a cidade de Mequinez em Marrocos foi muito destruída pois “perecerão naquela hora multidão de homens; perto desta cidade se abriu a terra por tão largo espaço, que fubverteo dez mil almas com muitos cavallos, e camellos: medonhos roncoss do interior da terra acompanhavão tanta destruição.”⁶³⁸ A costa atlântica de Marrocos, tal como referido anteriormente, foi também muito atingida não só pelos efeitos das ondas sísmicas mas também pela destruição causada pelo maremoto. Vários edifícios destruídos e vítimas mortais foram relatados em Salé e Tânger, entre outros. No interior do país, as cidades de Fez e Mequinez foram também muito afetadas. Duas réplicas sentidas nos dias dezoito e vinte e sete, parecem ter contribuído para grande parte dos danos neste país.⁶³⁹

Nas Caraíbas também se sentiram os efeitos do “terramoto de Lisboa”. Na Ilha de Barbados, estes fizeram-se sentir às duas da tarde num movimento anormal das águas que perdurou até às dez da noite. Na Antígua foi também detetado um movimento anormal das águas.⁶⁴⁰ Estudos mais recentes referem que o maremoto transoceânico, provocado pelo terramoto de 1755, provocou ondas com três metros de altura nas ilhas de Martinica e Guadalupe. Os estudos falam ainda de inundação das terras baixas, destruição de edifícios e barcos.⁶⁴¹

⁶³⁵ AHM, *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736-1756)*, cx. 1, nº 1, doc. 53, fls. 1-5. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 158.

⁶³⁶ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservaçam da Saúde dos Povos...*, p. 361.

⁶³⁷ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservaçam da Saúde dos Povos...*, p. 362. O Ducado da Pomerânia, é uma região histórica e geográfica situada no norte da Polónia e da Alemanha na costa sul do mar Báltico.

⁶³⁸ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservaçam da Saúde dos Povos...*, p. 361.

⁶³⁹ Levret, A., “The effects of the November 1, 1755 Lisbon earthquake in Morocco” in *Tectonophysics*, vol. 193, Amsterdam, Elsevier, 1991, pp. 83-94.

⁶⁴⁰ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...*, p. 160.

Alguns relatos da época, não são interpretados atualmente como sinais indicativos de que o sismo foi sentido levando a acesos debates científicos sobre uma eventual causa efeito com o terramoto de 1755. Pode ler-se mais em Fonseca, João Duarte, *1755, O terramoto de Lisboa...*, p. 61.

⁶⁴¹ Roger, J.; Baptista, M. A.; Sahal, A., (et, al) “The Transoceanic 1755 Lisbon Tsunami in Martinique” in *Pure & Applied Geophysics*, vol. 168, 2011, p. 1015; Accary, F.; Roger, J., “Tsunami Catalog And

Quanto ao auxílio vindo do exterior, este chegou de várias monarquias europeias tendo Espanha por ordem de D. Fernando VI, enviado uma importante contribuição económica.⁶⁴² Ainda no reino vizinho, na semana que se seguiu ao terramoto, o rei D. Fernando autorizou por decreto real, a abolição de direitos aduaneiros com Portugal para frutas e outros produtos, incluindo gado, nas fronteiras da Extremadura, Castela e Galiza.⁶⁴³ Sob estas transações foi efetuado um relatório semanal. No entanto, o rei ordenou a monitorização das fronteiras para que não houvesse importações fraudulentas de Portugal, nomeadamente de café. Esta medida resultou na escassez de carne e gado na antiga província de Tui, o que levou as autoridades provinciais a apresentarem queixa ao monarca pedindo para revogar esta medida. A pressão exercida por uma densa rede de influências, fez com que o decreto real fosse revogado na província de Tui a vinte e cinco de janeiro de 1756, tendo sido restabelecida a situação anterior a um de novembro.⁶⁴⁴

Do reino da Inglaterra, o monarca endereçou ao rei D. José I uma carta oferecendo auxílio monetário.⁶⁴⁵ Juntamente com esta carta encontra-se arquivada uma nota informativa sobre a forma como este dinheiro foi aplicado: uma parte foi destinada à obra no convento da Esperança que se desmanchou sem nunca ser acabada; outra parte foi dada aos fidalgos e a terceira foi destinada à compra de sacas de arroz, farinha e barricas de carne que foram distribuídas por pessoas necessitadas.⁶⁴⁶ Posteriormente, o monarca inglês enviou “seis nãos de Guerra” com “instrumentos de cavar e desentulhar” acompanhados de 300000 cruzados em dinheiro português, 200000 mil cruzados em patacas castelhanas, 6000 barris de carne, 4000 barris de manteiga, 1000

Vulnerability Of Martinique (Lesser Antilles, France)” in *Science of Tsunami Hazards*, vol. 29, nº 3, 2010, p. 159.

⁶⁴² Olaechea Labayen, Juan B., *Madrid y sus terremotos. La sismicidad de la capital de España y de su región, con referencia especial al terremoto de 1755*, Madrid, Instituto de Estudios Madrileños, 1980, p. 45.

⁶⁴³ González Lopo, Domingo, “El impacto y las consecuencias del terremoto de Lisboa en Galicia” in Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 110.

⁶⁴⁴ Amaré Tafalla, María Pilar; Orche García; Puche Riart, Enrique Octavio, “El terremoto de Lisboa de 1755: su influencia en la exportación ganadera a Portugal desde la antigua provincia de Tuy (Galicia)” in *Cuadernos dieciochistas*, Ediciones Universidad de Salamanca, 7, 2006, p. 296.

⁶⁴⁵ ANTT, *Mamuscritos da Livraria*, n.º 1052, fl. 20. Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, pp. 98-99.

⁶⁴⁶ AHM, *Historia Militar*, 02, cx. 2, doc. 6.

sacas de biscoitos, 1200 sacas de arroz, 10000 quintais de farinha e 3333 “moyos” de trigo.⁶⁴⁷

França apenas mandou dizer que se Portugal necessitasse de alguma coisa que informasse. D. José I respondeu agradecendo e que se fosse necessário alguma coisa avisaria não o fazendo, no entanto.⁶⁴⁸

No que às vítimas mortais diz respeito, a região mais atingida foi a Andaluzia Ocidental e, mais particularmente, Cádiz e Huelva. Dos 1275 mortos resultantes do desastre, ao maremoto se deveram 1214, dos quais 400 em Aiamonte, 200 em Cádiz, 276 em Redondela, 203 em Lepe, 66 em Huelva e 24 em Conil de la Frontera. A localidade mais atingida no interior foi Coria com 21 vítimas mortais atingidas quase todas pelo desmoronamento de edifícios que não suportaram o choque.⁶⁴⁹

O terramoto de 1755, por muitos considerado como o primeiro acontecimento mediático da história da Europa, foi motivo de notícia no reino vizinho.⁶⁵⁰ Em Espanha, a Gaceta de Madrid, quatro dias após o terramoto, falou de um tremor de terra em San Lorenzo tendo Madrid, à mesma hora, sofrido um tremor de terra muito mais violento, com a duração de oito minutos, mas nada aludiu a Lisboa. Uma semana mais tarde no mesmo periódico, e na secção de “Madrid”, apareceu referido o terramoto de Lisboa como quinta notícia dizendo:

“se avisa haver perecido el Excmo. Señor Conde de Perelada, Embaxador de S.M. en aquella Corte, con algunas personas de su familia, habiéndose libertado su hijo único, a quien, para consuelo en tanto desamparo, y por manifestarle la aceptación que merecia los servicios de su difunto Padre, se ha servido S.M. conceder la Llave de su Gentil- Hombre de Camara, y una pension de 500 doblones al año.”

“Los Reyes fidelissimos, y toda su Familia Real se hallaban a la sazón en su Palacio de Belén; y aunque experimentaron allí el temblor , que padeció también aquel Edificio, fue con la felicidad de no haver ocasionado desgracia alguna, habiéndole dexado promptamente sus Majestades y toda la Real Familia, y resguardándose en la Campaña, à donde permanecían aún acampados.”⁶⁵¹

⁶⁴⁷ *Portugal agradecido, Lisboa obsequiosa, panegyrico gratulatorio em o qual a Cidade de Lisboa agradece à Corte de Londres o magnifico presente, que esta lhe mandou*, Lisboa, Na Offi. Domingos Rodrigues, 1756, p. 8.

⁶⁴⁸ Ver Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 57.

⁶⁴⁹ Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa...*, pp. 20-31.

⁶⁵⁰ Poirier, Jean-Paul, “The 1755 Lisbon Disaster, The Earthquake That Shook Europe” *European Review*, Cambridge University Press, 14, 2006, pp. 169-180; Baudry, Hervé, “Médecine Et Médecins Face Au Tremblement De Terre De Lisbonne En 1755” in *Dix-Huitième Siècle*, N° 41, 2009, pp. 537-552.

⁶⁵¹ Cal Martínez, María Rosa, *La información en Madrid del terremoto de Lisboa de 1755...*, p. 176.

Tal como no país vizinho, desde inícios de 1756 toda a imprensa europeia assumiu a tarefa de explicar em termos religiosos, políticos e científicos o sucedido.⁶⁵² Foram também publicadas, em Espanha, obras sobre o evento, arrançando explicações divinas para o acontecido sendo exemplo disso a obra de D. Francisco Mariano Nipho: *Explicação physica y moral de las causas, sinais, diferencias y efectos de los terremotos, com una relacion muy exacta de los mas formidables, y ruinosos, que ha padecido la Tierra desde el principio del Mundo, hasta el que ha experimentado en España, y Portugal el dia primeiro de Noviembre de ele año de 1755.*⁶⁵³

Podemos referir, em síntese, que, passados mais de 250 anos sobre o acontecimento, ainda em pleno século XXI se continua a escrever sobre o acontecido e a catalogar este evento como um dos dois maiores tremores de terra que “chocaram o mundo” numa comparação direta com o acontecido em Aceh/Sumatra no ano de 2004.⁶⁵⁴

O “terramoto de Lisboa”, apesar de ficar para sempre ligado ao nome da capital de um pequeno país no sul da Europa, abalou o coração do velho Continente continuando a ocupar um espaço no pódio dos maiores cataclismos que assolaram a humanidade.

⁶⁵² Espejo Cala, Carmen, “Un texto de nipho sobre el terremoto de Lisboa”..., p. 163.

⁶⁵³ Francisco Mariano Nipho, *Explicação physica y moral de las causas, sinais, diferencias y efectos de los terremotos, com una relacion muy exacta de los mas formidables, y ruinosos, que ha padecido la Tierra desde el principio del Mundo, hasta el que ha experimentado en España, y Portugal el dia primeiro de Noviembre de ele año de 1755*, Madrid, en la Imprensa de los Herderos de D. Agustin de Gordejuela, Calle del Carmen, 1755.

⁶⁵⁴ Fuchs, Karl, “The great earthquakes of Lisbon 1755 and Aceh 2004 shook the world” in *European Review 14*, Cambridge University Press, 2006, pp. 207-219.

3. ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

Fazer grandes coisas é difícil;
mas comandar grandes coisas é ainda mais difícil.⁶⁵⁵

As catástrofes naturais fazem parte da dimensão trágica da história da civilização. Do ponto de vista humano estes eventos provocam problemas assistenciais notáveis e do financeiro, avultam os custos da mitigação e reparação, tendo em consideração a extensão e gravidade dos danos. Face às consequências potencialmente devastadoras de uma catástrofe deste tipo, importa perceber a forma como se age e/ou reage perante este tipo de fenómenos, em especial num clima de incerteza e risco, ou, posto de outra forma, como se decide em ambiente de assimetrias informativas.⁶⁵⁶

O seu impacto sobre a saúde de uma comunidade pode ser imediato ou tardio e as mudanças no estado de saúde podem ser atribuídas ao evento original ou resultar de acontecimentos posteriores ao desastre. Mortes, lesões e outros traumatismos mais ou menos graves resultantes de um sinistro deste género são muitas vezes causados pela destruição das infra-estruturas existentes.⁶⁵⁷ Os efeitos na área da saúde variam de acordo com o tipo de acidentes sendo que a morte por afogamento ocorre raramente durante os terremotos. Mas no maremoto que sucedeu ao sismo do primeiro de novembro este facto foi uma realidade.

A proporção atingida pelas doenças infecciosas é determinada pelo estado de saúde da comunidade afetada antes do desastre e pela capacidade organizativa para o evitar ou pelo menos controlar, a propagação deste tipo de doenças. Os tremores de terra ocorridos em outras áreas do mundo e outras épocas, à semelhança do que aconteceu em Lisboa, resultaram sempre em muitas vítimas e com efeitos devastadores na área da saúde pública.⁶⁵⁸

Como exemplo, seguem-se alguns dados do sítio oficial da Organização das Nações Unidas referentes ao número de vítimas mortais e feridos provocados por alguns terremotos que assolaram o planeta no século XXI. Assim, em doze de janeiro

⁶⁵⁵ Silva, Paulo Neves, *Citações e Pensamentos de Friedrich Nietzsche*, Alfragide, Casa das Letras, 2009.

⁶⁵⁶ Saraiva, Rute, “A abordagem comportamental do direito e da economia das catástrofes naturais” in Gomes, Carla Amado (coord.); Saraiva, Rute Gil, *Actas do colóquio, Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013, p. 95.

⁶⁵⁷ Bourque, Linda B., (et al.), “Morbidity and Mortality Associated with Disasters” in Dynes, Russell R., *The Lisbon Earthquake In 1755: Contested Meanings In The First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 2003, p. 97.

⁶⁵⁸ Bourque, Linda B., (et al.), “Morbidity and Mortality Associated with Disasters”..., p. 104.

de 2010, o Haiti sofreu um terremoto de intensidade 7,0 na escala de Richter que provocou mais de 200000 mortos. A 28 de outubro de 2011, no terremoto que assolou a Turquia contabilizaram-se mais de 500 mortos e cerca de 115000 feridos. A 24 de setembro de 2013, um terremoto de intensidade sete vírgula oito na escala de Richter que atingiu o Paquistão causando mais de 300 mortos e perto de 180 feridos. Em 2015 dois terremotos atingiram a região do Nepal e alguns países vizinhos. O primeiro a 25 de abril teve uma intensidade de sete vírgula oito e o segundo de sete vírgula três na escala de Richter. No total, estes dois sismos provocaram mais de 8000 mortos e os feridos ultrapassaram os 6000. A 26 de outubro de 2015, a província de Badakshan no Afeganistão foi também atingida por um sismo de intensidade sete vírgula cinco na escala de Richter que causou cerca de 240 mortos e mais de um milhão de feridos.⁶⁵⁹

⁶⁵⁹ Retirado da página oficial das Nações Unidas (ONU). [Consultado a 7 de janeiro de 2016]. Acessível na URL: <http://search.un.org/results.php?tpl=un&lang=es&query=terremoto+nepal+2015>

3.1. AS VÍTIMAS, QUEM FORAM?

“A população, aparentemente, estava convencida de que aquele seria o dia do Juízo Final; e como tal, empenhavam-se na realização de boas obras, carregando crucifixos e imagens de santos; homens e mulheres, sem distinção, nos intervalos entre os abalos, ou se dedicavam a cantar ladainhas ou com fervor zeloso apoquentavam os moribundos com cerimônias religiosas; e sempre que a terra tremia, nas mais pungentes vozes, todos de joelhos exclamavam ‘Misericórdia!’”⁶⁶⁰

Este relato faz parte da carta que o inglês Thomas Chase, nascido em Lisboa em um de novembro de 1729, escreveu à mãe no dia três de dezembro, relatando o que se tinha passado no dia em que completara 26 anos de idade. Embora tenha ficado com um braço e as pernas em mau estado e com feridas dispersas pelo corpo, conseguiu sobreviver à calamidade que se abatera sobre Lisboa.⁶⁶¹ O mesmo não puderam dizer as milhares de vítimas que pereceram sob as ruínas da cidade, afogadas no mar revoltoso que invadira as ruas da baixa, ou ainda, os que não conseguiram sobreviver aos incêndios que devastaram grande parte do que tinha restado, tal como podemos comprovar pelo relato do comerciante francês de naturalidade portuguesa, Jacome Ratton:

“Não foi sem bastante trabalho, que nos saímos bem desta empresa; por quanto descendo pela rua de S. Bento, ainda com poucas casas, atravessamos do poço dos Negros para o poço novo, tomamos a Calçada do Combo, e rua do Loreto, para descermos ao fundo da rua do Alecrim, de cujo lugar avistamos já em chamas a propriedade pegada com a nossa casa, restando-nos apenas tempo para tirar os artigos acima ditos, que metemos em hum bahu, que meu Pai por huma banda, o eu por outra trouxemos, por entre chamas em que ardião as ruas do Alecrim, S. Roque, e S. Pedro d’Alcântara, até ao alto da Cotovia, aonde minha Mãe nos esperava.”⁶⁶²

O terramoto que devastou a capital do reino não escolheu género, nacionalidade, idade ou posição social. Todos foram atingidos em maior ou menor proporção.

⁶⁶⁰ The populace, it seems, were all full of the notion that it was the Judgement-day; and willing therefore to be employed in good works, they had loaded themselves with crucifixes and saints; men and women, without distinction, during the intervals between the shocks, were either singing Litanie, or with a fervor of zeal stood harassing the dying with religious ceremonies; and whenever the earth trembled, all on their knees ejaculated, Misericordia! Pode ler-se mais em Chase, Thomas, “Original Description of Earthquake at Lisbon”, in Sylvanus, Urban, *The Gentleman’s Magazine and Historical Chronicle*, Vol. 83, part 1, London, Nichols, Son, and Bentley, 1813, p. 110.

⁶⁶¹ Chase, Thomas, “Original Description of Earthquake at Lisbon” ..., p. 108.

⁶⁶² Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo...*, p. 20.

Os que conseguiram sobreviver à derrocada dos edifícios e às chamas, deixaram relatos que nos ajudam a perceber o que se passou. Muitos estrangeiros, que viviam permanente ou temporariamente em Lisboa, escreveram cartas para o seu país de origem, dando conta do que passaram e/ou sofreram. Na lápide de Thomas Chase, que faleceu com 59 anos de idade, estão inscritas parte das memórias que passou em 1755. Pode ler-se no seu epitáfio:

“Erguida á memória de THOMAS CHASE esq. que viveu nesta paróquia: foi nascido na Cidade de Lisboa no primeiro de Novembro de 1729, e ficou soterrado nas ruínas da mesma casa onde tinha visto a luz no para sempre memorável e terrível Terramoto que se abateu sobre aquela Cidade, no primeiro de Novembro de 1755, de onde, depois de uma fuga extraordinária ele, lentamente, recuperou de uma muito deplorável condição, e viveu até ao dia 20 de Novembro de 1788.”⁶⁶³

Nesse dia funesto, todos foram vítimas sofrendo diretamente no corpo ou na alma os ferimentos provocados pelas perdas humanas e materiais. O património da cidade ficou muito devastado, não só pelo tremor de terra em si, mas também pelas chamas que consumiram bairros inteiros como os da Ribeira, da Rua Nova, do Rossio, grande parte do Bairro de Remolares, do Bairro Alto, de Alfama e do Limoeiro.⁶⁶⁴

O sismo do primeiro dia de novembro deitou por terra os seguintes palácios: Real Paço da Bemposta, destinado à residência de D. Catarina de Bragança, mulher de Carlos II de Inglaterra e filha de D. João IV, Inquisição, no seu local foi construído o teatro D. Maria II, Senado da Câmara, Tribunal dos Depósitos, Marquês de Távora, Niza e Tancos, Condes de Val de Reis, São Vicente, Soure, São Miguel e Unhão, Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Mesquitela.⁶⁶⁵

O grande incêndio, que sucedeu o tremor de terra, consumiu ainda os palácios de Marquês de Louriçal, de Marialva, de Anjeja, de Fronteira, de Cascais e de Valença, de Duques de Bragança, de Cadaval e de Aveiro; o palácio do Paço Real da Ribeira, Corte Real, do Visconde de Barcarena, dos Condes de São Tiago, da Ribeira, de Alva, de Aveiras, de Valadares, de Vila Flor, de Cuculim, da Ribeira e dos Condes de São Tiago.⁶⁶⁶

Quanto às igrejas consumidas pelo fogo, foram destruídas a Basílica de Santa Maria e as igrejas de S. Nicolau, S. Pedro, S. Paulo, São Jorge, S. Domingos, S.

⁶⁶³ Chase, Thomas, “Original Description of Earthquake at Lisbon”..., p. 105.

⁶⁶⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 126.

⁶⁶⁵ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 133-134.

⁶⁶⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 128-129.

Bartolomeu, S. Jorge, S. Sebastião, Santo António, Santa Maria Madalena, S. Mamede, Santa Justa, Nossa Senhora das Chagas, Nossa Senhora dos Mártires, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora da Vitória, S. Julião, Sacramento, S. João da Praça, da Irmandade da Caridade, Colegiada da Conceição e igreja da Nossa Senhora do Loureto da Nação Italiana.⁶⁶⁷

No que diz respeito aos edifícios que albergavam religiosos, ficaram destruídos pelas chamas os conventos de S. Elói, S. Domingos, Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Carmo, S. Francisco, Nossa Senhora do Rosário dos Irlandeses, Espírito Santo, Nossa Senhora da Boa Hora e *Corpus Cristi*. Ainda os Recolhimentos de Santa Maria Madalena, do Castelo, das Convertidas, Orfãs de Nossa Senhora do Carmo de S. Lourenço e o Colégio de Santa Cristina.⁶⁶⁸ O convento de Jesus de Religiosos Terceiros de S. Francisco sofreu muitos danos, tendo a sua igreja e dormitórios ficado em ruínas.⁶⁶⁹

Lisboa perdeu, ainda nas chamas, a totalidade, ou partes importantes de grandes edifícios, como a Casa da Ópera, a Casa de Santo António, Hospital Real de Todos os Santos, Hospital dos Incuráveis, Contadoria Geral de Guerra, Anfândega Real, Casa da Índia, Vedoria, o Consulado, Contos do Reino, Sete Casas, Casa do Tesouro ao Arco da Consolação, Ribeira das Naus, Tribunais do Desembargo do Paço, Concelhos da Fazenda e Ultramarino, Tenedência, Terreiro do Pão, Mesa da Consciência, Cadeias Eclesiásticas de Aljube, Cadeia do Tronco, Junta dos Três Estados, Casa de Bragança, Bibliotecas Real, biblioteca do Marquês de Louriçal e biblioteca do Convento de São Domingos. Viram-se ainda destruídas as livrarias dos Conventos do Carmo, de S. Francisco, da Trindade e da Boa Hora.

Através de todos estes elementos, tem sido possível escrever a história do terramoto e das suas vítimas mas os dados da Arqueologia, mais intensos a partir da década de 90 do século XX e, sobretudo por altura das comemorações dos 250 anos sobre o acontecido, trouxeram novos e importantes dados. Em algumas intervenções arqueológicas foi possível identificar o momento do sismo e o grau de destruição provocado.⁶⁷⁰

⁶⁶⁷ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 126-127.

⁶⁶⁸ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 126-127.

⁶⁶⁹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 132.

⁶⁷⁰ Leite, Ana Cristina, “Vestígios do Terramoto de 1755 em Lisboa. Contributos da Arqueologia” in *Rossio-estudos de Lisboa*, nº 3, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 88-89.

Em 2004, numa intervenção arqueológica realizada nos claustros do antigo Convento de Jesus (Academia de Ciências de Lisboa), foram localizadas cerca de 1000 esqueletos de pessoas vítimas de lesões traumáticas. Esta foi a primeira evidência publicada de vítimas da catástrofe, cujos restos foram depois recolhidos e enterrados em espaço sacralizado, como era de uso na época, à mistura com outros espólios e destroços.⁶⁷¹

Os corpos encontrados correspondem a inumação secundária de gente que morreu, muitas vezes, em consequência de lesões traumáticas. Algumas lesões evidenciam agressões com instrumentos cortantes e contundentes o que indica que, muitas mortes, se ficaram a dever à violência nos tempos que se seguiram ao terramoto.⁶⁷² Indiciam exposição a fogo, abandono e transporte. Segundo estas investigações, as temperaturas atingidas pelo fogo foram superiores a 1000 graus centígrados pois, só assim, se compreendem as deformidades causadas nos crânios que se encontraram carbonizados. Parte da área pesquisada esteve coberta de cinzas e fragmentos de carvão, frequentes nas terras e na argamassa de azulejos apostos subsequentemente.⁶⁷³

Pelo examinado, cães e ratazanas contribuíram para a limpeza, mas mesmo assim, não ficaram extintos os vestígios de patologias. A observação dos restos mortais, faz crer que, as pessoas à época, apresentavam estados de saúde deficientes e generalizados, como a anemia, resultante de deficiências do regime alimentar e de higiene. São numerosas as patologias dentárias encontradas. É grande a incidência de degradação e de perdas dentárias em vida com remodelação óssea. Estão, ainda, representados abscessos periapicais, osteoma e hipoplasias.⁶⁷⁴ Foram reconhecidos restos mandibulares de, no mínimo, 214 indivíduos desde crianças de poucos meses até muito velhos, homens e mulheres. O elevado número de indivíduos, e a repartição por classes etárias, dão noção da grande amplitude de um evento catastrófico e da duração dos trabalhos de limpeza.⁶⁷⁵ Alguns restos encontrados podem ser de vítimas do maremoto nas partes baixas da cidade, inclusive nos bairros de S. Paulo e do Conde Barão, como sugerem alterações cloretadas de objetos de prata. Podem ter estado

⁶⁷¹ Cardoso, João Luís, “Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº 1, 2008, pp. 259-284.

⁶⁷² Antunes, Miguel Telles, “Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus” in *Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol. 3, nº 1, 2006, p. 13.

⁶⁷³ Antunes, Miguel Telles, “Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus”..., pp. 3-8.

⁶⁷⁴ Antunes, Miguel Telles, “Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus”..., p. 11.

⁶⁷⁵ Antunes, Miguel Telles, “Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus”..., p. 9.

associados a restos encharcados de água salgada quer em consequência das vagas sísmicas quer provenientes de cadáveres que deram à costa.⁶⁷⁶

Em síntese, podemos afirmar que os restos, humanos e outros, contam histórias compatíveis com outros dados analisados. Introduzem novidades, ao demonstrar o que seriam simples suposições e, por conseguinte, vão além da documentação escrita.

⁶⁷⁶ Antunes, Miguel Telles, “Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus”..., p. 10.

3.1.1. Os vivos

“Quantos levantados doentes das camas, ou maltratados das ruínas, se restabelecerão em poucos dias sem Medicos, nem Medicina?
Que prodigiosas são as obras da Divina Providencia!”⁶⁷⁷

Se o efeito mais visível do terramoto do primeiro de novembro de 1755 foi a quase destruição da capital portuguesa tal como se encontra evidente nos registos iconográficos a que deu origem, incontestável foi a dramática existência de milhares de vítimas e a dor que isso ocasionou e que se encontram referidas em fontes impressas.⁶⁷⁸

Ao pânico, angústia, horror e confusão generalizadas, provocadas pelo elevado número de mortos, pela visão de moribundos, feridos e mutilados, por uma quantidade incontável de desaparecidos, pelos incêndios, destruição de casas e perda de bens, juntou-se o temor de que epidemias se viessem a desenvolver na cidade. Sendo inverno e não podendo as águas escoar para o mar, com facilidade ficariam contaminadas. Mas associado à catástrofe, existiu uma dimensão de interesse em saúde pública que foi, e continua a ser, difícil de avaliar. Esta refere-se aos efeitos psicológicos provocados na população que certamente se prolongaram muito para além do primeiro de novembro devido à quantidade de réplicas que se fizeram sentir nos meses seguintes.⁶⁷⁹ Existem relatos de que, passados cinco anos, ainda se sentiam pequenos e repetidos abalos de terra.⁶⁸⁰

São conhecidas algumas das medidas tomadas pelas autoridades civis de Lisboa sob a forma de avisos, portarias, decretos e ordens, contendo as principais providências para debelar e controlar os efeitos imediatos do terramoto. Estas referiam-se não só ao provimento de mantimentos mas também à segurança e saúde pública tendo sido afixados logo a partir do dia dois e registados em documentos. Exemplo disso é a carta circular e portaria emitidas, para se dar sepultura aos mortos, o aviso sobre a afixação de editais com a isenção de impostos sobre o peixe vendido, e ainda os decretos sobre os processos verbais e execução de sentenças às pessoas apanhadas a roubar, entre

⁶⁷⁷ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 116.

⁶⁷⁸ Imagens coevas do terramoto podem ser observadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Museu da Cidade de Lisboa e ainda em Kozák, Jan; Moreira, Victor S; Oldroyd, David Roger, *Iconography of the 1755 Lisbon earthquake*, Praha, Academy of Sciences of the Czech Republic, 2005.

⁶⁷⁹ AHM, *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736-1756)*, cx. 1, nº 1, doc. 22, fls.1-2. Sobre as réplicas sentidas no pós terramoto de um de novembro leia-se Campos, Isabel Maria Barreira de, *O grande terramoto (1755)*, Lisboa, Parceria, 2005.

⁶⁸⁰ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 2040, fl. 2.

muitas outras.⁶⁸¹ Em 1758, Amador Patrício de Lisboa registou, com o título de *Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755* e selecionou como principais 233 medidas, sendo que, segundo este autor, vinte e três delas foram emitidas nos primeiros três dias após o sismo, 47 na primeira semana e cerca de uma centena no primeiro mês.⁶⁸²

Numa das primeiras medidas tomadas pelos responsáveis, consta a ordem recebida pelo Estribeiro Mor, o Marquês de Abrantes e o General da Artilharia, para que, fazendo uso das tropas, artilheiros e demais material necessário, pudessem socorrer e zelar pela segurança do povo de Lisboa, que se encontrava em situação difícil devido à destruição provocada pelo terramoto.⁶⁸³

O rei no dia três de novembro convocou cirurgiões e enfermeiros para que, munidos de remédios, tratassem os feridos que estivessem em casas de religiosos e outros locais da cidade e que, para isso, usassem a botica do hospital real.⁶⁸⁴ No dia quatro emitiu uma nova ordem para se socorrerem os doentes e feridos “(...) não só com medicos, cirurgiões e botica mas tambem com o alimento necessário (...)”, o que pode indiciar que os alimentos eram escassos na cidade.⁶⁸⁵

Solicitou ainda, a todas as pessoas que prestassem ajuda a estes profissionais no tratamento dos feridos, que levassem alimentos para distribuir pelas pessoas que deles necessitassem. Alguns fidalgos, juntamente com cirurgiões, andaram pelos campos a ajudar no tratamento de feridos.⁶⁸⁶ Por ordem de D. José I, foram criados hospitais provisórios na casa dos Almada em São Bento, no Rossio e às Portas de Santo Antão, enquanto se faziam as alterações necessárias no edificio do Colégio de Santo Antão que resistira ao terramoto.⁶⁸⁷ Este imóvel pertencera aos Jesuítas e Pombal aproveitou a sua expulsão para o doar ao Hospital de Todos os Santos.

Existem relatos em como alguns dos feridos que chegavam aos hospitais apresentavam lesões nos membros, já muito infetadas, acabando por falecer.⁶⁸⁸

⁶⁸¹ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fls. 368-369.

⁶⁸² Capela, José Viriato; Matos, Henriques, *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, José Viriato Capela/CITCEM, 2011, p. 108.

⁶⁸³ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas decretos e avisos* liv. 8, fl. 366.

⁶⁸⁴ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 26.

⁶⁸⁵ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 27, fl. 6.

⁶⁸⁶ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, n° 27.

⁶⁸⁷ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1 n° 31. Sobre este assunto pode ler-se ainda “O Hospital de Todos os Santos”, [s.n.] in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Lisboa, vol. 3, n° 1, 1985, p. 27.

⁶⁸⁸ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 122-123.

As narrativas de quem presenciou o acontecido transformaram-se em descrições carregadas de emoção que deixam transparecer a forma como cada um viveu o acontecido:

“como podem pintar-se os suspiros, e as agonias de tantos, que entre as ruínas esperavão dar por instantes os últimos alentos? Como podem? Eu confesso que he quasi impossível. Espectaculo tão lastimoso, objecto tão infausto, horror tão formidável, não se explica, nem se descreve, nem se pinta, só se sente”.⁶⁸⁹

Perante esta calamidade o povo que resistiu tentou pôr-se a salvo deixando a cidade e fugindo para o campo: “huns fugião das casas para os templos, outros dos templos para as casas”.⁶⁹⁰ Houve quem “ficando nu correu as ruas dessa Corte até que a providência divina lhe ministrou alguma roupa para se cobrir (...)”.⁶⁹¹ Mendonça escreveu que todos fugiam sem saber para onde, pisando sem pavor os mortos e feridos que agoniavam presos entre as ruínas enquanto esperavam o socorro.⁶⁹² Referiu ainda que na época todos se cumprimentavam, mesmo os que até então eram inimigos, pedindo perdão reciprocamente. Saudavam-se os amigos e conhecidos por terem escapado com vida. Consolavam-se uns aos outros pela perda de amigos e familiares.⁶⁹³

Pedegache, na descrição que efetuou do acontecido, referiu que não havia lembrança de pais e mães, de mulher, de filhos, de casas ou de bens. A ausência das pessoas queridas começou a fazer-se sentir assim que o perigo parecia passar. Via-se, então, os pais a procurar os filhos e estes aflitos a tentar descobrir se os seus progenitores tinham escapado com vida. Por todo o lado se ouviam gemidos e soluços e os que se encontravam abraçavam-se em lágrimas.⁶⁹⁴

Os relatos dos sobreviventes referem que se encontravam mortos tanto dentro de casas como no meio de ruas ou becos, uns cobertos com “caliça”, outros encarcerados

⁶⁸⁹ Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 3.

⁶⁹⁰ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 3.

⁶⁹¹ ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos*, mç. 1, n.º 56, cx. 1, fls. 1-2.

⁶⁹² Confirme-se Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 122.

Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 4.

⁶⁹³ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 122.

Segundo estudos recentes, após a vivência de situações adversas extremas, como é o caso do terramoto de 1755, os sobreviventes embora possam não se conhecer, unem-se, partilham informações e trocam teorias. Há uma tendência avassaladora de vitimização podendo transformar-se num ciclo difícil de interromper por forma a pensar num plano de ação, aquilo que é necessário fazer. Este ciclo não é produtivo mas sim penalizante. Pode ler-se mais em Ripley, Amanda, *The unthinkable: who survives when disaster strikes and why*, New York, Three Rivers Press, 2008, pp. 204-220.

⁶⁹⁴ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa ...*, p. 5.

entre traves e pedras.⁶⁹⁵ Além da cal usada para tapar os cadáveres, os registos coevos referem que se lançou sobre os cadáveres “breu, e alcatrão, e acendendo-se estes materiaes consumião aquelles cadáveres.”⁶⁹⁶ Esta forma de atuar, na prespectiva do geólogo Francisco Luis Pereira de Sousa, parece ter sido usada como forma de tentar debelar as possíveis epidemias que a corrupção dos corpos ao ar livre poderia provocar. Podemos acrescentar que existem ainda outros registos, posteriores à época do terramoto que referem o mesmo tipo de atitudes perante a ameaça de epidemias. Em 1766, José Narciso Rezam, escrivão da conservadoria da saúde e provedor mor da corte e reino certifica que, tendo D. José I conhecimento de que uma epidemia grassava no “lugar da Caparica e outros circumvizinhos, no termo da villa de Almada”, ordenou que se devia cobrir o local dos enterramentos com “cal virgem e depois uma grande capa de caliça para tapar os cadáveres para extinguir o cheiro fétido (...), fazendo-se, outrosim, a diligencia de queimar barris de alcatrão em todos aquelles logares onde se achavam os enfermos.”⁶⁹⁷

Existe, ainda, a referência de que no resclado do terramoto de 1755 foram encontrados sobreviventes passados quatro, seis e até nove dias após o primeiro de novembro e alguns deles sem lesões.⁶⁹⁸

As casas da época, por serem feitas em madeira, foram mais facilmente consumidas pelo fogo. As autoridades mandaram retirar as madeiras possíveis e telhados como forma de travar o progresso das chamas.⁶⁹⁹

Os que não estavam feridos ou mortos, aqueles que conseguiam andar, refugiavam-se em lugares altos, longe da desgraça que assolava a baixa da cidade. Esta retirada, segundo quem presenciou os factos, foi principalmente penosa para as mulheres, pois estando os caminhos cheios de ruínas, era necessário subir, outras vezes saltar, algumas vezes mesmo escalar trepando às montanhas de escombros.⁷⁰⁰

Os feridos eram deitados sobre camas de folhas, enquanto monges passavam, expiando os pecados com rezas do rosário. Em Belém, o rei penitenciava-se e, pelas ruas, os cânticos misturavam-se às maldições e aos gemidos.⁷⁰¹

⁶⁹⁵ Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 43.

⁶⁹⁶ Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol III, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1928, p. 770.

⁶⁹⁷ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, I parte, Tomo XVII, 1911, pp. 302-303.

⁶⁹⁸ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 4.

⁶⁹⁹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 28.

⁷⁰⁰ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 18.

⁷⁰¹ Veja-se Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 33.

Mas, no pós terramoto do primeiro de novembro, Lisboa mobilizou-se para ajudar os sobreviventes. Mesmo sabendo que os riscos que corriam eram elevados, os que resistiram tentavam retirar as pessoas das ruínas.⁷⁰² Muitos nobres com palácios fora de Lisboa dispuseram os seus terrenos para que os mais necessitados os ocupassem, tendo sido “(...) bem recebidos, e alojados no jardim, debaixo de huma barraca feita de lençõs, e alastrada de colchoes, sobre os quaes dormião promiscuamente, e sem se despir, tanto a gente da casa, como a de fora; (...)”.⁷⁰³ A solidariedade naqueles tempos foi um facto, tendo inclusive a rainha D. Mariana Vitória e as suas filhas colaborado no auxílio aos doentes, cosendo roupa e desfiando panos. Fontes coevas referem que esta ação dos monarcas causou vergonha a uns, espanto a outros, mas que serviu de estímulo para muitas senhoras da corte, que viram neste exemplo da família real o mote para também se dedicarem a “tão piedoso exercício”.⁷⁰⁴

Os homens de negócios, desembargadores e as mais distintas pessoas assistiam os médicos e cirurgiões e ajudavam com medicamentos e alimentação. Muitos dos feridos, aquando da chegada dos cirurgiões, apresentavam já as lesões gangrenadas, pouco havendo a fazer.⁷⁰⁵ Os religiosos, por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa, prestaram apoio espiritual. No terceiro dia pós terramoto, depois de retirar os corpos dos escombros, começaram a dar-lhes sepultura.⁷⁰⁶ Todas as congregações de religiosas abriram as suas portas onde se recolheram centenas de famílias.⁷⁰⁷

Nas casas permaneceram muitos doentes que escaparam às ruínas do terramoto, mas cujos males os tinham incapacitado de saírem do leito. Havia entre estes, grande número de pessoas com fraturas nos membros inferiores, ou cujos membros se encontravam presos nos escombros e que esperavam socorro. Algumas destas pessoas foram vítimas do fogo.⁷⁰⁸

⁷⁰² Pode ler-se na página 33 do manuscrito “Portugal Aflito e Conturbado pelo Terramoto de 1755...” e passando gente sobre eles se rezolverão a querer com efeito dezentulhar algumaz deztas pessoas que ainda estão com vida; porem com grande reçoeyo, e perigo...”. Veja-se mais em Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara, *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755...*, p. 21.

⁷⁰³ Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo...*, p. 21.

⁷⁰⁴ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 9-10.

⁷⁰⁵ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 37.

⁷⁰⁶ Viegas, Inês Morais; Loureiro Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, pp. 301-302.

⁷⁰⁷ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229 fl 52v. Pode ler-se ainda Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, pp. 124-125.

⁷⁰⁸ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 118. Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 37.

No meio de tanta desolação, houve ainda quem, fazendo frente às chamas e à morte, buscasse na ruína pública uma fortuna criminosa.⁷⁰⁹ Muitas famílias, cujas habitações tinham escapado ao terramoto e ao fogo, não escaparam aos malfeitores. Os fugidos das prisões misturaram-se entre os nobres e as roupas roubadas que usavam disfarçavam a sua ânsia de enriquecer à custa da desgraça dos outros. Estes, recuperando a liberdade que haviam perdido, lançaram-se sobre a cidade deserta levando consigo a violência, a embriaguez, o roubo, forçando portas e saqueando casas.⁷¹⁰

Os governantes tentavam fazer justiça, sendo que, os ladrões quando apanhados, eram muitas vezes julgados e enforcados em público, permanecendo pendurados durante dias. Outros foram condenados ao serviço público de limpar o entulho das estradas. Alguns malfeitores condenados às galés, foram também colocados nos desentulhos da cidade.⁷¹¹ Estas medidas fizeram com que, com alguma brevidade, tivessem cessado os furtos em Lisboa. Os bens roubados e encontrados nas mãos dos malfeitores eram depositados em lugar seguro sendo restituídos aos donos que provassem a sua pertença.⁷¹² Avistavam-se espalhadas nas ruas jóias, pratas, e outras peças de valor, que os negociantes tinham lançado janela fora para que não desaparecessem nas chamas.⁷¹³

Depois das cerimónias fúnebres em memória dos falecidos, logo a caridade se fez sentir para socorrer os que tinham sobrevivido, evitando assim que a fome em tempos tão difíceis, não acabasse com aqueles que tinham escapado com vida. No dia dois, o rei solicitou ao Presidente do Senado da Câmara que nomeasse desembargadores e que estes se deslocassem para as portas da cidade, com o intuito de receber mantimentos vindos do exterior ou achados nas ruínas, para que fossem distribuídos, com justiça,

⁷⁰⁹ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa...*, p. 5

⁷¹⁰ Leia-se Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 34. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 120. Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 12. Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, pp. 33-34.

⁷¹¹ AHM, *Secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros e da Guerra*, cx 1, nº 1, doc. 55, fls. 1, 2. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 145. A condenação às galés ganhou relevância, no ordenamento penal português, a partir do século XVI, para fazer face à necessidade de homens para as armadas. Pode ler-se mais em Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)...*, p. 602.

⁷¹² Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, pp. 47-59. Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p.13. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 145.

⁷¹³ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 132.

pelos doze bairros da cidade.⁷¹⁴ D. José I ordenou também que, em primeiro lugar, se abastecessem os que trabalhavam na recuperação da cidade. Com o material encontrado nas ruínas, deviam ser construídos fornos para que neles se fabricasse pão, convocando padeiros e padeiras para que com a farinha que se encontrasse se tentasse matar a fome ao povo.⁷¹⁵

Assim, foram distribuídos pela cidade editais públicos com ordens de que era proibido a alteração dos preços dos víveres.⁷¹⁶ Na mesma data, três de novembro, um edital ordenou que todo o pescado, desde Belém até Santarém, fosse vendido livre de impostos, o mesmo acontecendo com todos os comestíveis que entrassem pelas portas da cidade.⁷¹⁷

No dia quatro, foi afixado um outro edital ordenando que todos os barcos e navios onde houvesse pão, legumes, manteiga, farinha, peixe seco ou fresco ancorasse entre a Ponte da Casa da Índia até ao Cais de Pedra, para que todos os que quisessem comprar os referidos géneros o pudessem fazer a preços que estavam em uso em outubro último.⁷¹⁸

A mesma lei foi aplicada a todos os produtos, pois existiam notícias que davam conta dos preços exorbitantes que se praticavam por padeiros, tendeiros e artífices. Foi dado também a conhecer que, quem desobedecesse a estas ordens, não só teria que devolver o que cobrou a mais, como também seria castigado com quatro meses de trabalho nas obras de limpeza da cidade.⁷¹⁹ Também não era permitido que às “pessoas de ofícios mecânicos ou homens de trabalho”, muito úteis por aqueles dias, se lhes pagasse um salário maior do que os que estavam acostumados a receber, sob pena de serem condenados e colocados nos desentulhos da cidade.⁷²⁰

O monarca, com o intuito de zelar pela ordem pública, enviou para as praças alguns elementos do exército do reino.⁷²¹ Para evitar os assaltos aos navios, mandou que os

⁷¹⁴ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fl. 370. Pode ler-se ainda em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 7.

⁷¹⁵ Pode ler-se em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 60.

⁷¹⁶ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fls. 394-395. Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 12.

⁷¹⁷ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 58 v. Pode ler-se também Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes ...*, p. 62.

⁷¹⁸ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fl. 370.

⁷¹⁹ Pode ler-se em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias ...*, p. 74.

⁷²⁰ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 131. Esta noticia pode ainda ser confirmada em: Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 145.

⁷²¹ Pode ler-se em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 67.

viveres fossem guardados em armazéns recuperados para o efeito. Foi ainda solicitado que se fizesse uma relação de todos os animais de carga e carros, para que pudessem ser usados no transporte de géneros alimentícios.

No dia sete, o rei ordenou que a que todos os que tinham servido na casa dos Vinte e Quatro convocassem os seus respetivos artífices para colaborarem na causa pública e indispensável, de dar sepultura aos mortos e preservar a saúde dos vivos, que se encontrava ameaçada com a corrupção dos corpos.⁷²²

Fontes coevas referem que a catorze de novembro, por já não haver necessidade de produtos comestíveis, os navios começaram de novo a descarregar os contentores para a Alfândega à semelhança do que fazia antes do terramoto.⁷²³ Apesar de algumas famílias ficarem sem qualquer tipo de subsistência, outras fontes da época registam que ninguém morreu de fome.⁷²⁴

A vinte e nove de novembro, D. José I emitiu um decreto para que se fizesse um levantamento de todas as propriedades existentes até á data, de modo a evitar futuras divergências e contestações na reconstrução da cidade de Lisboa pois, “(...) se os terrenos das sobreditas casas se confundissem huns com outros, de sorte, que se fizessem duvidosas com o tempo as identicas porções do sollo, que ocupava cada propriedade.”⁷²⁵

Atendendo a que poucas casas tinham resistido ao terramoto, e pelo facto de haver quem se quisesse aproveitar deste acontecimento, D. José I ordenou a três de dezembro, que a todas as casas ou terrenos que se arrendassem, fosse cobrado o mesmo dinheiro que antes do terramoto, travando assim as especulações surgidas no pós terramoto. Aqueles que não cumprissem esta ordem corriam o risco de perderem as

⁷²² AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fls. 382-385. Em carta régia de 1 de abril de 1384, D. João I, decretou que, através da congregação de um juiz dos vinte e quatro, dois juizes de cada officio, dois mordomos, um escrivão, dois deputados, um procurador de cada officio incorporado e vinte e quatro eleitores, ficava constituída a "Casa dos Vinte e Quatro", com o objetivo de permitir que os mesterais participassem no governo da cidade. As reuniões realizavam-se inicialmente na igreja de S. Domingos, os quais elegiam um juiz do povo (que presidia à casa), juizes de paz, procuradores e outros magistrados. Para ingressar na casa, o indivíduo deveria ser natural do reino, saber ler e escrever, ter entre trinta e cinco e quarenta anos completos e ser casado. Na sequência da implantação do regime liberal em Portugal, as casas dos vinte e quatro foram extintas pelo Decreto de 7 de Maio de 1834. Pode ler-se mais em Reis, Lysie, Os “Homens Rudes e Muito Honrados dos Mesteres” in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série Vol. IV, Porto, 2005, pp. 236-237.

⁷²³ Pode ler-se em Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 75.

⁷²⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 123.

⁷²⁵ ANTT, *Juízo da Inspeção dos Bairros de Lisboa*, liv. 5, fls 2-4. *Colleção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1750 até o de 1759 (...)*, Tomo I..., p. 119.

propriedades.⁷²⁶ Proibiu também a construção de casas de pedra e cal em alguns terrenos com o intuito de “evitar edificações indiscretas nos lugares afastados dos recintos da cidade.”⁷²⁷

As terapias mais usadas nos dias que se seguiram ao terramoto foram as orações. Dentro ou fora das barracas, todos louvavam o Senhor rezando e cantando em voz alta.⁷²⁸

Os desalojados acamparam nas praças e cercas dos conventos, nas praias, nos campos e em vários locais da cidade. Foram construídas barracas para proteger o povo de um inverno rigoroso e com repetidas chuvas.⁷²⁹ Para estas proteções utilizou-se grande quantidade de pano que havia nos armazéns reais e que D. José I mandou emprestar. Foram também usados os panos das velas de navios que se encontravam na Ribeira das Naus e visto ainda não chegar, foi ainda usado o brin e lona que havia nas lojas de Lisboa e casas de estrangeiros.⁷³⁰

No Largo do Rato, foram construídos numerosos abrigos deste género, que ficaram durante décadas, pois muita gente, por altura do terramoto, fugiu para esta parte da cidade que foi menos afetada do que a parte com mais densidade populacional. As barracas, passados alguns meses, passaram a ter a parte frontal de tabique e mais tarde de pedra e cal.⁷³¹

Em junho de 1758, foi ordenado que não se permitisse mais a construção destes abrigos nos referidos terrenos, sendo que, uma destas barracas abrigou os Carmelitas Calçados do Mosteiro do Carmo. Em 1762, na Rua de Monserrate, havia ainda 80 barracas, algumas só demolidas em 1848 e outras em 1852.⁷³² Em inícios de janeiro de 1756, muitas eram as barracas que supriam as necessidades das igrejas.⁷³³

Nos dias que se seguiram ao terramoto, D. José I mandou socorrer a muitos dos que se encontravam no Campo Grande e a todos os que recorreram a Belém. Mandou

⁷²⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 145-146.

⁷²⁷ ANTT, *Juízo da Inspeção dos Bairros de Lisboa*, fl. 6

⁷²⁸ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012. p. 329

⁷²⁹ Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 57.

⁷³⁰ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 57. Veja-se também Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755...*, p. 517. O brin era um tipo de tecido resistente feito à base de linho.

⁷³¹ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1229, fl. 57 v. Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 59.

⁷³² Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. IV..., p. 169.

⁷³³ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 67; Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 68.

distribuir barracas de campanha e tábuas para que se construíssem abrigos. Alguns nobres acomodaram sobreviventes nos seus jardins, distribuindo vestes e alimentação. Mendonça refere que mesmo os nobres, considerados mais avaros, tiveram gestos de grande caridade para com os necessitados.⁷³⁴

As cadeias do reino também sofreram com o terramoto ficando a cadeia do Limoeiro sem condições para tratar os presos que se encontravam doentes e feridos. Após a reconstrução de parte do imóvel entre 1758 e 1759, foi adotada como cadeia principal da corte.⁷³⁵ Assim que o rei tomou conhecimento de que faltavam camas na cadeia, para o tratamento dos sobreviventes, ordenou que enviassem as que se encontravam nos “armazéns da Artilharia do Reino”.⁷³⁶ Ordenou ainda que lhes fizessem chegar medicamentos e alimentação apropriada para as suas doenças, pois os feridos aguardavam ajuda.⁷³⁷

Em relatos do século XVIII, podemos verificar algumas das condições da cadeia do Limoeiro:

“The great prison at Lisbon, Limoeiro, (formerly a palace) is designed for the reception of prisoners from the provinces as well as from the city. There were seven hundred and seventy-four, on Feb. 21, 1783. In one of the lower wards there were seventy criminals, but none in irons. On the first floor there were many who paid for better accommodations, and received no donations from the misericórdia. Here civil and criminal causes are tried in a large hall called Caza da Supplicação, which the prisoners use for a day-room and lodging-room: the courts of justice are opened at eight or nine in the morning. There are two infirmaries, one for each sex: in that for men there were eighteen persons, in single beds with proper bedding: their room looked towards the river, and was spacious, clean and airy. In the room for the condemned, the beds were in recesses. Over these, in a large gallery latticed, there were beds for the sick from the secrete or private chambers. In this country, and also in Spain, one seldom sees glass windows; but in prisons, never. In the prison at the castle, the wards below as well as those in the great prison, are designed for those that cannot pay; and the first floor for those who pay a stipulated sum. Several small rooms open into a common passage, in some of which (the

⁷³⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 124.

⁷³⁵ A cadeia do Limoeiro conheceu muitas formas. Sobre a estrutura que ruuiu com o terramoto de 1755 foram sendo construídas novas edificações, por sua vez alteradas por incêndios, intervenções de recuperação de arquitetura e engenharia. Não se sabe exatamente onde se localizava e qual foi a mais antiga prisão do Limoeiro, antes de se transferir para o edifício que desde 1979 é a sede do Centro de Estudos Judiciários. Leia-se Homem, António Pedro Barbas (et. al), *Cadeia do Limoeiro – Da punição dos delinquentes à formação dos magistrados*, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Centro de Estudos Judiciários, 2013, p. 9.

⁷³⁶ Lisboa, Amador Patricio de, *Memórias das Principaes Providencias ...*, p. 92.

⁷³⁷ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n.º 35.

secret) the prisoners are closely confined. There is no courtyard either to this prison or to that called Limoiero.”⁷³⁸

Na segunda metade do século XVIII, numa Lisboa ferida pelo grande terramoto e em reconstrução, a Corte portuguesa distanciou-se dos objetivos vividos pelos soberanos antecessores, que tinham habitado em palácios, onde o rei era uma figura intangível. O Paço de Madeira não tinha nada de grandioso. O Paço Real da Ajuda, cuja construção se iniciou no mês de Julho de 1756, foi habitado pela família real que até aí tinha permanecido acampada em tendas. Lá permaneceram por um período de 40 anos tendo sido palco de grande parte da vivência da corte portuguesa. A família real portuguesa, pós-terramoto, mantinha-se num círculo social restrito e extremamente fechado. Não privava com muitos estrangeiros na Corte e só se mostrava em público nas cerimónias solenes, como atos religiosos ou alguns espetáculos musicais. A Igreja, dominante, levava a corte portuguesa a ter, por devoção e humildade cristã, uma atitude discreta perante os seus súbditos, mesmo os nobres.⁷³⁹

O rei, preocupado em reconstruir uma cidade delapidada, contribuiu para uma mudança de mentalidade para a qual Pombal teria cooperado ao afirmar que deveria haver “menos palácios, menos quadros, menos móveis ricos.”⁷⁴⁰

Depois de várias semanas dispersa, a população começou a construir habitações de madeira pelos diferentes locais de Lisboa tendo-se fabricado, nos primeiros seis meses posteriores ao terramoto, mais de 9000 barracas.⁷⁴¹

⁷³⁸ A grande prisão do Limoeiro em Lisboa (no passado, um palácio), foi concebida para receber prisioneiros da cidade e das várias localidades circundantes. No dia 21 de Fevereiro de 1783, a prisão continha 774 presos. Numa das enfermarias inferiores, encontravam-se cerca de 70 presos, nenhum deles acorrentado. No primeiro andar, encontravam-se outros tantos que haviam pago para melhores condições, sendo que não recebiam donativos da misericórdia. Nesta prisão, assuntos civis e criminais são tratados/julgados num grande hall, a Caza da Supplicação, sítio este onde os prisioneiros passam o dia e onde, inclusive, dormem. Os tribunais abrem entre as oito e as nove horas da manhã. Existem duas enfermarias, uma para cada sexo. Na enfermaria dos homens encontravam-se 18 indivíduos em camas separadas. Esta enfermaria, tinha vista para o rio e era espaçosa, limpa e arejada. Na divisão dos condenados, as camas estavam desfeitas/destruídas. Junto a esta divisão, numa galeria adjacente, existiam camas para os prisioneiros doentes albergados em divisões privadas e secretas. Neste país, tal como em Espanha, era raro verem-se janelas de vidro. Nas prisões, janelas de vidro simplesmente não existiam. Na prisão do castelo, as enfermarias inferiores, tal como na grande prisão de Lisboa (Limoiero), foram concebidas para albergar aqueles que não tinham como pagar; as enfermarias do primeiro andar serviam aqueles que pagavam uma quantia estipulada. Várias divisões pequenas, as tais previamente denominadas secretas e privadas, davam para um corredor comum. Neste prisão, tal como no Limoeiro não existia pátio. Leia-se Howards, John, *Appendix to the state of the prisons in England and Wales, &c. Containing a farther account of foreign prisons and hospitals, with additional remarks on the prisons of this country*, Warrington, William Eyres, 1784, p. 106.

⁷³⁹ Pode ler-se mais em Braga, Piedade; Rodrigues, Teresa; Nogueira; Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996.

⁷⁴⁰ Franco, Carlos, *O Mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do Século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 32.

A cinco de fevereiro de 1756, o Senado solicitou autorização a D. José I para que se pudesse cobrar uma pequena quantia pela licença que se concedesse, a quem por ter perdido a habitação no terramoto, desejasse construir uma barraca em lugares públicos.⁷⁴²

À miséria dos primeiros tempos sucedeu, a pouco e pouco, uma estranha e nova erupção de luxo. Ergueram-se barracas sumptuosas com tecidos caros, com mais de um pavimento e com adornos exteriores. As mulheres cobriam-se de sedas e “os mercadores, que só vendiam a dinheiro, encheram-se e os novos direitos pagavam-se na Alfândega como se a tremenda calamidade não tivesse assolado a cidade.”⁷⁴³

No meio de tanta calamidade havia ainda quem desse graças pelos que se salvaram, pois foram muitos mais os que não ficaram feridos do que aqueles que morreram ou se feriram no terramoto:

“(…) quantas criaturas morrerão nas ruínas da vossa terra? Forão muitas. E quantas escaparão vivas? Forão muitas mais, graças ao Ceo. Quantos ficarão feridos, e maltratados do estrago, que causou o Terremoto? Forão muitos. E quantos ficarão sem lesão alguma? Forão sem comparação muitos mais.”⁷⁴⁴

Dos nobres portugueses que ajudaram conta-se D. João de Bragança, “primo Del Rey” e irmão do Duque de Lafões que, percorrendo a cidade durante vários dias, por entre os edifícios arruinados, ajudou nas operações de resgate e salvamento. Monsenhor Sampaio, Prelado da Igreja Patriarcal, exerceu o mesmo acompanhado de algumas pessoas, durante várias semanas, tendo sepultado 240 cadáveres; salvou muitas pessoas das ruínas e fez com que outras fossem conduzidas aos hospitais.⁷⁴⁵

Entre os que se salvaram existe o relato de um homem, encontrado na Igreja da Penha, depois de quatro dias; outro na Basílica de Santa Maria, depois de sete dias; e ainda uma “moça” na rua dos Canos, nove dias após o terramoto.⁷⁴⁶

Os doentes que deram entrada nos hospitais provisórios de S. Bento foram registados em livros sendo que no número 1461 se encontram os registos efetuados entre seis de novembro de 1755 e doze de Setembro de 1756 num total de 628 doentes.

⁷⁴¹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 146.

⁷⁴² AML-AH, *Registo de Consultas*, liv. 4, fl. 29.

⁷⁴³ Sequeira, G. de Matos, *Depois do terramoto, subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Volume IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 270.

⁷⁴⁴ Alberto, Francisco de Santo, *Estragos do terramoto vaticineo de felicidades sobre os habitantes da nobilissima Villa de Setuval na justifidada aflição em que se virão no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Officina junto a S. Bento de Xabregas, 1757, p. 41.

⁷⁴⁵ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, pp. 4-5.

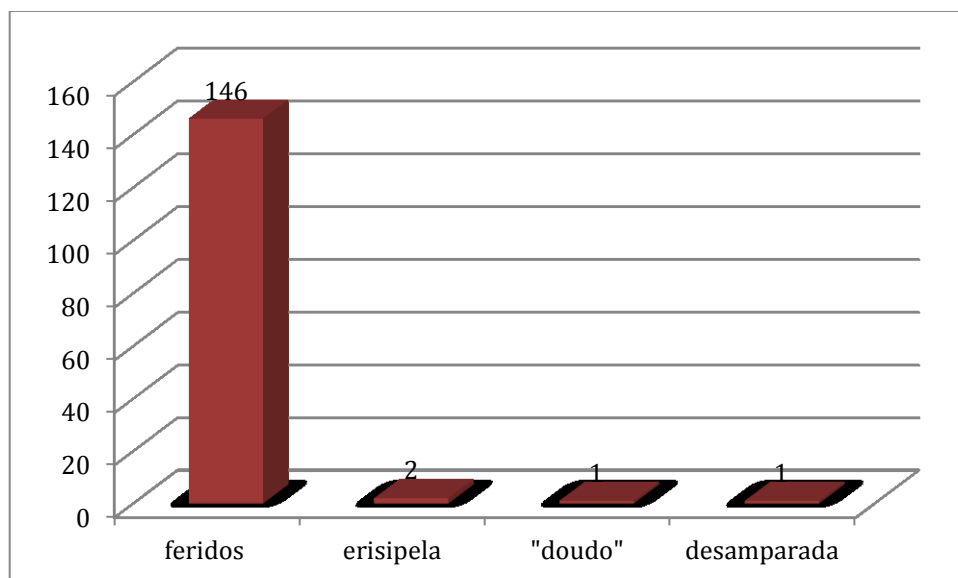
⁷⁴⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, pp. 122-123.

Destes, apenas conseguimos analisar 150, sendo que 57 se encontram também na lista de falecidos que aparece no fim do livro.⁷⁴⁷ Apresenta-se o exemplo do registo nº 45:

“Severa M^a viúva de Antonio Lopes Pereira, Natural da freguesia de S. Gregório de Óbidos, Residentes na Rua dos Mouros ficando (...) desfalecida. Fato hum colchão hum cobertor hum lençol duas saias, huma capa entrou a 3 de novembro de 1755, ambas as pernas quebradas, faleceu a 17 de novembro de 1755”.⁷⁴⁸

Existem ainda entradas dos dias quatro e cinco de novembro o que parece sugerir que o livro foi de facto iniciado a seis de novembro, sendo arrolados posteriormente doentes que foram admitidos em dias anteriores. Dos registos observados, sobressai o facto de alguns doentes transportarem consigo para o hospital, colchões e roupa de cama. Esta circunstância pode ser indicativa da falta destes bens essenciais nos tempos mais próximos da calamidade que assolou Lisboa.

Gráfico 1: Doentes registados de seis de novembro de 1755, a doze de setembro de 1756



Fonte: ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1461.

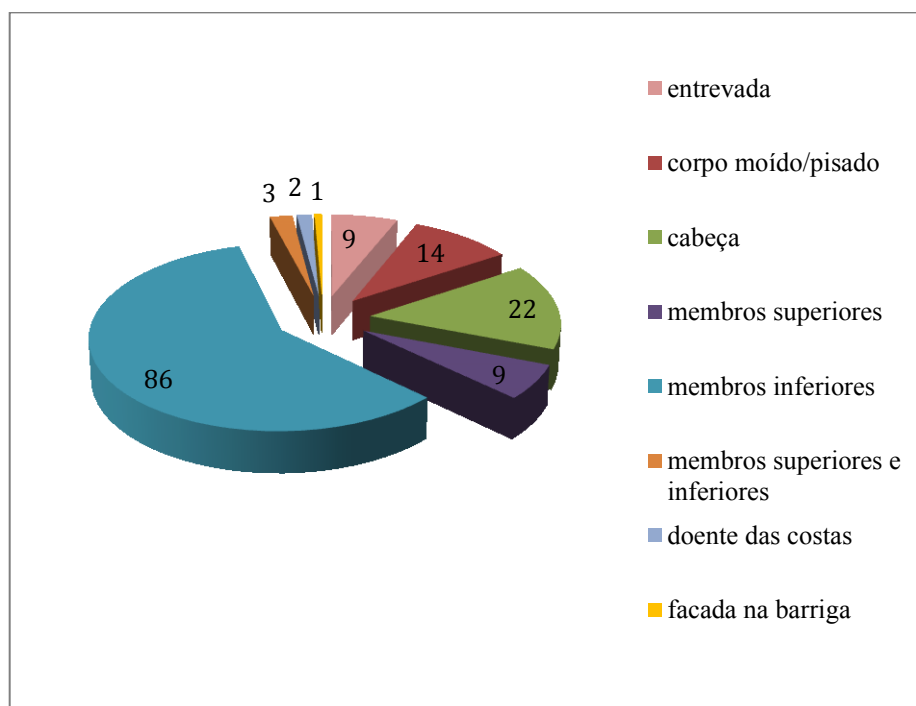
Da análise efectuada e cujos motivos de entrada se encontram no gráfico um, que se apresenta, respeitando a escrita original, podemos concluir que dos 150 registos, apenas quatro doentes deram entrada por outro motivo que não o trauma. São eles o

⁷⁴⁷ A tinta usada nos referidos documentos encontrava-se de tal modo esbatida que não se conseguia visualizar grande parte do que se encontrava escrito.

⁷⁴⁸ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1461 (sem fôlio).

que apresentava como motivo de admissão “doudo”, dois com “erisipela” e uma “doente desamparada”. De referir que apenas um registo aparece como sendo criança e cujo motivo de entrada era ter “ambas as pernas quebradas”. Esta criança veio a falecer a quinze de novembro.⁷⁴⁹

Gráfico 2: Motivo de entrada dos doentes feridos no terramoto de 1755



Fonte: ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1461

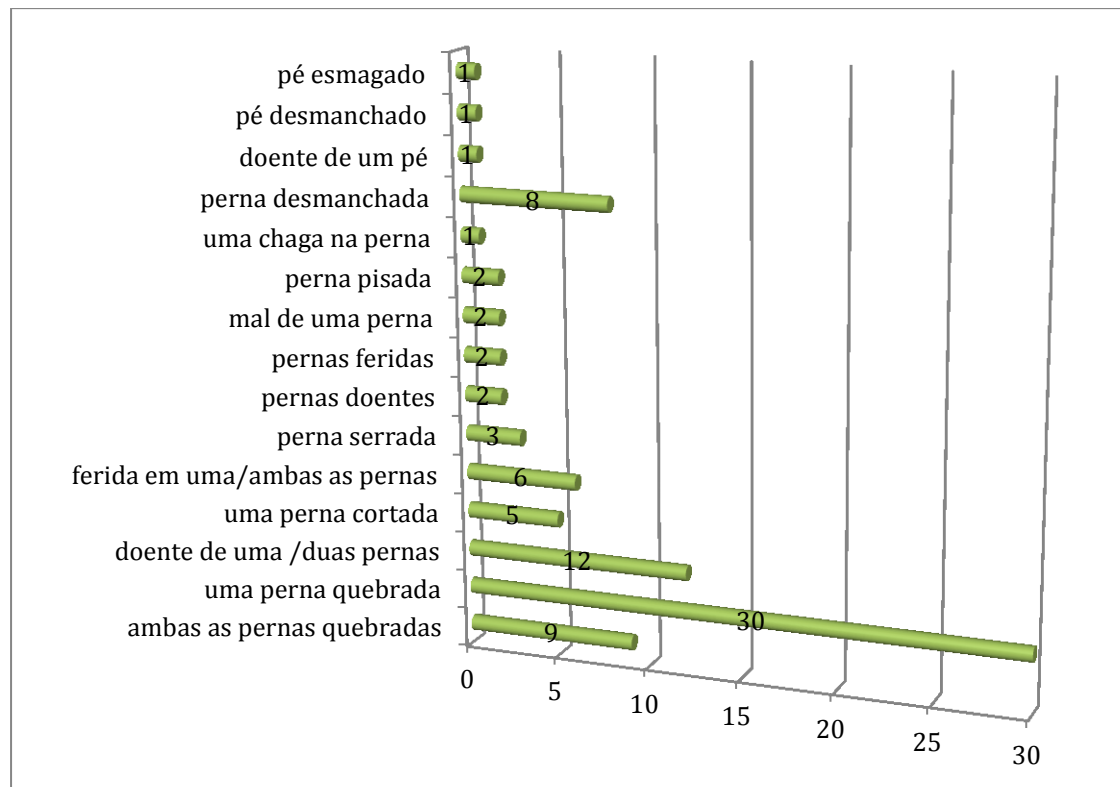
Dos 146 registos de feridos analisados, constatamos que 86 mostravam ferimentos nos membros inferiores, 23 na cabeça, catorze alegavam o corpo moído ou pisado, nove apresentavam-se entrevados, nove tinham ferimentos nos membros superiores e três em ambos os membros. Havia ainda registo de dois doentes com ferimentos nas costas e um com um ferimento por arma branca, na região abdominal.

Das nove doentes que deram entrada tendo como motivo “entrevada”, é de referir que oito faleceram. Se associarmos ao termo “entrevada”, àquele que não se podia mover, ou que se encontrava paralisado, podemos extrapolar para os doentes com paresias ou plegias decorrentes de lesões vertebro-medulares, o que também se adequa ao tipo de vítimas encontradas nos grandes eventos cataclísmicos como o terramoto em

⁷⁴⁹ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1461(sem fôlio).

causa. Estas lesões são situações graves e que podem ser fatais, caso as lesões se localizem ao nível da coluna cervical.

Gráfico 3: Registo de doentes com traumatismo dos membros inferiores (1755)



Fonte: ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1461

No que se refere aos doentes com traumatismo nos membros inferiores, dos 86 encontrados podemos observar que o maior número se refere a doentes com “uma perna quebrada” num total de 30. Seguem-se doze “doentes de uma ou duas pernas”, nove com “ambas as pernas quebradas”, sete com uma “perna desmanchada”, seis com “feridas em uma ou ambas as pernas” e cinco com “uma perna cortada”. Três doentes apresentam como motivo de entrada “perna serrada”. Podemos ainda observar doentes com pernas pisadas, feridas ou doentes e pés desmanchados ou esmagados.

Este tipo de lesões está de acordo com os registos recentes que afirmam que a esmagadora maioria dos problemas de saúde relacionados com os sismos são as lesões dos tecidos moles e lesões ortopédicas, provocadas por quedas e/ou ser-se atingido por elementos não-estruturais como, por exemplo, móveis, enfeites e luminárias.⁷⁵⁰

⁷⁵⁰ Bourque, Linda B., (et al.), “Morbidity and Mortality Associated with Disasters”..., p. 103.

Com a “cabeça ferida” estão registados 23 doentes mas, é de referir, que destes somente nove apresentavam apenas ferimentos na cabeça sendo que os restantes se encontram associadas também a outro tipo de trauma como é exemplo “toda a cabeça ferida” ou “cabeça e um braço partido”.⁷⁵¹

Podemos observar que vários foram os doentes que deram entrada com lesões da cabeça, que hoje classificamos como traumatismo craneoencefálico, sendo este tipo de ferimento uma das principais causas de mortalidade e morbidade nos traumatizados.

Com ferimentos dos membros inferiores, registaram-se 86, sendo que 81 se referem a trauma “das pernas”. Vítimas com este tipo de lesões estão sujeitas a um alto risco de isquemia, infeção das feridas, atraso ou não consolidação das fraturas e dores crónicas. Isto deve-se, não só a alterações anatómicas inerentes aos ferimentos, como também a lesões associadas a outros sistemas e problemas sistémicos associados ao mecanismo de lesão.⁷⁵²

Como foi referido anteriormente, grande parte destes doentes apresentava vários tipos de ferimentos em simultâneo. Esta associação de lesões traumáticas aparece várias vezes e pode dizer-se que grande parte dos doentes que deram entrada eram politraumatizados o que se adequa ao tipo de evento de que haviam sido vítimas.

Quadro 3: Registos de entrada nas enfermarias hospitalares provisórios: 1755/1756

1 de novembro de 1755 a 9 de junho de 1756	
Total de doentes entrados	3720
Doentes que entraram feridos	85
Doentes que entraram com febres	99
Doentes que faleceram neste período	465

Fonte: ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1479.

Este quadro, cujos dados foram retirados do Livro Geral das Portas de Santo Antão e do Rossio entre um de novembro de 1755 a nove de junho de 1756, refere-se a doentes de ambos dos sexos que entraram nas enfermarias dos hospitais provisórios, com início logo no dia do terramoto.⁷⁵³ Os primeiros registos de entrada que se conseguem identificar referem-se a feridos. Mas após alguns dias (que não se conseguem contabilizar) passaram a ser mais frequentes os doentes com febres, talvez

⁷⁵¹ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1461 (sem fólio).

⁷⁵² Terra, António, “Trauma das Extremidades” in *Manual de Trauma para apoio ao Curso de Abordagem Integrada do Traumatizado para Enfermeiros*, 5ª edição, Loures, Lusociência, 2009, p. 93.

⁷⁵³ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1479.

decorrentes de ferimentos não tratados, e que evoluíram para infeções. A percentagem dos que morreram foi de 12,5%. Estes dados enquadram-se no que hoje sabemos sobre a cinemática do trauma. Os estudos indicam que atualmente o primeiro pico da mortalidade, 50% de todas as mortes, ocorre no local do evento e geralmente é o resultado de lesões do sistema nervoso central, coração e grandes vasos. Seria pouco provável, por maiores que fossem os recursos, que estas vítimas pudessem sobreviver. O segundo pico de mortalidade, cerca de 30%, ocorre algumas horas após o evento, em consequência de traumatismos que resultam em perdas consideráveis de sangue. O terceiro pico de mortalidade, cerca de 20%, surge dias ou semanas após o trauma em consequência da infeção e da falência multiorgânica.⁷⁵⁴

Quadro 4: Registos de entrada em hospitais provisórios 1756

9 de junho de 1756 a 23 setembro 1756	
Total de doentes entrados	2276
Doentes com problemas mentais “doudos”	80
Doentes que faleceram neste período	352

Fonte: ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1480.

Este quadro, com dados retirados do Livro Geral das Portas de Santo Antão e do Rossio entre 9 de junho de 1756 a 23 setembro 1756, refere-se a doentes de ambos os sexos que deram entrada nas enfermarias dos hospitais provisórios, com início em junho do ano seguinte ao terramoto, num total de 2276.⁷⁵⁵ A percentagem dos que deram entrada e vieram a falecer foi de 15,4%. Sobressai o número elevado de doentes com problemas mentais. Sabemos que nos anos que se seguiram ao terramoto, foram efetuados vários internamentos por problemas de saúde mental, como se pode comprovar pelos documentos que relatam as entradas nas enfermarias do hospital real.⁷⁵⁶ Sabe-se que o Hospital de Todos os Santos, antes de 1755, tinha enfermarias com este tipo de doentes. Aquando do terramoto, alguns podem ter morrido, mas outros podem ter-se salvado e os doentes mentais a que se refere o livro, talvez esteja

⁷⁵⁴ Cunha, Jorge, “Cinemática do Trauma” in *Manual de Trauma para apoio ao Curso de Abordagem Integrada do Traumatizado para Enfermeiros*, 5ª edição, Loures, Lusociência, 2009, p. 7.

⁷⁵⁵ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1480.

⁷⁵⁶ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 57. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 58. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 59. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 60.

ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 61. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 62. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 63. ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, n° 64.

ligado a reinternamentos, pois nesta altura ainda não existiam hospitais psiquiátricos.⁷⁵⁷ Não sabemos. Com base em estudos mais recentes, confrontam-nos com o facto de que estes internamentos podem significar o resultado, do que chamamos hoje, stresse pós traumático não tratado, resultante dos tempos difíceis no pós terramoto.⁷⁵⁸

Este distúrbio pode ter manifestações diferentes nos sobreviventes, consoante o impacto físico da catástrofe (direto ou indireto). São considerados sobreviventes primários os que experimentaram o máximo de exposição ao evento traumático e sobreviventes secundários são os familiares próximos das vítimas primárias. Sendo assim, no terramoto do primeiro de novembro poderemos dizer que, pelos registos encontrados quase toda a população de Lisboa pode ser considerada sobrevivente primária ou secundária.⁷⁵⁹ Ainda no livro de registos de entradas de doentes entre nove de junho de 1756 e 23 setembro 1756, as inscrições dos doentes referem o nome da enfermaria onde se encontravam internados. Estas tinham sempre o nome de um santo como é o exemplo da enfermaria de S. Camilo, S. Jorge, S. Cosme, S. Bernardo, S. Francisco e S. Carlos. Referem, ainda, a data de entrada e o que o doente trazia vestido:

“Manuel Dias Nogo cazado com Maria Domingas natural da freguesia de : S das Neves, de Angeira, Bispado de Coimbra, beco da Lapa, trabalhador = fatos velhos. Entrou a 29 de Junho de 1756”⁷⁶⁰

⁷⁵⁷ O primeiro hospital psiquiátrico do reino foi o hospital de Rilhafoles, em Lisboa. Até finais de 1848, os alienados eram internados no hospital de São José, altura em que foram transferidos para o convento de Rilhafoles. Foram efetuadas obras de reparação e em 1850 os restantes alienados foram transferidos para o novo hospital, anexo ao hospital de S. José. O primeiro diretor do hospital de alienados foi o médico Francisco Martins Pulido. ANTT, *Registo Geral de Mercês, D. Maria II*, liv. 36, fls. 3 v. e 4 v.

⁷⁵⁸ O stresse pós-traumático é um distúrbio psiquiátrico grave causado pela experiência ou testemunho de um ou mais eventos que ameaçam a vida. Eventos que podem desencadear o stresse pós traumático, envolvem uma grave ameaça à própria integridade física que é acompanhada por sentimentos de medo intenso, horror, impotência e abandono. As situações que são uma ameaça para a vida ou que podem causar lesões graves, podem afectar as pessoas muito depois de terem ocorrido. O medo intenso, o abandono ou o terror por vezes torna-se obsessivo e a situação traumática volta a ser experimentada em repetidas ocasiões, geralmente como pesadelos ou imagens que são lembrados. Em alguns casos, os sintomas só começam muitos meses, e depois inclusive anos, depois do acontecimento traumático e os sintomas depressivos são frequentes. Pode ler-se mais em Granja, Cristina (et al.), “Understanding posttraumatic stress disorder-related symptoms after critical care: The early illness amnesia hypothesis”, in *Critical Care Medicine*, Vol. 36, Nº. 10, 2008, pp. 2801-2809.

⁷⁵⁹ Rachel Cohen considera ainda sobreviventes dos terceiro, quarto e quinto níveis. Do terceiro nível são considerados os que participaram no resgate das vítimas, do quarto nível outras pessoas da comunidade envolvida no desastre como por exemplo o pessoal do governo. Vítimas do quinto nível, são indivíduos que podem experimentar estados de angústia ou perturbação depois de ver ou ouvir relatos sobre o acontecido. Cohen, Rachel E., “Mental health services for victims of disasters” in *World Psychiatry* 1(3), 2002, pp. 149-152.

⁷⁶⁰ Podemos aqui observar os primeiros registos referentes ao espólio dos doentes.

No registo de outro doente refere-se que é “mendicante” e que trazia “fatos velhos e um capote”.⁷⁶¹ Saliente-se que, no período em análise, o hospital era um espaço destinado aos pobres. Essa miséria manifestava-se nas roupas que envergavam. Assim o facto dos doentes aparecerem com roupas velhas e andrajosas não se relacionaria com o ferimento, mas com a situação económica daqueles que recorriam às unidades hospitalares.

Em síntese, sabemos hoje, que o traumatizado deve ser considerado como um doente emergente e prioritário, pois as suas funções vitais podem deteriorar-se num curto espaço de tempo e o tipo de vítimas encontradas enquadra-se na tipologia existente nos grandes eventos cataclísmicos, como o terramoto em causa. Podemos ainda deduzir que grande parte destes doentes apresentava vários tipos de traumatismos em simultâneo, podendo ser chamados de politraumatizados, adequando-se ao tipo de ocorrência sofrida. As lesões físicas foram a principal causa de acidentes, não fatais, após a catástrofe e o tipo de lesões apresentadas está de acordo com as inscrições recentes segundo as quais, a esmagadora maioria dos problemas de saúde relacionados com os sismos são as lesões dos tecidos moles e lesões ortopédicas, provocadas por quedas e/ou por elementos não-estruturais. Exemplo de tal são os móveis, enfeites e luminárias.⁷⁶²

O facto de nos primeiros dias os registos se referirem mais a feridos e nos seguintes mais a doentes com febres, leva-nos a inferir que talvez estas sejam decorrentes de ferimentos não tratados e que evoluíram para infeções. Estes dados enquadram-se no que hoje sabemos sobre a cinemática do trauma.

Após os primeiros dias, quando as questões de sobrevivência, abrigo, comida e água são tratadas, os problemas de saúde mental apresentaram-se como a necessidade de atenção e geralmente duraram para além da cura do trauma físico.

⁷⁶¹ As ordens mendicantes nasceram e desenvolveram-se no século XII. Estas foram chamadas assim pelas suas características de “mendigar”, ou seja, de recorrer humildemente ao apoio económico das pessoas para viver o voto de pobreza e levar a cabo a sua própria missão evangelizadora. Das ordens mendicantes que surgiram nesse período as mais conhecidas são os Frades Menores e os Frades Pregadores, conhecidos como Franciscanos e Dominicanos. São chamados assim devido ao nome dos seus fundadores, Francisco de Assis e Domingos de Guzmão respectivamente. Retirado da Intervenção do Papa Bento XVI, *Ordens mendicantes, uma renovação na Igreja*, na audiência geral do dia 13 de Janeiro de 2010. [Consultado em 13 de março de 2015]. Disponível na [www:<http://www.zenit.org/pt/articles/ordens-mendicantes-uma-renovacao-na-igreja>](http://www.zenit.org/pt/articles/ordens-mendicantes-uma-renovacao-na-igreja)

⁷⁶² Bourque, Linda B., (et al.), “Morbidity and Mortality Associated with Disasters” in Dynes, Russell R., *The Lisbon Earthquake In 1755: Contested Meanings In The First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 2003, p. 103.

Figura 21: Depoimento sobre a cidade de Lisboa (2ª metade do séc. XVIII)



Fonte: Museu da Cidade

Figura 22: As ruínas de Lisboa



Fonte: Museu da cidade (sobreviventes montam um acampamento fora dos limites de Lisboa na sequência do terramoto de 1755).

3.1.2. Os mortos

“Não ha males, de que o homem não possa tirar bens, se compondo-se com seus desejos, faz juízo das cousas, consultando à verdade, e não ao seu apreço, deixando livre os olhos da razão à luz do dezenzano.”⁷⁶³

O cuidado dos homens com a sua condição, enquanto seres mortais, e com o seu destino após a falecimento, é anterior aos principios do cristianismo. A forma como a morte foi sendo encarada ao longo dos tempos e das diferentes sociedades, apresenta variações muito significativas, que se refletem de modo distinto, consoante os níveis culturais dos grupos em que as mesmas se estratificaram.⁷⁶⁴

Esta visão sobre o destino de cada um está exposta na Bíblia, nos evangelhos do Novo Testamento. Algumas passagens destes textos referem com clareza a divisão feita no fim dos tempos, entre os que seriam colocados ao lado direito de Deus e aqueles ficariam ao seu lado esquerdo. As pessoas que tivessem cumprido os mandamentos cristãos, quer para com Deus, quer para com o próximo, tinham a salvação garantida no Paraíso sendo colocados à sua direita. Os que pelo contrário, não tinham seguido esses mesmos preceitos, eram dispostos à sua esquerda e condenados ao castigo eterno.⁷⁶⁵

Esta diferenciação fez surgir um espaço de tempo entre os dois juízos, passível de ser utilizado com o objetivo de purificar as almas dos finados, abrindo-se a porta ao nascimento posterior do Purgatório.

Assim, podemos dizer que o Purgatório, para a maioria da população católica da Época Moderna, tornava-se não só a sua única esperança de salvação, como também o destino mais certo que podiam esperar após a morte.⁷⁶⁶

Philippe Ariés referiu que, o Purgatório fora, em geral, até ao Concílio de Trento, um local de caráter exclusivo, reservado apenas para algumas almas sobre as quais

⁷⁶³ Aranha, Boaventura Maciel, *Cuidados na vida e descuidos na morte*, Lisboa, na Officina Pinheirense da Musica, 1743. (Sem paginação)

⁷⁶⁴ Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX” in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, Lisboa, Colibri, 1996, p. 391.

⁷⁶⁵ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, pp. 12-13. Tese de Doutoramento Policopiada.

⁷⁶⁶ Araújo, Ana Cristina, “Corpos sociais, ritos, e serviços religiosos numa comunidade rural. As confrarias de Gouveia na época moderna” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001-2002, p. 279.

existiam dúvidas sobre a sua salvação e que necessitavam de orações e de missas para a alcançarem. Pelo contrário, após esta assembleia magna, o Purgatório tornou-se no destino maioritário dos fiéis, quase como que um período normal na migração que a alma fazia após a morte. Só havia garantia de passagem imediata ao Céu para aqueles que morressem declaradamente em estado de santidade pela Igreja Católica.⁷⁶⁷

Foi com o Concílio de Trento que se confirmou e reforçou a existência deste lugar de purificação dentro da Igreja Católica, enquanto lugar de acolhimento das almas dos falecidos, em pé de igualdade com o Paraíso e o Inferno.

Na Época Moderna, o Purgatório era encarado como um verdadeiro Inferno no que dizia respeito aos suplícios, às penas e aos castigos infligidos aos pecadores, antes de alcançarem o Paraíso. A única diferença entre o Purgatório e o Inferno era que no primeiro as almas permaneceriam durante um determinado tempo, antes de poderem alcançar o Céu, conforme fossem maiores ou menores as culpas e os pecados cometidos neste mundo, ao passo que no Inferno os tormentos não teriam um fim e as almas a ele condenadas seriam punidas eternamente.⁷⁶⁸

Depois da morte, as almas acreditavam poder contar com a solidariedade dos vivos para as sufragarem. Enquanto estivessem no Purgatório pouco ou nada podiam pedir para si mesmas.⁷⁶⁹

Deste modo, na Idade Moderna existia a preocupação, durante a vida, em assegurar a celebração de missas e outros sufrágios por sua alma, depois da morte. A pessoa deixava estipulado um número específico de missas e outros serviços de culto, para serem celebrados tanto no seu funeral, como posteriormente. Os serviços religiosos aproximavam, o mundo dos mortos do dos vivos, pois estes temiam que os seus familiares e amigos pudessem sofrer muito tempo no Purgatório e tentavam, na medida das suas possibilidades, implorar a Deus pela sua alma, através da celebração de missas ou mediante orações.⁷⁷⁰ A Gazeta de Lisboa refere que, só no ano de 1716, se celebraram 52946 missas.⁷⁷¹

Na Época Moderna o homem devia pautar a sua vida e as suas ações em função da

⁷⁶⁷ Ariés, Philippe, *O Homem perante a morte II – a morte asselvajada*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1988, pp. 197-198.

⁷⁶⁸ Abreu, Laurinda dos Santos, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 137-138.

⁷⁶⁹ Vovelle, Michel, *Mourir autrefois attitudes colectives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*, Paris, Gallimard, 1974, p. 126.

⁷⁷⁰ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista...*p. 23.

⁷⁷¹ *Gazeta de Lisboa*, nº 27, 1716, p. 136.

possibilidade do acontecimento da morte e do valor da salvação da alma. A ubiquidade da morte implicava essa constante vigilância, pois se a sua ocorrência era uma verdade incontestável, o momento exato era incerto.⁷⁷²

Existia, por conseguinte, uma proximidade física entre mortos e vivos. Esta aproximação entre a morte e o homem moderno não sucedia apenas devido aos perigos que o ameaçavam no quotidiano, pelo facto dos restos mortais dos que já tinham partido se encontrarem junto das populações. Os cadáveres eram enterrados nas igrejas locais ou, em alternativa, em cemitérios que se situavam dentro do aglomerado populacional.⁷⁷³ Esta proximidade era, por vezes, prejudicial à saúde dos vivos pois, sobretudo nas igrejas, os cadáveres em decomposição libertavam odores e miasmas que colocavam em perigo a saúde pública.

A teoria miasmática defendia que as doenças eram causadas pela presença no ar de um miasma, um vapor venenoso com partículas suspensas de matéria em decomposição, caracterizadas pelo seu mau cheiro. A teoria teve origem na Idade Média e resistiu até ao século XIX.⁷⁷⁴ Para os teóricos, esses gases continham corpúsculos invisíveis que permaneciam no ar, tornando-o denso e corrompido. Acreditava-se que, principalmente nas cidades havia uma grande concentração dos miasmas, pois lá o ar não circulava adequadamente. Elencavam-se várias fontes produtoras de miasmas como pântanos, esgotos, animais ou vegetais em decomposição e até alguns doentes. As enfermidades não eram transmitidas de um doente a outro, mas através da conspurcação do ar.

Assim, graças à teoria miasmática, o cadáver transformou-se num problema. Para neutralizar a ação desses gases, uma série de práticas foi estabelecida pelas autoridades sendo que uma delas foi a separação entre o mundo dos vivos e dos mortos com a criação de espaços próprios para os receber. Estes deviam ser completamente murados,

⁷⁷² Durães, Margarida, “Porque a morte é certa e a hora incerta... Alguns aspetos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarense (sécs. XVIII-XIX)” in *Sociedade e Cultura* 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, vol. 13, nº 2, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2000, pp. 296-299.

⁷⁷³ Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1750-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 363-365.

⁷⁷⁴ Pode ler-se mais em Demaitre, Luke, E., “Air, miasma and contagion - Epidemics in antiquity and the Middle Ages” in *Bulletin of the History of Medicine*, 78/2, 2004, pp. 466-468; Halliday, S., “Death and miasma in Victorian London: an obstinate belief” in *British Medical Journal*, 323/7327, 2001, pp. 1469-1471.

localizados à volta das cidades, em lugares altos e ventilados pelo vento, para evitar a viciação dos ares que tinha lugar nas igrejas.⁷⁷⁵

Surgiram então os cemitérios públicos que, obedecendo às novas normas de higiene, vieram controlar os corpos e normalizar os enterros. Toda a arquitetura, organização interna e administração, tinha como objetivo a minimização da ação mórbida dos miasmas. O tamanho das sepulturas, as árvores, o muro, os espaços vazios, a capela mortuária, fazia com que os miasmas permanecessem bem longe das populações.⁷⁷⁶ Antes da construção dos cemitérios públicos, não havia a separação entre o mundo dos vivos e dos mortos.⁷⁷⁷ Em Portugal, os cemitérios foram definidos como espaços públicos de gestão municipal ou paroquial por leis de 1835. Os enterramentos civis, oficialmente, só foram possíveis depois de 1878. Pode ler-se no Diário de Governo de quinze de janeiro de 1838:

“Sendo conveniente à saúde, e Civilização dos Povos, que tenha plena e a mais prompta execução o decreto de 21 de Setembro de 1835, pelo qual se mandarão estabelecer Cemitérios Públicos nos Conselhos e lugares onde não os havia, e se prohibio a continuação do Enterramento de Cadaveres nos Templos (...)”⁷⁷⁸

A morte integrava o quotidiano desde a Idade Média pois, o doente falecia nas casas onde era velado por seus familiares e vizinhos. Nos minutos que antecediam a morte, fechavam-se as janelas, queimava-se incenso e acendia-se velas. As pessoas mais chegadas vinham acompanhar os últimos momentos. Era crença da época que, para que o moribundo tivesse uma “boa morte”, era necessário conhecer o momento do falecimento, morrer em companhia de outras pessoas e receber os sacramentos.⁷⁷⁹

O acompanhamento dos amigos, familiares e conhecidos nos últimos momentos de vida do moribundo, mostra-nos também uma outra vertente da morte na Época Moderna. Esta era vivida de forma pública e aberta à comunidade familiar e religiosa em que cada um se inseria.

Em algumas instituições da Idade Moderna, como por exemplo as confrarias, os irmãos eram acompanhados às sepulturas. Sendo uma das obras corporais e, como tal,

⁷⁷⁵ Ariés, Philippe, *O homem perante a morte...*, p. 71.

⁷⁷⁶ Reis, João José, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 57.

⁷⁷⁷ Leia-se sobre este assunto em Catroga, Fernando, “O culto dos mortos como uma poética da ausência” in *ArtCultura, Uberlândia*, vol. 12, n. 20, 2010, pp. 169-170.

⁷⁷⁸ Sobre Legislação de 1838, pode consultar-se Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*, Lisboa, Typ. De Luiz Correia da Cunha, 1838, p. 8.

⁷⁷⁹ Ariés, Philippe, *O homem perante a morte...*, p. 45.

levada muito a sério, as confrarias estavam obrigadas estatutariamente a acompanhar os seus confrades à sepultura e apresentavam-se nestes cortejos fúnebres seguindo um ritual próprio, que variava conforme a sua importância social local. Para estes momentos era solicitada a participação de todos, pois o defunto devia ser acompanhado por toda a irmandade em solidariedade com o momento de passagem para o outro mundo, embora fosse frequente a falta de alguns dos seus membros a tal obrigação.⁷⁸⁰

À semelhança do irmão confrade, também a mulher deste e os filhos menores eram sepultados gratuitamente. As misericórdias adequavam os funerais aos serviços que lhes eram solicitados, tendo os seus membros um serviço diferenciado. No século XVIII, muitas destas instituições possuíam um esquife no qual transportavam os irmãos defuntos à última morada, podendo fazê-lo também aos que não eram seus confrades, mediante pagamento. Quando falecia algum irmão, a comunicação do falecimento era efetuada à comunidade através de toques diferentes do sino que esta identificava. A morte nas comunidades católicas da Época Moderna devia ser assinalada, para que todos pudessem prestar a última homenagem ao defunto, e acompanhar o seu corpo à última morada.⁷⁸¹ Eram também enviadas campainhas que tocavam nas ruas da vila ou cidade.

O local de enterramento era melhor do que o escolhido para os que não faziam parte da confraria. Faziam-se acompanhar da bandeira da instituição especialmente destinada para o efeito e os mesários apresentavam-se com as insígnias próprias da ocasião.⁷⁸²

Confrarias mais pequenas, prestavam um acompanhamento fúnebre bem mais simples, discreto e reduzido, aos seus confrades, mobilizando apenas um pequeno número de irmãos.⁷⁸³

Mas os enterros constituíram desde sempre um ponto de fricção dentro e fora destas confrarias. A recusa em carregar o caixão ou, simplesmente, em acompanhar o cortejo fúnebre resultaram em faltas consecutivas e serviram de pretexto para um conflito que levou a expulsões. A misericórdia de Coimbra encontrou como solução

⁷⁸⁰ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, p. 43. Tese de Doutoramento Policopiada.

⁷⁸¹ Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa...*, p. 238; Beaucarnot, Jean-Louis, *Comment vivaient nos ancêtres...*, p. 183.

⁷⁸² Araújo, Maria Marta Lobo de, “As misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII” in *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, 2003, p. 448.

⁷⁸³ Ferraz, Tiago, “Acompanhar ao outro mundo: A morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar” in *CEM Cultura, Espaço e memória*, vol. 3, 2012, p. 164.

contratar assalariados para carregar a tumba ficando os irmãos com a função de transportarem as tochas, os brandões e a bandeira.⁷⁸⁴

Neste clima social, cabia aos vivos a responsabilidade de zelar pela sua passagem do Purgatório ao Paraíso através de sufrágios, procissões, orações e práticas de caridade.⁷⁸⁵ Esta forma de cuidar dos mortos não era despreziosa, pois a caridade era financiada não só por doações entre os vivos como principalmente por legados testamentários sendo este o sustento de muitos pobres.⁷⁸⁶

Desde o século XVII que, na Europa, se foram instituindo novos rituais como a visita regular aos túmulos e o culto da lembrança. A sociedade passou a idolatrar os seus heróis e os seus túmulos tornaram-se monumentos.⁷⁸⁷ Os enterramentos deixaram de ser anónimos, o que marca um movimento de individualização das sepulturas e de preocupação de demarcar o lugar onde estava sepultado o defunto, para que esse lugar pertencesse por direito ao falecido e à família.⁷⁸⁸

O luto formal dos tempos medievais tornou-se uma sincera manifestação de dor. Era comum os parentes e amigos logo após a morte romper em grandes manifestações de luto.⁷⁸⁹ Os médicos higienistas do final do século XVIII deixaram protestos, pelo aumento da multidão que invadia o quarto dos moribundos.⁷⁹⁰

As ideias iluministas que lançavam uma nova visão crítica sobre a vivência da morte, parecem ter contribuído para o surgimento de novas atitudes sendo que o velório dos defuntos foi progressivamente afastado do espaço doméstico.⁷⁹¹

Um outro fator que parece ter imprimido maior intensidade a esta campanha iluminista foi o drama associado ao terramoto em Lisboa.

Joseph Alvarez da Silva em 1756 e António Ribeiro Sanches em 1757, médicos, defenderam explicitamente, a propósito da mortalidade provocada pelo terramoto, a criação de locais de enterramento exteriores às cidades.

⁷⁸⁴ Paiva, José Pedro; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Estabilidade, grandeza e crise..., p. 411. Pode ler-se mais no Doc. 158 1667, Arquivo da Misericórdia de Coimbra – MEM/3 E1/P1/Lv. 26, Acórdãos da Mesa (1629-1748), fls. 368-371.

⁷⁸⁵ Sobre este assunto deve ler-se Abreu, Laurinda, “Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução” in *Separata da Revista Portuguesa de História*, T. XXXIII, Coimbra, 1999, pp. 713-736.

⁷⁸⁶ Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias...*, p. 15.

⁷⁸⁷ Ariés, Philippe, *O homem perante a morte...*, pp. 300-341.

⁷⁸⁸ Ariés, Philippe, *O homem perante a morte...*, p. 50.

⁷⁸⁹ Ariés, Philippe, *O homem perante a morte...*, p. 153.

⁷⁹⁰ Ariés, Philippe, *O homem perante a morte...*, p. 28.

⁷⁹¹ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista...*, p. 548.

O médico do exército do rei, Alvarez da Silva, referindo-se aos cadáveres soterrados pelo terramoto, escreveu que se podiam exalar “vapores nocivos da sua corrupção” e que os ventos levavam os ares contaminados dos cadáveres e dos esgotos “expostas ao ambiente” pois “quanto mais puro ou livre de partículas alheias, tanto será mais conferente à vida.”⁷⁹² Podemos observar aqui uma preocupação genuína para com a contaminação do ambiente, revelando alguns cuidado com a saúde pública.

Por sua vez, Sanches referiu “(...) que á roda das villas, e cidades, em lugares altos, e ventilados dos ventos se erijaõ cemitérios cercados de muros altos (...)”.⁷⁹³

Mais tarde, em 1833, a epidemia de cólera morbus, que assolou a cidade de Lisboa fez com que fosse decretado, com carater urgente, a construção de um cemitério provisório destinado a enterrar os mortos decorrentes do referido flagelo.⁷⁹⁴

Quando ascendeu ao governo, Marquês de Pombal, empreendeu reformas em todos os setores da vida nacional com algum enfoque campo sócio-religioso. A influência da Igreja, ao nível da formação do pensamento socioreligioso, bem como através do seu poder económico, foi um dos alvos da sua intervenção política.

O governo pombalino considerava ser um ofensa a forma como a Igreja, através dos seus agentes e das suas instituições, se aproveitava dos últimos momentos de vida da população, inculcando-lhes o temor da condenação eterna, de maneira a ser contemplada com donativos e legados pios, que garantiriam a salvação da alma do doador. Centralizavam-se assim as propriedades e meios financeiros nas mãos de uma instituição, em detrimento dos herdeiros do defunto.⁷⁹⁵

Por isso, em 1766 e 1769, foi elaborada legislação no sentido de controlar e restringir a liberdade de testar, bem como de instituir legados pios em favor da alma.⁷⁹⁶ Com estas restrições, a legislação pombalina procurava impedir o delapidar do património familiar, o qual era posto em causa pelos arrependimentos e fraquezas de alma dos agonizantes. Estes, temendo a condenação eterna, doavam os seus bens e dinheiros à Igreja e outras instituições cumpridoras de legados pios, em detrimento da

⁷⁹² Silva, Joseph Alvarez da, *Precauções médicas contra algumas remotas consequências, que se podem excitar do terremoto de 1755*, Officina de Joseph da Costa Coimbra, Lisboa, 1756, p. 3.

⁷⁹³ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos...*, p. 119.

⁷⁹⁴ Sobre esta epidemia pode ler-se Leitão, António José de Lima, *Um fragmento da história da epidemia : que, sob o nome de Cólera-morbus asiático, havendo percorrido a Asia e a maior parte da Europa, chegou a Portugal no corrente anno de 1833*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

⁷⁹⁵ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista...*, p. 483.

⁷⁹⁶ Leia-se as Leis de 25 de junho de 1766 sobre os testamentos e a Carta de 9 de Setembro de 1769 sobre a Declaração à Lei dos Testamentos de 25 de junho de 1766, em *Collecção das Leis, Decretos e Alvarás que comprehende o feliz reinado d’el rei fidelíssimo D. Jozé o I. Nosso Senhor desde o anno de 1761 até ao de 1769*, tomo II, Lisboa, na oficina de Miguel Rodrigues, 1770, (paginação incerta).

família.⁷⁹⁷

Para a população portuguesa dos finais do século XVII, inícios de XVIII, a morte era realidade constante no quotidiano das sociedades do Antigo Regime. Os níveis da mortalidade dita normal eram bastante elevados. Na Idade Moderna por cada 1000 indivíduos morriam anualmente 30 a 40. Tal facto contribuía para limitar o ritmo de crescimento global da população e determinava a esperança de vida à nascença por volta dos trinta anos.⁷⁹⁸

Quanto à mortalidade infantil, cerca de um quarto dos nascidos falecia antes de completar o primeiro ano de vida e só cerca de metade das crianças completava os sete anos de idade.⁷⁹⁹ No século XVII, considerava-se que a criança muito pequena, não era ainda capaz de pecar e, por isso, quando batizadas, estavam automaticamente salvas, no caso de falecerem.⁸⁰⁰ As almas das crianças até aos sete anos de idade, falecidas sem receber o batismo, iam para um lugar chamado “limbo”, onde não sofriam, mas também não viam Deus, até ao juízo final.⁸⁰¹

Na faixa etária entre os dez e os quinze anos, os valores da mortalidade eram menores.⁸⁰² Em 1788, o Almanaque de Lisboa referiu que “metade dos que nascem morre antes dos dezassete anos”.⁸⁰³ A mortalidade feminina também era alta devido aos óbitos provocados por complicações durante vários partos a que cada mulher estava sujeita.⁸⁰⁴

Quanto aos elementos do sexo masculino, a partir dos quarenta anos de vida, aumentava a mortalidade, face ao sexo oposto. Em ambos os sexos a taxa da

⁷⁹⁷ Sobre este assunto leia-se Rodrigues, Ana Maria; Durães, Margarida, “Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes” in *Arqueologia do Estado. Jornadas sobre formas de organização e serviços de poderes da Europa do Sul (séculos XIII-XVIII)*, vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, p. 824.

⁷⁹⁸ Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX” in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, Lisboa, Colibri, 1996, p. 393.

⁷⁹⁹ Ariès, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1973, pp. 177-178.

⁸⁰⁰ Sobre a certeza da salvação para os menores de sete anos de idade confira-se Amorim, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 275.

⁸⁰¹ Leia-se a este respeito Cohn Jr., Samuel, “The place of the dead in Flanders and Tuscany: towards a comparative history of the Black Death” in Gordon, Bruce, Marshall, Peter, *The place of the dead, Death and remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe*, Cambridge, University Press, 2000, pp. 17-44.

⁸⁰² Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana...”, p. 394.

⁸⁰³ Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, p. 57.

⁸⁰⁴ Até ao século XVIII, o parto não se concebia sem parteira, mulher de saberes práticos, personagem central da sua comunidade. Pode ler-se mais em Carneiro, Marinha, *Ajudar A Nascer Parteiras, Saberes Obstétricos e Modelos de Formação (Séculos XV-XX)*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2003, pp. 45-46. Tese de Doutoramento policopiada.

mortalidade era muito alta nos escalões etários superiores aos cinquenta anos.⁸⁰⁵

A frequência e o ressurgimento de crises, principalmente epidémicas, conferiam um acrescido grau de risco e violência à mortalidade.⁸⁰⁶ Na segunda década de setecentos, a expansão demográfica estava assim limitada por uma insuficiência alimentar crónica, mas, sobretudo, pelo sempre frágil equilíbrio entre os recursos disponíveis e a população existente. Quando esse equilíbrio era interrompido, as consequências eram os picos súbitos de mortalidade (fenómeno que caracterizava o modelo demográfico do Antigo Regime). Os fatores de regressão populacional estavam assim associados aos invernos pobres e chuvosos, às más colheitas, à subida dos preços, nomeadamente dos cereais e a crises alimentares com a escassez de grande parte dos alimentos que provocaram uma “fome muito grande” que levou à “miséria e carestia destes anos”.⁸⁰⁷

Com o afluxo de tropas, que com frequência se faziam acompanhar de doenças como o tifo, a mortalidade em Lisboa cresceu entre os anos de 1703 e 1705.⁸⁰⁸ A fome, as pestes e a guerra encontravam-se na origem das explicações dos contemporâneos, que consideravam esta trilogia como uma grande catástrofe. Mas a morte, estava sobretudo ligada aos problemas de insalubridade, promiscuidade das habitações, pobreza e exiguidade do vestuário, à falta de higiene e ainda à ingestão de águas e alimentos impróprios. Foi um período de doenças relacionadas com fatores socioeconómicos e com as fracas condições de vida, tais como o já referido tifo, a febre tifóide, a varíola, a malária e, posteriormente no século XIX, a cólera e a febre-amarela.⁸⁰⁹

A experiência dramática do terramoto, com a imagem da morte e da destruição da cidade, desencadeou um elevado rol de testemunhos, alguns dos quais são visíveis nas inúmeras escrituras testamentárias da época.⁸¹⁰ A morte súbita provocada, não pela fome ou doença, mas por uma calamidade natural, deixou sequelas graves nas memórias dos testadores pois em 1790 ainda existiam relatos sobre a sobrevivência nos escombros das casas que tinham ruído, recordando as dificuldades sentidas nos anos

⁸⁰⁵ Carneiro, Marinha, *Ajudar A Nascer Parteiras...*, pp. 45-46.

⁸⁰⁶ Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830...*, p. 49.

⁸⁰⁷ ANTT, *Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos*, liv. 98, fl. 42-45. ANTT, *Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos*, liv. 98, fls. 128 v.-130.

⁸⁰⁸ Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830...*, p. 50.

⁸⁰⁹ Rodrigues, Teresa, “As crises de mortalidade em Lisboa (séculos XVI a XIX) – Uma análise global” in *Boletín de la Asociación de demografía Histórica*, XIII, 2, Bilbao, 1995, p. 47.

⁸¹⁰ ANTT, *Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos*, liv. 277, fls. 95-96. ANTT, *Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos*, liv. 276.

seguintes. Algumas destas mortes mais ou menos repentinas pois foram provocadas pelos incêndios, encontram-se documentadas em diversos livros de registos de óbitos das paróquias.⁸¹¹ O terramoto de 1755 originou uma multiplicação massiva de óbitos e, como sempre que o número de mortos aumentava exponencialmente, gerou-se o pânico.⁸¹²

No rescaldo do acontecido, o rei pediu parecer ao Cardeal Patriarca, a dois de novembro, sobre o melhor local para sepultar os mortos, lembrando ao prelado que em outras cidades que viveram o flagelo da peste, se fizeram fossos de grande altura para lá se jogarem os cadáveres. Foi também sugerido que se fizesse o transporte dos cadáveres em batelões para fora da barra para se lançarem ao mar amarrados com pedras para irem ao fundo e lá permanecerem até desaparecer.⁸¹³ A resposta do prelado chegou no mesmo dia e aconselhava a que, pelo facto de ser menos morosa a sua execução, se colocassem os cadáveres em embarcações e fossem conduzidos ao mar. Quanto aos registos dos mortos, sugeriu que fossem os párocos a responder a esse problema pois assim seria mais célere a sua resolução.⁸¹⁴

Seguindo as indicações do Cardeal, foi ordenado colocar numa das maiores embarcações, tantos cadáveres quantos fosse possível. Esta barca foi conduzida ao mar e afundada, visto ser impossível sepultar todos os cadáveres antes que estes contaminassem a cidade.⁸¹⁵

No terceiro dia do mesmo mês, foi dado a conhecer ao Cardeal Patriarca que a cidade se encontrava repleta de cadáveres, principalmente nos edifícios que não tinham sido consumidos pelas chamas. Foi ainda solicitado ao Cardeal que desse instruções aos párocos da corte “suburbios e vizinhanças della” para que saíssem em procissão e convencessem os habitantes de Lisboa que tinham abandonado a cidade no pós terramoto, para que regressassem e ajudassem os nobres, ministros e oficiais de guerra na sepultura dos mortos. Solicitou ainda ao Patriarca que proibisse as “exhortações” que andavam a fazer alguns religiosos, pois isso fazia com que as pessoas não voltassem a Lisboa e as que ainda não tinham fugido pensassem em fazê-lo.⁸¹⁶

⁸¹¹ O livro de registos de óbitos da paróquia de São Mamede faz referência a mortes decorrentes do terramoto, nos dias um e quatro de novembro. Alguns destes falecimentos foram considerados repentinos enquanto que a outros a morte é atribuída às queimaduras sofridas. ANTT, *Livro de Registo de Óbitos*, liv. 01, cx. 12, fls. 1v e 2.

⁸¹² Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830...*, p. 54.

⁸¹³ Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 50.

⁸¹⁴ Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 51.

⁸¹⁵ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 132.

⁸¹⁶ Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 52-54.

As igrejas foram local de sepultura para muitos habitantes pois sendo dia solene todas estavam cheias.⁸¹⁷ Morreram nas ruínas muitas pessoas e alguns membros do clero que exerciam os ofícios divinos, ficando também soterradas as alfaias litúrgicas.⁸¹⁸ Pode ler-se no livro dos óbitos do Convento de S. Elói:

“Com o fogo se consumio também o livro dos óbitos. Não sei dizer se estavam satisfeitos todos os ofícios dos novos conegos, e irmãos, que erao falecidos até ao dito dia, poys só o poderia afirmar o R.S. Vice Reitor da Caza e que morreo estre as ruinas (...).⁸¹⁹

Assim, diversas são as informações sobre valores referentes ao número de mortos como se pode constatar pelos livros de registos de óbitos da época.⁸²⁰ Fontes coevas referem que só os religiosos da Ordem dos Mínimos sepultaram 480 pessoas.⁸²¹ O geólogo Francisco Luiz Pereira de Sousa refere que

“No he possível assignalar o numero das pessoas que morrerão em Lisboa neste Terremoto, sendo a razão principal disto que aquella Cidade não tinha enumeração certa de sua população : hum dos muitos defeitos da administração do Governo ; e o que athe o anno de 1748 se dizia acerca da Povoação de Lisboa, se fundava e, o erro do Povo, pois se assegurava comumente, que aquella Capital tinha quinhentas mil almas.⁸²²

Alguns relatos da época são elucidativos do que se passou, referindo inclusive que algumas pessoas foram soterradas vivas: “(...) tratou-se de revolver as cinzas, e ruínas para enterrar com segurança aqueles, que nelas primeiro acharão a sepultura, que a morte”.⁸²³

Quanto ao Algarve, “pela sua localização junto ao mar foi muito danificado pelo Terramoto. Lagos foi arrasada e morrerão 400 pessoas, em Silves terão sido 200 pessoas, em Faro 700, Albufeira 500 mortos, Tavira 250 pessoas, Castro Marim 180”.⁸²⁴

⁸¹⁷ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 2.

⁸¹⁸ Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 7.

⁸¹⁹ ANTT, *Convento de Santo Elói*, liv. 5, fl. 1.

⁸²⁰ ANTT, *Livro de Registo de Óbitos*, Lv 04, cx 48, fl. 333.

⁸²¹ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, p. 25.

⁸²² Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol III, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1928, p. 546.

⁸²³ Pode ler-se mais em Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 6.

⁸²⁴ D.J.F. M, *Theatro lamentável, scena funesta: relação verdadeira do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Coimbra, Na Officina de Francisco de Oliveira 1756, p. 12.

Com base no recenseamento efetuado em 1801, para levantamento geral da população do reino, a mortalidade geral em Lisboa foi estimada em 31,5%.⁸²⁵ Pode admitir-se um valor de 37 ou 38 mortos por mil habitantes, decrescendo para 34 ou 35 em finais do século XVIII. Apesar de não haver grandes registos sobre a extensão da mortalidade causada pelo terramoto, pelo elevado número de pessoas a enterrar, pela destruição das sedes paroquiais do centro de Lisboa e a total desorganização do regime dos registos, a mortalidade é apontada em obras contemporâneas para um número de 20000 mortos.⁸²⁶ Este número pode estar longe do real, pois a prática seguida na época era de não contabilizar os menores de sete anos que faleciam antes de os completarem.⁸²⁷

O almanaque de 1788 alertou para o facto de que muitos mortos, principalmente os menores, ficavam expostos nas portas dos conventos ou igrejas dos regulares, locais onde não se fazia assento dos que iam a sepultar. Esta prática foi confirmada pelos párocos da capital no recenseamento de 1801.

Pode ler-se em alguns documentos sobre inventários de bens que houve famílias em que morreram várias pessoas.⁸²⁸ Exemplo disso é o inventário de bens de “Andresa Maria”, falecida a um de novembro, casada com Dionísio da Fonseca e cuja herdeira é a neta, pois a mãe da criança também faleceu no terramoto. Como proveitos, foi deixado “dinheiro, peças de ouro e prata, mobiliário, objetos de madeira, roupa, alfaias agrícolas”.⁸²⁹

De referir também que dos livros dos óbitos não faziam parte aqueles que viviam à margem da sociedade ou da Igreja Católica como os mendigos e aqueles que professavam outra religião.⁸³⁰ Em concordância com o que foi dito, numa avaliação sumária do que se pode ler no manuscrito *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, calcula-se que “perecerão nas ditas ruínas para sima de dezasseis, até vinte mil pessoas (...).”⁸³¹ Pode ler-se também nas páginas seguintes do

⁸²⁵ Sousa, Fernando, *A população portuguesa no início do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, p. 280. Tese de Doutoramento policopiada.

⁸²⁶ Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa...*, p. 20.

Mendonça, Joaquim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 137. Este autor refere que cerca de 5000 pessoas terão morrido na sequência do terramoto, maremoto e incêndio. As outras 5000 terão perecido durante o mês de novembro como resultado dos ferimentos.

⁸²⁷ Sousa, Fernando, *A população portuguesa no início do século XIX...*, p. 84.

⁸²⁸ ANTT, *Feitos Findos, Inventários pós morte*, Letra E, mç. 10, nº 2.

⁸²⁹ ANTT, *Feitos Findos, Inventários pós morte*, Letra A, mç. 53, nº 1.

⁸³⁰ Sousa, Fernando, *A população portuguesa no início do século XIX...*, p. 86.

⁸³¹ Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 71.

mesmo manuscrito que houve conventos onde foram mais os mortos que os sobreviventes.

Martínez Solares, do Instituto Geográfico Nacional de Madrid, calculou em 15000 os que pereceram no terramoto de 1755 em Lisboa.⁸³² Outros estudos apontam para um total de mortos na ordem dos 5 a 10% da população da cidade.⁸³³

O padre oratoniano António Pereira, na obra *Commentario Latino e Portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa*, escreve que, os que contabilizam os mortos na ordem de grandeza dos 15000, não andarão muito longe da verdade. Faz ainda uma advertência para os que sobem este número para os 70000, dizendo que a mortalidade dos habitantes de Lisboa não foi proporcional à ruína dos edifícios.⁸³⁴

Com efeito, a vida religiosa da época sofreu um grande revés. Das 40 paróquias de Lisboa, dezasseis ficaram arrasadas, dezanove paróquias ficaram arruinadas e apenas cinco em condições de continuarem a celebrar atos de culto e administrar sacramentos. As paróquias arrasadas foram: Igreja Patriarcal, Basilica de Santa Maria, Santa Justa, Santa Maria Madalena, S. Julião, S. Nicolau, S. Mamede, S. Bartolomeu, Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição da Rua Nova, Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora dos Martires, S. João da Praça, S. Paulo, S. Jorge, Nossa Senhora do Loreto dos Italianos.

As paróquias arruinadas foram: Santa Cruz do Castelo, Santa Catarina, Santos Velhos, Nossa Senhora da Pena, São Miguel, São Pedro, Santo André, São Tiago; São Tomé, Santo Estevão, São Vicente e Nossa Senhora da Ajuda.

As que ficaram em condições de continuarem a celebrar atos de culto foram: S. José, S. Sebastião da Pedreira, Paraíso, Santa Marinha e a ermida que servia de freguesia de Santa Isabel.⁸³⁵

Dos 39 conventos de religiosos, oito ficaram sem utilidade: S. Domingos, Carmo, Trindade, Espírito Santo, Boa-Hora, S. Francisco, Corpo Santo e *Corpus Chisti*, 22 arruinados e nove sofreram danos significativos. Quanto às religiosas, dos 22 conventos vinte ficaram perdidos restando apenas dois que continuaram habitáveis.⁸³⁶

⁸³² Martínez Solares, José Manuel; Mezcuca Rodríguez, Julio, *Catálogo sísmico de la Península Ibérica (880 a. C.-1900)*..., p. 16.

⁸³³ Monteiro, Nuno Gonçalo, *D. José*..., p. 82. Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias*..., p. 6.

⁸³⁴ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez*..., pp. 9-10.

⁸³⁵ Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*..., p. 543. Marques, João Francisco, *A Acção da Igreja no Terramoto de 1755*..., p. 229.

⁸³⁶ Marques, João Francisco, *A Acção da Igreja no Terramoto de 1755*..., p. 229.

No quadro cinco pretende-se mostrar a contabilização dos mortos nos edifícios religiosos que ficaram destruídos.

Quadro 5: Número de mortos contabilizados nos edifícios religiosos

Edifícios religiosos destruídos aquando do terramoto	Localização na cidade	Mortos contabilizados
Templo do Convento do Carmo	Freguesia Santa Maria Maior	Mais de 400
Convento dos Religiosos da Trindade	Freguesia do sacramento	Mais de 400
Templo de São Domingos	Freguesia Santa Justa	Mais de 300
Templo do Colégio de Santo Antão dos Padres Jesuítas	Freguesia da Pena	4 Padres
Convento da Graça	Freguesia São Vicente	Mais de 100
Convento da Boa-Hora	Freguesia da Ajuda	Mais de 200
Templo de Santo Elói e Cónegos Seculares de São João Evangelista	Freguesia S. Bartolomeu	Mais de 100
Templo dos Congregados de S. Filipe Neri	Freguesia da Estrela	Mais de 200
Convento de <i>Corpus Christi</i>	Freguesia de S. Nicolau	Várias pessoas
Convento das Religiosas de Santa Clara	Freguesia de S. Vicente	Mais de 100 pessoas seculares, 109 religiosas.
Convento de Santa Ana de Religiosas Franciscanas Observantes	Freguesia de Arroios	16 Religiosas, algumas seculares e criadas

Fonte: Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, pp. 9-10.

Neste quadro, cujos dados foram retirados da obra de José de Oliveira Trovão e Sousa, podemos observar que os mortos contabilizados em edifícios religiosos destruídos aquando do terramoto, ascenderam aos 1929. O templo do Convento do Carmo e o Convento dos Religiosos da Trindade foram os locais onde faleceram mais pessoas, contabilizando-se mais de 400 mortos. No Convento de *Corpus Christi* não se calcularam as vítimas mortais estando apenas referido que foram várias.

Quadro 6: Número de mortos contabilizados pelas ordens religiosas.

Ordens religiosas	Mortos contabilizados
Franciscanos Observantes	21
Terceira	2
Carmelitas Calçados	15
Padres Trinos	16
Cónegos Seculares de São João Evangelista	7
Ermitas de Santo Agostinho	5
Dominicanos Portugueses	3
São Domingos Hibernios	4
Companhia de Jesus	3
São Camilo	1
Congregação do Oratório	4
Nossa senhora das Mercês	1
Religiosas Dominicanas	
• Mosteiro da Anunciação	10
• Mosteiro do Salvador	14
Religiosas Franciscanas	
• Mosteiro de Santa Ana	5
• Mosteiro do Calvário	22
• Mosteiro de Santa Clara	63
Religiosas Agostinhas	
• Mosteiro de Santa Mónica	8

Fontes: Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia universal dos terremotos...* p. 139.
Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez ...*, p. 7.

No quadro seis, referente ao número de vítimas mortais, calculadas por Ordens Religiosas e cujos dados foram retirados das obras de Joachim Joseph Moreira de Mendonça e de António Pereira, contabilizam-se 204, sendo o Mosteiro de Santa Clara o que mais baixas sofreu dentro da sua população, com 63 vítimas, seguido do Mosteiro do Calvário, com 22 vítimas, e o dos Franciscanos Observantes, com 21 mortos. Os menos afetados foram as Ordens de São Camilo e Nossa Senhora das Mercês com um morto cada.

Quadro 7: Mortalidade de religiosos.

Conventos, mosteiros e igrejas	Mortos
Mosteiro de Santa Clara	120
São Francisco (no convento, igreja e oratórios particulares)	20
Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo	15
Congregação do Oratório	5
Santo Agostinho Descalços do Convento de Nossa Senhora da Boa Hora	7
Carmelitas Descalços da Igreja de <i>Corpus Christi</i>	1
São Domingos da Cidade	8
Agostinhos Calçados do Convento de Nossa Senhora da Graça	2
Colégio de Santo Antão	1
Província de Santo António dos Capuchos do Campo	3
Convento da Santíssima Trindade	17
Convento de São Pedro de Alcântara (um na portaria do convento e dois fora)	3
Nossa Senhora de Jesus dos Religiosos Terceiros de São Francisco	2
Religiosas de Santo Alberto	3
Nossa Senhora da Esperança	4
Convento de Nossa Senhora de Nazaré da Ordem de São Bernardo	5
Convento dos Cardais Carmelitas Descalças	2
Nossa Senhora da Anunciada que são Dominicanas	2
Convento de Santa Ana	6
Encarnação	2
Convento da Rosa	9
Santa Mónica Gracianas	6
Santa Apolónia	3
Salvador	10
Total de mortos	256

Fonte: Viegas, Inês Moraes; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 71. Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 328.

Podemos observar no quadro sete, referente aos religiosos mortos em conventos, mosteiros e igrejas do manuscrito *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, que o total de vítimas foi de 256. Neste quadro, estão mencionadas algumas ordens religiosas aludidas anteriormente e com números de vítimas ligeiramente diferentes. Referimo-nos, por exemplo, ao mosteiro de Santa Clara em que no quadro seis aparecem referenciadas 63, enquanto que no quadro sete para o mesmo mosteiro são contabilizadas 120 vítimas mortais, tornando-se no que mais baixas apresenta. No convento de Santa Ana referem-se no quadro sete, seis mortos,

enquanto que no quadro seis estão registados cinco mortos. Os conventos, mosteiros e igrejas com menor número de vítimas foram os de Carmelitas Descalços da Igreja de *Corpus Christi* e do Colégio de Santo Antão, com uma vítima apenas.

Pelo exposto, podemos extrapolar que os registos não terão sido sistemáticos, pelo que o que se apresenta são os que ainda hoje estão disponíveis nas fontes consultadas. Acreditamos que em muitos locais, ou não se fizeram estes tipos de apontamentos ou podem, ainda que tenham existido, ter sido apagados pelo tempo.

Sintetizando, tal como na grande parte dos fenómenos naturais desta envergadura, a maioria das mortes ocorreu porque as pessoas se afogaram no maremoto, foram esmagados pelo colapso de edifícios ou outras estruturas, atingidas por objetos em movimento ou jogadas contra as estruturas e objetos. No século XVIII, pouco ou nada se sabia sobre esta realidade. Como tal, o residente urbano confrontava-se com o imponderável da morte manifestada no tipo de violência própria de algumas doenças ou acontecimentos em determinadas épocas do ano, ou ainda na maior letalidade dos males que atacavam em idades mais frágeis, sobretudo as crianças e os idosos.

Após a catástrofe, surgiam medos sobre como estas calamidades podiam afetar a saúde das populações. Destacavam-se entre eles os cadáveres que, com a sua putrefação podiam provocar doenças, epidemias e pragas, sendo toda a ajuda necessária para procurar corpos e dar-lhes sepultura.

3.2. A AÇÃO DA IGREJA

“Sendo o fundador do Christianismo, como todos sabem, um varão mansíssimo e boníssimo, custa na realidade a crer como seus discípulos em todos os tempos se tornaram tão conspícuos pelos odios e rancores a quasi tudo, e a quasi todos.”⁸³⁷

O terramoto que devastou a cidade de Lisboa em novembro de 1755 deixou marcas permanentes não só no corpo como na alma dos habitantes da capital portuguesa. As descrições coevas, deixadas por todos aqueles que viveram os momentos que sucederam à catástrofe, são quadros vivos da religiosidade vivida naqueles tempos.

O sentimento de culpabilização massiva, marcado pela maldição do pecado, era fortemente vincado pela ação da Igreja que revelava a imagem de um Deus infinitamente castigador e misericordioso.

Numa sociedade desprovida de meios para combater os males naturais, a falta de proteção na terra era compensada por um elevado número de protetores celestiais demonstrando fragilidade ou talvez impotência para fazer frente às adversidades. Os habitantes, apavorados e totalmente indefesos, ficaram sensíveis a implicações de carácter sobrenatural que foi aproveitado por alguns pregadores.

Pelos relatos, mais ou menos emotivos, sobre o acontecido em novembro de 1755 podemos deduzir algumas práticas religiosas e de culto do século XVIII que foi marcado pela crescente dificuldade da Igreja em intervir na sociedade portuguesa. Esses obstáculos acentuaram-se durante o governo de D. José I, ou seja, na última metade da centúria.⁸³⁸

Em 1750, quando Sebastião de Carvalho e Melo foi nomeado Secretário de Estado, a sua designação foi considerada uma boa escolha pelo núncio Lucas Tempì, visando o que escreveu para Roma dando notícias do que se passava em Lisboa.⁸³⁹ As relações do poder com a Igreja começaram a afirmar-se através da luta que culminou com a promulgação da “Lei dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos

⁸³⁷ Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, vol. III, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1888, p. 13.

⁸³⁸ Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder” in Azevedo, Carlos Moreira *História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 302.

⁸³⁹ O núncio Lucas Tempì era bom conhecedor da realidade portuguesa, pelos seis anos que passou em Portugal. Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder” in Azevedo, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal...*, p. 164.

regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios” a três de setembro de 1759.⁸⁴⁰

Marquês de Pombal, na linha do que se designava de despotismo esclarecido, pretendia a criação de um Estado, que, apesar de católico, fosse soberano face ao poder de Roma, da Igreja e do Clero. Estas instituições seriam subordinadas ao poder da Coroa e não deviam imiscuir-se na governação de D. José I.⁸⁴¹

A intervenção do Estado impunha-se para acabar com as situações de exceção do clero que, imunes e usufruindo de vários privilégios, se colocava, a si e aos seus bens, fora da jurisdição da Coroa. Pombal selecionou algumas acareações estratégicas como meio de afirmar a supremacia do poder do Estado, que não se queria ver subjogado nem a Roma nem à Igreja. O processo que culminou com a perseguição aos jesuítas agravou o mal-estar que esteve na origem do corte de relações com a Santa Sé, em 1760. Esta rutura decretada em agosto de 1760, e que se prolongou até à década de 70, era do profundo desagrado de D. José I.⁸⁴²

As linhas orientadoras da doutrina de Marquês de Pombal baseavam-se no controlo absoluto do rei sobre a Igreja, podendo cobrar impostos ao clero, inclusive a décima.⁸⁴³ Apesar desta doutrina regalista, o Estado católico nunca foi posto em causa por Pombal.⁸⁴⁴ A aproximação do Estado a Roma, só voltaria a acontecer em 1770 (no pontificado de Clemente XIV) com a nomeação do novo núncio, Inocencio Conti, e a promulgação de um decreto régio que reatava as relações com a Santa Sé, iniciando-se então uma nova fase na governação de Pombal que se caracterizava por uma reaproximação a Roma.⁸⁴⁵ Estas relações perduraram até 1834, altura em que se daria novo rompimento.⁸⁴⁶

⁸⁴⁰ ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 1, nº 19. ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 1A, nº 19.

⁸⁴¹ Pode ler-se Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2007, p. 21.

⁸⁴² Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder” in Azevedo, Carlos Moreira *História Religiosa de Portugal...*, pp. 171-172.

⁸⁴³ A décima foi um imposto lançado em 1654 e que, até 1762, nenhum monarca tinha conseguido executar.

⁸⁴⁴ Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder” in Azevedo, Carlos Moreira *História Religiosa de Portugal*, pp. 171-174.

⁸⁴⁵ Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder” in Azevedo, Carlos Moreira *História Religiosa de Portugal...*, pp. 171-175. Existem documentos que relatam os cuidados encetados por Marquês de Pombal em dezembro de 1771 para ajudar as Irmandades da Nossa Senhora da Piedade e de São Marçal. Pode ler-se mais em ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 416, fls. 6 e seguintes.

⁸⁴⁶ As relações entre Lisboa e Roma durante a monarquia liberal (1834-1910) foram sempre tensas. O primeiro grande confronto dos novos tempos aconteceu com a vitória dos liberais, em 1834, tendo este mantido as relações cortadas com Roma até 1841. Para esta rutura, contribuiu o tratamento que os liberais deram à Igreja, convictos de que um clero autónomo seria sempre um obstáculo ao seu poder. Assim, em 1834, no âmbito da Reforma geral eclesialística delineada pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, e pelo Decreto de 30 de maio, foram extintos todos os conventos,

Um dos personagens mais importantes do regalismo pombalista foi o padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797), servidor de Pombal, que agradou ao ministro pela forma sóbria como falava e escrevia sobre o terramoto de Lisboa, contrastando com os tons apocalípticos do Padre Malagrida.⁸⁴⁷ Os escritos do padre Pereira serviram de justificação doutrinal ao regalismo pombalista no momento decisivo em que a Igreja se sujeitava ao poder real e permaneceram ao longo de todo o século XIX.⁸⁴⁸

A opressão do regime regalista no sistema jurídico português só terminou em 1940 com a celebração da Concordata que regulava por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal visando a paz da Igreja e do Estado.⁸⁴⁹

O sentimento coletivo do povo de Lisboa no primeiro dia de novembro de 1755 traduziu-se em pânico e horror. Estando toda a natureza repleta de significado e sendo os terremotos paradigmas do mal, era difícil para a sociedade da época entender que tipo de mal moral teria provocado tal calamidade. Para o povo, Deus mostrara a sua ira a inocentes e culpados, a santos e a pecadores, só que a população, fosse crente ou leiga, não conseguiu entender o grande número de igrejas destruídas enquanto “os bordéis da Rua Formosa foram poupados”.⁸⁵⁰ Estão descritas algumas explicações que surgiram na época, da parte de alguns elementos do clero, dando conta de que “Deus perdoa com mais facilidade as miseráveis criaturas que frequentam tais lugares do que aqueles que profanam a Sua própria casa.”⁸⁵¹ A imediata atuação dos dois poderes que

mosteiros, colégios, hospícios e casas religiosas de todas as ordens. As religiosas ficavam subordinadas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento absoluto. Todos os bens dessa origem foram secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. *Collecção de Decretos e Regulamentos, Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua Entrada em Lisboa até à Instalação das Câmaras Legislativas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 3ª Série, 1835, p. 134.

⁸⁴⁷ Seabra, João, “A teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na tentativa teológica do Padre António Pereira de Figueiredo” in *Lusitana Sacra*, 2ª série, 7, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 1955, p. 362.

⁸⁴⁸ Entende-se por regalismo a supremacia do poder civil sobre o eclesiástico. O regalismo pombalino define-se pela plenitude do poder régio face ao poder papal e eclesiástico pela denúncia da ilegitimidade temporal de ambos e em simultâneo. Apoia-se a reforma da Igreja como coadjuvante no processo de tornar efetiva essa mesma jurisdição. Pode ler-se mais em Castro, Zília Osório de, “Antecedentes do regalismo pombalino” in Polónia, Amélia (coord.); Ribeiro, Jorge Martins; Ramos, Luis A. Oliveira, *Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade, 2001, p. 323.

⁸⁴⁹ Seabra, João, “A teologia ao serviço da política religiosa de Pombal...”, p. 402.

⁸⁵⁰ Marques, João Francisco, “A ação da igreja no terramoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação” in *Lusitana Sacra*, 2ª série, 18, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2006, p. 220. Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto...*, p. 17.

⁸⁵¹ Neiman, Susan, *O mal no Pensamento Moderno. Uma História Alternativa da Filosofia*, Rio de Janeiro, Bertrand, 2003, p. 239.

governavam esta sociedade do Antigo Regime, numa sincronia de definição das prioridades, fez notar uma harmonia entre o trono e altar.

A prática religiosa, sobretudo as preces públicas para aplacar a cólera de um Deus que se pensava ofendido, não deixaram de merecer mútua colaboração entre o Estado e a Igreja, tendo o Papa Bento XIV enviado a D. José I, a dez de dezembro de 1755, uma carta de comoção sobre o terramoto manifestando o seu pesar pelo acontecido.⁸⁵²

Mostrava-se assim a união entre a Igreja e o Estado como aliás seria de esperar. Mas as informações necessitavam de chegar a todos, analfabetos e letrados, e ser acompanhadas de apelos que emocionassem e gerassem inteiro cumprimento. Neste sentido, a ação do púlpito fez-se com enorme relevo e eficácia, pois “em todas as epochas serviu o púlpito em Portugal para tratar dos negócios públicos”.⁸⁵³

As medidas tomadas pelas autoridades civis de Lisboa nas localidades mais afetadas, para debelar e controlar os efeitos imediatos do terramoto, foram muitas tendo o Patriarcado, pelas pastorais manuscritas de onze de novembro e dois de dezembro, produzido, de imediato, orientações pastorais e eclesiais aos párocos das dioceses do reino. Estes elementos do clero promoveram, junto dos povos, procissões de Ação de Graças, penitências públicas e particulares, confissões e demais atos de virtude.⁸⁵⁴ O clero mobilizou-se de forma particularmente ativa, em sermões e atos religiosos, chamando o povo à contrição e à penitência.

As procissões não paravam de organizar-se e, em setembro de 1756, amiudaram-se com a vinda de novos abalos.⁸⁵⁵ Foram muitos os cortejos de desagravo dentro de uma atmosfera de tragédia feita de espíritos apavorados pelas profecias e pelo receio da ira divina. Os jejuns, as confissões e as penitências, disciplinadas pelas pastorais do Cardeal Patriarca D. Manuel, tinham entrado nos costumes da população de Lisboa.⁸⁵⁶ Os habitantes responderam aos atos religiosos de forma efusiva nos meses e anos que

⁸⁵² ANTT, *Bulas*, mç. 62, nº 4.

⁸⁵³ Marques, João Francisco, “A acção da igreja no terramoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação...”, p. 221. Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, vol. III, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1888, p. 722.

⁸⁵⁴ As procissões eram efetuadas para louvar e honrar Deus e os santos e para que os cristãos, fieis à doutrina católica, pudessem mais facilmente, alcançar soluções para os seus problemas. Pode ler-se mais em *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, feitas e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Sôr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra*, Cõde de Arganil, & do Cõselho del Rey N.S., Coimbra, Antonio de Mariz, 1591, pp. 115-116.

⁸⁵⁵ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsidios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 272

⁸⁵⁶ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsidios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, p. 270.

se seguiram ao terramoto, tendo os excessos obrigado as autoridades a promover medidas de contenção.⁸⁵⁷

A exemplo do que aconteceu em alguns locais da capital, na freguesia de S. Mamede, a igreja desapareceu. Quarenta paroquianos que nela assistiam à missa faleceram na derrocada de parte do templo e o incêndio que se seguiu completou de um modo irreparável essa destruição. Apenas, e a muito custo, se conseguiu salvar a píxide onde estava o Santíssimo Sacramento e, mais tarde, uma imagem de São Sebastião da Saúde que se encontrou entre os escombros da capela de Santo António.⁸⁵⁸

O estrago em toda a área desta freguesia foi enorme. O abalo e o incêndio transformaram-na num monte de ruínas. De tal forma que, em 1756, apenas residiam nesta freguesia 326 pessoas, tendo o resto da população da freguesia migrado para locais menos afetados pelo abalo.⁸⁵⁹

A Igreja Patriarcal ficou sepultada nas suas próprias ruínas, matando algumas pessoas que assistiam à missa e que, com a confusão, demoraram a sair do local onde se encontravam na altura em que a terra tremeu. Foram os sacerdotes os primeiros a sentirem o castigo divino que, por ser dia festivo, se encontravam nas igrejas, tendo uns ficado sem vida e outros feridos nos escombros.⁸⁶⁰ A destruição dos templos também trouxe consequências para a regulação do ritmo do dia-a-dia, pois o toque dos sinos e dos relógios das igrejas passou a ser feito pelo sol que, em dias de céu encoberto, dificultava o acerto das atividades diárias.⁸⁶¹

⁸⁵⁷ Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Minhografe, 2011, p. 108

⁸⁵⁸ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. IV..., p. 199.

⁸⁵⁹ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. IV..., p. 199.

⁸⁶⁰ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 322

⁸⁶¹ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 328. Viegas, Inês Moraes; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado*..., p. 56. O sino, instrumento de percussão e um idiofone de origem oriental, difundiu-se amplamente pelo mundo cristão ocidental. É um instrumento emblemático para a civilização do Ocidente, em especial a parte que professa a religião católica, e as suas badaladas eram muito influentes na organização da vida das pessoas. Estes instrumentos sonoros eram, em muitas localidades, o único veículo de comunicação, mandando mensagens para a população. Os dobres e os repiques informavam os horários das missas, enterros, homenagens a santos, festas religiosas e outros acontecimentos importantes para a comunidade. Aquando do noivado do príncipe D. José com D. Mariana Vitória, o rei D. João V, entre outros festejos, mandou que houvesse três noites de repiques de sinos. Estes funcionariam como marcadores temporais nos séculos VI e VII. O tempo da Igreja soado em torres de mosteiros e catedrais passaram a regular não apenas a vida dos homens da Igreja mas também das comunidades. Pode ler-se mais em Le Goff, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1984, p. 345. Veja-se também Beirão, Caetano, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha*, vol. I, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936, p.114.

“Ausentava-se a luz dô sòl é a noite sempre em todo o tempo triste, agora parecia mais horrorosa, que nunca, porque faltando a alegria dos sinos, e a harmonia dos relógios, era tudo hum pavoroso silencio, que fazião mais triste os mesmos animais emmudecidos.”⁸⁶²

Os que haviam sobrevivido à ruína dos templos, ainda com as vestes que usavam no primeiro de novembro, ministravam os sacramentos, absolviam uns e esperavam ser absolvidos por outros. Faziam-se confissões públicas, e segundo relatos de fontes coevas, perdoavam-se ódios antigos, tratando cada um de aplacar a ira divina.⁸⁶³

Os religiosos, por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa, prestaram apoio espiritual e ao terceiro dia pós terramoto, depois de retirar os corpos das ruínas, começaram a dar-lhes sepultura.⁸⁶⁴

Muitos saíram dos conventos munidos de escadas e padiolas para benzer os corpos e os enterrar o mais condignamente possível. Outros ocuparam-se dos corpos que ficaram soterrados nas igrejas ou cobriam com cal aqueles que não era possível mover dos escombros. Passados dois a três anos, ainda se desenterravam ossadas com o fim de as transladar para cemitérios. As religiosas do Convento de Nossa Senhora de Belém foram enviadas pela cidade juntamente com confessores para que se ministrassem os sacramentos aos moribundos.⁸⁶⁵

Todos se tentavam reconciliar esquecendo as inimizades e os ódios em que viviam. Alguns laicos reconheceram os seus erros e tornaram-se crentes.⁸⁶⁶ Muitos hereges foram convertidos e batizados renegando erros antigos.⁸⁶⁷ Todas as congregações religiosas abriram as suas portas para que aí se recolhessem centenas de famílias.⁸⁶⁸

A cinco de novembro de 1755, D. José I mandou publicar uma carta de agradecimento ao clero pelo trabalho efetuado com a rápida sepultura dos cadáveres. Dizia o rei que foram vistos muitos religiosos a trabalhar com muita dedicação. Refere

⁸⁶² Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...* p. 122.

⁸⁶³ Sousa, José de Oliveira Trovão, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, pp. 5-7. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...* p. 118.

⁸⁶⁴ Loureiro, Sara, “As aflições dos corpos e das almas” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, pp. 301-302.

⁸⁶⁵ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 328.

⁸⁶⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 119. Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 23.

⁸⁶⁷ Sousa, José de Oliveira Trovão, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 5.

⁸⁶⁸ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 125. Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 51.

que o exemplo dado pelo clero foi um bom modelo para todos os habitantes de Lisboa.⁸⁶⁹

As missas tornaram-se num ritual de risco, pois as igrejas e ermidas que haviam resistido ao terramoto, foram os locais escolhidos para celebrar o santo officio. Acontecia que, quando surgia novo abalo, todos fugiam, incluindo os padres que levavam os cálices e ministério para fora das igrejas, até que o susto passasse, sendo então retomados os officios.⁸⁷⁰

Assim, o Cardeal Patriarca ordenou que se colocassem altares portáteis nos campos, para que todos os sacerdotes lá celebrassem missa e administrassem os sacramentos aos fieis que aí se encontravam. Eram muitos os que diariamente iam à missa e recebiam a comunhão.⁸⁷¹ Alguns relatos mostram a intensidade do que se viveu:

“Ontem de manhã disse missa no campo. Leva-se o sacramento aos moribundos, benzem-se os terrenos para sepultar os mortos que são aos milhares, pois as igrejas caíram em grande numero e as que resistiram podem ainda tornar-se em ruínas.”⁸⁷²

Como consequência das insuficientes instalações para o culto, os párocos foram obrigados a construir casas de madeira ou a mudarem-se para outros locais. Um dos grandes problemas era onde guardar com segurança o sagrado Viático, tendo alguns religiosos passado dias e noites com o cibório nas mãos, enquanto entoavam cantos e orações.⁸⁷³

D. Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, solicitou autorização para poder mandar rezar missa numa barca de madeira que construiu. Justificou o pedido afirmando que se encontrava em Mafra com a sua numerosa família e que o terramoto tinha destruído o oratório da casa. A igreja paroquial estava em ruínas e o convento mais próximo era longe.⁸⁷⁴

A oito de março de 1756, D. José solicitou ao Papa Bento XIV a nomeação de S. Francisco de Borja para patrono e protetor do reino e dos seus domínios contra os terramotos. O Santo Padre enviou um Breve a 24 de maio, aceitando o que lhe fora

⁸⁶⁹ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 54. Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 33.

⁸⁷⁰ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 328.

⁸⁷¹ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 130. Viegas, Inês Moraes; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 30.

⁸⁷² Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 21.

⁸⁷³ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 326.

⁸⁷⁴ ANTT, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 28, n.º 2.

solicitado.⁸⁷⁵ Desta forma, a primeira celebração em honra de S. Francisco de Borja, padroeiro de Portugal contra os terramotos, foi a dez de outubro de 1756 tendo a festividade sido realizada na Igreja de S. Roque da Companhia de Jesus, em Lisboa. A fechar o cortejo ia o andor do santo seguido pelos religiosos inicianos e ainda o Arcebispo de Lacedemónia, vigário geral do Patriarcado.⁸⁷⁶ S. Francisco de Borja, santo jesuíta, era já alvo de grande devoção noutros países da Europa e América. Porém, a política anti-jesuítica de Pombal, em curso, fez com que o seu culto não fosse seguido por todos e ficasse limitado no tempo. Por este facto, é usual encontrar-se em coletâneas, inúmeros textos em forma de orações, bênçãos e novenas, dedicados a outros santos protetores tais como: Santa Águeda, Santa Barbara, Senhor Jesus dos Terramotos, entre outros. Em Espanha, na Gaceta de Madrid, uma semana após o terramoto aparece uma “Breve noticia del Patronato de San Francisco de Borja en muchas ciudades y Reynos, contra el peligro de Temblores de Tierra, en que es especialíssimo abogado, con las deprecaciones del Santo”.⁸⁷⁷

Em agosto de 1756, Bento XIV enviou um novo Breve com a contribuição papal à situação de emergência vivida na capital portuguesa. Este documento papal continha ainda o impresso *Letras apostólicas em forma de breve do Santíssimo Padre Benedito XIV expedidas sub annulo piscatoris no dia 25 de mês de Agosto do ano de 1756, e ordens regias emanadas em consequencia dellas sobre a reedificação das paróquias e igrejas desta cidade de Lisboa*. Este documento determinava a recuperação e reconstituição dos edifícios religiosos que haviam ficado destruídos com o terramoto e restauração dos “quanto mais brevemente fosse possível e fosse oportuno.”⁸⁷⁸

O Papa foi generoso nas graças e nas faculdades delegadas ao Patriarca de Lisboa, mas a corte deixou-as cair no esquecimento durante mais de uma década.⁸⁷⁹ A ajuda económica oferecida era considerável, com uma duração prevista de quinze anos, contados a partir do dia em que Portugal assumisse o compromisso de execução do

⁸⁷⁵ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 9, fol. 143.

Brochado, Adelaide, “Cronologia do Manuscrito” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, p. 339.

⁸⁷⁶ Marques, João Francisco, “A acção da igreja no terramoto de lisboa de 1755...”, p. 240.

⁸⁷⁷ Pode ler-se mais em Martinez, Cal, “La información en Madrid del terremoto de Lisboa de 1755” in *Cuadernos Dieciochistas*, 6, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2005, p. 178.

⁸⁷⁸ ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 153, fls. 136-147.

⁸⁷⁹ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV”..., p. 237.

referido documento pontifício.⁸⁸⁰ Bento XIV participou também no Tríduo de oração realizado na igreja de Santo António de Roma nos dias 22, 23 e 24 de dezembro do mesmo ano. Estas orações, com exposição do Santíssimo, tiveram como objetivo agradecer a misericórdia de Deus por ter protegido a vida de D. José I e toda a família real, tendo sido concedido indulgência plenária a quem nelas participasse.⁸⁸¹

Roma também autorizava que os novos edifícios que fossem construídos pudessem não ser edificados nos locais dos anteriormente destruídos.⁸⁸²

Esta mudança foi justificada pela provável dificuldade em aceder ao local das antigas igrejas, sendo que o valor obtido na venda das terras devia ser aplicado na compra de novos terrenos e tudo o que fosse necessário para a sua edificação. Ao Cardeal Patriarca era concedida autoridade apostólica para fazer com que tudo se cumprisse. Debaixo da sua alçada ficavam também todos os que não respeitassem as ordens de Roma.⁸⁸³

Apesar da situação económica do país ser preocupante, o documento enviado pelo Papa não foi executado com a rapidez esperada, tendo sido arrastado no tempo o restauro e a construção dos edifícios religiosos. Passados dois anos sobre o trágico primeiro de novembro, as freguesias encontravam-se ainda devastadas, enquanto casas nobres eram reconstruídas a bom ritmo sendo gastas avultadas verbas.⁸⁸⁴

Perante a morosidade do processo, o Vaticano dirigiu a Portugal ampla correspondência, que foi gerida pela tutela de uma forma lenta, tendo somente em junho de 1768 o processo sido desbloqueado pela corte. Coube ao Patriarca de Lisboa o compromisso de mandar cumprir as graças que há cerca de treze anos tinham sido concedidas pelo Papa. A razão de tal demora foi justificada pelo rei, com o facto de, àquela data, Lisboa já estar com a aparência que deveria ficar para o futuro, tratando-

⁸⁸⁰ A proveniência dos dinheiros que o Papa oferecia contemplava todas as rendas de origem eclesiástica, estando apenas isentos os párcos que apenas usufruíam de emolumentos dos funerais, batismos matrimónios e outros rendimentos incertos provenientes da Estola. Era ainda vontade do Papa que, durante os quinze anos que se seguiam ao terramoto, fossem doados todos os bens deixados às igrejas paroquiais e colegiais pela celebração de missas, aniversários e outros encargos. Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV”..., p. 238.

⁸⁸¹ Pode ler-se na Gazette de Collogne avec privilege de sa Mageste Imperiale, du Vandredy, 16 de janvier de 1756, Collogne, 1755-56, “Le Pape, penetre de l’assreux desastre qui a entierement ruiné la capitale du Royaume du Portugal, a ordonné trois jours de prieres avec exposition du Venerable dans l’Eglise se S. Antoine, appartenante á la Nation Portugaise (...)”. Leia-se também Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, pp. 100-108.

⁸⁸² Tal como se pode constatar no requerimento do prior e beneficiados da igreja de São Nicolau de Lisboa sobre a reconstrução da igreja após o terramoto. ANTT, *Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II*, mct. 21, nº 28.

⁸⁸³ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV”..., p. 239.

⁸⁸⁴ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV”..., pp. 237-240.

se então de uma gestão política do tempo, não estando em causa as benfeitorias económicos que a aplicação do Breve iria trazer.⁸⁸⁵ Ao prescindir da ajuda de Roma aquando da sua oferta, Portugal procedeu de forma semelhante ao que fizera com o auxílio oferecida por alguns países mais próximos, tal como França.⁸⁸⁶

O Breve de Bento XIV aplicou-se quando e como a corte portuguesa o entendeu e, apesar do Patriarca ser o responsável perante a Santa Sé de nomear os executores do documento apostólico, as escolhas foram sempre do monarca e impostas ao representante do Papa. Este foi avisado por documento em dezasseis de junho de 1768 em como D. Luís da Câmara Coutinho havia sido nomeado por D. José I como responsável pela aplicação de todo o processo.⁸⁸⁷ Com todas estas alterações, as hipóteses de Roma interferir na reconstrução de Lisboa eram escassas.

Foi o próprio Marquês de Pombal que, em setembro de 1769, defendeu em Conselho de Estado o reatamento das relações com a Santa Sé reabrindo a ligação entre estes dois Estados.⁸⁸⁸ Esta comunicação, foi de facto efetiva e agradou ao Vaticano, pois quando terminou o reinado de D. José I, apenas se tinham cumprido nove dos quinze anos previstos para a aplicação do Breve. Estando passadas mais de duas décadas sobre o terramoto que destruiu a capital, muito havia que fazer para recuperar todo o património religioso e este argumento foi usado para solicitar um alargamento do prazo. O Papa acedeu ao pedido, tendo mesmo, em novo Breve de quinze de Julho de 1783, garantido a prorrogação do prazo sem limites temporais, desde que se cumprissem os propósitos do Vaticano. Desta forma o Estado continuou a receber parte das rendas das igrejas e das verbas das missas celebradas em Lisboa.⁸⁸⁹

É sabido que nos dias que se seguiram ao terramoto foram tomadas algumas medidas que provocaram profundas transformações na sociedade portuguesa, alterando, para sempre, alguns quadros de referência existentes. Este acontecimento propiciou circunstâncias favoráveis a um poder autoritário que, associado ao afastamento dos jesuítas, deixou a Igreja portuguesa fragilizada, facilitando a ação do governo.

⁸⁸⁵ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV” ..., p. 241.

⁸⁸⁶ Azevedo, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a sua época...*, pp. 121-122.

⁸⁸⁷ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás que comprehende o feliz reinado d'El Rei fidelissimo D. José desde o anno de 1766 até o de 1770*, Lisboa, Offic. de Miguel Rodrigues, 1770, pp. 345-352.

⁸⁸⁸ Azevedo, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a sua época...*, pp. 294-297. Biker, Júlio Firmino, *Collecção dos negócios de Roma no reinado de D. José, ministério do marquês e pontificado de Clemente XIV, 1769-1774*, Lisboa, Imprensa Naconal, 1874, p. 12.

⁸⁸⁹ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV” ..., p. 244.

Em 1758, o cardeal publicou um edital onde suspendia os regulares da Companhia de Jesus dos exercícios de confessar e pregar no seu patriarcado.⁸⁹⁰ Em dezembro do mesmo ano, os jesuítas foram intimados pelo cardeal Saldanha, entretanto nomeado patriarca, a não sair de suas casas sob pena de pecado mortal. Em Janeiro de 1759, o provincial, padre João Henriques, foi feito prisioneiro e deu-se início ao sequestro dos bens da Companhia.⁸⁹¹ Em junho desse mesmo ano, surgiu a proibição de ensinar e a três de setembro, foi publicado o decreto de expulsão: “Lei dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios”.⁸⁹²

Esta ordem foi saudada com júbilo por outras congregações que viam nos jesuítas um impedimento ao seu desenvolvimento. No calor dos acontecimentos foram queimados todos os seus livros, o que constituiu um duro golpe para o desenvolvimento intelectual do reino. Em abril de 1768, Pombal criou a Real Mesa Censória que tinha como objetivo principal transferir para o Estado a fiscalização de todas as obras que se pretendiam publicar ou divulgar no reino, tarefa que até então estava a cargo do Tribunal do Santo Ofício, Desembargo do Paço e do Clero Ordinário.⁸⁹³

Ao novo tribunal ficaram entregues os serviços de censura. Cabia-lhes o exame e consequente aprovação ou reprovação de livros e demais papéis que se encontravam em circulação, ou que nele pretendessem entrar. Mas, apesar de toda a reprovação, algumas obras continuavam a circular às escondidas, discutidas em clubes e, por vezes, escritas nas masmorras, por quem esperava pela morte sem um julgamento justo.

Relativamente ao clero, os padres aceitavam qualquer encomenda para rezar missas não se preocupando muito em saber a origem da intenção pela qual o ofício era celebrado, desde que lhes pagassem a tarifa estabelecida.⁸⁹⁴ Em nove de setembro de 1769, quando são proibidos por lei de receberem dinheiro por missas que não tinham possibilidade de celebrar, o pagamento podia ser feito em flores, doces ou outras

⁸⁹⁰ ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 1A, n.º 9.

⁸⁹¹ ANTT, *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, mc. 2, n.º 5. ANTT, *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, mc. 2, n.º 7.

⁸⁹² Gonçalves, Nuno da Silva, “(Companhia de Jesus)” in Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 21-31.

⁸⁹³ ANTT, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, liv. 962, fls. 1-10.

⁸⁹⁴ Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 175.

mercadorias.⁸⁹⁵ A população proclamava o nome de Deus e acreditava em milagres, pois estes constituíam a prova da Sua bondade e em simultâneo a Sua força. Temia-se a morte e o juízo final e, vivendo-se em barracas de madeira ou lona, ou tendo como paredes a ruína ainda existente, o povo não se sentia ameaçado pela riqueza que a Igreja ostentava.

Pela pastoral de onze de novembro de 1755, o prelado ordenou que se realizasse no dia dezasseis uma procissão de ação de graças pelo facto da vida do rei e da família real ter sido poupada, aquando o terramoto.⁸⁹⁶

A referida procissão realizou-se em honra de Nossa Senhora das Necessidades, com a presença do Patriarca, do Senado da Câmara, do clero, da família real e de toda a corte, passando a repetir-se “todos os anos para sempre, no dia do Patrocinio da Santíssima Virgem, precedendo jejum na vespera.”⁸⁹⁷

No dia treze do mês seguinte voltou a realizar-se uma procissão invocando a misericórdia de Deus e a proteção dos Santos que contou também com a presença do Senado da Câmara, Prelado, religiosas de todas as ordens, senhores da corte e muito povo. Esta procissão, onde todos iam descalços, era conduzida pelo Arcebispo de Lacedemonia, D. José Dantas Barbosa, e no final da mesma os padres da Congregação do Oratório lavaram com água quente os pés de quem os acompanhou. Este ato foi acompanhado pelo núncio papal, Monsenhor Filipe Acciaoli.⁸⁹⁸

Muitos outros atos semelhantes foram realizados por todos os credos.⁸⁹⁹ Nos tempos que se seguiram ao terramoto, este tipo de manifestações religiosas eram programadas com a ajuda do Estado, sendo colocadas armações e toldos nas ruas e tomadas todas as providências necessárias para a sua realização.⁹⁰⁰

Com o intuito de conhecer os danos provocados pelo terramoto, a sua intensidade e as reações do povo, Marquês de Pombal realizou, em 1756, um inquérito, exclusivamente para apurar, em todo o reino e em cada paróquia, as repercussões do

⁸⁹⁵ *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado de El Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1761 até o de 1769*, Tomo III..., pp. 122-136.

⁸⁹⁶ Marques, João Francisco, “A Acção da Igreja no Terramoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação”..., p. 232.

⁸⁹⁷ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez* ..., pp. 28.

⁸⁹⁸ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez* ..., pp. 28-29.

⁸⁹⁹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 148. Existem outras fontes que indicam que esta procissão se realizou dia nove e que quando terminou se celebrou missa cantada com todas as cerimónias. Esta procissão solene de ação de graças a Nossa Senhora foi precedida pelo Arcebispo José Dantas Barbosa e por determinação régia doravante seria efetuada com periodicidade anual e na mesma data. Pode ler-se em: Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 330.

⁹⁰⁰ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 9, fol. 323.

terramoto do ano anterior.⁹⁰¹ Para a realização do mesmo, poderá ter sido instruído pela Academia Real de História, pois este apresenta semelhanças aos inquéritos anteriores e posteriores, realizados por aquela instituição.⁹⁰²

Foram formuladas treze questões e distribuídos os exemplares pelas paróquias do reino, pois sabia-se ser esta a forma mais expedita de o fazer chegar a todas as partes. O inquérito continha questões, cujas respostas nos dão um relato bastante fiável dos acontecimentos. As questões levantadas foram as seguintes:

- “1º. A que horas principiou o terramoto do primeiro de novembro e que tempo durou?
- 2º. Se se percebeu que fosse maior o impulso de uma parte que de outra? Do norte para sul, ou pelo contrário, e se parece que caíram mais ruínas para uma que para outra parte?
- 3º. Que número de casas arruinára em cada freguesia, se havia nela edifícios notáveis, e o estado em que ficaram?
- 4º. Que pessoas morreram, se algumas eram distintas?
- 5º. Que novidade se viu no mar, as fontes e nos rios?
- 6º. Se a maré vazou primeiro, ou encheu, a quantos palmos cresceu mais do ordinário, quantas vezes se percebeu o fluxo, ou refluxo extraordinário e se se reparou, que tempo gastava em baixar a água, e quanto a tornar a encher?
- 7º. Se abriu a terra algumas bocas, o que nelas se notou, e se rebentou alguma fonte de novo?
- 8º. Que providências se deram imediatamente em cada lugar pelo Eclesiástico, pelos Militares e pelos Ministros?
- 9º. Que terramotos têm repetido depois do primeiro de Novembro, em que tempo e que dano têm feito?
- 10º. Se há memória de que em algum tempo houvesse outro Terremoto e que dano fez em cada lugar?
- 11º. Que número de pessoas tem cada Freguesia, declarando, se pode ser, quantas há de cada sexo?
- 12º. Se se experimentou alguma falta de mantimentos?
- 13º. Se houve incêndio, que tempo durou, e que dano fez?”⁹⁰³

O inquérito foi distribuído com a indicação de que os párocos deviam ser céleres na resposta. Numa carta enviada ao Palácio Episcopal de Coimbra em onze de fevereiro de 1756 refere-se:

⁹⁰¹ Amorim, Inês, “Para além do medo, temor, susto e pasmo: respostas da provedoria de Aveiro aos inquéritos de 1756” in Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 61.

⁹⁰² Sobre este e outros inquéritos do século XVIII pode ler-se Chorão, Maria José Mexia Bigotte, “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII” in *Revista de História Económica e Social*, 1987, nº 21, pp. 93-130; Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *As freguesias do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758, memórias História e Património*, Braga, 2009, pp. 20-22.

⁹⁰³ ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 638.

“Fazemos saber , que sua Magestade he servido que nos mande a sua resposta, para nos a pormos na Sua Real Presença, o que Vossa mercê fará dentro d’hum mez, aproveitando-se desse tempo para conferir os pontos duvidosos com pessoas inteligentes, e peritas que comuniquem á Vossa mercê a luz necessária para o acerto.”⁹⁰⁴

Uma parte importante das respostas ao inquérito do Marquês de Pombal, como ficou conhecido, foram já descobertas no século XX e testemunharam não só o impacto físico e demográfico mas também sócio religioso da calamidade junto das comunidades. Estas exprimem as primeiras reações das comunidades paroquiais e relatam os primeiros dias de pânico enquanto esperavam novas réplicas. Relatam, ainda, as movimentações religiosas espontâneas, as orientações e diretrizes das autoridades eclesiásticas, bem como as primeiras medidas postas em prática para a conversão religiosa e seus desenvolvimentos imediatos.⁹⁰⁵ Podemos ler um dos vários exemplares estudados no anexo 1.

Em 1758, um outro inquérito à escala nacional foi enviado pela Coroa aos párcos, através da Secretaria de Estado do Reino, com ordem para que enviassem novas descrições das suas freguesias, o que a maior parte cumpriu ainda no mesmo ano. Esta nova inquirição surgiu, uma vez que parte do *Dicionário Geográfico do Reino de Portugal* se havia perdido nas ruínas do terramoto de 1755.⁹⁰⁶ Este documento era composto pelas memórias dos párcos do reino e fora elaborado pelo padre Luís Cardoso da Congregação do Oratório de Lisboa.⁹⁰⁷

⁹⁰⁴ ANTT, *Ministério do Reino*, mf. 7497, 7498 e 7499

⁹⁰⁵ ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 638.

⁹⁰⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais, 1722/1832*, vol. 44, mf. 2301. Pode também ler-se sobre este assunto em Braga, Joana, *Memórias Paroquiais: índice*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2014.

⁹⁰⁷ Pode ler-se no prólogo da obra que o motivo da sua composição foi fazer um índice geral dos três volumes da *Corografia Portuguesa e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*, escrita em 1706 pelo padre António Carvalho da Costa e na qual não era fácil “achar o que cada um buscava”. Leia-se Cardoso, Luís, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto e muito poderoso Rey D. João V nosso senhor*, Tomo I, Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747, (sem paginação). Pode ler-se também Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catálogos dos bispos, antiguidades*, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações, Tomo primeyro, Lisboa, Na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

A Congregação do Oratório, no século XVIII teve um papel notável na vida cultural e desenvolvimento do conhecimento científico em Portugal, sendo os grandes promotores das ciências naturais. Entre os anos de 1760 e 1777, os padres oratorianos contaram com a oposição do Marquês de Pombal e foram suspensos de pregar, confessar e exercer o ensino. Este facto teve origem na recusa institucional em obedecer ao regalismo pombalino. A congregação mantinha-se fiel às ditretrizes dos seus fundadores, reconhecendo a supremacia da autoridade papal. Leia-se Santos, Eugénio “Pombal e os Oratonianos” in *Camões : revista de letras e culturas lusófonas*, n.º 15-16, Lisboa, Instituto de Camões, 2003, pp. 75-86.

As respostas dos párocos, em 1758, resultaram na organização de 41 volumes que ficaram conhecidos por *Memórias Paroquiais*. Este inquérito não era novidade para a época, pois inseria-se num conjunto de iniciativas idênticas realizadas ciclicamente pelo Estado, no seu esforço centralizador, tendente ao conhecimento das realidades locais. Apesar das iniciativas referidas se terem verificado na sua maior parte no século XVIII já na centúria anterior um pedido régio de vinte de dezembro de 1639, havia ordenado aos corregedores e provedores do reino informações sobre as “cidades, villas, lugares e concelhos” de cada comarca,

“com distinção das legoas que ha de cada hũa a cabesa da coreisao, e de huns lugares a outros e que vizinhos haver em cada hũ delles, e quaes são de donatarios com a declarasao de seus nomes e da jurisdisao que nelles tem e quantos officios ha em cada h apresentasao são, e o que cada hũ podera render”.⁹⁰⁸

As respostas dividiram-se entre abril e setembro de 1640.

Os itens do inquérito de 1758, foram divididos em três partes: a terra, a serra e os rios e solicitou-se que as respostas se escrevessem em letra legível e sem abreviaturas.⁹⁰⁹ No que respeita à terra, as 27 questões colocadas foram as seguintes:

1. Em que província fica, que bispado, comarca, termo e freguesia pertence?
2. Se é d'el-rei, ou de donatário, e quem o é ao presente?
3. Quantos vizinhos tem e o número das pessoas?
4. Se está situada em campina, vale, ou monte, e que povoações se descobrem dela, e quanto dista?
5. Se tem termo seu, que lugares ou aldeias compreende, como se chamam, e quantos vizinhos tem?
6. Se a paróquia está fora do lugar, ou dentro dele, e quantos lugares, ou aldeias tem a freguesia, todos pelos seus nomes?
7. Qual é o orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem irmandades, quantas, e de que santos?
8. Se o Pároco é cura, vigário, ou reitor, ou prior, ou abade, e de que apresentação é, e que renda tem?
9. Se tem beneficiados, quantos, e que renda tem, e quem os apresenta?
10. Se tem conventos, e de que religiosos, ou religiosas, e quem são os seus padroeiros?
11. Se tem hospital, quem o administra, e que renda tem?
12. Se tem casa de Misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e o que houver notável em qualquer destas cousas?
13. Se tem ermidas, e de que santos, e se estão dentro, ou fora do lugar, e a quem pertencem?
14. Se acode a eles romagem, sempre, ou em alguns dias do ano, e quais são estes?

⁹⁰⁸ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, cod. 1194 (sem fôlio).

⁹⁰⁹ Este inquérito tem servido para o desenvolvimento de um trabalho por parte José Viriato Eiras Capela, Professor Catedrático da Universidade do Minho, que se encontra em fase de publicação.

15. Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem em maior abundância?
16. Se tem juiz ordinário, etc., câmara, ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra, e qual é esta?
17. Se é couto, cabeça de concelho, honra, ou behetria?
18. Se há memória de que florescessem, ou dela saíssem, alguns homens insignes por virtudes, letras, ou armas?
19. Se tem feira, e em que dias, e quantos dura, se é franca ou cativa?
20. Se tem correio, e em que dias da semana chega e parte; e, se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra onde ele chega?
21. Quanto dista da cidade capital do bispado, e quanto de Lisboa, capital do reino? Se tem algum privilégio, antiguidades, ou outras cousas dignas de memória?
22. Se há na terra, ou perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas tem alguma especial qualidade?
23. Se for porto de mar, descreva-se o sítio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir?
24. Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação.
25. Se há nela, ou no seu distrito algum castelo, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente?
26. Se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755, e em quê, e se está reparado?
27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório?"⁹¹⁰

Na segunda parte do inquérito pretendia-se saber sobre a serra o seguinte:

1. Como se chama?
2. Quantas léguas tem de comprimento, e quantas de largura; onde principia, e onde acaba?
3. Os nomes dos principais braços dela?
4. Que rios nascem dentro do seu sítio, e algumas propriedades mais notáveis deles; as partes para onde correm, e onde fenecem?
5. Que vilas e lugares estão assim na serra, como ao longo dela?
6. Se há no seu distrito algumas fontes de propriedades raras?
7. Se há na serra minas de metais, ou canteiras de pedra, ou de outros materiais de estimação?
8. De que plantas, ou ervas medicinais é a serra povoada, e se se cultiva em algumas partes, e de que géneros de frutos é mais abundante?
9. Se há na serra alguns mosteiros, igrejas de romagem, ou imagens milagrosas?
10. A qualidade do seu temperamento?
11. Se há nela criações de gados, ou de outros animais, ou caça?
12. Se tem alguma lagoa, ou fojos notáveis?
13. E tudo o mais que houver digno de memória?"⁹¹¹

Sobre os rios foram colocadas vinte questões onde se procurava saber:

1. Como se chama, assim o rio, como o sítio onde nasce?
2. Se nasce logo caudaloso, e se corre todo o ano?

⁹¹⁰ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 2, nº 17, p. 153 a 156.

⁹¹¹ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 2, nº 17, p. 153 a 156.

3. Que outros rios entram nele, e em que sítio?
4. Se é navegável, e de que embarcações é capaz?
5. Se é de curso arrebatado, ou quieto, em toda a sua distância, ou em alguma parte dela?
6. Se corre de norte a sul, se de sul a norte, se de poente a nascente, se de nascente a poente?
7. Se cria peixes, e de que espécie são os que traz em maior abundância?
8. Se há nele pescarias, e em que tempo do ano?
9. Se as pescarias são livres, ou de algum senhor particular, em todo o rio, ou em alguma parte dele?
10. Se se cultivam as suas margens, e se tem muito arvoredo de fruto ou silvestre?
11. Se tem alguma virtude particular as suas águas?
12. Se conserva sempre o mesmo nome, ou o começa a ter diferente em algumas partes, e como se chamam estas, ou se há memória de que em outro tempo tivesse outro nome?
13. Se morre no mar, ou em outro rio, e como se chama este, e o sítio em que entra nele?
14. Se tem alguma cachoeira, represa, levada, ou açudes que lhe embarquem o ser navegável?
15. Se tem pontes de cantaria, ou de pau, quantas e em que sítio?
16. Se tem moinho, lagares de azeite, pisões, noras ou outro algum engenho?
17. Se tem algum tempo, ou no presente, se tirou ouro das suas areias?
18. Se os povos usam livremente das suas águas para a cultura dos campos, ou com alguma pensão?
19. Quantas léguas tem o rio, e as povoações por onde passa, desde o seu nascimento até onde acaba?
20. E qualquer outra cousa notável que não vá neste interrogatório”.⁹¹²

Segundo José Viriato Capela, as respostas ao inquérito das “Memórias de 1758” foram o resultado da resposta direta dos párocos à grelha das perguntas conhecidas por muitos, de anteriores inquirições.⁹¹³ Estas fixaram, ainda, testemunhos e reflexões sobre o acontecimento, sendo perceptível em alguns registos a mudança e as novas diretrizes políticas e religiosas que se viveram na época em Portugal, relativas à intromissão e ação ofensiva da Coroa sobre a Igreja e o estado eclesiástico.⁹¹⁴

As respostas apresentam-se, na generalidade, de forma sequencial aos pontos do interrogatório. Fornecem dados de carácter geográfico tais como a localização, relevo e distâncias, referindo ainda o número de habitantes. É possível obter informações sobre a estrutura eclesiástica e vivência religiosa, tais como benefícios, conventos, igrejas, ermidas, imagens milagrosas e romarias. Sobre a assistência social são facultados dados sobre hospitais, misericórdias e irmandades. No que se refere às principais

⁹¹² ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 2, nº 17, p.153 a 156.

⁹¹³ Pode ler-se mais em Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borrallheiro, Rogério, *As freguesias do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758, memórias História e Património*, Braga, 2009, pp. 20-22.

⁹¹⁴ Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 109.

atividades económicas é possível obter esclarecimentos sobre a faina agrícola, mineira, pecuária e existência de feiras. Sobre as comunicações são referidos o correio, as pontes, os portos marítimos e fluviais. No que diz respeito à estrutura defensiva referem-se as fortificações, castelos ou torres. Quanto aos recursos hídricos são mencionados os rios, lagoas e fontes. Estão ainda aludidas outras informações consideradas notáveis, tais como organização judicial, pessoas ilustres, privilégios, antiguidades e quais os danos provocados pelo terramoto de 1755.⁹¹⁵

Algumas das respostas, particularmente as redigidas por alguns párocos de cultura e literatura superior, denotavam uma tensão administrativa, política e religiosa.⁹¹⁶ Ainda segundo Viriato Capela, as respostas realçavam alguns contrastes das posições e atitudes perante as posturas e manifestações que tornavam os sentimentos e práticas religiosas das populações face ao terramoto. Em alguns casos, verificava-se um forte apoio aos movimentos de práticas religiosas pois havia uma contenção dessas práticas piedosas. As respostas ao inquérito permitiram perceber algumas ações e comportamentos religiosos das populações face à calamidade.

Em síntese, a ruína da capital do reino, sequela visível do grande terramoto de 1755, traduzida na imensidão de mortos e feridos, no caos urbano e na angústia dos sobreviventes, provocou concomitantemente a imagem de um fenómeno enigmático de sinistra memória.

Nos tempos que se seguiram ao terramoto de novembro de 1755, a Igreja desempenhou, a par do Estado, um papel de ordem e de integração social deveras importante, numa conjugação de forças para garantir o mais rápido possível, o normal funcionamento da capital do reino. Mas, se a combinação de esforços, na execução das medidas de imediato tomadas, obtivera pronta resposta, não houve idêntica sintonia quanto à origem da catástrofe. O tempo era de inteira religiosidade, fundamento do sentir coletivo que modelava o quotidiano da população. Ética, espiritual e socialmente, o homem culto e o ignorante, a gente poderosa e a humilde, recebiam do magistério eclesiástico um conteúdo doutrinário vivo e interveniente. Porém, as reações logo surgidas, acusavam uma tríplice orientação mental: a dos filósofos, tocada pela procura de objetividade científica, a dos políticos, impregnada de pragmatismo e a dos crentes, arreigada a uma conduta de exclusiva dependência da

⁹¹⁵ Consulte-se como exemplo, o anexo 2.

⁹¹⁶ ANTT, *Instrumentos de Descrição, Índice do Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, cópia microfilmada, mf. 2301.

sua fé e obcecada pela garantia da salvação eterna, dependente da coerência entre a fé e as obras.⁹¹⁷

O terramoto ficou associado a um novo salto sobre um longo ciclo de evocação de aparições e milagres envolvendo a Virgem, convidando à conversão e reza do Rosário, de que as Memórias Paroquiais fazem eco.⁹¹⁸ A Virgem Maria, padroeira de Portugal, terá livrado os portugueses das águas do mar; dos ladrões, que apesar de saquearem os bens não lhes retiraram a vida; e do fogo, que apesar de tudo destruir não lhes retirou a vida.⁹¹⁹ Estes pensamentos levam-nos a reflectir sobre a comprovação empírica da capacidade humana de adaptação, mesmo em situações de adversidade.⁹²⁰

Podemos dizer que à volta destas três devoções mais gerais se cristalizaram e reforçaram as práticas de religiosidade coletivas das comunidades paroquiais portuguesas naqueles tempos tenebrosos.⁹²¹

⁹¹⁷ Marques, João Francisco, “A acção da igreja no terramoto de Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação” in *Lusitana Sacra*, 2ª Série, nº18, 2006, p. 324.

⁹¹⁸ A história do culto à Virgem Maria tem as suas raízes na Sagrada Escritura e o seu início logo nos primeiros tempos da Igreja. Com a proclamação da maternidade divina de Maria no Concílio de Éfeso, em 431, o culto desenvolveu-se de forma excepcional, assinalado a união cada vez mais forte à cristologia e à eclesiologia. Quer em textos litúrgicos quer ascéticos, Maria foi valorizada como exemplo de santidade para os cristãos. Azevedo, Carlos A. Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. P-V..., p. 445.

⁹¹⁹ Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado...*, p. 60. Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 321.

⁹²⁰ Saraiva, Rute, “A abordagem comportamental do direito e da economia das catástrofes naturais” in Gomes, Carla Amado (coord.); Saraiva, Rute Gil, *Actas do colóquio, Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013, p. 101.

⁹²¹ Capela, José Viriato; Matos, Henriques, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 111.

3.3. O SOCORRO

“ (...) um pequeno génio que tem o intelecto para ser grande génio num país pequeno, é um animal muito difícil.”⁹²²

“Uma ajuda útil, é uma ajuda dada no tempo”⁹²³

A cidade de Lisboa aquando o terramoto do primeiro de novembro do ano de 1755, ficou entregue ao seu fado pois nunca tinha sido acautelado de forma alguma, quanto a tudo o que uma calamidade do género pudesse trazer para a população.

Nos dias de hoje, todos os municípios elaboram um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, sendo que este é um documento de trabalho que representa a sistematização de um conjunto de normas e regras de procedimento, destinadas a evitar ou a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe que possa ocorrer numa determinada área ou em todo o Concelho.⁹²⁴ Nos atuais Planos o Diretor é o Presidente da Câmara Municipal que assume a direção das atividades de proteção civil, sendo substituído no caso de impedimento, pelo Vereador da Proteção Civil. No ato de declaração da situação de alerta, deverá estar bem explícita a natureza do acontecimento que esteve na origem da declaração de alerta, o âmbito temporal e territorial, assim como a estrutura de coordenação a adotar e os meios e recursos que estarão disponíveis para fazer face à ocorrência.

Estes Planos têm como objetivos principais: providenciar, através de respostas concertadas, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe; definir orientações relativamente ao modo de atuação dos diferentes organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; definir a unidade de direção, organizar as ações a desenvolver; estruturar as ações de apoio; reduzir a perda de vidas e bens e restaurar o mais rápido possível as condições mínimas de normalidade.⁹²⁵

Sabemos também que os exercícios/simulacros fornecem às entidades envolvidas, e ao público em geral, competências e conhecimentos necessários para o desempenho

⁹²² Keene, Benjamin, *The Private Correspondance of Sir Benjamin Keene*, Cambridge, Sir Richard Lodge, 1933, p. 72. Sir Benjamin Keene foi enviado britânico em Lisboa entre 1945 e 1949. À data do terramoto era embaixador britânico em Madrid.

⁹²³ Barot, Frank, *La Médecine d'urgence: évolution du concept de l'Antiquité au SAMU*, Amiens, Université de Picardie Jules Verne, 1998. Tese de doutoramento.

⁹²⁴ *Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Matosinhos*, versão 3, parte I, Câmara Municipal de Matosinhos, 2010, p. 1.

⁹²⁵ *Plano Municipal de Emergência de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Proteção Civil, 2012, pp. 5-6.

das ações que lhes sejam conferidos. Os exercícios visam, de acordo com o objetivo delineado, melhorar a coordenação e mobilização das várias entidades intervenientes numa situação de emergência decorrente de desastres naturais, humanos ou sociais. Testam-se, assim, procedimentos, comunicações, avalia-se falhas mitigando deficiências, através da adopção de medidas preventivas ou corretivas. Esta área de atuação é uma componente essencial possibilitando uma rotina com os procedimentos a adoptar face a uma situação de emergência ou catástrofe traduzindo-se numa maior eficácia e rapidez perante uma situação real.⁹²⁶

Existe ainda um Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes usado como instrumento de suporte ao sistema de Proteção Civil para a gestão operacional em caso de um evento sísmico na região.⁹²⁷

No século XVIII, Lisboa tinha já sentido vários tremores de terra ao longo da sua existência, nomeadamente em 1724 e 1750, mas as experiências passadas pouco ou nada ajudavam, principalmente na área das catástrofes naturais. O terramoto de 1755 veio pôr à prova a capacidade de planeamento e resolução de problemas de Marquês de Pombal.

Assim, pelo observado nos documentos coevos e pelo que conhecemos dos atuais planos de emergência podemos dizer que na atualidade e perante uma catástrofe, as ações desenvolvidas no socorro das populações, em vários pontos se assemelham ao que foi realizado em 1755 no pós terramoto.

Ressalvando todas as diferenças, assimetrias estruturais e de cultura, empiricamente refletidas numa nova forma de pensar e uma outra sensibilidade, apresentamos aquilo que nos sugere ter sido, o planeamento e execução do socorro às vítimas do terramoto do primeiro de novembro de 1755.

Enquadramento Geral do Plano

Estando a primeira parte dos Planos de Emergência atuais reservada para o enquadramento, objetivos, ativação do Plano e exercícios, podemos dizer que, na segunda metade do século XVIII, apesar de não sistematizado desta forma, foi o que aconteceu em Lisboa.

⁹²⁶ *Plano Municipal de Emergência de Lisboa...*, pp. 16-17.

⁹²⁷ *Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes*, vol. I, Autoridade Nacional de Proteção Civil, [s.d.].

Pelo que nos foi dado observar nos dados recolhidos nas fontes coevas, os objetivos de quem governava foram: providenciar as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos do terramoto; definir orientações relativamente ao modo de atuação das diferentes instituições/organismos intervenientes; coordenar as ações a desenvolver; coordenar as ações de apoio e minimizar a perda de vidas e bens restabelecendo o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade.

Organização da Resposta

No exercício de funções de responsável, Marquês de Pombal, para cumprimento da sua missão, assumiu a direção das operações de “proteção civil” tentando, na fase da emergência, estabelecer uma estreita articulação entre os agentes e os organismos de apoio e a fase da reabilitação que compreende o restabelecimento do funcionamento.

Depois de se ter verificado a necessidade de ativar toda a ajuda necessária para socorrer o povo de Lisboa, Marquês de Pombal de imediato, tomou várias providências com a divulgação de medidas para estabilizar a situação, tendo nos primeiros dias pós terramoto assinado muitos decretos.⁹²⁸

A articulação e atuação dos agentes, organismos e entidades foi uma realidade, tendo, a seu lado, na execução das primeiras decisões, por cargo ou nomeação imediata, algumas das mais importantes personagens nas operações do socorro à população. Marquês de Alegrete, D. Miguel Fernando Teles da Silva, Presidente do Senado da Câmara, coordenou operações de apoio à população, inclusivé assistência aos doentes.⁹²⁹ O Duque de Lafões, D. Pedro de Bragança Sousa Tavares da Silva Mascarenhas, Regedor das Justiças e presidente do tribunal da Casa da Suplicação, coordenou os desembargadores que superentendiam os doze bairros da cidade nas

⁹²⁸ As providências tomadas foram catorze: Providência I. Evitar a peste; Providência II. Evitar a fome; Providência III. Curar os feridos e doentes; Providência IV. Reconduzir os moradores de Lisboa que tinham desertado; Providência V. Evitar os roubos, e castigar os ladrões; Providência VI. Evitar que pelo mar se saíssem os roubos; Providência VII. Ajudar o Reino do Algarve; Providência VIII. Mandar vir tropas fora de Lisboa; Providência IX. Arranjar alojamento para o povo; Providência X. Restabelecer o culto nas igrejas que não tinham ruído; Providência XI. Recolher as religiosas cujos conventos ruíram; Providência XII. Providenciar o necessário para o povo; Providência XIII. Fazer procissões religiosas em ação de graças; Providência XIV. Reedificar a cidade de Lisboa. Leia-se Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 1-354.

⁹²⁹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 142; Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 91. Subtil, José, “D. José: A herança e a mudança política” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, p. 209.

operações de combate à criminalidade e recrutamento de vagabundos e mendigos para a desobstrução das vias de circulação.⁹³⁰

D. Diogo de Noronha, Marquês de Marialva (estribeiro-mor, Gentil-homem e Governador das Armas), ficou responsável pela proteção civil aos desalojados e defesa das praias com o apoio dos governadores dos fortes da barra de Lisboa. Para isso, fez deslocar para a capital do reino os regimentos de Setúbal, Cascais, Peniche, Évora, Elvas e Olivença.⁹³¹

O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara, teve a seu cargo a sepultura dos mortos e coordenação do trabalho das comunidades religiosas e dos serviços religiosos.⁹³²

Áreas de Intervenção

Para cada uma das áreas de intervenção identificam-se de seguida as prioridades de ação, a estrutura de coordenação e a constituição e missão dos que atuaram no terreno.

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS: Estabeleceu-se um conjunto de procedimentos de coordenação das atividades de gestão administrativa e financeiras, inerentes à mobilização, requisição, utilização dos meios e recursos aquando da ativação do socorro a prestar à população. Sebastião de Carvalho visitou os locais mais afetados, acompanhando, desta forma, toda a gestão da situação promovendo uma avaliação objetiva dos acontecimentos junto dos locais atingidos. Emitiu inúmeros decretos, leu relatórios da polícia, recebeu correio, tomou nota de informações e para manter a segurança chamou para a capital os Regimentos de Infantaria de Setúbal, Peniche, Cascais e Dragões de Évora.⁹³³ Para diminuir os efeitos nefastos do incêndio que começou a devastar Lisboa e que durou vários dias, Marquês de Pombal ordenou que fossem retiradas das casas que lhe estavam perto, todo o material combustível de forma a limitar a sua propagação.⁹³⁴ Reforçou o aparelho judicial, com o envio de desembargadores para todos os bairros da cidade com o intuito de evitar roubos e

⁹³⁰ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 144; Subtil, José, *O Terramoto Político...*, p. 119; Subtil, José, “D. José: A herança e a mudança política”..., p. 209.

⁹³¹ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 110-139; Subtil, José, *O Terramoto Político...*, p. 120. Subtil, José, “D. José: A herança e a mudança política”..., p. 207.

⁹³² Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 52-54.

⁹³³ Barros, Francisco Lobo Correia de, *Altos feitos do Marquês de Pombal*, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p. 27; Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 143.

⁹³⁴ ANTT, *Hospital São José*, cx. 397, mc. 1, nº 28.

pilhagens e melhorar a distribuição dos géneros alimentares.⁹³⁵

LOGÍSTICA: Os governantes suspenderam o imposto sobre o peixe vendido desde Belém até Santarém. Para evitar a especulação dos preços, foi ordenado a Marquês de Alegrete que colocasse editais para que os custos dos comestíveis não ultrapassassem os praticados em outubro antes do terramoto.⁹³⁶ Este pediu a todos os ministros das terras das duas margens do Tejo que mandassem vir toda a farinha e mais comestíveis para Lisboa. Assim, recolheu todo o tipo de alimentos disponíveis em armazéns, navios e outros locais que fossem encontrados, para que se pudessem distribuir pelo povo de forma ordeira.⁹³⁷

Foram convocados todos os padeiros e, com o material encontrado nas ruínas, foram fabricados fornos para que neles se fabricasse pão e se tentasse matar a fome ao povo, sendo que, em primeiro lugar, se deviam nutrir os que trabalhavam na recuperação da cidade.⁹³⁸ Proibiu a saída dos habitantes de Lisboa para fora da cidade evitando, deste modo, a fuga da população. Os que conseguissem fugir e fossem encontrados seriam obrigados a regressar.⁹³⁹

Para os desalojados que tinham acampado nas praças e cercas dos conventos, nas praias e campos da cidade e em vários locais da capital, foram construídas barracas, visando protegê-los do inverno que se tinha iniciado rigoroso e com repetidas chuvas. Para estas proteções, foi utilizada grande quantidade de pano que havia nos armazéns reais e que D. José I mandou emprestar. Foram também usados os panos das velas de navios que se encontravam na Ribeira das Naus e como não tivesse chegado, foi ainda usado o brin e lona que havia nas lojas de Lisboa e casas de estrangeiros.⁹⁴⁰ No Largo do Rato foram construídos numerosos abrigos deste género que aí ficaram durante décadas.⁹⁴¹

COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO: Marquês do Pombal promoveu, nos termos e ritmos que achou apropriados, os avisos e a divulgação de medidas de autoproteção à população, afixando avisos e enviando cartas com resoluções do rei D.

⁹³⁵ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fl. 370. Pode ler-se ainda em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 7.

⁹³⁶ Pode ler-se em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes...*, p. 62.

⁹³⁷ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fl. 370.

⁹³⁸ Pode ler-se em Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 60.

⁹³⁹ Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 11 e 94.

⁹⁴⁰ Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755...*, p. 517.

⁹⁴¹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 124.

José I, ou determinando ações de punição ou outras, por infrações cometidas. Uma informação correta, atempada e pertinente, fundamenta uma apropriada gestão da emergência, traduzindo-se, em última instância, numa diminuição dos danos humanos, materiais e ambientais.⁹⁴² Na Lisboa de setecentos, apenas uma voz se ouvia na gestão da emergência e para que as suas ordens chegassem a todos de uma forma eficaz foram colocados editais nas portas da cidade com as ordens que os habitantes de Lisboa deviam cumprir.⁹⁴³ Alguns alertavam para que os bens roubados após o primeiro de novembro, como por exemplo as jóias de ouro e prata, caso fossem encontrados, seriam restituídos aos donos.⁹⁴⁴

PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO: A iminência de acidentes graves, nas casas ou locais que tinham resistido às primeiras investidas do terramoto, poderia levar à necessidade de se proceder à evacuação de determinadas zonas. Mas estes procedimentos estavam fora dos planos da coordenação de Marquês de Pombal, pois, não havia forma de evitar que as pessoas regressassem às suas casas com o intuito de reaverem alguns dos bens que tinham perdido. Também, porque de facto não era pretendido que as pessoas abandonassem Lisboa, pois se isso acontecesse não restaria ajuda para a reconstrução da capital, pois, como se veio a verificar, a sua reedificação foi efetuada, principalmente nos primeiros tempos, muito à custa do auxílio da população.⁹⁴⁵ Apesar deste facto, foram construídas barracas para os desalojados, em locais menos afetados pelo terramoto, dentro da capital do reino.⁹⁴⁶ É aquilo a que hoje chamamos “áreas de refúgio”.

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA: Sabemos que compete às forças de segurança assegurar a ordem pública, delimitar perímetros de segurança e controlar o acesso às zonas sinistradas bem como garantir a segurança de infraestruturas sensíveis ou indispensáveis. Com o intuito de manter a ordem na cidade, Marquês de Pombal ordenou a Marquês Estribeiro Mor, a Marquês de Abrantes e ao General da Artilharia,

⁹⁴² Plano Municipal de Emergência de Lisboa..., p. 63.

⁹⁴³ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fls. 394-395. Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p. 12.

⁹⁴⁴ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, pp. 47-59; Sousa, José de Oliveira Trovão e, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa...*, p.13; Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 145.

⁹⁴⁵ Lisboa, Amador Patrício de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 11 e 94.

⁹⁴⁶ Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755...*, p. 517.

para que, fazendo uso das tropas, artilheiros e demais material necessário, pudessem socorrer e zelar pela segurança do povo de Lisboa.⁹⁴⁷

Ainda com esse sentido, ordenou a execução sumária de todos os que fossem apanhados a roubar. Para isso, mandou colocar forcas pela cidade, onde foram executados todos os que foram apanhados em flagrante delito, ficando os corpos lá colocados até serem consumidos pelo tempo.⁹⁴⁸

Marquês de Pombal ordenou ao Duque Regedor que se reunisse com os Desembargadores dos bairros para lhes pedir que prendessem todos os que tinham espalhado sugestões sob a aparência de profecias, com o intuito de cometerem roubos e outros delitos, assim que as pessoas abandonassem as casas com medo do que poderia ainda acontecer. Solicitou ainda aos mesmos Desembargadores que observassem a forma como viviam os seus habitantes e que caso levassem vidas ociosas deveriam ser colocados a trabalhar nas obras públicas da cidade. Também não era permitido que as pessoas com ofícios muito úteis naqueles dias usufruíssem de um salário maior do que os que o estavam acostumados a receber.⁹⁴⁹

Pelo facto de haver poucas casas que tivessem resistido ao terramoto e houvesse quem se quisesse aproveitar desse facto, foi ordenado que pelas casas ou, pelos terrenos que se arrendassem fosse cobrado o mesmo dinheiro que antes do tremor de terra.⁹⁵⁰

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DAS VÍTIMAS: O rei convocou com prontidão médicos, cirurgiões e enfermeiros para tratar os feridos que estivessem em casas de religiosos e outros locais da cidade, podendo para isso usar os medicamento e a botica do hospital. Solicitou ainda apoio a todos os que pudessem auxiliar as equipas médicas, dando o exemplo com a sua própria família.⁹⁵¹ Alguns fidalgos, juntamente com cirurgiões, andaram pelos campos a ajudar no tratamento de feridos.⁹⁵² Eram vários os que aquando da chegada dos cirurgiões apresentavam já as feridas gangrenadas pouco

⁹⁴⁷ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos* liv. 8, fl. 366.

⁹⁴⁸ AHM, *Secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros e da Guerra*, cx. 1, nº 1, doc. 55, fls. 1, 2. Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 145.

⁹⁴⁹ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 131. Esta notícia pode ser confirmada em Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos...*, p. 145.

⁹⁵⁰ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 146.

⁹⁵¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 26. ANTT, *Hospital S. José*, cx. 397, mç. 1, nº 27, fl. 6. Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, pp. 9-10.

⁹⁵² ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 27.

havendo a fazer.⁹⁵³ O Hospital Real de Todos os Santos quase ficou destruído no seu próprio dia e os doentes que resistiram foram levados para as cabanas do Rossio onde permaneceram por mais de três semanas. Foram erguidos hospitais provisórios em São Bento e na casa dos Almada e depois no Rossio e às Portas de Santo Antão enquanto se faziam as adaptações necessárias no edifício do Colégio de Santo Antão.⁹⁵⁴

SOCORRO E SALVAMENTO: Os que conseguiram andar refugiaram-se em lugares altos e alguns dos feridos foram deitados sobre camas de folhas.⁹⁵⁵ Mesmo sabendo que os riscos que corriam eram elevados, houve sobreviventes que tentaram retirar as pessoas dos escombros. Alguns doentes levantaram-se das suas camas, enquanto que alguns feridos se curavam em poucos dias sem médicos. Houve ainda pessoas com ferimentos menos graves que morreram por não haver quem as socorresse.⁹⁵⁶ Os que tinham casas no campo e que não foram afetadas pela calamidade ofereceram sustento e habitação e muitos nobres com palácios fora de Lisboa dispuseram os seus terrenos para que os mais necessitados os ocupassem, tendo-os recebido e alojados no jardim, debaixo de barracas onde foram colocados colchões.⁹⁵⁷

Jaziam pelas casas muitos doentes que tinham escapado às ruínas do terramoto, mas cujos males os tinham incapacitado de sair do leito. Havia, entre estes, um grande número de pessoas com fraturas nos membros inferiores ou cujos membros se encontravam presos nos escombros e que esperavam socorro. Muitas destas pessoas foram vítimas do fogo.⁹⁵⁸

Entre os nobres portugueses que ajudaram conta-se D. João de Bragança, primo do rei e irmão do Duque de Lafões, que tentou salvar várias pessoas tendo ajudado a enterrar muitos cadáveres. Monsenhor Sampaio, Prelado da Igreja Patriarcal, salvou muitas vidas entre as ruínas e fez com que outras fossem conduzidas aos hospitais. Durante várias semanas, sepultou 240 cadáveres.⁹⁵⁹

Das vítimas que se salvaram existem relatos de pessoas encontradas com vida depois de quatro dias, outro depois de sete dias e ainda uma pessoa nove dias após o terramoto. Para as cadeias de Lisboa, foram enviadas camas que se encontravam nos

⁹⁵³ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 37.

⁹⁵⁴ ANTT, *Hospital São José*, liv. 1479. ANTT *Hospital São José* cx. 397, mc.1 n° 31.

⁹⁵⁵ Veja-se Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 33.

⁹⁵⁶ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 122.

⁹⁵⁷ Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo...*, p. 21.

⁹⁵⁸ ANTT, *Hospital São José*, liv. 1461.

⁹⁵⁹ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez...*, pp. 4-5.

armazéns da Artilharia do Reino, para que se tratassem os encarcerados que tinham sobrevivido. Para estas instituições também foi enviado medicamentos e alimentação.⁹⁶⁰

SERVIÇOS MORTUÁRIOS: Ao terceiro dia pós terramoto depois de se retirar alguns corpos dos escombros começaram a ser cavadas as sepulturas. Para evitar os cheiros e a propagação de epidemias, alguns cadáveres foram cobertos com cal e foram queimados barris de alcatrão.⁹⁶¹ Ao sétimo dia, o rei D. José I ordenou que todos os que tinham servido na casa dos Vinte e Quatro convocassem os seus respetivos artífices para colaborarem na causa pública e indispensável, de dar sepultura aos mortos e preservar a saúde dos vivos que se encontrava ameaçada com a corrupção dos corpos.⁹⁶²

Muitos saíram dos conventos munidos de escadas e padiolas para benzer os corpos e enterrá-los o mais condignamente possível.⁹⁶³ Os relatos testemunham que passados dois a três anos ainda se desenterravam ossadas para que fossem trasladadas para cemitérios.⁹⁶⁴ Foi ordenado que se colocassem cadáveres em embarcações para que estas fossem conduzidas ao mar e afundadas, pois tornava-se impossível sepultá-los todos, antes da contaminação da área.⁹⁶⁵

AUXÍLIO PSICOLÓGICO/ESPIRITUAL: Por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa foram os religiosos que prestaram apoio espiritual. O mesmo Cardeal ordenou que se colocassem altares portáteis nos campos, para a realização dos ofícios religiosos.⁹⁶⁶ Todas as congregações religiosas abriram as portas dos seus conventos e mosteiros recolhendo e alimentando centenas de famílias. Os padres promoveram, junto dos povos, procissões de Ação de Graças, penitências públicas e particulares, confissões e demais atos de virtudes.⁹⁶⁷

As religiosas do Convento de Nossa Senhora de Belém foram enviadas pela cidade, juntamente com confessores, para que se ministrassem os sacramentos aos

⁹⁶⁰ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias* ..., p. 92.

⁹⁶¹ Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol III, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1928, p. 770.

⁹⁶² AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fls. 382-385.

⁹⁶³ Cameira, Maria Cecília, "Sacralização e práticas religiosas"..., p. 328.

⁹⁶⁴ Cameira, Maria Cecília, "Sacralização e práticas religiosas"..., p. 328.

⁹⁶⁵ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 132; Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias...*, p. 51.

⁹⁶⁶ Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa...*, p. 130 e p. 21.

⁹⁶⁷ Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 176

moribundos.⁹⁶⁸ Pregaram também muitos leigos, inclusive mulheres, pois todos temiam a ira divina e receavam que as réplicas destruíssem o que restara da cidade e das suas vidas.⁹⁶⁹ As terapias mais usadas nos dias que se seguiram ao terramoto foram as orações e dentro ou fora das barracas.⁹⁷⁰

APOIO INTERNACIONAL: O apoio das cortes europeias a Portugal e o socorro internacional mostraram a existência de uma unidade inesperada em torno de um acontecimento trágico e irrepetível. Assim, o auxílio exterior chegou de várias monarquias europeias. A corte espanhola enviou uma importante contribuição económica e foi autorizado por decreto real a abolição de direitos aduaneiros para frutas e outros produtos, incluindo gado, nas fronteiras da Extremadura, Castela e Galiza.⁹⁷¹

De Inglaterra vieram seis barcos com instrumentos para ajudar na reconstrução da cidade, uma importante soma em dinheiro, carne, manteiga, biscoitos, arroz, farinha e cereais.⁹⁷²

O monarca francês ofereceu ajuda inespecífica, ficando à espera que Portugal solicitasse auxílio, que como já dissemos, nunca se chegou a concretizar.⁹⁷³

REABILITAÇÃO DA CIDADE: Os governantes de Lisboa de setecentos, no pós terramoto, tiveram necessidade de reabilitar os serviços essenciais que eram possíveis proporcionar à população da época.⁹⁷⁴

⁹⁶⁸ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”..., p. 328.

⁹⁶⁹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 119.

⁹⁷⁰ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al.), *Portugal Aflito e Conturbado pelo terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, p. 329

⁹⁷¹ Gonzáles Lopo, Domingo, “El impacto y las consecuencias del terremoto de Lisboa en Galicia” in Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 110.

⁹⁷² *Portugal agradecido, Lisboa obsequiosa, panegyrico gratulatorio em o qual a Cidade de Lisboa agradece à Corte de Londres o magnífico presente, que esta lhe mandou*, Lisboa Na offi. Domingos Rodrigues, 1756, p. 8.

⁹⁷³ Ver Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto...*, p. 57.

⁹⁷⁴ A reabilitação consiste principalmente, em reparar infra-estruturas e bens em geral, sem alterar suas características principais e manutenção de sua localização, tamanho, design geral, a cobertura e amplitude. É imperiosa a existência de avaliação rápida das prioridades para as diversas tarefas de reabilitação tais como a restauração de serviços essenciais para a população como o fornecimento de água; cuidar de feridos; limpeza e remoção de detritos; reparação de casas; saneamento; reabilitação das vias de acesso às áreas afetadas, etc. Ao contrário da fase de reconstrução, não necessita de estudos e projetos poderosos. Torna-se necessário distinguir em cada caso, se a reabilitar ou reconstruir. Deve ler-se *El impacto de los desastres naturales en el desarrollo: documento metodológico básico para estudios nacionales de caso*, (s.l.), Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina Y el Caribe 2005, pp. 35-36.

Foi pensada uma nova forma de distribuição de água para as fontes, para a extinção de incêndios e ainda para todas as necessidades do Hospital de Todos os Santos.⁹⁷⁵ Todos os malfetores condenados às galés foram colocados a trabalhar na limpeza dos escombros da cidade. Mas não só os condenados trabalhavam para que Lisboa retomasse o mais precocemente possível a vida anterior ao terramoto: religiosos, nobres e demais pessoas ajudaram a reabilitar a cidade sempre guiados pela voz do comando, de Marquês de Pombal.

A reconstrução, iniciada em 1756, foi executada segundo um plano ortogonal inovador, fruto único e paradigmático da escola urbanística portuguesa. O plano, desenvolvido sob o regime autocrático iluminado de Marquês de Pombal, foi proposto pelo General e Engenheiro Mor do Reino, Manuel da Maia, e concretizado sob a direção dos engenheiros militares Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.⁹⁷⁶

Sintetizando, podemos dizer que a resposta de emergência ao fenómeno natural extremo que devastou Lisboa, foi pensada de uma forma moderna e racional não sendo, porém, evidente que a resposta ao desastre tenha sido claramente hierarquizada, tal como seria expectável na atual sociedade.

O sismo foi dessacralizado e enfrentado com a ciência e a técnica da época tendo sido tomadas medidas imediatas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos.⁹⁷⁷

Os atos de culto foram preservados e o patriarcado foi ainda mobilizado para ajudar no esforço da reconstrução da cidade. Isto só foi possível porque à época, como agora, a sociedade incluía diferentes visões do mundo em conflito aberto.

Mas o poder em Portugal estava nas mãos de um representante de uma visão do mundo claramente minoritária na sociedade portuguesa. Desta forma, o Estado, cujos sinais exteriores tinham ruído com o terramoto, renasceu, depois, forte e absoluto.

⁹⁷⁵ ANTT, *Conselho de Guerra, Correspondência*, mc. 270, nº1, cx. 954, fls 3v e 4.

⁹⁷⁶ Levy, Paula, “Baixa Pombalina, pedido de Inclusão na lista indicativa nacional para candidatura a Património Mundial”, *3.º Suplemento ao Boletim Municipal* n.º 538, Lisboa, Imprensa Municipal, 2004, p. 50.

⁹⁷⁷ Lima, Maria Luisa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755” in *Análise social*, vol. XLIII (1º), 2008, p. 25.

4. O QUE MUDOU?

“O Terremoto fatal, que Lisboa soffreo no primeiro de Novembro de 1755 sendo causa de muitos desastres para este Reino , também lhe abriu caminho para algumas felicidades , como tem julgado bons Políticos. Huma das boas consequências daquelle espantoso Fenómeno foi a reedificação desta Capital, muito mais commoda, e mais bella do que era antigamente”⁹⁷⁸

A história da cidade de Lisboa, e com ela a de Portugal inteiro, ficou assinalada pela calamidade que no primeiro de novembro de 1755 quase destruiu a velha capital do reino.⁹⁷⁹

A Lisboa que se conheceu antes do terramoto desapareceu quase por completo, não só com o sismo do primeiro de novembro, mas também com a construção empreendida por Marquês de Pombal, da qual resultou uma cidade com quarteirões uniformes e traçado regular.⁹⁸⁰

Da Lisboa barroca apenas ficou a memória que perdura até hoje: de uma cidade mítica, cujas descrições oscilam entre a opulência desmedida, a devoção religiosa e a extrema pobreza. Também por isso este foi, por certo, um dos fenómenos que aceleraram os avanços do mundo moderno que estava a começar, tendo o terramoto de 1755 sido a causa e a razão para a revolução urbanística e arquitetónica de que foi protagonista a cidade.

Sabemos que os fenómenos sísmicos, os maremotos e vulcões não se repartem de forma homogénea pelo planeta, existindo áreas mais propensas à ocorrência deste tipo de eventos geológicos. Os muitos sismos que se sentiram em Lisboa, ao longo dos tempos, terão contribuído para uma maior necessidade de reconstrução de edifícios. Assim, num processo gradual de fazer e desfazer construções, camada sobre camada, durante várias épocas criaram-se alguns metros de altura de aterros em toda a baixa da cidade. A composição destes aterros foi o resultado do depósito de terras, areias, entulhos e pedras assentes sobre uma camada de terrenos lodosos e de aluvião.⁹⁸¹ Foi nestes terrenos que no terramoto de 1755 ocorreram a maior derrocada de edifícios

⁹⁷⁸ Castro, Joaquim Machado de, *Descrição analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I.* Lisboa, Imprensa Régia, 1810, pp. 1-2.

⁹⁷⁹ França, José-Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina*, Lisboa, Bertrand, 1989, p. 7.

⁹⁸⁰ “The new-created part of the city is beautiful; the streets are broad, regular, and have numerous lateral intersections. Leia-se Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon...*, pp. 5-7.

⁹⁸¹ Durão, Vitor, “Análise Urbana de Territórios Construídos: Os aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal” in *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Vol. 12 (1), Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2012, p. 22.

enquanto noutros locais próximos, e cujo solo era constituído por zonas calcárias e basálticas, a destruição dos edifícios foi menor. Disto é exemplo o que sucedeu em Alfama onde a maior destruição foi junto ao rio, como se encontra descrito pelos párocos que responderam ao inquérito realizado em 1756.⁹⁸²

Moreira de Mendonça descreveu o estado em que se encontrava a cidade algumas horas após o sucedido. Deparou-se com uma destruição maciça nos bairros da cidade que apresentavam ruas mais estreitas e edifícios com andares mais altos:

“Depois de muitas reflexões feitas em várias ruas, e diversos bairros da Cidade, me parece, que o fogo consumiu a terceira parte da Cidade, naquele citio em que era mais populosa, por serem a maior parte das ruas estreitas, e as casas de quatro, cinco, e seis andares de sobrados. Parece-me também, que o Terremoto lançou por terra a decima parte das casas de Lisboa, deixou inhabitáveis mais de duas partes das que ficarão em pé, ficando habitáveis somente ainda menos de huma terça parte das casas. A maior parte destas lhe forão precisos grandes reparos. Não houve propriedade alguma, que carecesse inteiramente do concerto. Esta he a mais verdadeira noticia do estado, em que deixou o Terremoto, e incendio esta famosíssima Cidade.”⁹⁸³

O evento ocorrido a primeiro de novembro transformou a cidade de Lisboa, tendo o Terreiro do Paço adquirido importância como praça de representação da cidade e do poder político, pois os valores racionalistas e iluministas determinantes no Pombalismo estiveram na génese desta renovação. Esta praça transformou-se num símbolo de uma capital e de um país renovado, divulgando para o mundo uma imagem ordenada e sóbria.⁹⁸⁴

Quando ocorreu uma calamidade da ordem de grandeza do “terramoto de Lisboa”, as autoridades viram-se na obrigação de desenhar uma estratégia de reconstrução que definisse as prioridades de ação em função das necessidades e recursos disponíveis tendo em consideração a necessidade da introdução de elementos de mitigação. Esta foi uma fase de grande importância, pela sua relevância económica, social, ambiental e financeira, pois a sua execução conduziu ao restabelecimento completo, das normais condições de vida da população e às dinâmicas de desenvolvimento económico e social, que o país tinha antes da catástrofe. Esta etapa baseou-se na execução de projetos específicos, devidamente avaliados, priorizados e consistentes com a

⁹⁸² ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 68 (sem fôlio).

⁹⁸³ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos...*, p. 551.

⁹⁸⁴ Durão, Vitor, “Análise Urbana de Territórios Construídos”..., p. 24.

disponibilidade de recursos, integrados num programa de reconstrução a longo prazo.⁹⁸⁵ No nosso parecer foi o que aconteceu na reconstrução da cidade de Lisboa.

Após o terramoto a construção pombalina indicou e prosseguiu como uma notável e adequada solução engenhosa. Os construtores de oitocentos assumiram a perceção do risco, apesar das opiniões que se insurgiam para denunciar a ameaça que imperava sobre a integridade física dos edifícios, engenhosamente construídos para resistir aos cataclismos. O governo serviu-se dos engenheiros militares da época para os serviços de maior responsabilidade, antes e depois do terramoto, pois “quando, das ruínas d’esse horrível terremoto, a enérgica vontade do Marques de Pombal fez erguer, alinhada, garrida e bella, a nova cidade, os engenheiros militares foram os auxiliares principaes d’essa vontade de ferro”.⁹⁸⁶

Por decreto de 27 de novembro de 1755, D. José I ordenou ao desembargador Manuel de Campos e Sousa, vereador do Pelouro das Obras, que mandasse com urgência desentulhar os aquedutos da Rua dos Canos, antes que as águas estagnadas pelas iminentes inundações das chuvas causassem prejuízo à saúde pública.⁹⁸⁷

Em finais desse mesmo mês, o Secretário de Estado por decreto do dia 29 ordenou que os ministros encarregados da inspeção de cada bairro da cidade fizessem, sem demora, uma exata descrição do respetivo bairro, na qual constasse a largura e comprimento das praças, ruas e becos.⁹⁸⁸ Deviam também incluir quais os edifícios públicos que existiam, assim como propriedades particulares que existiam nas referidas ruas, praças e becos, com especificações referentes a paredes que fossem próprias de cada edifício ou comuns a ambos. Em cada freguesia a descrição era feita por ruas, travessas, becos e calçadas. Primeiro, mediam-se as ruas e depois as propriedades, seguindo-se a descrição destas sob título: nome da rua, travessa, beco ou calçada, parte do nascente, parte do poente e parte do sul. Em alguns registos é indicado o formato das casas nos diferentes ângulos. Em quase todos se dá a descrição do proprietário. Em

⁹⁸⁵ Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina Y el Caribe, *El impacto de los desastres naturales en el desarrollo: documento metodológico básico para estudios nacionales de caso*, 2005, pp. 36-37.

⁹⁸⁶ Ayres, Christovam, *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terremoto de 1755*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 20.

⁹⁸⁷ AML-AH, *Consultas Decretos e Avisos* Liv. 8, fl. 433.

⁹⁸⁸ ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros*, liv. 10, fl. 1; ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros*, liv. 10, fl. 3; ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros*, liv. 10, fl. 211.

algumas descrições aparece a figura da propriedade e em alguns casos a indicação se as casas estão dotadas de números ou letras.⁹⁸⁹

No início de dezembro de 1755, Marquês de Pombal recorreu ao engenheiro mor do reino com a patente de mestre de campo, general, Manuel da Maia, com 80 anos, que juntamente com o capitão, arquiteto, Eugénio dos Santos, e o tenente coronel, arquiteto e engenheiro Carlos Mardel, foram o cérebro de toda a reconstrução da nova cidade.⁹⁹⁰

Estes foram os três obreiros da reconstrução da cidade que, no quadro das reformas de Marquês de Pombal, se tornou para a história, a Lisboa pombalina.⁹⁹¹ Pombal decidiu reconstruir a cidade no seu sítio histórico, inteiramente redefinido, e não a refazendo, igual ou melhorada, ou a reimplantando, em zona mais resistente a terramotos.⁹⁹²

Para que fosse possível reedificar a cidade de Lisboa no mesmo local em que se encontrava, foi proibida a construção de casas novas na parte antiga, tendo os seus moradores sido obrigados a viver em barracas.

Na primeira dissertação sobre a renovação da cidade de Lisboa, entregue a três de dezembro, um mês após o terramoto, Manuel da Maia sugeriu algumas premissas gerais que acabaram por nortear o projeto subsequente. Optava-se pela demolição integral de todos os edifícios subsistentes e a construção de uma cidade completamente nova. A reconstrução era pautada por dois princípios-chave: o traçado regular, e edifícios com gabarito homogéneo com altura proporcional à largura das ruas, evitando-se, sempre que possível, passagens cobertas no primeiro pavimento, pois eram consideradas perigosas à noite. Este pormenor revela preocupação com a segurança noturna e ordem pública, num tempo em que a iluminação das povoações, não era preocupação para as autoridades.

⁹⁸⁹ ANTT, *Feitos Findos, Juízo de Inspeção de Bairros*, liv 5; ANTT, *Feitos Findos, Juízo de Inspeção de Bairros*, liv. 10, fls. 3-200; ANTT, *Feitos Findos, Juízo de Inspeção de Bairros*, liv. 17, fls. 6-19.

⁹⁹⁰ Ramos, Luís; Lourenço, Paulo B., “Análise das Técnicas de Construção Pombalina e Apreciação do Estado de Conservação Estrutural do Quarteirão do Martinho da Arcada” in *Engenharia Civil*, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2000, p. 37.

⁹⁹¹ A reconstrução da cidade, consoante o novo plano, foi tomada após dezasseis de fevereiro e dois meses depois os seis planos estavam prontos. A doze de junho foi escolhido o plano assinado por Eugénio dos Santos que tendo falecido em 1760, deixou direção dos trabalhos a Carlos Mardel. Este, por sua vez, viria a falecer três anos mais tarde, enquanto que Manuel da Maia viveu mais cinco anos, vindo a falecer já nonagenário em 1768. Pode ler-se mais em França, José-Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina*, Lisboa, Bertrand, 1989, p. 21.

⁹⁹² França, José-Augusto, “Lisboa Pombalina” in *Comunicações das Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, p. 16.

Na segunda e terceiras partes da dissertação, redigidas a dezasseis de fevereiro de 1756, e 31 de março do mesmo ano, respetivamente, o engenheiro mor do reino, detalhou a sua proposta para renovação da cidade.⁹⁹³ Tendo apresentado sugestões para a viabilização imobiliária da empreitada, estabeleceu que os antigos proprietários dos edifícios deveriam reconstruí-los em tempo pré-determinado e conforme desenhos fornecidos pelo arquiteto do Senado, o capitão Eugénio dos Santos, de forma que:

“(…) para que cada rua conserve a mesma simetria em portas, janellas e alturas; e pelo q. toca as cotas me parece sejam todas de dous pavim.^{tos} sobre as logeas; porem q. as paredes que dividem os edificios excedão a altura das paredes das frontarias pelo que se julgar bastante pa q. o fogo senão possa communicar de huns telhados a outros,... Disse asima, p.^a que cada rua conserve a mesma simetria em portas e janellas e alturas, porq. me parecia melhor que cada rua ou cada Freg.^a tivesse alguma diversid.^e ao menos na côr da pintura do que por toda a cid.^e baixa inteiram.^{te} uniforme, até p.^a não ficarem tão distintas as outras p.^{tes} da Cid.^e que se conservarão na mesma forma em q. se achão, (...)”⁹⁹⁴

Apresentou também sugestões para a questão do saneamento público, optando pelo sistema de esgotos subterrâneas, interligados aos edifícios e às ruas, para receberem tanto os dejetos dos moradores como as águas pluviais, sendo ambos lançados no rio de Sacavém.⁹⁹⁵

O abastecimento da cidade com água não foi esquecido, pois era necessário “attenderse com antecedência aos Conduitos da Agoa para as fontes de que he muito justo se milhore esta cidade baixa destruída, para alimento do povo, para extinção dos incêndios, e para adorno das praças.” Para o Hospital Real de Todos os Santos “pelos seus grandes privilegios se faz a credor de toda a água q’ lhe he necessária.”⁹⁹⁶ Um edital do Senado da Câmara de seis de setembro de 1784, proibiu a utilização da água dos tanques e chafarizes para o uso de fábricas e oficinas. O seu uso devia manter-se apenas para animais e incêndios.⁹⁹⁷

Passado algum tempo, a situação parece ter de facto melhorado, se tivermos em conta o testemunho de um viajante em 1796, que referiu que Lisboa estava dotada com muitos chafarizes, distribuídos por vários bairros e que a água que deles corria era

⁹⁹³ ANTT, *Conselho de Guerra, Correspondência*, mç. 270, nº 1, cx. 954.

⁹⁹⁴ Ayres, Christovam, *Manuel da Maya e os engenheiros militares...*, p. 36.

⁹⁹⁵ Ayres, Christovam, *Manuel da Maya e os engenheiros militares...*, p. 44.

⁹⁹⁶ ANTT, *Conselho de Guerra, Correspondência*, mç. 270, nº1, cx. 954, fl. 4.

⁹⁹⁷ *Colleção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado de El Rey fidelissimo D. José I Nosso Senhor desde o ano 1769 até o de 1977*, Tomo V, [s.l.] [s.d.], p. 210.

excelente e provinha de um enorme e magnífico depósito situado na parte alta da cidade sendo alimentado pelo aqueduto.⁹⁹⁸

Mas o saneamento não abarcava todas as ruas o que deixou os habitantes descontentes tendo Jacome Rattton, industrial e negociante da praça de Lisboa, escrito na última metade do século XVIII que:

“hé imperdoável nesta nova reedificação hé que todas as ruas não tenham canos, e todas as casas, cloacas, para o despejo das primeiras immundicias; (...) e sem as quaes a fedorenta Cidade de Lisboa será sempre hum manancial de moléstias, a vergonha da Nação, he hum objeto ascaroso pelos montões de immundicias acumuladas nas ruas, por defeito do descuido inveterado de se não varrerem, e se não tirarem com a devida regularidade, não obstante as rendas que há destinadas apara isso.”⁹⁹⁹

Dominada pelo racionalismo e pelos novos ideais iluministas de felicidade e harmonia do homem com a natureza, a Lisboa pombalina apresentou algumas soluções técnicas muito eficazes. Das várias características de edifícios pombalinos relacionados com o desígnio de proporcionando resistência sísmica, o mais significativo é a “Gaiola Pombalina”. Este tipo de construção consiste em um treliça de madeira tridimensional que se parece com uma gaiola. A “gaiola” é constituída por um conjunto de treliças planas, chamadas paredes frontais, ligados nos cantos por barras verticais que pertencem a paredes frontal ortogonais. Cada parede frontal é constituída por um conjunto de triângulos. Esta é uma geometria semelhante às treliças de aço dos nossos dias. Em geral, o espaço entre as barras de madeira das paredes frontais está preenchido com alvenaria e as superfícies são cobertas com um material de acabamento, portanto, a Gaiola em geral, não é visível.¹⁰⁰⁰

Para evitar fogos foram introduzidas paredes corta-fogos e passou a deixar-se uma distância calculada entre os prédios. Dada a necessidade de uma reconstrução rápida, optou-se por uma tipologia despojada de ornatos e, apesar desse despojamento formal que caracteriza o pombalino, a reconstrução deu-nos uma praça de beleza ímpar, à maneira das praças reais europeias: o Terreiro do Paço.

⁹⁹⁸ Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, (trad., prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), 1989, p. 30.

⁹⁹⁹ Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo...*, pp. 223-224.

¹⁰⁰⁰ Lopes, Mário; Meireles, Helena, Cattari; Serena, Bento, Rita; Lagomarsino Sergio, “Pombalino Constructions: Description and Seismic Assessment” in Costa, Anibal; Guedes, João; Varum, Humberto, *Structural Rehabilitation of Old Buildings*, vol. 2, Berlin, Spinger, 20013, pp. 188-189.

No dia 22 de março de 1756 reuniram-se na Rua Direita do Chiado o desembargador José Carvalho de Andrade, o capitão e engenheiro Eugénio dos Santos de Carvalho e o oficial de engenharia António Felix Ribeiro do Amaral para se proceder à medição e demarcação do Bairro Alto.¹⁰⁰¹

Pode ler-se na Gazeta de Lisboa, número doze, de quinta-feira 25 de Março de 1756, que “as ruas principaes da Cidade de Lisboa com o trabalho dos obreiros no tempo de cinco meses, começam a desembaraçar-se das muitas ruínas, com que as cegou o terremoto e o fogo”.¹⁰⁰²

O terramoto criou as condições necessárias para que os conceitos, as formas e as práticas que vinham sendo aplicadas em outras cidades, nomeadamente Turim e Londres, pudessem também ser implantadas na capital do reino de Portugal. O resultado desta reconstrução foi uma cidade “regular, formosa e cômoda, verdadeiro sonho geométrico”.¹⁰⁰³

Mas, além das questões estéticas que nortearam o projeto de reconstrução de Lisboa, o engenheiro Manuel da Maia tentou resolver muitos outros problemas existentes. Ao pensar nos esgotos, procurou resolver o problema do lixo e da insalubridade que grassava na capital e ao pensar numa estrutura independente para os edifícios, procurou resolver o problema dos sismos.

Construir as paredes elevadas acima dos telhados era uma forma de tentar resolver o problema dos incêndios e ao pensar numa distância entre os edifícios proporcional à largura das ruas procurou resolver o problema da circulação do ar, da insolação e das pestes.

As novas ruas eram largas e arejadas, tendo as principais sessenta palmos de largura e as restantes, quarenta. Eram calçadas e dotadas de passeios laterais de modo a facilitar a circulação dos peões e veículos, garantindo-se, assim, a liberdade de ar e luz bem ao gosto dos novos urbanistas.¹⁰⁰⁴

Em junho de 1758, D. José I conferiu ao Duque de Lafões, seu primo, por decreto do dia doze, plenos poderes para ordenar e inspeccionar os “tombos, desentulhos, e segurança pública das ruas e edifícios da Cidade de Lisboa” assim como liberdade para

¹⁰⁰¹ ANTT, *Feitos Findos, Juízo de Inspeção de Bairros*, liv 5, fl. 5 v.

¹⁰⁰² *Gazeta de Lisboa*, Março de 1756, nº 9 ao nº 12, p. 85.

¹⁰⁰³ Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. "Lisboa pombalina: em que medida iluminista?" in *Oculum Ensaios: Revista de arquitetura e urbanismo*, nº 3, Universidade de São Paulo, 2013, p. 13.

¹⁰⁰⁴ Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. "Lisboa pombalina: em que medida iluminista?" ..., p. 13.

expedir as ordens necessárias para reedificação da cidade destruída, respeitando o alinhamento das ruas e simetria das casas.¹⁰⁰⁵

A grande fachada desta Lisboa reconstruída foi, porém, o Terreiro do Paço que exibiu uma monumentalidade ímpar em toda a cidade, tendo sido esta a única zona da baixa a receber arcadas. A nova praça constituiu um exemplo de rutura com o passado, revelando-se como símbolo da racionalidade da nova arquitetura lisboeta, em que a simplicidade e a eficácia estavam aliadas à maior economia de meios possível. A burguesia foi o grupo social que não só ocupou como também custeou esta nova parte da cidade pois foi nesta zona que se vieram a situar a Bolsa, a Alfândega, os tribunais e os serviços públicos. Em 1759, começou a utilizar-se o nome que esta viria a receber oficialmente: Praça do Comércio. Ainda neste ano, por decreto de dezanove de julho, D. José I suspendeu o contrato de limpeza das calçadas que existia com António Gomes ficando estes serviços a ser administrados sob a inspeção do Desembargador Manuel de Campos e Sousa que passou a nomear os trabalhadores que deveriam reparar as calçadas e limpar as ruas.¹⁰⁰⁶

Em 1760, com a morte do arquiteto Eugénio dos Santos, foi o major Carlos Mardel que deu continuação ao projeto de reconstrução da nova cidade. Depois de 1763, Reinaldo Manuel dos Santos foi quem passou a conduzir o projeto. Em dezassete de setembro de 1768, faleceu Manoel da Maia com 91 anos. Vinte anos passados sobre o terramoto o aspeto da baixa de Lisboa era já outro.

O Senado da capital sugeriu, então, a elevação de um monumento a D. José I, ideia que foi aprovada por Marquês de Pombal, talvez sugerida pelo mesmo, visto que seu filho Henrique, segundo Conde de Oeiras, presidia, na altura, à Câmara de Lisboa. D. José I poderá não ter sido muito adepto da realização deste monumento, pois, segundo o autor da estátua, o Monarca não consentiu posar para que o rosto do monumento fosse feito à semelhança da sua imagem tendo-se valido do “meio perfil expresso na moeda, e da estampa de Carpinett, com alguma vista casual.” Mas “a pesar destes inconvenientes, muitas pessoas o achao bastantemente parecido (...)”.¹⁰⁰⁷

A inauguração do monumento foi inserida nos festejos do 61º aniversário de D. José I, em seis de junho de 1775. A festividade, que durou três dias, foi

¹⁰⁰⁵ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 11, fl. 161.

¹⁰⁰⁶ AML-AH, *Consultas Decretos e Avisos*, liv. 1, fl. 221.

¹⁰⁰⁷ Castro, Joaquim Machado de. *Descrição analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelissimo D. José I*. Lisboa: Imprensa Régia, 1810, pp. 69-70.

cuidadosamente planeada sob supervisão de Marquês de Pombal.¹⁰⁰⁸ Esta devoção ao monarca valeu-lhe um lugar de destaque pois o seu busto foi colocado em relevo no pedestal do monumento:

“O senado, e Povo de Lisboa convencido pelo que experimenta de ter sido o Marquês de Pombal o activo instrumento não só da reedificação da Cidade, mas tãobem da felicidade pública deste reino, julgando prudentemente que quem pelos seus incomparáveis talentos e serviços tinha merecido toda a confiança, e estimação do seu rei, era congruente que o logar que sua Magestade lhe concedia, e concede junto ao Trono, o ocupasse tãobem no Pedestal da Real Estatua, fês insculpir na frente dela a sua efigie de meio corpo tãobem de Bronze.”¹⁰⁰⁹

Marquês de Pombal não se limitou a conceber a vasta obra de reedificação de uma nova cidade sob um plano de beleza e grandiosidade que contrasta com o velho burgo de ruas tortuosas e estreitas ainda patente nos bairros que conseguiram resistir à violência do sismo. Mais do que isso, Pombal impôs-se à tendência do menor esforço cujo propósito seria construir novamente a Lisboa anterior ao terramoto. Na reconstrução da capital, surgiu então, um novo plano urbanístico e arquitetónico, coercivo, imposto, determinado com precisão, que alterou pressupostos antigos. Esta foi a marca da personalidade da cidade moderna, iluminista, afirmativa e assertiva que acabou por se projetar para além do país.

Além da reconstrução de Lisboa, que modificou profundamente toda a vida da capital, podemos dizer que a vertente solidária dos lisboetas também se alterou. Em fevereiro de 1756, foi criado, por iniciativa dos homens de negócios da praça de Lisboa, e na tentativa de pôr cobro à ruína causada na capital, um donativo de quatro por cento sobre os direitos de todas as mercadorias e manufaturas que entravam no reino e cuja importância foi guardada no depósito público da corte.¹⁰¹⁰

Em síntese, podemos afirmar que o pensamento urbanístico e arquitetónico do plano pombalino de reconstrução, revelou traços de modernidade que ainda hoje estão presentes. Os arruamentos de herança muçulmana, que cresciam ao sabor do terreno e do costume, foram substituídos por uma ideia global de cidade concebida por Marquês de Pombal, que, à época, implementou o princípio da perequação que consiste na

¹⁰⁰⁸ Santos, Antonio Cesar de Almeida, “Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador” in *Topoi Revista de História*, V, nº 22, Rio de Janeiro, 2011, p. 75.

¹⁰⁰⁹ Gramoza, José Pedro Ferraz, *Successos de Portugal: memórias históricas, políticas e civis, em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 ate o anno de 1804*, Lisboa, Typographia do Diário da Manhã, 1882, p. 249.

¹⁰¹⁰ ANTT, *Alfandega do Porto*, liv. 2. ANTT, *Alfandega do Porto*, liv 88.

atribuição de novos terrenos, semelhantes em dimensão, mas em localizações diferentes das originais.¹⁰¹¹

Lisboa conseguiu ultrapassar os diferentes desafios que a sociedade nas distintas épocas lhe foi impondo.

No pós terramoto, os engenheiros responsáveis pela reedificação decidiram reconstruir a cidade como ela era, com ligeiras melhorias, aproveitando os materiais das ruínas. Desenharam os novos arruamentos tanto na largura como na altura dos edifícios que nunca poderá exceder a largura das ruas. Reduziram a altura dos edifícios para dois pavimentos. Arrasaram toda a cidade baixa elevando as cotas de terreno sobre os entulhos melhorando, assim, as condições de drenagem das águas pluviais e dos esgotos.¹⁰¹²

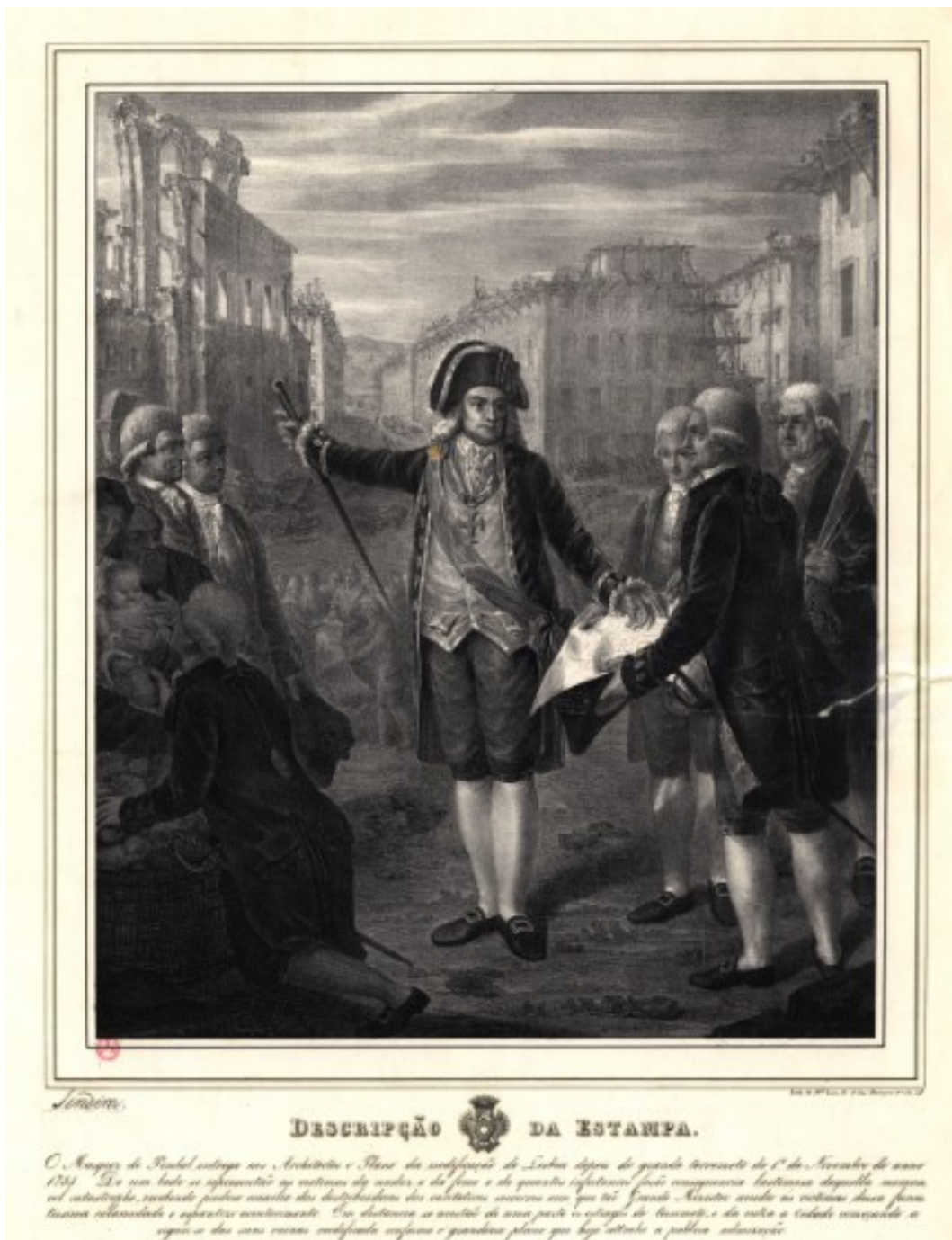
A destruição do património edificado obrigou a um esforço de reconstrução sem precedentes e criou a oportunidade para o desenvolvimento de novas soluções, tanto no plano da arquitetura e da engenharia civil, como no domínio do planeamento urbanístico.

O esforço de adaptação às novas condições foi muito grande por ser necessário transformar a génese do território e não somente adaptá-lo pontualmente às opções políticas e económicas dos governantes que por ela passaram.

¹⁰¹¹ Mateus, João Mascarenhas, “Resultados e conclusões” in *Comunicações nas Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, p. 26.

¹⁰¹² Pardal, Sidónio, “A Baixa Pombalina: um marco na história da planificação das cidades” in *Comunicações das Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, p. 22.

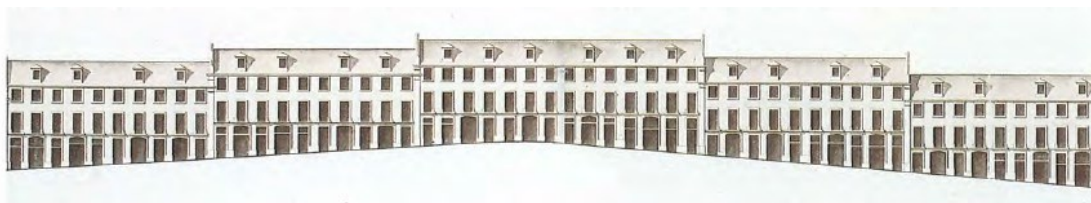
Figura 23: Pombal entrega aos arquitetos o plano de reedificação de Lisboa



Fonte: Sendim, Mauricio José do Carmo, 1786-1870; Litografia de Manuel Luis da Costa, Lisboa: na Imprensa Nacional, 1838.

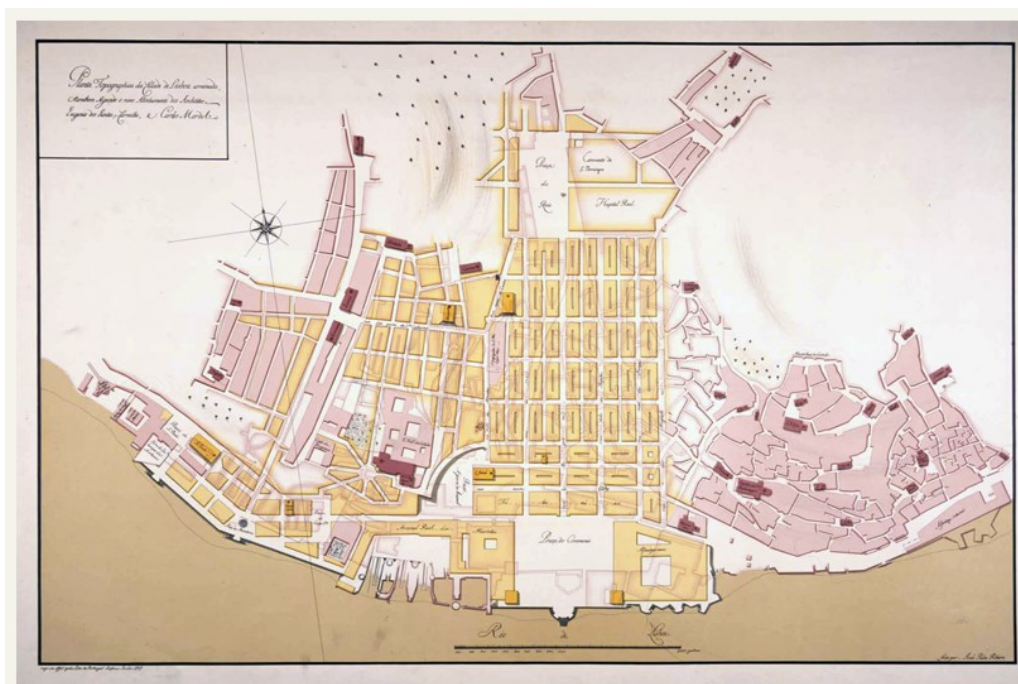
“Descrição da estampa: O Marquês de Pombal entrega aos arquitetos o plano da reedificação de Lisboa depois do grande terramoto do primeiro de novembro do ano de 1755. De um lado se representam as vítimas da acuidiu às vítimas dessa funestíssima calamidade e espantoso acontecimento. Em distância se avistam de uma parte os estragos do terramoto, e da outra a cidade começando a erguer-se das suas ruínas reedificada conforme o grandioso plano que hoje atrai a pública admiração.” nudez e da fome e de quantos infortúnios foram consequência lastimosa daquela memorável catástrofe, recebendo piedoso auxílio dos distribuidores dos caritativos socorros com que tão grande ministro

Figura 24: Fachada Pombalina



Fonte: Cartulário Pombalino, Arquivo Municipal de Lisboa.

Figura 25: Planta topográfica de Lisboa segundo o novo alinhamento dos arquitetos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel



Fonte: Museu da Cidade.

Figura 26: Planta de Lisboa pombalina (núcleo histórico), tendo sobrepostos os arruamentos anteriores ao terramoto



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

5. CONCLUSÃO

As grandes catástrofes, constituem uma provocação
para repensar o universo.¹⁰¹³

Agora como no passado, as grandes catástrofes são ocasiões em que as pessoas e as sociedades são compulsadas a refletir sobre si próprias e o seu futuro pois, os desastres naturais, com o seu lastro de destruição, horror e morte, são uma constante do nosso devir coletivo.¹⁰¹⁴ Os cataclismos fazem parte da história da evolução humana, assim como o progresso científico e tecnológico.

Aliás, podemos mesmo caracterizar as principais invenções e conquistas da civilização como etapas maiores de uma luta permanente contra os desígnios da natureza e pela superioridade do Homem. Mas, acontece que, por vezes, a natureza ridiculariza os nossos esforços e mostra a sua força, deitando por terra qualquer mito de invencibilidade da espécie humana. Nesses momentos, recordamos tragicamente a nossa intrínseca fragilidade. Tem sido assim desde o princípio dos tempos.¹⁰¹⁵

O reino de Portugal no século XVIII foi palco de vários atos. Quando D. João V chegou ao trono em 1706, a situação económica do reino era muito difícil. A miséria alastrava por todo o país e o artesanato ou as poucas manufaturas estavam em decadência absoluta.

Com a descoberta de ouro no Brasil, tudo começou então a mudar e embora, os recursos do país fossem escassos, os recursos do Estado eram enormes.

A prosperidade económica propiciou a que o Barroco encontrasse o mais fértil dos solos para constituir a tradução estética do absolutismo, mas o povo pouco ou nada lucrava com o afluxo de riquezas do reino tendo levado, inclusive, a que alguns emigrassem para o Brasil.

Os primeiros tempos de reinado do vigésimo quinto rei de Portugal, D. José I, não foram fáceis. Tendo herdado do seu antecessor um país com alguns hábitos inveterados, que poriam à prova o seu trabalho de governante, escolheu para uma das primeiras figuras do seu governo um homem que ainda hoje é considerado uma das personagens mais controversas e carismáticas da história portuguesa: Sebastião de Carvalho e Melo. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde

¹⁰¹³ Braudel, Fernand, *La história y las ciencias sociales*, Madrid, Alianza Editorial, 1970, p. 20.

¹⁰¹⁴ Lima, Maria Luisa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755”..., p. 7.

¹⁰¹⁵ Saraiva, Rute, “A abordagem comportamental do direito e da economia das catástrofes naturais” ..., p. 121.

1750, com grande capacidade de trabalho e de liderança tornou-se no homem de confiança do monarca. Após o início da reconstrução de Lisboa, viu os seus poderes serem ampliados pelo monarca, deixando a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para ocupar a do Reino, mais abrangente.

As dificuldades económicas do reino, provocadas sobretudo pela interrupção na exploração do ouro brasileiro, obrigaram o governo de Marquês do Pombal a retomar a política de fomento industrial, reformar o ensino anteriormente nas mãos dos jesuítas, assim como a administração, as finanças e o sistema militar.

O século XVIII deixou ao país um rico repositório de elementos escritos que ilustram sobre as pessoas e os seus usos sendo que a sociedade portuguesa do século XVII está muito longe de se apresentar homogénea. Essa heterogeneidade de estruturas sociais veio a refletir-se em todas as áreas da cultura.

Até à reconstrução no pós terramoto, Lisboa, a nível urbano, estava mal organizada com ruas estreitas e becos, nos quais se encaixavam edifícios construídos sem regras formando um emaranhado de casas e ruas com problemas de circulação, de higiene e sobretudo de falta de segurança.

A cidade encontrava-se coberta de ruínas, com as ruas atulhadas de depósitos de lixo. A zona baixa da cidade era inundada com frequência, apresentando as ruas em autênticos lamaçais.

Lisboa ia crescendo com a construção de novas casas e demolição das mais antigas. Contudo, esta reedificação continuava a fazer-se de uma forma pouco homogénea, sendo que a maior parte das obras efetuadas na época tinham em vista melhorar o saneamento e a qualidade do ar na cidade, de acordo com as ideias expressas pelo discurso higienista. A partir do último quartel do século XVII multiplicaram-se os estudos relativos às características do ar empreendidos por químicos, médicos e outros estudiosos tendo estes conduzido às teorias aeristas, que estabeleceram uma relação de causa-efeito entre o ar e a saúde ou doença.

Na Idade Moderna, os profissionais de saúde em Portugal eram principalmente constituídos por médicos, cirurgiões, enfermeiros, farmacêuticos, barbeiros-sangradores e cristaleiras. A todos estes se exigia competência, diligência, pontualidade, paciência, prudência e, sobretudo, caridade. Os médicos e enfermeiros visitavam os doentes diariamente, o enfermeiro registava tudo o que de interesse houvesse, sendo que também era responsável por zelar para que nenhum doente morresse sem sacramentos. Os cuidados prestados eram na sua quase totalidade, sob

orientação médica e pode dizer-se que o conteúdo funcional da enfermagem se resumia, no essencial, aos cuidados básicos a prestar aos doentes, para além das tarefas de limpeza e higiene das enfermarias. O primeiro manual de Enfermagem português, *Postilla Religiosa e arte de enfermeiros*, datado de 1741 e escrito por um religioso da congregação de São João de Deus, testemunha a robusta ligação entre a profissão e as confissões religiosas.

A evolução histórica da profissão teve início com o aparecimento da Enfermagem Moderna, com Florence Nightingale, e o seu legado ainda estimula desafios no século XXI. Em Portugal, existia um grupo indiferenciado de pessoas que trabalhavam em hospitais e asilos, aos quais se juntavam grupos de religiosas.

Até ao século XVIII, a enfermagem era entendida como uma atividade inerente a quem prestava cuidados aos mais necessitados, sempre sob indicação de médicos ou cirurgiões, sem qualquer intenção de autonomia técnica. Existe, no entanto, a referência a algumas instruções que apontam já para futuras funções autónomas.

A formalização do ensino em Portugal fez-se em 1881, nos hospitais da Universidade de Coimbra.

Quanto à medicina hospitalar, em Portugal terá sido iniciada no Hospital de Todos os Santos. Na sequência do terramoto, a tradição do ensino da cirurgia, que havia sido iniciada neste hospital, destruído pelo terramoto, foi retomada no Hospital de São José.

O Hospital Real de Todos os Santos, criado no reinado de D. João II, foi assumindo ao longo da sua existência, a estrutura basilar da assistência hospitalar em Lisboa. Com o terramoto do primeiro de novembro de 1755 o edifício ficou quase destruído. Foram erguidos hospitais provisórios em São Bento, na casa dos Almadás, depois no Rossio e às Portas de Santo Antão, enquanto se faziam as adaptações necessárias no Colégio de Santo Antão que pertencera aos Jesuítas. O hospital passou a chamar-se Real de São José em homenagem ao monarca mantendo-se a estrutura orgânica e funcional que tinha antes do terramoto.

O século XVIII terá sido um período onde a evolução das instituições de ensino da medicina e dos hospitais, assim como as intervenções religiosas, sociais e económicas foram elementos fundamentais de maior dinamismo, com reflexo na fundação de academias científicas e na reforma do ensino médico em Coimbra e cirúrgico em Lisboa. O conhecimento da trajetória histórica, dos percalços e conquistas, amplia o conteúdo da história das profissões ligadas à saúde, ajudando a desenvolver capacidades de reflexão, conferir sentimentos de pertença, herança profissional e identidade.

A evolução da saúde em Portugal acompanhou os processos históricos mundiais, assim como passou por flutuações de acordo com o conceito de doença e o conhecimento científico de cada momento. A organização dos serviços de saúde sofreu, através dos tempos, a influência dos conceitos religiosos, políticos e sociais de cada época e foi-se concretizando para dar resposta ao aparecimento das doenças. Assim, as percepções sobre necessidades em saúde decorrem de alterações biológicas, do cotidiano e de insuficiências no processo de produção dos serviços de saúde.

Para alguns autores, um sismo no século XVIII talvez fosse visto como algo tão aterrorizador como é hoje uma guerra nuclear pois tratava-se então de uma ameaça percebida não só como devastadora e incontrolável mas igualmente desconhecida.¹⁰¹⁶

A ciência da época não tinha saberes e instrumentos que permitissem aferir o grau de informação sobre o fenómeno, tornando o risco num potencial aterrorizador mais elevado.

Além deste, outros fatores contribuíram para fazer com que o terramoto do primeiro de novembro de 1755 se tornasse uma experiência terrífica: os habitantes da capital do reino experimentaram em simultâneo outras catástrofes, naturais (o maremoto) e provocadas pelo homem (o incêndio que flagrou durante vários dias e os roubos que aumentaram a insegurança). Os que resistiram não conseguiam esquecer o vivido pois tiveram que coexistir com a ameaça de réplicas que se sucederam durante mais de um ano onde as ruínas e os cheiros foram uma lembrança constante do terramoto.¹⁰¹⁷ Compreende-se, assim, que esta altura da nossa história esteja associada a uma ideia máxima de temor.

A calamidade que assolou Lisboa no primeiro de novembro de 1755, teve efeitos devastadores, com elevadas perdas humanas e materiais. Com o terramoto, não só a terra tremeu, mas também o quotidiano, a economia, a política, as relações sociais, os valores, as crenças e também a atitude face à morte ou à religião. Os seus impactos foram profundos e diversificados, locais e internacionais, imediatos ou prolongados no tempo.

Diversas personalidades da cultura europeia lhe dedicaram escritos. A catástrofe foi motivo para interrogações importantes que mexiam com a religião, com os conceitos filosóficos e com o papel atribuído ao homem no cenário do mundo. As grandes

¹⁰¹⁶ Lima, Maria Luisa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755”..., p. 9.

¹⁰¹⁷ Lima, Maria Luísa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755”..., p. 9.

questões que se colocavam, pelo menos na Europa das Luzes, eram a prevalência, ou não, da vontade divina e a margem de manobra que o homem tinha para decidir o seu futuro. A grande questão era: Deus e o homem, quem decidia o quê?

Em Portugal, estas questões tinham relevância acrescida pois, estando a Inquisição atenta a tudo e a todos, o que fosse dito e escrito devia ter cuidados redobrados, não fosse escapular-se alguma heresia e ser conduzido à fogueira, o que veio a acontecer.

Estes cuidados não impediram que, sobre a catástrofe, fossem publicadas numerosas obras. Grande parte delas eram descritivas, sem grandes divagações filosóficas ou religiosas, tanto mais que, o marquês, depressa fez saber que na sua opinião, o sismo fora motivado por causas naturais, não tendo intervindo forças sobrenaturais.

Se na Idade Média este tipo de acontecimentos era interpretado como castigo divino e com frequência percecionado como sinal da chegada dos Últimos Tempos, nos séculos seguintes formulavam-se já algumas explicações físicas.

Da análise dos testemunhos da época, é perceptível o efeito ciclópico que o terramoto também provocou ao nível das mentalidades. Por um lado, assistiu-se à tendência generalizada para o interpretar como uma determinação divina, provocando na população um sentimento de expiação perante um castigo celeste. Por outro lado, defendidas por algumas correntes do pensamento iluminista, surgiram distintas interpretações, estas centradas nas causas.

Logo nas semanas seguintes começaram a circular, tanto em Portugal como no estrangeiro, descrições da catástrofe. Foi a necessidade de consciencialização do evento catastrófico e a sua imposição enquanto notícia que promoveram a difusão de múltiplos escritos, tanto em Portugal como no estrangeiro, sendo frequentemente considerada como um dos acontecimentos com maior impacto mediático na época.

Passados mais de 260 anos sobre o acontecimento, em pleno século XXI, ainda se continua a escrever sobre o acontecido e a catalogar este evento como um dos maiores tremores de terra que “chocaram o mundo”, numa comparação direta com o acontecido em Aceh/Sumatra no ano de 2004.¹⁰¹⁸

Pode dizer-se que se deu início a uma nova forma de gestão das catástrofes no que respeita aos procedimentos do auxílio prestado às populações logo após a ocorrência. A pronta intervenção das autoridades reprimindo impiedosamente os saques, o apoio

¹⁰¹⁸ Fuchs, Karl, “The great earthquakes of Lisbon 1755 and Aceh 2004 shook the world” ..., p. 218.

prestado às populações desamparadas, o tratamento dado aos milhares de mortos, a tomada de medidas de saneamento mais urgentes, e sobretudo, no que se refere à conceção e reconstrução da nova cidade de Lisboa, fez emergir uma visão criadora a partir do caos instalado e da extensão apocalíptica da calamidade.

À distância de dois séculos e meio, uma das dimensões mais interessantes do fenómeno foi a reacção do Estado e a forma como chamou a si a responsabilidade de resolver os problemas, como se organizou para dar uma resposta concertada, pronta e alargada às consequências do terramoto.

Podemos afirmar que a forma como foi gerido o socorro no terramoto representou um momento de rutura com o passado, anunciando uma alteração relativamente à natureza do poder.

A atuação dos governantes da época e o seu processo de decisão, na circunstância em estado de emergência, desenvolveu métodos de planeamento e controlo da tragédia, com uma perspetiva de futuro e de reconstrução baseada numa visão secularizada de gestão dos negócios públicos. Daí a rapidez com que foi montado um “gabinete de crise”, por iniciativa do monarca, D. José I, mas em cuja direção Pombal se distinguiu.

As primeiras medidas tomadas foram a vários títulos esclarecedoras desta nova forma de abordar o dia seguinte e revelaram a capacidade de resposta às catástrofes. A prioridade foi enterrar os mortos e cuidar dos vivos, como forma de evitar a propagação das doenças.

A realização de um inquérito à população, o que chamaríamos hoje o diagnóstico da situação, a assunção e a consciência do risco, o esconjurar dos medos, a dessacralização dos acontecimentos e o avanço rápido para a reconstrução transformam a catástrofe numa oportunidade de aprendizagem tendo a destruição servido como pretexto de renovação da antiga dinâmica espaço-funcional da cidade, que foi inteiramente substituída por um novo paradigma urbano racional, gerador de uma nova linguagem urbanística.

Se, na época, Marquês de Pombal liderou a maioria das decisões, atualmente a resposta de emergência depende da coordenação de diversas entidades municipais, regionais e nacionais, conforme a gravidade da calamidade, com organismos privados. Lisboa dispõe de um plano de emergência para o risco sísmico que define todo o

planeamento e prioridades de intervenção.¹⁰¹⁹ O documento, coordenado pela autarquia, prevê também a atuação e articulação entre as várias entidades, nomeadamente hospitais, emergência médica, operadores de transportes e de comunicações e grupos de voluntários.

O objetivo atual do plano para a capital é, à semelhança do que aconteceu no século XVIII, uma resposta célere para que se realizem nas primeiras horas operações de intervenção imediata seguindo-se-lhe as primeiras medidas para reorganizar o tecido social.¹⁰²⁰

No terramoto de 1755, o número total de vítimas calcula-se entre os dez e os 30000 mortos tendo o trágico acontecimento sido divulgado por todo o mundo conhecido.

O “terramoto de Lisboa”, apesar de ficar para sempre ligado ao nome da capital de um pequeno país no sul da Europa, abalou o coração do velho continente continuando a ocupar um espaço no pódio dos maiores cataclismos que assolaram a humanidade.

Segundo Boştenaru-Dan o terramoto de 1755 modificou a fé nos fundamentos da visão sobre o mundo. O impacto causado na ciência, cultura e política dão-lhe o caráter de um acidente histórico.¹⁰²¹

Após o terramoto, a situação foi dramática e os indivíduos nas áreas afetadas começaram a mobilizar-se para participar nos esforços de salvamento, abrigo e segurança para os cidadãos. Durante esses esforços, organizaram-se para lidar com a prioridade de enterrar os mortos e atender aos feridos. As lesões físicas foram a principal causa de acidentes não fatais, e a maioria eram ferimentos dos tecidos moles e fraturas, em geral, dos membros superiores e inferiores.

Com o passar dos dias, quando as questões de sobrevivência, abrigo, comida e água são tratadas, os problemas de saúde mental apresentam-se como a necessidade de atenção e geralmente perduram para além da cura do trauma físico.

Tal como na grande parte dos fenómenos naturais desta envergadura, a maioria das mortes ocorreu porque as pessoas se afogaram no maremoto, foram esmagados pelo colapso de edifícios ou outras estruturas, foram atingidas por alvos em movimento, ou atirados contra as estruturas e objetos.

Após o desastre, surgiam certos medos sobre como este tipo de eventos afeta a

¹⁰¹⁹ Autoridade Nacional de Proteção Civil, *Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, p. 3.

¹⁰²⁰ Autoridade Nacional de Proteção Civil, *Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico...*, p. 5.

¹⁰²¹ Boştenaru-Dan, Maria, “The Earthquakes And The Tsunami Of 1755 And 2004 - Historic Accidents?” in *Bulletin of the Polytechnic Institute of Iasi*, vol. 60, nº 3, Construction & A, 2010, p. 108.

saúde das populações. Destacam-se entre eles os cadáveres que com a sua putrefação podia provocar doenças, epidemias e pragas, ficando as populações locais em estado de choque e incapazes de funcionar, sendo toda a ajuda necessária para procurar corpos e trazer suprimentos.

Se o terramoto causou milhares de mortos e arrasou quase dois terços de Lisboa, foi também responsável pela evolução de regras e conceitos que ainda hoje continuam atuais. Sabemos que o passado não nos diz o que fazer, mas mostra com clareza o que devemos evitar. Só cultivando a história, evitamos os erros cometidos.

Pelo que se observou nos documentos coevos e pelos relatos apresentados, podemos dizer que os governantes da época organizaram e executaram um plano de emergência para a cidade de Lisboa que, em vários pontos, é análogo ao que existe nos nossos dias.

Assim, e acautelando todas as diferenças, o socorro prestado às vítimas do terramoto do primeiro de novembro de 1755 foi centralizado na pessoa de Marquês de Pombal. Estabeleceu uma articulação efetiva com organismos e entidades tendo, a seu lado, na execução das primeiras decisões, o Marquês de Alegrete, Presidente do Senado da Câmara que coordenou operações de apoio à população; O Duque de Lafões, Regedor das Justiças e presidente do tribunal da Casa da Suplicação, coordenou a manutenção da ordem pública, e o Marquês de Marialva (estribeiro-mor, Gentil-homem e Governador das Armas), que ficou responsável pela defesa do território. Estes homens, sob liderança do Marquês de Pombal formaram um núcleo que tentou dar resposta à crise imediata que a capital do reino atravessava.

O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara, teve a seu cargo a inumação dos mortos e coordenação do trabalho das comunidades e dos serviços religiosos.

Os governantes da época assumindo para si a gestão do socorro à população, providenciaram as condições possíveis e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos do terramoto. Definiram orientações sobre o modo de atuar das diferentes instituições e organismos intervenientes, distribuindo tarefas e coordenando ações de apoio, por forma a minimizar a perda de vidas. Com estas atitudes tentaram restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade na capital do reino.

As prioridades de ação, a estrutura de coordenação e a constituição e missão dos que atuaram no terreno dividiram-se pelas seguintes áreas de intervenção:

Administração de Meios e Recursos (visita aos locais mais atingidos, emissão de documentação reguladora, convocação de tropas e reforço do aparelho judicial); Logística (abolição do imposto sobre comestíveis, colocação de editais com o intuito de evitar especulação, recolha de comestíveis para distribuição de forma ordeira, uso de tropas para evitar o abandono da cidade, construção de barracas provisórias para os desalojados); Comunicação e ou Gestão da Informação (divulgação de medidas de autoproteção, divulgação de acções punitivas para os infractores); Procedimentos de Evacuação (construção de barracas para os desalojados em locais menos afetados pela catástrofe); Manutenção da Ordem Pública (uso de tropas para manter a ordem pública, prisão e posterior execução de infratores, colocados os ociosos a trabalhar para o bem comum, interdição de pagamento de salários avultados aos ofícios mais úteis, proibição da especulação na venda de casas que resistiram ao terramoto); Serviços Médicos e Transporte das Vítimas (convocados todos os profissionais de saúde para tratar dos feridos, fornecidos medicamentos para os tratamentos, edificação de hospitais provisórios e pedido de ajuda à população para auxílio das equipas médicas); Socorro e Salvamento (feitas camas com folhas para deitar os feridos, disponibilizado alojamento pelos proprietários de casas no campo, ajuda de nobres no resgate de vítimas, envio de camas, medicamentos e alimentos para as cadeias afetadas com o terramoto); Serviços Mortuários (enterramentos dos cadáveres com início no terceiro dia pós terramoto, convocados religiosos e demais pessoas para ajudar nas sepulturas, enviados cadáveres em embarcações para serem afundadas ao largo); Auxílio Psicológico/Espiritual (prestado apoio espiritual pelos religiosos, colocados altares portáteis nos campos, abrigo das populações em conventos e outras instituições religiosas, efetuadas procissões de ação de graça); Apoio Internacional (envio de importantes contribuições monetárias, alimentares e outras, por alguns monarcas europeus); e Reabilitação da Cidade.

O sismo foi enfrentado com as armas da ciência e da técnica da época, tendo sido tomadas medidas imediatas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos.¹⁰²²

Os atos de culto foram preservados e o patriarcado foi ainda mobilizado para ajudar no esforço da reconstrução da cidade. Isto só foi possível porque, à época, como agora, a sociedade inclui diferentes visões do mundo em conflito aberto.

¹⁰²² Lima, Maria Luísa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755” in *Análise social*, vol. XLIII (1º), 2008, p. 25.

Mas o poder em Portugal estava nas mãos de um representante de uma visão do mundo claramente minoritária na sociedade portuguesa. Desta forma, o Estado, cujos sinais exteriores tinham ruído com o terramoto, renasceu, depois, forte e absoluto. Possuía um governante com ideias iluministas que soube utilizar a catástrofe e todos os meios de que dispunha para a construção de um Estado moderno.

Lisboa conseguiu ultrapassar os diferentes desafios que a sociedade nas distintas épocas lhe foi impondo.

Porém, o esforço de adaptação foi muito maior por ser necessário transformar a génese do território e não somente adaptá-la pontualmente às opções políticas e económicas dos governantes que por ela passaram. A destruição do património edificado obrigou a um esforço de reconstrução sem precedentes e criou a oportunidade para o desenvolvimento de novos recursos, tanto no plano da arquitetura e da engenharia civil, como no âmbito do planeamento urbanístico transparecendo traços de modernidade que ainda hoje subsistem.

Enquanto que em outras cidades como S. Petersburgo e Washington onde as regras de uma “cidade moderna” foram importadas, a Baixa Pombalina foi a primeira cidade do Ocidente construída com regras coerentes e integradas pela primeira vez de forma original e revolucionária.¹⁰²³

No rescaldo do terramoto a capital foi re-imaginada, ressurgindo uma cidade inovadora, voltada para o futuro, nomeadamente na construção anti-sísmica, outro sinal da evidente modernidade pós 1755. Pelo observado podemos dizer que, catástrofes como terremotos, maremotos ou incêndios, podem ser uma oportunidade para corrigir erros do passado.

Com esta investigação não pretendemos fazer a história de grandes feitos, nem proclamar heróis. Quisemos tirar os livros e documentos cobertos de poeira, das estantes dos arquivos, e entender a forma como o Estado Português no século XVIII se organizou, no socorro às vítimas do terramoto de 1755.

Concordamos com Mattoso quando refere que a história sempre exerceu sobre os homens um irresistível fascínio que resulta do facto de se estar convencido que pode encontrar no passado algumas respostas fundamentais acerca de si próprio. Procura-se explicar o hoje é, pelo que ontem foi, e como foi.¹⁰²⁴

¹⁰²³ Levy, Paula, “Baixa Pombalina, Pedido de Inclusão da Lista Indicativa Nacional para Candidatura a Património Mundial...”, p. 51.

¹⁰²⁴ Mattoso, José, *A escrita da História, teorias e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 19.

Mas para isso, não basta estudar os documentos escritos. É imprescindível procurar o passado também na paisagem, nos monumentos, nos usos e costumes, nas práticas artesanais, na nomenclatura das formas de tratamento pessoal, na moda, enfim, em tudo.¹⁰²⁵

Estamos plenamente conscientes das limitações deste estudo. Sabemos que o tema é susceptível a olhares diversos, mas estamos convictos de que as questões que levantamos constituem um contributo pertinente e enriquecedor para o esclarecimento de um período tão importante da nossa História.

Acreditamos ter cumprido o desígnio a que nos propusemos, dando resposta às questões formuladas. Relacionamos fontes, numa perspetiva abrangente que permite uma visão articulada sobre a gestão do socorro aquando do “terramoto de Lisboa”.

Pretendemos ter contribuído para a perceção de que, na sua essência, o socorro sanitário suscitado pelo terramoto, foi seminal de muitos princípios e regras que são a base dos cuidados que prestamos às populações nos dias de hoje. Pela nossa parte tudo faremos para manter viva a memória destes esforços prestando homenagem à geração de setecentos e convocando as gerações vindouras para os ensinamentos que dela se podem extrair.

¹⁰²⁵ Mattoso, José, *A escrita da História, teorias e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 21.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas
 - Armário Jesuítico
- Arquivo do Arquivo
 - Avisos e Ordens
 - Livros de Despesas
- Bulas
- Cartório dos Conventos
- Casa dos Contos do Reino e Casa/Erário Régio
 - Mesa do Donativo dos 4%
- Casa Real, Mordomia Mor
- Chancelaria D. Manuel
- Códices e documentos de proveniência desconhecida
 - Livros das Plantas das Freguesias de Lisboa
- Condes de Linhares
- Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, Convento de Santo Elói
- Congregação do Oratório de Lisboa
- Conselho de Guerra, Correspondência
- Convento da Santíssima Trindade de Lisboa
- Convento de Santo Elói de Lisboa
- Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II
- Feitos Findos
 - Administração de casas
 - Inventários *post mortem*
 - Juízo da Inspeção de Bairros
 - Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos
 - Registo Geral de Testamentos

- Gavetas
- Hospital de São José
 - Hospital de São Lázaro
 - Portarias do Governo
 - Serviços de Administração Geral/ Secretaria
 - Serviços Clínicos
- Instrumentos de Descrição
- Juízo da Inspeção dos Bairros de Lisboa
 - Juízo da Inspeção de Bairros
- Júlio de Castilho
 - Coleção Castilho Convento de Santo Elói
- Livro de Registo de Batismos
- Livro de Registo de Casamentos
- Livro de Registo de Óbitos
- Manuscritos da Livraria
 - História do Terramoto do Ano de 1755
 - Papéis vários
- Memórias Paroquiais
 - Dicionário Geográfico de Portugal
- Ministério do Reino
 - Negócios Eclesiásticos
 - Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça
 - Secretaria Geral
- Óbitos
- Ordem das Carmelitas Descalças
- Ordem do Carmo
 - Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa
- Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal
- Registo Geral de Mercês
 - Registo Geral de Mercês do reinado de D. Maria I
 - Registo Geral de Mercês do reinado de D. Maria II
- Tribunal do Santo Ofício

- Inquisição de Lisboa
- Tribunal do Santo Ofício
 - Inquisição de Lisboa
 - Conselho Geral
- Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima

Arquivo Histórico Militar

- Portugal e campanhas na Europa
 - Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1736 – 1756)
 - Governo de D. Luis da Cunha Manuel (1756-1776)
- Assuntos Militares Gerais
 - História Militar
 - Pessoas Reais

Arquivo Municipal de Lisboa- Arquivo Histórico

- Livros de Consultas Decretos e Avisos
- Livros de Registos de Decretos
- Livros de Registo de Consultas

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra

- Acórdãos de mesa

FONTES IMPRESSAS

Abreu, Brás Luís de, *Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana, historica, practica, symbolica, ethica, e politica*, Coimbra, na Officina de Joam Antunes, 1726.

Alberto, Francisco de Santo, *Estragos do terramoto vaticineo de felicidades sobre os habitadores da nobilíssima Villa de Setuval na justifidada aflição em que se virão no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Officina junto a S. Bento de Xabregas, 1757.

Aranha, Boaventura Maciel, *Cuidados na vida e descuidos na morte*, Lisboa, na Officina Pinheirense da Musica, 1743.

Aranha, Pedro Venceslau de Brito, *O Marquês de Pombal e o seu Centenário. Notas Biobibliográficas*, Lisboa, INCM, 1908.

Ayres, Christovam, *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terremoto de 1755*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

Azevedo, João Lucio de, *o Marquês de Pombal e sua Época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922.

Barros, Francisco Lobo Correia de, *Altos feitos do Marquês de Pombal*, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.

Beirão, Caetano, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua familia de Espanha*, vol. I, Lisboa, Emprêsa Nacional de Publicidade, 1936.

Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau*, vol. I, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau*, vol. V, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1716.

Branco, Camilo Castelo, *Perfil do Marquez do Pombal*, Porto, Clavel & C.^A, L. Couto & C.^A, 1882.

Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, vol. III, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1888.

Cabreira, Joseph Thomas, *Arte de dançar à Franceza*, Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1760.

Cabrera, Miguel, *Explicacion Physico-Mechanica de las causas del temblor de tierra*, Sevilla, Imprenta de D. Diego de S. Roman y Codina, 1756.

Canones et decreta sacrosancti, oecumenici et generalis Concilii tridentini, Lisboa, Francisco Correia, 1564, [s.n.].

Cardoso, Luiz, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto e muito poderoso Rey D. João V nosso senhor*, Tomo I, Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747.

Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *A picture of Lisbon*, London, Printed for Henry Colburn, 1809.

Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga*, 2ª edição, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1904.

Castro, João Bautista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno*, Tomo terceiro, Parte V, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

Castro, Joaquim Machado de, *Descripção analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I*, Lisboa, Imprensa Régia, 1810.

Chase, Thomas, “Original Description of Earthquake at Lisbon”, in Sylvanus, Urban, *The Gentleman’s Magazine and Historical Chronicle*, vol. 83, part 1, London, Nichols, Son, and Bentley, 1813, pp. 105-110; 201-206; 314-317.

Club de Regatas Guanabareense do Rio de Janeiro, *O Marquez de Pombal. Obra comemorativa do centenário da sua morte*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1750 até o de 1759 (...), Tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1766.

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1760 até o de 1765, Tomo II, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1766.

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás que comprehende o feliz reinado d'El Rei fidelissimo D. José desde o anno de 1766 até o de 1770, Lisboa, Offic. de Miguel Rodrigues.

Collecção das Leis, Decretos e Alvarás que comprehende o feliz reinado d'el rei fidelíssimo D. Jozé o I. Nosso Senhor desde o anno de 1761 até ao de 1769, tomo II, Lisboa, na oficina de António Rodrigues Galhardo, 1770. (paginação incerta)

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado de El Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o anno de 1761 até o de 1769, Tomo III, Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1801.

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que compreende o feliz reinado de El Rey fidelíssimo D. José I Nosso Senhor desde o ano 1769 até o de 1777, Tomo V, [s.n.], [s.l.], [s.d.].

Collecção de Decretos e Regulamentos, Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua Entrada em Lisboa até à Instalação das Câmaras Legislativas, Lisboa, Imprensa Nacional, 3ª Série, 1835.

Colecção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações, oferecida a El-Rei Nosso Senhor pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1775 a 1790, Lisboa, Tipografia Maigrense, 1828.

Compromisso da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619.

Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra, feitas e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Sõr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra, Cõde de Arganil, & do Cõselho del Rey N.S., Coimbra, Antonio de Mariz, 1591.

Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra, feitas e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Senhor Dom Affonso de Castel Branco Bispo de Coimbra, Conde de Arganil do Conselho Del Rey N.S. & por seu mandado impressas em Coimbra , anno 1591. E novamente impressas no anno de 173, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731.

Costa, António Carvalho da, *Corografia Portugueza e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catálogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações, Tomo primeyro, Lisboa, Na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.*

Costa, José Daniel Rodrigues da, *Portugal enfermo por vicios, e abusos de ambos os sexos, Lisboa, Impressão Régia, 1819.*

D.J.F.M., *Theatro Lamentavel, scena funesta: relaçam verdadeira do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755. Com a noticia do estrago, que cauzou em Lisboa, e suas vizinhanças; ruina do Reino do Algarve, e sustos de todo o Portugal. Cauza natural, e mystica do mesmo, Coimbra, Officina de Francisco de Oliveira, 1756.*

Decretos e determinacoes do sagrado Concilio Tridentino que deuem ser notificadas ao pouo, por serem de sua obrigação, E se hão de publicar nas Parrochias. Por mandado do serenissimo Cardeal Iffãte Dom He[n]rique Arcebispo de Lisboa, & Legado de latere. - Foy acrece[n]tada esta segu[n]da ediçã[m]por mandado do dito Senhor, com os capitulos das confrarias, hospitaes & administradores delles, Lisboa, por Francisco Correa, 1564. (Paginação irregular)

Destruição de Lisboa, e famosa desgraça, que padeceu no primeiro de Novembro de 1755, Lisboa, 1756, [s.n.], [s.l.].

D' Oliveyra, Nicolao, *Livro das Grandezas de Lisboa, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1620.*

Figueiredo, Jozé Anastácio de, *Synopsis Chronologica de subsídios ainda os mais raros para a Historia e estudo critico da Legislação Portugueza*, Tomo II, Lisboa, Officina da Academia das Sciencias de Lisboa, 1790.

Foral de Lisboa, Lisboa, Off. Simão Thaddeo Ferreira, 1790, [s.n.].

Franco, Francisco de Mello, *Elementos de Hygiene: Dictames Theoreticos, e Praticos Para Conservar a Saúde e Prolongar a Vida*, Parte II, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1814.

Franco, Francisco de Mello, *Medicina Theologica ou supplica humilde, feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice*, Lisboa, Officina Antonio Rodrigues Galhardo, 1794.

Franco, Francisco de Mello, *Tratado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790.

Gazeta de Lisboa, janeiro de 1756, nº 1 ao nº 5. [Consultado em 17 de fevereiro de 2015]. Disponível na www: <URL: [hptt:// www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt).>

Gazeta de Lisboa, fevereiro de 1756, nº 6 ao nº 8. [Consultado em 17 de fevereiro de 2015]. Disponível na www: <URL: [hptt:// www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt).>

Gazeta de Lisboa, março de 1756, nº 9 ao nº 12. [Consultado em 17 de fevereiro de 2015]. Disponível na www: <URL: [hptt:// www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt).>

Gazeta de Lisboa, maio de 1756, nº 18 ao nº 21 [Consultado em 17 de fevereiro de 2015]. Disponível na www: <URL: [hptt:// www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt).>

Gazette de Collogne, janvier de 1756, Collogne. [Consultado em 22 de junho 2015].

Disponível na www:

<URL:<http://hdl.handle.net/2027/njp.32101076536299?urlappend=%3Bseq=504>>

Gilibert, Jean Emmamuel, *L'anarchie medicinale, ou, la médecine considérée comme nuisible à la société*, Neuchatel, 1772.

Gomes, Francisco Luiz, *Le Marquis de Pombal, esquisse de sa avie publique*, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugaise, 1869.

Gramoza, José Pedro Ferraz, *Successos de Portugal: memórias históricas, politicas e civis, em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 ate o anno de 1804*, Lisboa, Typographia do Diário da Manhã, 1882.

Grey, Zachary, *A farther account of memorable Earthquakes, to the present year 1756; A particular Account of an Auto de Fe, or Act of Faith, at Lisbon*, Cambridge, J. Bentham, printer to the University, Bedfordshire, 1756.

Guichot, Joaquin, *Historia del Ayuntamiento de Sevilla*, vol. 3, Sevilla, 1898.

Gusta, Francesco, *Mémoires de Sébastien-Joseph de Carvalho et Mélo, comte d'Oeyras, marquis de Pombal, secrétaire d'etat & premier ministre du roi de Portugal Joseph I*, Lisbonne, Imprimeur – Librairie Rue de la Magdelaine, 1784.

Henriques, Francisco Fonseca, *Aquilégio Medicinal*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1726.

Howards, John, *Appendix to the state of the prisons in England and Wales, &c. Containing a farther account of foreign prisons and hospitals, with additional remarks on the prisons of this country*, Warrington, William Eyres, 1784.

Jenner, Edward, *An inquiry into the causes and effects of the Variole Vaccine, a disease discovered in some of the western countries of England, particularly Gloucestershire, and known by the name of The Cow Pox*, Springfield, Ashley & Brewer, 1802.

Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal, doutrinas e instituição*, vol. I, Lisboa, Manoel Gomes, 1899.

Lémery, Nicolas, “Explication Physique et Chymique des Feux Souterrains, des Tremblements de Terre, des ouragans, des éclairs et du tonnerre” in *Mémoires de mathématique et de physique de l'Académie royale des sciences*, Académie royale des sciences, 1700.

Lima, Monoel Gomes de, *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia Moderna*, Porto, na Of. Episc. do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, 1762.

Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, 1758*, [s. l.].

Lopes, Alfredo Luiz, *O Hospital de Todos os Santos hoje denominado Hospital São José: contribuição para a história das ciências médicas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

Luis Roche, Juan, *Relacion Y Observaciones Physicas-Mathematicas, Y Morales sobre el General Terremoto, y la irrupcion del mar del dia primero de Noviembre de este ano de 1755*, Puerto de Sta Maria, Imprensa de la Casa Real de las Cadenas, 1756.

Malagrida, Gabriel, *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto que Padeceo a Corte de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Manoel Soares, 1756.

Mariano Nipho, Francisco, *Explicacion Physica y Moral de las causas, señales, diferencias y afectos de los terremotos (...) hasta com que se ha experimentado en España, y Portugal el dia primero de Noviembre de este año de 1755*, Madrid, en la imprenta de los Herderos de D. Agostin de Gordeguela, 1755.

Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até ao século presente*, Lisboa, Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758.

Mello, Francisco de Pina e de, *Ao terremoto do primeiro de novembro de 1755*, Lisboa, Na oficina de Manoel Soares, 1756.

Morganti, Bento, *Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitosdo Terremoto, succedido em o Primeiro de Novembro de 1755. Com alguns principios Fisicos para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes Phenómenos terrestres*, Lisboa, Offic. Domingos Rodrigues, 1756.

O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend, Tomo II, Lisboa, na Off. de Francisco Luiz Ameno, 1781.

Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo I, Lisboa, Typographia Universal, 1887.

Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo XIII, Lisboa, Typographia Universal, 1904.

Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo XVI, Lisboa, Typographia Universal, 1908.

Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do município de Lisboa*, I parte, Tomo XVII, Lisboa, Typographia Universal, 1911.

Ortiz Gallardo, Isidoro, *Lecciones entretenidas y curiosas physico-astrologico-meteorologicas sobre la generación, causas y señales de los Terremotos*, Salamanca, Antonio Joseph Villargordo, 1756.

Pedegache, Miguel Tibério, *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. de Manoel Soares, 1756.

Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez sobre o terramoto e incendio de Lisboa de que soy testemunha ocular*, Lisboa, Na oficina de Miguel Rodrigues, 1756.

Pereria, Antony, *A Narrative of the Earthquake and Fire of Lisbon*, London, Printed for G. Hawkins, 1756.

Perestrello, Josephina Pinto Carneiro, *Factos Notaveis da Historia Portuguesa e Biographia de Marquez de Pombal*, Lisboa, Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, 1882.

Portugal agradecido, Lisboa obsequiosa, panegyrico gratulatorio em o qual a Cidade de Lisboa agradece à Corte de Londres o magnifico presente, que esta lhe mandou, Lisboa Na Offi. Domingos Rodrigues, 1756.

Rattton, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

Relação do grande terremoto que houve na Praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755, Lisboa, 1755.

Remédios, Antonio dos, *Resposta à Carta de Joze de Oliveira Trovam e Sousa*, Lisboa, Na Offi. De Domingos Rodrigues, 1756.

Resposta e reflexões à carta que D. Clemente José Collaço Leitão Bispo de Cochim escreveu a D. Dalvador dos Reis Arcebispo de Canganor sobre a Sentença que a Inquisição de Lisboa proferiu em Setembro de 1761 contra o herege e heresiarca Gabriel Malagrida, Lisboa, Impressão Régia, 1826.

Roma, Francisco Morato, *Luz da Medicina: pratica racional, e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes*, Coimbra, Officina Francisco de Oliveira, 1753.

Sanches, Antonio Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Porto, Domingos Barreira, [s.d].

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da Conservaçam da Saúde dos Povos*, Lisboa, Officina de Joseph Filippe, 1757.

Santiago, Fr. Diogo, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1741.

Santucci, Bernardo, *Anatomia do corpo humano, recopilada com doutrinas medicas, chemicas, filosoficas, mathematicas, com indices, e estampas, representantes todas as partes do corpo humano* Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1739.

Septenville, Édouard Langlois, Baron de, *Étude historique sur le Marquis de Pombal: 1738-1777*, Bruxelles, Typographie de M. Weissenbruch, 1868.

Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, Lisboa, Typ. De Luiz Correia da Cunha, 1838.

Silva, Antonio de Moraes, *Diccionário da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio Moraes Silva*, Tomo Primeiro, Lisboa, Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

Silva, José Álvares da, *Investigação das causas próximas do Terremoto sucedido em Lisboa no anno de 1755*, Lisboa, Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756.

Silva, José Faustino de Andrade e, *Colecção Chronologica da Legislação Portugueza compilada e annotada, 1603-1612*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

Silva, Joseph Alvarez da, *Precauções médicas contra algumas remotas consequências, que se podem excitar do terremoto de 1755*, Officina de Joseph da Costa Coimbra Lisboa, 1756.

Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *Efeitos do terremoto de 1755 nas construcções de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

Sousa, Francisco Luiz Pereira de, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol III, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1928.

Sousa, José de Oliveira Trovão, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*, Coimbra, Officina de Luis Secco Ferreyra, 1755.

Tavares, Jose Acursio de, *Verdade vindicada ou resposta a huma carta escrita em Coimbra, em que se dá noticia do lamentável successo de Lisboa, no dia I de Novembro de 1755*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1756.

Verney, Luís António, *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal exposto em varias cartas, escritas polo R.P. Barbadinho do Congregasam de Italia à R. P. Doutor na Universidade de Coimbra*, Tomo Segundo, Valensa, Oficina de Antonio Balle, 1747.

Voltaire, *Poemes sur le Desastre de Lisbonne et sur la loi naturelle avec des prefaces des notes*, Geneve, 1756.

BIBLIOGRAFIA

A, Levert, “The effects of the November 1, 1755 Lisbon earthquake in Marroco” in *Tectonophysics*, vol. 193, 1991, pp. 83-94.

Abecasis, Maria Isabel Braga, *A Real Barraca, A Residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794)*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

Abreu, Laurinda dos Santos, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999.

Abreu, Laurinda, “Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução” in Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, Coimbra, 1999, pp. 713-736.

Abreu, Laurinda, “A política religiosa do Marquês de Pombal: algumas leis que abalaram a Igreja” in Separata da *Revista Século XVIII*, vol. I, tomo I, Lisboa, 2000, pp. 223-233.

Abreu, Laurinda, “Purgatório, misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)” in *Dynamis: acta hispanica ad medicinae scientiarumque historiam illustrandam*, Granada, Universidad de Granada, vol. 20, 2000, pp. 395-415.

Abreu, Laurinda, *A assistência e a saúde como espaços de inovação: alguns exemplos portugueses*, Lisboa, Gradiva, 2008.

Abreu, Laurinda, “A Misericórdia de Lisboa, o hospital real e os insanos: notas para uma introdução” in *Museu São João de Deus, Psiquiatria e história*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, pp. 119-114.

Abreu, Laurinda, “O que ensinam os regimentos hospitalares? Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do regimento do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença” in *A Solidariedade nos Séculos: A Confraternidade e as Obras*, Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, Aletheia, 2009.

Abreu, Laurinda, “A organização e regulamentação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados” in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 97-122;

Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV” in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luis (et al.), *O terramoto de 1755: impactos históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2013, pp. 237-247.

Abreu, Laurinda, *Pina Manique, um reformador no Portugal das luzes*, Lisboa, Gradiva, 2013.

Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres, as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

Accary, F.; Roger, J., “Tsunami Catalog And Vulnerability Of Martinique (Lesser Antilles, France)” in *Science of Tsunami Hazards*, vol. 29, nº 3, 2010, pp. 148-170.

Adão, Aurea; Fernandes, Rogério, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1997.

Alvarenga, João Pedro d', “O património histórico-musical português de finais do Antigo Regime: principais fundos e problemas relevantes de preservação, descrição e estudo” in *As Músicas Luso-Brasileiras no Final do Antigo Regime: Repertórios, Práticas e Representações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, pp. 61-75.

Alves, Jorge Fernandes, “O Trabalho do Linho” in Mendes, José Amado; Fernandes Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, pp. 292-299.

Amaré Tafalla, María Pilar; Orche García; Puche Riart, Enrique Octavio, “El terremoto de Lisboa de 1755: su influencia en la exportación ganadera a Portugal desde la antigua provincia de Tuy (Galicia)” in *Cuadernos dieciochistas*, Ediciones Universidad de Salamanca, 7, 2006, pp. 293-302.

Amorim, Inês, “Para além do medo, temor, susto e pasmo: respostas da provedoria de Aveiro aos inquéritos de 1756” in Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 61-75.

Amorim, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

Antunes, Miguel Telles, “Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus”, in *Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol. 3, nº 1, 2006, pp. 1-14. [Consultado em 3 de julho de 2015]. Acessível na www: <URL:http://e-terra.geopor.pt/artigos/mta/mta.pdf.

Appleton, João, “A Baixa Pombalina: da inovação ao mito” in *Comunicações das Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, pp. 40-47.

Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.

Araújo, Ana Cristina, “Corpos sociais, ritos, e serviços religiosos numa comunidade rural. As confrarias de Gouveia na época moderna” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001-2002, pp. 273-296.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da guerra da Restauração” in *Revista Portuguesa de História*, tomo 36, vol. I, Coimbra, Universidade, 2003, pp. 461-473.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII” in *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, 2003, pp. 438-454.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia, 2003.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Charity practices in the Portuguese brotherhoods of Misericórdias (16th-18th centuries)” in Laurinda Abreu (ed.) *European Health and Social Welfare Policies*, Blansko, Compostela Group of Universities, 2004, pp. 277-296.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVIII)” in *Congresso internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Braga, Universidade do Minho, 2006.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os Hospitais de Ponte de Lima na Era Pré Industrial” in *Separata do livro de actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade - Riscos e Desafios*, Braga, 2006, pp. 481- 492.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Casadas com trigo e cevada. Os dotes das órfãs da misericórdia de Portel no século XVIII” in *Faces de Eva*, Lisboa, 20, 2008, pp. 59-71.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal/Brasil (séculos XV-XX)*, Cuiabá, Carlini & Caniato, 2009.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Comer na cama: as refeições servidas aos doentes do Hospital Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX)” in Araújo, Maria Marta Lobo de, (et al.), *O tempo dos alimentos, e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 113-131.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença” in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia, 2013, pp. 346-443.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos na Época Moderna” in Álvarez, María José Pérez; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, pp. 31-53.

Ariès, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1973.

Ariès, Philippe, *O Homem perante a morte II – a morte asselvajada*, Mem Martins,

Publicações Europa América, 1988, pp. 197-198.

Autoridade Nacional de Proteção Civil, *Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes*, Lisboa, Ministerio da Administração Interna, p. 3. [Consultado em 7 de junho de 2015]. Acessível na [www: <URL: http://www.prociv.pt/Documents/PEERS_AML_CL.pdf](http://www.prociv.pt/Documents/PEERS_AML_CL.pdf)

Azevedo, Carlos A. Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. P-V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

Backes, Marli Terezinha Stein, (et al.), “Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico” in *Revista Enfermagem UERJ*, vol. 17, nº1 Rio de Janeiro, 2009, pp. 111-177.

Baião, António Eduardo Simões, “A Inquisição e o Marquês de Pombal” in *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Seara Nova, 1938, pp. 7-39.

Balsa, Casimiro, *Confiança e laço social*, Lisboa, Colibri, 2006.

Bandeira, Romero, *Medicina De Catástrofe – Da exemplificação histórica à iatroética*, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Professor Abel Salazar, 1995. Tese de Doutoramento policopiada.

Barot, Frank, *La Médecine d’urgence: évolution du concept de l’Antiquité au SAMU*, Amiens, Université de Picardie Jules Verne, 1998. Tese de doutoramento policopiada.

Barreira, Leda de Alencar, “Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil” in *Revista Latino Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, vol. 7, nº 3, 1999, pp. 87-93.

Barreiros, Maria Helena, “Urban Landscapes: Houses, Streets and Squares of 18th Century Lisbon” in Laitinen, Riitta; Cohen Thomas Vance, *Cultural History of Early Modern European Streets*, Leiden, Brill, 2009, pp. 11-38.

Barros, Amândio Jorge Morais; Barros, Susana Pacheco, “Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno” in *Douro: estudos & documentos*, vol. 6, nº 11, Porto, Universidade do Porto, 2001, pp. 181-195.

Barros, António Salgado de, “Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do Terramoto de 1755” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal, 2ª série, Nº 1, 2014, pp. 85-105.

Baudry, Hervé, “Médecine et médecins face au tremblement de terre de Lisbonne en 1755” in *Dix-huitième siècle*, nº 41, 2009, pp. 537-552.

Bento XVI, Papa, *Ordens mendicantes, uma renovação na Igreja*, Cidade do Vaticano, 13 de janeiro de 2010. [Consultado em 13 de março de 2015]. Disponível na www: <URL:<http://www.zenit.org/pt/articles/ordens-mendicantes-uma-renovacao-na-igreja>>.

Bodin, Jean, *Les six livres de la République, Un abrégé du texte de l'édition de Paris de 1583*, Paris, Gerard Mairat, 1993.

Bonney, Richard, *O Absolutismo*, Mem Martins, Europa América, 1991.

Boştenaru-Dan, Maria, “The Earthquakes And The Tsunami Of 1755 And 2004 - Historic Accidents?” in *Bulletin of the Polytechnic Institute of Iasi*, vol. 60, nº 3, Construction & A, 2010, pp. 107-120.

Asch, Ronald G., “Absolutism and Royal Government”, in *A Companion to Eighteenth-Century Europe*, Oxford, P. H. Wilson, 2008, pp. 461-463.

Borges, José F.; Fitas, Augusto J.S.; Bezzeghoud, Mourad; Teves-Costa, Paula, “Seismotectonics of Portugal and its adjacent Atlantic área”, in *Tectonophysics*, 337, 2001, pp. 373-387.

Bossuet, Jacques, “Politique Tirée des propre paroles de L'Écriture Sainte” in *Oeuvres de Boussuet*, Paris, Typographie de Firmin Didot Frère, 1852, p. 299-482.

Bourque, Linda B., (et al.), “Morbidity and Mortality Associated with Disasters” in Dynes, Russell R., *The Lisbon Earthquake In 1755: Contested Meanings In The First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 2003, pp. 97-112.

Braga, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV, XIX)*, Universitária Editora, Lisboa , 2001.

Braga, Isabel, M. R. Mendes Drumond, *Gelados. História de uma Doce e Fresca Tentação*, Sintra, Colares Editora, 2003.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Um espaço, duas monarquias: (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Universidade Nova, 1996. Tese de Doutoramento policopiada.

Braga, Isabel, M. R. Mendes Drumond, “Viajar na Época Moderna” in *Codice*, Ano X, Série II, nº4, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, Gabinete de Comunicação e Imagem, 2007, pp. 4-27.

Braga, Joana, *Memórias Paroquiais: índice*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2014.

Brambilla, Elena, “Ways of Exclusion in Catholic and Protestant Communities” in Carvalho Joaquim, *Religion and power in Europe: Conflict and convergence*, Pisa, Plus-Pisa University Press, 2007, pp. 111-129.

Brandão, José “Século XVIII (1700-1750)” in *Este é o reino de Portugal*, Lisboa, Editora Saídas de Emergência, 2013, pp. 59-66.

Braudel, Fernand, *La história y las ciencias sociales*, Madrid, Alianza Editorial, 1970.

Brochado, Adelaide, “Cronologia do Manuscrito” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al.), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, pp. 335-340.

Budasz, Rogério, *Teatro e Música na América Portuguesa*, Curitiba, Deartes, Universidade Federal do Paraná, 2008.

Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. "Lisboa pombalina: em que medida iluminista?" in *Oculum Ensaio: Revista de arquitetura e urbanismo*, nº 3, Universidade de São Paulo, 2013, pp. 9-24.

Bynum, William, *The History of Medicine*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

Cabral, Paulino António, *Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755, Romance Fúnebre!*, Poesias, Edição de Miguel Tamen, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1985.

Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da, “Mundanidade e Quotidiano na Cultura de Setecentos: Escritas codificadas de comportamento social” in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Vol. 1, 2004, pp. 107-118.

Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas” in Viegas, Inês Moraes; Loureiro, Sara (et al.), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, pp. 321-331.

Campos, Isabel Maria Barreira de, *O grande terramoto (1755)*, Lisboa, Parceria, 2005.

Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Barbosa & Xavier, 2003.

Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Barbosa & Xavier, 2005.

Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais: memórias, história e património*, Braga, J.V.C., 2006.

Capela, José Viriato, (coord.), *As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, J.V.C., 2007.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias de 175*, Braga, Universidade do Minho, 2009.

Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais: memórias, história e património*, Braga, Minhografe, 2010.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Minhografe, 2011.

Capucho, Filomena Maria, “Língua, Expressões Linguísticas e Diversidade Cultural” in Lages, Mário Ferreira; Matos, Artur Teodoro de, *Portugal - Percursos de Interculturalidade, Matrizes e Configurações*, vol. III, Lisboa, ACIDI, IP, 2008, pp. 253-298.

Cardim, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 160-201.

Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa-correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli: Arquivos secretos do Vaticano*, Lisboa, Alétheia, 2013.

Cardoso, João Luís, “Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº 1, 2008, pp. 259-284.

Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005. Tese de mestrado policopiada.

Carmona, Mário Reis de, *O Hospital de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, edição do autor, 1954.

Carneiro, Marinha, *Ajudar A Nascer Partejas, Saberes Obstétricos e Modelos de Formação (Séculos XV-XX)*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2003. Tese de Doutoramento policopiada.

Carper, Barbara A., “Fundamental Patterns of Knowing in Nursing” in *Perspectives on Nursing Theory*, Boston, Little, Brown and Company, 1998.

Carreira, Adélia Maria Caldas, “Evolução urbana de Lisboa antes do Terramoto de 1755: alargamento de ruas” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal, 2ª série, Nº 1, 2014, pp. 19-31.

Carreira, Adélia Maria Caldas, *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*, Lisboa, Departamento de História da Arte da Universidade Nova, 2012. Tese de Doutoramento policopiada.

Carvalho, Joaquim Ramos, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 33-57.

Carvalho, Nuno Fernandes, “Apólices do Real Erário, História, valores faciais e estampagem” in *Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*, Lisboa, CGD, 2013, pp. 1-8. [Consultado em 15 de outubro de 2015]. Disponível na [www:<URL:https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Pages/Apolices-Real-Erario.aspx](https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Pages/Apolices-Real-Erario.aspx).

Castelo-Branco, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, 3ª edição, Lisboa, 1969.

Castro, Zília Osório de, “Antecedentes do regalismo pombalino” in Polónia, Amélia (coord.); Ribeiro, Jorge Martins; Ramos, Luis A. Oliveira, *Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade, 2001, pp. 323-331.

Castro, Zília Osório de, “O regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo” in *Cultura, História e Filosofia*, vol VI, 1987, pp. 357-411.

Castro, Zília Osório de, “O regalismo em Portugal. Da restauração ao Vintismo” in *O estudo da história*, 12-13-14-15(II série), pp. 139-155.

Catroga, Fernando, “O culto dos mortos como uma poética da ausência” in *ArtCultura, Uberlândia*, vol. 12, n. 20, 2010, pp. 163-182.

Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, 2005.

Chester, David K., “The 1755 Lisbon earthquake” in *Progress in Physical Geography* 25, 3, 2001, pp. 363-383.

Chorão, Maria José Mexia Bigotte, “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII” in *Revista de História Económica e Social*, nº 21, 1987, pp. 93-130.

Cidade, Hernâni, *O marquês de Pombal. O Homem e a Obra na Metrópole e no Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.

Cluny, Isabel, “A Guerra de Sucessão de Espanha e a Diplomacia Portuguesa” in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, nº 26, Lisboa, 2002, pp. 63-92.

Cohn Jr., Samuel, “The place of the dead in Flanders and Tuscany: towards a comparative history of the Black Death” in Gordon, Bruce, Marshall, Peter, *The place of the dead, Death and remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe*, Cambridge, University Press, 2000, pp. 17-44.

Cohen, Rachel E., “Mental health services for victims of disasters” in *World Psychiatry*, vol. 1, n° 3, 2002, pp. 149-152.

Collière, Marie-Françoise, *Promover a vida: da pratica das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*, Lisboa, Lidel e Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1999.

Comissão Nacional de Proteção Civil, *Avaliação nacional de risco*, Lisboa, 2014. [Consultado em 10 de julho de 2015]. Disponível na www: <URL:<http://www.prociv.pt/RiscosVulnerabilidades/Documents/Avaliação%20Nacional%20de%20Risco.pdf>>

Conceição, Luís, “O banho e a higiene doméstica em Portugal” in *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n° 1, América do Norte, 2010.

Correia, Fernando da Silva, *Regimento do Esprital de Todo los Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.

Correia, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria. Elementos para o Estudo da sua Vida Pública (1744-1749)*, Lisboa, [s.n.], 1965.

Carrere, Joseph-Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch, *Histórica Económica de Portugal: 1143-2010*, 2ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012.

Costa, Marisa; Fonseca, João F.B.D., “Sismicidade histórica em Portugal no período medieval” in *Livro de actas, 7º Encontro Nacional sobre Sismologia e Engenharia Sísmica*, Porto, Faculdade de Engenharia, 2007, pp. 383-397.

Costigan, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal, 1778-*

1779, vol. I, Lisboa, Lisóptima, 1989.

Couto, Dejanirah, *Histoire de Lisbonne*, Paris, Fayard, 2000.

Crespo, Ángel, *Lisboa mítica e literária*, Lisboa, Horizonte, 1987.

Cunha, Jorge, “Cinemática do Trauma” in Nunes, Fernando; Martins, António Gabriel (coord.) in *Manual de Trauma para apoio ao Curso de Abordagem Integrada do Traumatizado para Enfermeiros*, 5ª edição, Loures, Lusociência, 2009, pp. 7-13.

Demaitre, Luke, E., “Air, miasma and contagion-Epidemics in Antiquity and the Middle Ages” in *Bulletin of the History of Medicine*, 78/2, 2004, pp. 466-468.

Deyon, Pierre, *Los orígenes de la Europa moderna: el mercantilismo*, Barcelona, Península, 1970.

Dias, Clara, *Marquês de Pombal*, Porto, Asa, 1993.

Dias, Geraldo J. Amadeu Coelho, *O Mosteiro de Tibães e a reforma dos beneditinos portugueses no séc. XVI*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1993.

Dias, Marina Tavares, *Lisboa Desaparecida*, Lisboa, Quimera, 1990.

Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal o homem e a sua época*, Lisboa, Edição Romano Torres, 1955.

Donahue, M. Patricia, *Historia de la enfermería*, [s.l.] Ediciones Doyma, 1985.

Duchhardt, Heinz, *La epoca del absolutismo*, Madrid, Alianza, 1992.

Ana Maria; Durães, Margarida, “Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes” in *Arqueologia do Estado. Jornadas sobre formas de organização e serviços de poderes da Europa do Sul (séculos XIII-XVIII)*, vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 817-836.

Durães, Margarida, “Porque a morte é certa e a hora incerta...Alguns aspetos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarense (sécs. XVIII-XIX)” in *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, vol. 13, nº 2, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2000, pp.

295-342.

Durães, Margarida, “Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)” in *Boletim de História Demográfica*, XII:35, 2005, pp. 1-24.

Durães, Margarida, “Com uma enxada e um fouchinhão. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias” in Martins, Moisés de Lemos (org.), *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, mudança social e razão, Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*, Coimbra, Grácio Editor, 2010, pp. 161-175.

Durães, Margarida “Os camponeses do Noroeste de Portugal: família, património e cultura material (séculos XVIII-XIX)” in Cunha, Mafalda Soares da; Franco, Juan Hemández, *Sociedade, família e poder na Península Ibérica, elementos de uma história comparativa*, Murcia, Universidade de Murcia, 2010, pp. 235-254.

Durão, Vitor, “Análise Urbana de Territórios Construídos: Os aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal” in *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Vol. 12 (1), Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2012, pp. 17-30.

Dynes, Russell R., *The Lisbon Earthquake In 1755: Contested Meanings In The First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 2003.

El impacto de los desastres naturales en el desarrollo: documento metodológico básico para estudios nacionales de caso, Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina Y el Caribe 2005, [s.n.], [s.l.].

Espejo Cala, Carmen, “Un texto de nipho sobre el terremoto de Lisboa. La reacción de la prensa Europea y Española ante la Catástrofe” in *Cuadernos Dieciochistas*, nº 6, Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, pp. 153-172.

Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010. Tese de Doutoramento policopiada.

Esteves, Alexandra, “Comer para sarar, sarar para comer: as dietas alimentares do hospital de Caminha no século XIX” in Araújo, Maria Marta Lobo de, (et al.), *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 113-132.

Esteves, Alexandra, “Na saúde e na doença: a ação do Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo na centúria de oitocentos e nos inícios do século XX” in *500 anos de História das Misericórdias*, Congresso Internacional, Atas, Braga, Santa Casa Misericórdia, 2014, pp. 271-298.

Fernandes, Cristina, “A música sacra no período pombalino” in *Revista Camões*, nº 15-16, 2003, p. 87-101.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Tese de Doutoramento Policopiada.

Ferraz, Tiago, “Acompanhar ao outro mundo: A morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar” in *CEM Cultura, Espaço e memória*, vol. 3, 2012, pp.163-177.

Ferreira-Alves, Natália Marinho, “Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal” in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série vol. 2, Porto, 2003 , pp. 735-755.

Figueiredo, Amélia Simões, *Missionários, Conservadores e Visionários, modos de ser professor*, Lisboa, Universidade Católica, 2014.

Fonseca, João Duarte, *1755 O Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Argumentum, 2005.

Foucault, Michel, *História da loucura*, São Paulo, Prespectiva S.A., 1972.

Foucault, Michel, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1984.

França, José-Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina*, Lisboa, Bertrand, 1989.

França, José-Augusto, “Lisboa Pombalina” in *Comunicações das Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, pp. 12-20.

Fuchs, Karl, “The great earthquakes of Lisbon 1755 and Aceh 2004 shook the world”, in *European Review 14*, Cambridge University Press, 2006, pp. 207-219.

Galbis Rodríguez, José, *Catálogo Sísmico de la zona comprendida entre los meridianos 5° E. y 20° W. de Greenwich y los paralelos 45° y 25° N*, Tomo I, Madrid, Imprenta de Ramona Velasco, 1932.

Gandelman, Luciana Mendes, “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX” in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, nº 3, 2001, pp. 613-630.

Gargantilla, Pedro, *Breve historia de la Medicina*, Madrid, Nowtilus, 2011.

Global Platform for Disaster Risk Reduction, Geneva, Switzerland, 2013. [Consultado em 2 de junho de 2015]. Acessível na www: <URL: <http://www.preventionweb.net/english/hyogo/GP/>>

Gomes, Carla Amado, “Prevenção do risco de catástrofe natural: como resistir ao irresistível?” in Gomes, Carla Amado (coord.); Saraiva, Rute Gil, *Actas do colóquio, Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013.

González Lopo, Domingo, “El impacto y las consecuencias del terremoto de Lisboa en Galicia” in Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 97-111.

Gottfried, Robert S., *The black death: Natural and human disaster in Medieval Europe*, New York, Free Press, 1985.

Griffin, Gerald Joseph; Griffin, H. Joanne, *Jensen's history and trends of professional nursing*, Saint louis, C.v. Mosby Company, 1965.

Gustscher, Marc-Andre, “The great Lisbon earthquake and tsunami of 1755: lessons from the recent Sumatra earthquakes and possible link to Plato's Atlantis” in *European Review*, 14, Cambridge University Press, 2006, pp 181-191.

Halliday, S., “Death and miasma in Victorian London: an obstinate belief” in *British Medical Journal*, 323/7327, 2001, pp. 1469-1471.

Henderson, John, *Piety and Charity in Late Medieval Florence*, University of Chicago Press, 1997.

Hobbes, Thomas, *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

Homem, António Pedro Barbas (et. al), *Cadeia do Limoeiro – Da punição dos delinquentes à formação dos magistrados*, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Centro de Estudos Judiciários, 2013.

Jamieson, Elisabeth M.; Sewall, Mary F.; Suhrie, Eleanor, *Trends in nursing History*, Philadelphia, W.B. Saunders Company, 1966.

Janin-Thivos, Michéle, “Causes naturelles ou justice divine: La portée de la polemique entre Pombal e Malagrida” in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luis (et al.), *O terramoto de 1755: impactos históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2013, pp. 351-361.

Junior, Oscar Claudiano da Silva, “Pesquisa documental” in Oguisso, Taka (et al.), *Pesquisa em História da Enfermagem*, São Paulo, Manole, 2011.

Kant, Immanuel, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Edições Almedina, 2005.

Keene, Benjamin, *The Private Correspondance of Sir Benjamin Keene*, Cambridge, Sir Richard Lodge, 1933.

Kendrick, Thomas Downing, *The Lisbon Earthquake*, Philadelphia, J. B. Lippincott Company, 1956.

Kozák, Jan; Moreira, Victor S; Oldroyd, David Roger, *Iconography of the 1755 Lisbon earthquake*, Praha, Academy of Sciences of the Czech Republic, 2005.

- Le Goff, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1984.
- Leal Abad, Elena; Méndez G.^a de Paredes, Elena, “Aspectos lingüísticos propios del discurso pre-periodístico en las relaciones sobre el Terremoto de Lisboa de 1755” in *Cuadernos Dieciochistas*, v. 13, 2013, p. 75-109,[s.l.].
- Leite, Ana Cristina, “Vestígios do Terramoto de 1755 em Lisboa. Contributos da Arqueologia” in *Rossio-estudos de Lisboa*, nº 3, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 88-101.
- Levret, A., “The effects of the November 1, 1755 Lisbon earthquake in Morocco” in *Tectonophysics*, vol. 193, Amsterdam, Elsevier, 1991, pp. 83-94.
- Levy, Paula, “Baixa Pombalina, pedido de inclusão na lista indicativa nacional para candidatura a Património Mundial” in *3.º Suplemento ao Boletim Municipal* n.º 538, Lisboa, Impensa Municipal, 2004, pp. 46-136.
- Lima, Maria Luisa Pedroso de, “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755” in *Análise social*, vol. XLIII (1º), 2008, pp. 7-28.
- Lindemann, Mary, *Medicine and Society in Early Modern Europe*, Cambridge, University Press, 1999.
- Link, Heinrich Friedrich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005.
- Lisboa, João Luis; Miranda, Tiago C.P. dos Reis, “A cultura escrita nos espaços privados” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 334-394.
- Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, espaços e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- Lopes, Maria Antónia, *Pobreza e controlo social. Coimbra 1750-1850*, Viseu, Palimage Editores, 2000.

Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX” in Encarnação, José d’ (coord.), *A História tal e qual de faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 89-102.

Lopes, Maria Antónia, “A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820” in *Revista de História das Ideias*, nº 29, Coimbra, 2008, pp. 131-176.

Lopes, Maria Antónia, “Entre razones y sentimientos: los pobres y la respuesta asistencial de Coimbra (1730-1850)” in Pérez, Laureano M. Rubio (coord.), *Pobreza, marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, 2009, pp. 169-198.

Lopes, Maria Antónia, “Um percurso de 250 anos: as misericórdias portuguesas de 1750 a 2000” in Maria Marta Lobo de Araújo, *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal/Brasil (séculos XV-XX)*, Cuiabá, Carlini & Caniato, 2009, pp. 151-194.

Lopes, Maria Antónia, “Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, [Porto], CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, pp. 101-125.

Lopes, Maria Antónia, “Dotar para disciplinar, casar para subsistir. Misericórdia de Coimbra, séculos XVI-XIX” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar estado. Dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2010, pp. 275-295.

Lopes, Maria Antónia, “Políticas assistenciais em Portugal no Despotismo Iluminado e na Monarquia Liberal” in *Actas IX Congresso da Associação de Demografia Histórica*, Ponta Delgada, 2010.

Lopes, Maria Antónia, “Perfis sociais dos provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra (1700-1833)” in *[Actas do] XXXI Encontro da APHES* (Associação Portuguesa de História Económica e Social), Coimbra, 2011, pp.

Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII - meados do séc. XIX)” in Silva, Carlos Guardado da, (coord.) *História da saúde e das doenças*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 147-164.

Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeira manifestação de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)” in *Estudos do Século XX*, nº 13, Coimbra, 2013, pp. 257-280.

Lopes, Maria Antónia, “Mulheres e trabalho em Coimbra (Portugal) no século XVIII e inícios do XIX” in, Rodríguez, Juan José Iglesias (coord); García, Rafael M. Pérez; Chaves, Manuel F. Fernández, *Comércio y cultura en la Edad Moderna*, Sevilha, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 1769-1787.

Lopes, Mário; Meireles, Helena, Cattari; Serena, Bento, Rita; Lagomarsino Sergio, “Pombalino Constructions: Description and Seismic Assessment” in Costa, Anibal; Guedes, João; Varum, Humberto, *Structural Rehabilitation of Old Buildings*, vol. 2, Berlin, Springer, 20013, pp. 187-233.

López Piñero, José Maria, *Breve história de la medicina*, Alianza Editorial, Madrid, 2012.

Loureiro, Sara, “As aflições dos corpos e das almas” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al.), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, pp. 293-303.

Macedo, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Série Pombalina, 1982.

Macedo, Manuel Machado, *História da Medicina Portuguesa no século XX*, Lisboa, CTT, 2000.

Machado, Maria do Céu, (et al.), *A Morte e o Morrer em Portugal*, Lisboa, Almedina, 2011.

Madureira, Nuno Luís, *Lisboa Luxo e Distinção 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990.

Maduro, António Valério, "Produção de bens e dieta alimentar dos Cistercienses de Alcobaça no século XVIII" in *História*, nº 96, 2007, pp. 38-43.

Magda, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012

Malaquias, Isabel, "A geografia do saber em António Nunes Ribeiro Sanches através do inventário da sua livraria" in *Revista Ágora, Estudos Clássicos em debate*, 2012, pp. 203-226.

Manso, Maria de Deus, "(Re)leitura da vida do Padre Gabriel Malagrida" in *Colóquio Internacional O Desenvolvimento dos Estudos do Século XVIII em Portugal – Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Maquiavel, Nicolau, *O Príncipe*, Queluz de Baixo, Editorial Presença, 2008.

Marques, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, 9ª ed. vol.II, Lisboa, Palas Editores, 1983.

Marques, João Francisco, "A Acção da Igreja no Terramoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação" in *Lusitana Sacra*, 2ª série, nº 18, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2006, pp. 219-239.

Marquês de Pombal 2.º Centenário. Catálogo de Exposição para o 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal, Novembro de 1982 a Janeiro 1983, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982,[s.n.].

Marques, José, "Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI" in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. XIV, Porto, Universidade do Porto, 1997, pp. 91-121.

Martín Escorza, Carlos, *Iconografía histórica de los terremotos hasta el de Lisboa en 1755*, Cuadernos Dieciochistas, vol. 6, 2009,[s.l.].

Martín, María Luisa Martínez; Rebollo, Elena Chamorro, *Historia de la Enfermería*, Barcelona, Elsevier, 2011.

Martinez, Cal, “La información en Madrid del terremoto de Lisboa de 1755” in *Cuadernos Dieciochistas*, 6, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2005, pp. 173-186.

Martínez Solares, José Manuel, *Los efectos en España del terremoto de Lisboa (1 de noviembre de 1755)*, Monografía nº. 19, Madrid, Ministerio de Fomento, Dirección General del Instituto Geográfico Nacional 2001.

Martínez Solares, José Manuel; Mezcua Rodríguez, Julio, *Catálogo sísmico de la Península Ibérica (880 a. C.-1900)*, Monografía nº. 18, Madrid, Ministerio de Fomento, Dirección General del Instituto Geográfico Nacional, 2002.

Mata, Aida, “Da panela ao prato: o universo cerâmico dos beneditinos” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra, *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 17-28.

Mateus, João Mascarenhas, “Resultados e conclusões” in *Comunicações nas Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004.

Mattoso, José, *A escrita da História, teorias e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

Maxwell, Kenneth, *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

McIntosh, Marjorie Keniston, *Poor Relief in England, 1350-1600*, Cambridge, University Press, 2011.

Ministério da Cultura e Coordenação Científica, *Marquês de Pombal: Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*, ed. para a comemoração do 2.º Centenário da morte de Marquês de Pombal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

Mira, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

Molesky, Mark, “The Vicar and the Earthquake: Conflict, Controversy, and a Christening during the Great Lisbon Disaster of 1755” in *E-Journal of Portuguese History*, vol. 10, number 2, 2012, pp. 76, 94.

Mónica, Maria Filomena, *A morte*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas, “A Consolidação da Dinastia de Bragança e o Apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)” in Tengarrinha, José (org.), *História de Portugal*, São Paulo, Unesp, 2000, pp. 127-148.

Monteiro, Nuno Gonçalo, *D. José*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

Montero, María Seijas, “El privilegio de comer bien en las instituciones cistercienses gallegas a fines del Antiguo Régimen” in Laureano Manuel Rubio Pérez, (coord.), *Instituciones y centros de reclusión colectiva: formas y claves de una respuesta social (siglos XVI-XX)*, Universidade de León, 2012, pp. 287-308.

Moreno, Armando, “Médicos e escritores da Beira Interior” in *Medicina na Beira Interior da Pré História ao século XIX*, Castelo Branco, António Salvado, 1989.

Mota, Salvador Magalhães, “À mesa com os Monges Bernardos: contributos para o estudo dos regimes alimentares nas ordens monásticas regulares” in Araújo, Maria Marta Lobo de, Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra, *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 39-50.

Mota, Salvador Magalhães, “O regime alimentar dos monges bernardos no final do século XVIII” in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en España e Portugal*, vol I, Santiago, Xunta da Galicia, 1992, pp. 677-689.

Moura, Vasco Graça, *O poema sobre o desastre de Lisboa de Voltaire*, Lisboa, Alêtheia, 2013.

Neiman, Susan, *O mal no Pensamento Moderno. Uma História Alternativa da Filosofia*, Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

Neto, Luis Miguel; Marujo, Helena Águeda, “Das consequências psicológicas do Terramoto de 1755 em Lisboa a uma abordagem psico-histórica positiva e integradora” in *ECOS*, vol. 3, Número 2, 2013, pp. 247-266.

Nightingale, Florence, *Notas Sobre Enfermagem*, Loures, Lusociência, 2005.

Nogueira, Manuel, *História da Enfermagem*, 2ª edição, Porto, Salesianas, 1990.

Nunes, Lucília, *Um olhar sobre o ombro: Enfermagem em Portugal (1881- 1998)*, Lisboa, Lusociência, 2003.

O Hospital de Todos os Santos in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. 3, nº 1, Lisboa, 1985, pp. 25-32. [Consultado em 10 de dezembro de 2014]. Disponível na [www:<URL:http://www.cdi.ensp.unl.pt/docbweb/multimedia/revsp1985-1/04-1985-1.pdf>](http://www.cdi.ensp.unl.pt/docbweb/multimedia/revsp1985-1/04-1985-1.pdf)

Ochoa, Rita, Sampayo, Mafalda, "A monumentalização do espaço urbano. O desenho da Praça do Comércio e a colocação da estátua de D. José I: um planeamento conjunto em representação do poder absoluto" in *Actas do II Seminário da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa. Palcos da Arquitectura*, vol. I, Lisboa, Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2012, pp. 394-403.

Olaechea Labayen, Juan B., *Madrid y sus terremotos. La sismicidad de la capital de España y de su región, con referencia especial al terremoto de 1755*, Madrid, Instituto de Estudios Madrileños, 1980.

Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 240-275.

Oliveira, Francisco Xavier de, *Discurso patético sobre as calamidades presentes sucedidas em Portugal, seguimento do discurso patético, ou resposta às objecções e aos murmúrios que esse escrito sobre si atraiu em Lisboa, o cavaleiro de Oliveira queimado em effigie como herético*, Lisboa, Frenesi, 2004.

Oliveira, Ricardo de, “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII” in *Varia História*, vol. 26, nº 43, Belo Horizonte, 2010, pp.109-129.

Oliveira, Ricardo, *Sob os Auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a Prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento policopiada.

Osswald, Walter, *Sobre a Morte e o Morrer*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder” in Azevedo, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, vol. 2, 2000, pp. 135-185.

Paiva, José Pedro; Sá, Isabel dos Guimarães, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, A fundação das Misericórdias: o Reinado de d. Manuel I*, vol. 3, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004.

Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008.

Pardal, Sidónio, “A Baixa Pombalina: um marco na história da planificação das cidades” in *Comunicações das Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*, Lisboa, Câmara Municipal, 2004, pp. 20-27.

Pereira, Ana Leonor; Pita, João Rui, “Ciências” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 653-667.

Perrot, Michelle, *A História dos Quartos*, Lisboa, Teodolito, 2012.

Pessoa, Fernando, *O que o turista deve ver: What the tourist should see*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.

Pimenta, Tânia Salgado, “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX” in Chalhoub, Sidney (et al.), *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de História Social*, Campinas, Editora Unicamp, 2003, pp. 307-330.

Pinho, Fernando F. S., “Aspetos construtivos e funcionais das paredes divisórias na construção tradicional” in *Seminário Paredes 2011, Divisórias: Passado, presente e futuro*, Porto, 2011.

Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limitrofes, Parte I, Autoridade Nacional de Proteção Civil, [s.d.]. [Consultado em 3 de março de 2015]. Disponível na www: <[URL:http://www.prociv.pt/Documents/PEERS_AML_CL.pdf](http://www.prociv.pt/Documents/PEERS_AML_CL.pdf)>

Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Matosinhos, versão 3, Parte I, Câmara Municipal de Matosinhos, 2010, p. 1. [Consultado em 2 de março de 2015]. Disponível na www: <[URL:http://planos.prociv.pt/pages/plano.aspx?plano=616](http://planos.prociv.pt/pages/plano.aspx?plano=616)>

Plano Municipal de Emergência de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Proteção Civil, 2012. Versão para consulta pública. [Consultado em 2 de março de 2015]. Disponível na www:<[URL:http://www.equipa-ecre.org/PMEPC-CMLisboa.pdf](http://www.equipa-ecre.org/PMEPC-CMLisboa.pdf)>

Poirier, Jean-Paul, “The 1755 Lisbon disaster, the earthquake that shook Europe” in *Cambridge University Press, European Review*, nº 14, 2006, pp. 169-180.

Ramos, Anabela, “A alimentação dos criados no Mosteiro de Tibães – sécs. XVII-XVIII” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra, *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 29-38.

Ramos, Luis A. de Oliveira, “Do Hospital Real de Todos os Santos à História Hospitalar Portuguesa” in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. X., Porto, 1993, pp. 334-350.

Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2007.

Ramos, Luís; Lourenço, Paulo B., “Análise das Técnicas de Construção Pombalina e Apreciação do Estado de Conservação Estrutural do Quarteirão do Martinho da Arcada” in *Engenharia Civil*, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2000, pp. 35-46.

Ramos, Rui (coord.); Sousa, Bernardo Vasconcelos; Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

Rasteiro, Alfredo, “João Rodrigues de Castelo Branco e a solidariedade médica na luta contra a doença e a morte” in *Medicina na Beira Interior da Pré História ao século XIX*, Castelo Branco, António Salvado, 1989.

Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro, Decreto-Lei nº 161/96, 4 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 104/98 de 21 de Abril).

Reis, João José, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Reis, Lysie, “Os Homens Rudes e Muito Honrados dos Mesteres” in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. IV, Porto, 2005, pp. 235-259.

Resende, Maria Leônia Chaves de; Silveira, Natália Cristina “Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso das práticas médicas nas Minas Gerais oitocentista” in *História Unisinos*, vol. 10, Nº 1, 2006, pp. 5-13.

Ribeiro, A.; Mendes-Victor, L.; Cabral, J.; Matias, L.; Terrinha, P., “The 1755 Lisbon earthquake and the beginning of closure of the Atlantic” in *European Review*, nº 14, Cambridge University Press, 2006, pp. 193-205.

Ribeiro, Arilda Inês Miranda, *Vestígios da educação feminina no século XVIII*, São Paulo, Arte & Ciência, 2002.

Ribeiro, Márcia Moisés, “Nem nobre, nem mecânico, a trajetória social de um cirurgião na América Portuguesa do século XVIII” in *Almanaque braziliense* nº 2, Universidade São Paulo, 2005, pp. 64-75.

Rijo, Delmira, “História, sociedade e família em Santa Justa antes do grande terramoto de 1755: o Palácio de Cadaval e o Hospital Real de Todos os Santos” in *Rossio estudos de Lisboa*, nº 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Oliponenses, pp. 62-85.

Ripley, Amanda, *The unthinkable: who survives when disaster strikes and why*, New York, Three Rivers Press, 2008.

Rodrigues, Ana Paula Gato R. Polido, *Da assistência aos pobres aos Cuidados de Saúde Primários em Portugal: o papel da Enfermagem 1926-2002*, Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento policopiada.

Rodrigues, António Luís da Costa, “Boticários e Físicos na Lei Administrativa Portuguesa” in *Noticias Farmacêuticas*, Coimbra, Tipografia Alcobacence Lda., 1942.

Rodrigues, Matias, *Vida do padre Gabriel Malagrida*, Belém (Pará- Brasil), Centro de Cultura e Formação Cristã da Arquidiocese de Belém, 2010.

Rodrigues, Teresa Maria F, “As crises de mortalidade em Lisboa séculos XVI a XIX) – Uma análise global” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII, 2, Bilbao, 1995, pp. 45-74.

Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX” in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 391-401.

Rodríguez de la Torre, Fernando, “Efeitos do terremoto 01 de novembro de 1755, em localidades do atual província de Albacete” in *Al- Basit Magazine*, Nº 7, Albacete 1981, pp. 86-125.

Rodríguez-Vidal, J.; Cáceres, L.; Abad, M.; Ruiz, F.; (et al.), “The recorded evidence of AD 1755 Atlantic tsunami on the Gibraltar coast” in *Journal of Iberian Geology*, North America, 37, 2011, pp. 177-193.

Roger, J.; Baptista, M. A.; Sahal, A., (et al.) “The Transoceanic 1755 Lisbon Tsunami in Martinique” in *Pure & Applied Geophysics*, vol. 168, 2011, pp. 1015-1031.

Rohe, Mies van der, “Princípios orientadores para a educação na arquitetura” in Blaser, Werner; Rohe, Mies van der, *A arte de estrutural*, Zurique y Stuttgart, Publicações de Arquitetura 1965, pp. 50-51.

Rollo, Maria Fernanda, “Dimensões e réplicas intemporais do Terramoto de 1755” in *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, II Série, nº 89, 2005, pp. 86-88.

Rousseau, Jean-Jaques, *Voltaire: o Desastre de Lisboa seguido de carta a Voltaire*, Lisboa, Frenesi, 2005.

Sá, Isabel dos Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação de cuidados médicos no período moderno” in *Congresso comemorativo do V centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*, Actas, Évora, Hospital do Espírito Santo, 1996, pp. 87-103.

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, “A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600)” in *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia: Sociedade e Cultura*, vol. 11, Instituto Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998, pp. 31-63.

Sá, Isabel dos Guimarães, “Misericórdias, Portugueses e Brasileiros” in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 117-133

Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

Sá, Isabel dos Guimarães, “A fundação das Misericórdias e a rainha D. Leonor (1458-1525): uma reavaliação” in *II Jornadas de estudo sobre as Misericórdias, As Misericórdias Quinhentistas*, Actas, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 15-33.

Sá, Isabel dos Guimarães, “As famílias e os indivíduos, As crianças e as idades da vida” in Mattoso, José; Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal, A idade Moderna* Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 71-95.

Sacadura, Costa, *A Enfermagem: missão espiritual pelo amor do próximo*, Separata de “O Médico”, nº 138, Lisboa, Tipografia Sequeira, 1954.

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Método para aprender e estudar a Medicina*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003.

Santos, António Cesar de Almeida, “Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador” in *Topoi Revista de História*, V, n.22, Rio de Janeiro, 2011, pp. 75-95.

Santos, Eugénio “Pombal e os Oratonianos” in *Camões: revista de letras e culturas lusófonas*, n.º 15-16, Lisboa, Instituto de Camões, 2003, pp. 75-86

Santos, Maria Helena Carvalho dos, *Pombal Revisitado*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1984.

Santos, Piedade Braga; Rodrigues, Teresa; Nogueira; Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996.

Saraiva, Rute, “A abordagem comportamental do direito e da economia das catástrofes naturais” in Gomes, Carla Amado; Saraiva, Rute Gil, *Actas do colóquio, Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013, pp. 95-108.

Saussure, César de, “Cartas Escritas de Lisboa no ano de 1730” in Brandão, José, *Este é o reino de Portugal*, Lisboa, Editora Saídas de Emergência, 2013, pp. 111-123.

Schwarcz, Lilia Moritz; Azevedo, Paulo César de; Costa, Angela Marques da, *A longa viagem da biblioteca os reis - Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, Lisboa, Companhia das Letras, 2002.

Seabra, João, “A teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na tentativa teológica do Padre António Pereira de Figueiredo” in *Lusitana Sacra*, 2ª série, 7, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 1995, pp. 359-402.

Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal: O Homem; o Diplomata e o Estadista*, Lisboa/ Oeiras /Pombal, Câmara Municipal de Lisboa/ Oeiras/ Pombal, 1982.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de história*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

Silva, Helena da , “O Nascimento das Escolas de Enfermagem em Portugal (finais do século XIX)” in *Noroeste, Revista de História, Actas do Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pp. 749-756.

Silva, Helena Sofia Rodrigues Ferreira da, *Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1955)*, Braga, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, 2010. Tese de Doutoramento policopiada.

Silva, Helena da; Vieira, Francisco, “Antecedentes da Formação de Enfermagem no Porto (1855-1883)” in *Pensar Enfermagem*, vol. 17, Nº 2 , 2013, pp. 35-43.

Silva, Paulo Neves, *Citações e Pensamentos de Friedrich Nietzsche*, Alfragide, Casa das Letras, 2009.

Soares, Maria Isabel, *Da Blusa de Brim à Touca Branca, contributo para a história do ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1980)*, Lisboa, Educa, Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997.

Sousa, Fernando, *A população portuguesa no início do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979. Tese de Doutoramento policopiada.

Subtil, José Manuel, “Os poderes do Centro” in Mattoso, José (dir.); Hespanha, António Manuel, *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 157-271.

Subtil, José Manuel, *O terramoto político (1755-1759) Memória e poder*, Lisboa, Edial – Universidade Autónoma Editora, SA, 2006.

Subtil, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, Edial, 2010.

Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *Actores, Territórios e Redes de Poder, Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Curitiba, Juruá Editora, 2011.

Subtil, José Manuel, “D. José: A herança e a mudança política” in Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al.), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, pp. 203-238.

Tavares, Maria José Ferro; Amador, Filomena; Pinto, Manuel Serrano, “O terramoto de Lisboa de 1755: Tremores e Temores” in *Cuadernos Dieciochistas*, 6, Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, pp. 43-77.

Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

Téllez Alarcia, Diego, “El impacto del terremoto de Lisboa en España” in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luís; Monteiro, Nuno Gonçalo; Walter, Rossa; Serrão, José Vicente, *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 77-95.

Terra, António, “Trauma das Extremidades” in Nunes, Fernando; Martins, António Gabriel (coord.), *Manual de Trauma para apoio ao Curso de Abordagem Integrada do Traumatizado para Enfermeiros*, 5ª edição, Loures, Lusociência, 2009, pp. 93-100.

Tomaz, Fernando, “As finanças do Estado Pombalino: 1762-1776” in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, pp. 355-388.

Torgal, Luís Reis, “Acerca do significado de Pombalismo” in *Revista de História das Ideias*, n.º 4, 1982, pp. 7-17.

United Nations, *Disaster Preparedness for Effective Response, Guidance and Indicator Package for Implementing Priority Five of the Hyogo Framework, Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the resilience of nations and communities to disasters*, New York and Geneva, 2008.

Vicente, Ana, *As mulheres Portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (Séculos XVII, XVIII e XIX)*, Lisboa, Gótica, 2001.

Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012.

Vieira, Margarida, *Ser Enfermeiro, da compaixão à proficiência*, Lisboa, Universidade Católica, 2009.

Vigarelo, Georges, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

Vovelle, Michel, *Mourir autrefois attitudes colectives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*, Paris, Gallimard, 1974.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ANALOGIA ENTRE UM PLANO DE EMERGÊNCIA E O SOCORRO EM 1755

Seguem-se três quadros onde tentamos, esquematicamente, e à semelhança dos nossos dias, demonstrar como se processou o socorro.

ENQUADRAMENTO GERAL

OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos do terramoto; • Definir orientações relativamente ao modo de atuação das diferentes instituições/organismos intervenientes; • Coordenar as ações a desenvolver; • Coordenar as ações de apoio; • Minimizar a perda de vidas e bens; • Restabelecer o mais rapidamente possível as condições de normalidade.
------------------	---

ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

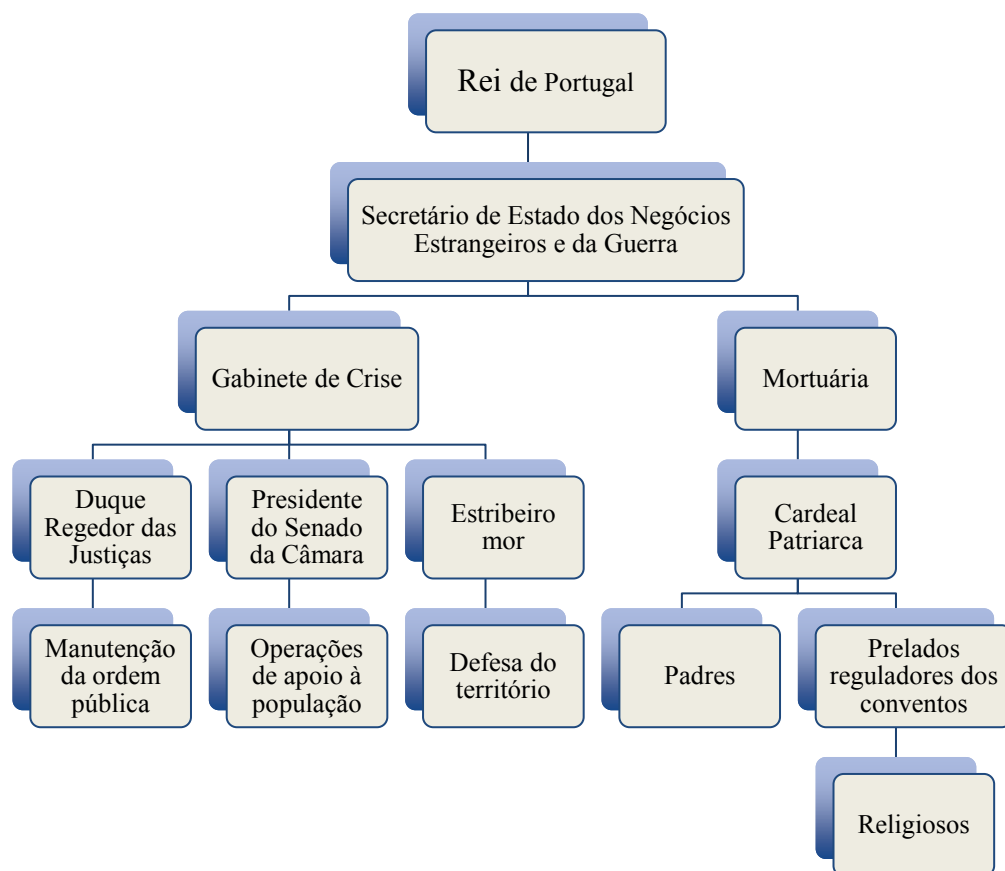
Responsável pelo comando das operações de proteção civil	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra - Sebastião de Carvalho e Melo
Gabinete de Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Senado da Câmara – Marquês Alegrete • Regedor das Justiças - Duque de Lafões • Estribeiro-mor – Marquês de Marialva
Ajuda com a mortuária	<ul style="list-style-type: none"> • Cardeal Patriarca - D. Manuel da Câmara • Prelados Reguladores dos Conventos de Lisboa

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	<ul style="list-style-type: none"> • Visita dos locais mais atingidos, para avaliação dos pontos críticos. • Emitidos decretos, avisos e ordens. • Convocados os Regimentos de Infantaria de Setúbal, Cascais e Dragões de Évora. • Reforço do Aparelho Judicial com envio dos Desembargadores para os bairros de Lisboa.
LOGÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Interrompido o pagamento de imposto sobre o peixe vendido, de Belém a Santarém. • Colocados editais sobre os preços dos comestíveis a fim de evitar a especulação. • Recolha da farinha e de outros comestíveis das terras das duas margens do Tejo. • Recolha dos comestíveis disponíveis em armazéns e navios para se distribuíssem de forma ordeira pelo povo. • Convocados todos os pedreiros e padeiras para o fabrico de fornos e pão. • Distribuídos alimentos primeiramente pelos que trabalhavam na recuperação da cidade. • Colocado cordão militar à volta de Lisboa impedindo a fuga da cidade. • Construídas barracas para os desalojados. • Utilizados panos dos armazéns reais e panos das velas dos navios da Ribeira das Naus, brin e lona das lojas de Lisboa e das casas de estrangeiros para a construção de abrigos.
COMUNICAÇÃO/ GESTÃO DE INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Aviso e divulgação de medidas de autoproteção à população. • Envio de cartas com resoluções do rei D. José. • Divulgadas ações de punição por infrações cometidas. • Colocados editais nas portas da cidade com informações sobre como proceder para recuperar bens roubados que tivessem sido encontrados.
PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de barracas para os desalojados em locais menos afetados pelo terramoto (áreas de refúgio).
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenado ao Marquês Estribeiro Mor, Marquês de Abrantes e ao General de Artilharia que fazendo uso das tropas, zelasse pela segurança do povo de Lisboa. • Executados os ladrões apanhados em flagrante delito. • Executados os ladrões através da força onde ficavam em exposição. • Detidos os que profetizavam com o intuito de saquear as casas abandonadas, com medo das profecias. • Colocados os desocupados a trabalhar nas obras públicas. • Interditado o pagamento de salários mais avultados às pessoas com ofícios úteis como “ofícios mecânicos ou homens de trabalho”. • Interditado o pagamento superior ao efetuado antes do terramoto na compra de casas que resistiram à catástrofe.

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DAS VÍTIMAS	<ul style="list-style-type: none"> • Convocados médicos, cirurgiões e enfermeiros para tratar dos feridos que se encontrassem em casa de religiosos. • Uso de fármacos e farmácia do hospital. • Pedido de ajuda à população para que auxiliassem as equipas médicas. • Erguidos hospitais provisórios no Mosteiro de São Bento, Casa dos Almada, Rossio e Portas de Santo Antão.
SOCORRO E SALVAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Deitados os feridos sobre camas de folhas. • Disponibilidade de sustento e habitação pelos proprietários de casas no campo. • Disponibilidade de terrenos por parte dos nobres com palácios fora de Lisboa para que os mais necessitados as ocupassem. • Ajuda no resgate das vítimas por parte D. João de Bragança e Monsenhor Sampaio • Envio de camas dos armazéns da Artilharia do Reino para as cadeias. • Envio de fármacos e alimentos para as cadeias.
SERVIÇOS MORTUÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Início da sepultura das vítimas ao terceiro dia pós terramoto. • Convocados artífices no sétimo dia para ajudarem na sepultura aos mortos. • Ajuda na sepultura de cadáveres pelas religiosos que saíram dos conventos. • Ajuda na sepultura de cadáveres por Monsenhor Sampaio • Envio de cadáveres em embarcações para que as mesmas fossem afundadas ao largo.
AUXÍLIO PSICOLÓGICO / ESPIRITUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio espiritual prestado por religiosos, por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa. • Colocados altares portáteis nos campos para a realização das missas. • Abertura das portas dos conventos e mosteiros de todas as congregações de religiosas para a recolha e alimento de centenas de famílias. • Efetuada promoção pelos padres junto dos povos para procissões de Ação de Graças, penitências públicas e particulares, confissões e demais atos de virtudes. • Enviadas pela cidade as religiosas do Convento de Nossa Senhora de Belém para que, juntamente com confessores, ministrassem os sacramentos aos moribundos. • Pregada a religião por muitos leigos, inclusive mulheres.
APOIO INTERNACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Envio pela corte espanhola de uma importante contribuição económica tendo sido autorizada por decreto real, a abolição de direitos aduaneiros com Portugal para frutas e outros produtos, incluindo gado, nas fronteiras da Extremadura, Castela e Galiza. • Envio pela corte inglesa de seis barcos com instrumentos para ajudar na reconstrução da cidade, uma importante soma em dinheiro, carne, manteiga, biscoitos, arroz, farinha e cereais. • Oferta de ajuda inespecífica pelo monarca francês, ficando à espera que Portugal solicitasse ajuda específica, mas que nunca se chegou a concretizar.

APÊNDICE 2 – ORGANIGRAMA DO SOCORRO EM 1755



ANEXOS

ANEXO 1 – INFORMAÇÕES DOS PÁROCOS RELATIVAS ÀS CONSEQUÊNCIAS DO TERRAMOTO DE 1755 – CONCELHO DE MIRA

“Satisfazendo ao que V. Excia me determina na forma que S. Magestade ordena a respeito do terramoto do primeiro de Novembro do anno passado, e de tudo mais que se contem nos interrogatórios q. recebi direi o q. presenciei, comais q. alcancei por informações que tirei.

Estando eu no confessionário no sempre memorável e nunca esquecido dia do primrº de Novembro do referido anno de 1755 pellas nove horas e meya da manham senti tremer o dito confessionário q fica na parte do Norte e foi crescendo com tal vehemencia o tremor q o mesmo confessionário quase caia com os toques da parede da igreja que o impurrava para dentro: a Igreja parecia q estava no ar porque uma vez se inclinava toda para uma parte, outra vez para outra, de sorte que quando sai do dito confessionário me não podia ter em pé pelo muito que estava inclinada huma parte.

Dava a madeira taes estallos q. metia pavor as alampadas quasi q. chegavao de huma parede a outra os poyais ou assentos, q estão encostados as paredes da igreja pella parte de fora com a banda do sul, se afastavao dellas tanto q tendo os ditos acentos de altura dois palmos e meyo tão somente bem cabia a vontade entre eles e as ditas paredes hum mão e dispois ficou outra vez unida como dantes: o ar torvou-se fazendo-se ao modo de amarelo; as agoas que estavao pella rua saltavam para dar aleileijavao: humas com outras, com cujo tempo fugiu o povo para a igreja com grande pranto e alarido e esquecidos nos todos do perigo em que estvamos se a Igreja cahice. Nos lembramos de clamar ao Ceo pedindo a Deus nos acudisse valendonos com isso do poderoso Patrocinio de Mª Santissima Senhora Nossa, a q. m recorremos contandolhe a Ladainha e Salve Rainha e outras orações q. excitava a devoção e pedia a necessidade: durou o dito Terremoto ate as des horas; as onze tornou a repetir com a mesma fortaleza mas de pouca duração porq em coanto fis ostentação do Santissimo Sacramento às pessoas q. estavao para comungar.

A capela ou antiga Igreja da Milagroza Immage do Glorioso Apostolo S. Thome nosso padroeiro, q. fica alguma cousa direita desta Villa em huma planície q. antigamente forao campos que se cultivarão tremeu tanto q. huma campainha que esta em huma linha della, tocou por si com o dito tremor; as colunas dos altares q. são de pedra estalarão. Nas quinas dos capiteis pela parte de baixo porem nao houve mais ruina alguma. Nas outras Igrejas se entortou uma crus q. esta no remate da capela mor desta Igreja.

Sentiu-se do mar para a terra ou do poente para Nascente debaixo do chão ; hum hurro ou estrondo ao modo de hum grande fogo, q. esta muito ateadado e com grande força.

Não houve nesta freguesia ruina alguma nem nella por causa do dito Terremoto morreo pessoa alguma; nem nela há edificio algum notável, se não Igreja, q. he hum dos melhores templos deste Bispado.

Pellas onze horas da manham pouco mais ou menos a agoa do mar huma com outra e encontrando-se a que hia de fora com agoa vinda de dentro se alteravao e enfureciao tanto que se levantava mais do q a terra, e pondo –se como socegado se le ouvia hum grande urro e saindo-se pella terra fora passou o seu ordinário limite 270 passos e tornando-se a recolher, ficava em seco mais de 350 passos além das suas costumada descida, em cuja subida e descida havia de estar meya hora pouco mais, ou menos, q varias pessoas que estavao a pescar estiverao a observar todos estes movimentos.

Hum rio q. vem dos bem nomeados olhos da Fervensa e de outras mais partes, que passa por diante das portas da villa me distancia de hum tiro de bala com o nome de Veya Leal, q. parte qdo chega a decantada lagoa de mira onde entra pella parte de sul esteve seco algum tempo e agora tomou outra corrente pelos pousios e áreas.

A dita celebre e bem afamada e conhecida Lagoa de Mira, ferveo tanto q. impolando as agoas com o ar quebrava o na borda da mesma Lagoa como se fossem as ondas do mar saindo fora do seu costume mais de vinte passos: à volta della pella parte do Norte, Poente e Sul rebentarao em mtas partes bulções de agoa que parece deviao vir do centro da terra, porque traziao terra negra, area branca e negra e metendo-se-lhe huma vara por mais alta q fosse nunca chegava ao fundo e o mesmo succedeo am varias partes desde a dita Lagoa ate o lugar da Ermida da mesma freguesia que fica dista meya legoa q so durarao todos, o tempo q durou o terremoto e dispois secarão. Mas inda hoje metendo-se-lhe uma vara passados dois ou três palmos por sima, q esta já mais dura se submerge toda , o q vi e presenciei em dous q. rebentarao nos pousios de S. Thome.

Em algumas partes junto da mesma Lagoa a terra se submergiu por outras junto della, se nao pode andar em partes vinte passos, em partes 30 em outras 40 por estar a terra no ar e balofa, de sorte q andando uns homens a pescar, dous se hiam submergindo, e se se les nao acudisse sim secederiaio, e hinda se presentes esta da mesma sorte e em partes a terra se abriu em gretas.

Hindo um carro junto da mesma Lagoa com moenda para uns moinhos q estão perto do mar e onde chamao a Videira; assim os bois sentirão tremer a terra e q esta se hia submergindo, fugirao para uma valeira de área aonde escaparao. Com uma menina de doze anos, e os bois alguns dias nao comerao.

Em muitas partes hindo para o mar que fica distante desta villa huma legoa, e da Lagoa boa meya legoa, pellas covadas das áreas se abrirão em muitas partes bugueiros pelos quais saia agoa em bulções.

Em um campo andavao dous homens apascentando os seus bois, e estando hum ascentado e outro em pe, o q estava em pe caiu, e o q estava ascentado saltou com o dito Terremoto, e os bois ficarão pasmadas e esmorecidos e alguns dias nao comerao.

Ha nesta freguesia além da sobredita Lagoa de Mira outra Lagoa chamada Lagoa de Portomar e com o tremor se levantou a agoa mais de duas braças, o q observarão alguns curiosos q estavao a espera da (...) e a terra junto da mesma Lagoa da parte do Norte se submergiu mais de vinte passos e a Poente sete passos e toda a roda se abriu em gretas e ficou balofa mais de quarenta passos de modo se nao pode andar por junto della porque submerge a pessoa q o fizer, e metendo-se-lhe uma vara por mais comprida que seja se some; e no meyo ferveo tanto, q quasi se via por sima da agoa a lama.

Avista destes ameaços da Divina Justiça entrei logo com o povo a fazer preces a deus, pregando missas por coatro vezes além das varia praticas q fazia: fizemos nesta freguesia devotíssima porcissoes de penitencia o q se corroborou mais com huma ordem, q mandou o Muito Amado Senhor Superior deste Bispado, em que mandava se fizessem preces nos dias com o sacrário aberto e se dissesse nas missas a oração pro tempore Terremotus e q se satrises com muitas devoções e lágrimas e com mta frequência de confissões, q mtos dias estive nellas ocupado ate o solposto.

Em todos os lugares desta freguesia se canta ladainha a N. S. todos os dias e tomando os inocentes meninos nesta villa por sua conta aplacar a ira de Deus com as suas preces, mtas vezes de noite fariao as as suas procissões de Penitencia a imitação do q virão, cantando huns a ladainha, outros acoutando-se e outros com madeiros as costas mayores do q as suas forcas lhes permitia, servindo-lhes de guia a Sta crus e entre ruas as lanternas q os acompanhava, levava hum deles com mta devoção.

No primeiro sermão de preces e de penitencia q preguei, se notou q repetindo o lastimoso citado em q se achava a sempre lamentável e memorável Cidade de Lisboa tremeu a terra.

Na noite de onze para doze de dezembro durante o anno de 1755 das 4 para as 5 horas depois da meya noite tremeu a terra fortissimamente, mas foi de pouca duração o remor. O mesmo se sentiu na noite de 13 para 14 de janeiro deste presente anno de 1756 da meya noite para a huma hora. Outros mtos mais houverao de q nao pode dar relação a fim de serem breves como por nao fazer memoria deles nem causarão mais efeito algum que os sobreditos.

Nao ha nesta freguesia

Tem esta freguesia 2219 pessoas segundo consta do rol dos confessados; a saber mulheres ate a idade de sete annos mil cento e setenta, homens ate idade de sete annos mil e quarenta e nove.

Não se experimentou nesta freguesia falta de mantimentos por se socorrer dos circunvizinhos nem nela houve incendio algum.

He o que posso relatar dos efeitos do Terremoto desta freguesia e dizer dos itens que recebi: Lanceme V. Excia a Sua Bensão q mto desejo receber.

Mira 20 de mayo de 1756

De V. Excia Mma

Subdito mais humilde subdito

O vigário Thome Nunes Pr. De Resende”¹⁰²⁶

Seguem-se os originais digitalizados.

¹⁰²⁶ ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 638, fls. 380-388.

49
mo B^{ma} Sr^o
Ac. N. Sr^o

~~Concedido~~
vila, cone,
Hias
Coimbra

53 pad.
cum. de
Coimbra



12
satisfazendo ao q^o V. Ex^{ca} B^{ma} me determina
Na forma q^o S. Alay. q^o Di. q^o ordena a respeito do Ter
remoto do prim^o de Novembro do anno proximo passado
E de tudo o mais q^o se cont^{em} No Interrogatorio q^o recebi
drei o q^o precencia, Comais q^o alcaidei por informaco-
es q^o tirei. Estando eu No Confessionario No Semp^{re}
Memoravel e Nunca esquecido dia do prim^o de Novembro
do referido anno de 1765 pelas Nove Horas, e meya
da Manha, senti tremor od^o Confessionario q^o fizeo q^o a parte
do Norte, e foi crecendo com tal velemencia o tremor q^o o mo
mo Confessionario quasi calia com os toques da parede da
Igr^o q^o se impunha q^o dentro: a Igr^o parecia q^o estava No
ar porq^o euma ves se inclinava toda q^o euma parte outra
ves para a outra de sorte q^o q^o Sali do^o Confessionario
Meu: podia ter Empe^o pello M^o q^o estava inclinada q^o e
ma parte. Davra a Madeira tao e taller q^o Meia par^{te}
a Allampadas quasi q^o e q^o de euma parede a outra

os Jazais, ou acentos, q' são encostados as paredes da Igreja pella p.
 de fora q' abonda do sul, de appareião dellas tanto q' tendo os
 acentos de altura de ou palmos, e Mayo taí domo sem cabia d'ou-
 tade Entre ellas e as ditas paredes Euma Mas e d'isso ficou
 outra via unida como dante: o ar tornou-se fazendo-se ao Mas
 de amarello: as aguas q' estavam pella Rua Saltava q' era ex-
 ceijada. Euma com outras, em cujo tempo fugio o povo q'
 a Igreja com grande pranto e alarido e esquecidos Nos termos
 do perigo em q' estavam sea Igreja cabice Nos lembramos
 do de Namor do Ceo pedindo ao Deus Nos acudirte, Valendnos
 q' isto do poderoso Sacramento de M.^a Sanctissima d'ou Nossa,
 a q' m' recurremos Cantando-lle e ladando e Silva d'ou, e ou-
 tras orações q' excitava a devoção Expedia a Necessidade
 duvou o d' Terremoto ate as dez Horas as onze tornou a depu-
 tir com a Mesma fortaleza Mas de pouca duracao, por q' logo
 a de em coanto foy a ostensao do Sanctissimo Sacramento adpi-
 sos q' estavam q' Cimmaragar.

A Capella ou antiga Igreja da Milagrosa
 Imagem do Glorioso Apóstolo S. Pedro, Nossa Senhora q' fica
 alguma casa d'ou desta Villa em Lima planice q' antigamente



fora campos q' de sulvaras tremu tanto q' Euma camparda
 Esta em Euma linla della, eoco por di Com al tremor, as Co-
 lunas dos altaris q' dai de pedra e calvaras Nas quinas dos Ca-
 piteis pella parte de baixo povem Nas Euvre Mais Quina al
 quina Nas d' foz. e do Seentovto Euma Cruz q' esta No lona-
 te da Simila da Capella Mor desta D'.

Sintrose do Mar q' a terra ou do Pontes do Ma-
 cente por de baixo do clao, Eum Urro ou estrondo do Mado
 de Eum grande fogo, q' esta M. ateadado e em grande foz.

Nas Euvre Nesta freg. Quina alguma Nem Nella por
 Causa do d. Terremoto Marres pehor alguma; Nem Nella E
 Edificio algum Notavel, Serai. a D' q' e Eum dos Mello-
 res Templos deste D'.

Ellas onze Eras da Mandam pouco Mais ou Menos
 Serru pelujar a agoa do Mar Euma Com outra, e encontrando-
 se aque lra de fora com aq' Unla de dentro de altaras, e enfo-
 reciao tanto q' de levantava Mar dos aterra, e quando se como
 dogado de lra outra Eum grande Urro e d' d' d' se pella terra,
 Fora passou o seu ordinario de mte 270 passos e tornando-se
 a recolher ficava em Seco Mar de 350 passos alem da sua cui-

Custumada descida, emcujá subida, e descida e avria de pu-
tar Meva Era pouco mais, ou Menor, o q. repetia varias ve-
zes No discurso de Era e Meva pouco Mais, ou Menor, q. Va-
rias vezes, q. estava q. pescar e viverão observando todos estes
Movimentos.

Hum Rio q. vem do bem Nomeado Olhos da Ferrassa
e de outras Mais partes q. passa por diante das portas de S. Lo-
me distancia de hum tiro de bala com o nome de Veyta Real q. ponte
q. a. e agua adecantada foga de Oliva aonde entra pella parte
do sul e tem de seco algum tempo. Ca agua tãma outra corrente
pelloz povoados e areis.

A dita celebre e bem a famosa e conhecida foga de
Oliva, ferve tanto q. impellendo as aguas e as quebrando
na borda da mesma foga como se fossem as ondas do Mar
salindo fora do seu cunhamo Mais de vinte passos a lada della
pella parte do Norte, e vente e sul levantava em M. partes
bulloei de agua q. parece de vinho. Vir do centro da terra, porque
travão Terra Negra, areia branca e Negra, e Metendo nelle
Euma Vara por Mais alta q. seja Nunca e legava ao fundo, e
o mesmo succede em varias partes desde a dita foga ate o lugar
da

da Ermida de Sta. Maria, freg. q' fica dist. Moya Segor q' do du-
 rará todos, o tempo q' durou o terremoto, e depois se curará. Mas lin-
 da Eje Metendo nelle Euma Vara p' cada dois ou tres palmos por
 cima, q' esta ja mais dura se submerje toda, o q' vi e prezan-
 ciei. Em dous q' Ubentariao. Nos Povos de. Tome.

Em algumas partes junto da Mesma Lagoa a terra se
 submerjiu, por outras junto della, Senao pode andar em
 partes vinte passos, em partes 30 em outras 40 por estar a
 terra Noax, e balofa, de sorte q' andando Eum comens a pes-
 car, douz de diao. Submerjindo, e se se lles Nao acudisse ef-
 sim Succedoria, e ainda de presente esta da Mesma sorte
 e em partes a terra se abriu em gretas.

Estando Eum caviro junto da Mesma Lagoa com Ma-
 enda p' Eum Moirlos, q' estao perto do Mar a orda clamao
 a Videira, a s'ra q' os boi sentirao tremir a terra e q' esta de
 Eia submerjindo fugirao. E uma Valcira de areia, aonde es-
 caparao. Com Euma Mentna de daze annos, E os boi alguns
 dias Nao comerao.

Em M^{ta} partes Eindo p' o Mar, q' fica distante des-
 ta Villa Euma Lagoa, e da Lagoa boa Moya Segor, pellas covas
 das

M.^{to} D.^o de Jure de este D.^o de Jure, emj' Mandado de fuzfemo
 Precos Nove dias Com a Sacrisa aberta e de novo Nos missa a ora-
 cao pro tempore Terremotus a j. de Sacrifices com M.^{ta} devocao, e lagrimas,
 e com M.^{ta} frequencia de Confissao q.^{ta} dia e vive Nellas occupado a
 te o Solpoito.

Em todos os lugares della freg.^a de Santa e fadainda de N.^o m.^{to} to-
 dor os dias, Etomando os innocentes Meninos Nella Villa por sua conta
 aplacar a Ira de D.^o com seus precos, M.^{ta} Voz de Noite fuzrao as suas parti-
 cicas de lenit.^a a imitacao de q.^{ta} Viras, Cantando Eum a fadainda, outras
 a coutando se Coutos Com Madeiros as Costas maiores de q.^{ta} as duas for-
 cas l.^{ta} premita, servando de q.^{ta} a S.^{ta} Cruz fentre duas lanternas e
 as campanlars, Levra Eum delle com M.^{ta} devocao.

No primeiro de Maio de precos e de lenit.^a q.^{ta} pregui de Noite,
 q.^{ta} repetendo o lastimazo estado emj' de a clara a sempre lamentavel
 e Memoravel Cid. de q.^{ta} tremou a terra.

Na Noite de onze q.^{ta} doze de Dezembro do d.^o anno de 1755
 das 4 q.^{ta} as cinco horas depois da Maya Noite tremou a terra fortissima-
 mente, Mas foi de pouca duracao o tremor, o mesmo se sentiu Na
 Noite de 13 q.^{ta} 14 de Janeiro deste presente anno de 1756 da Maya
 Noite q.^{ta} alguma hora. Outras M.^{ta} Mais Eouvenai, de q.^{ta} de Naõ po-
 de dar Collocad. a firm por serem breves, como por se Naõ fazer Memorias
 delle

deller. Nem caídas. Mas de feito algum f. os Sobres.
 Vai. La Nesta freg. g. m. de Not. des. Nella se sentiu 12m.
 13 terremotos alguns. Nem f. Nella cauisse e feito algum.
 Tem esta freg. 2212 pessoas segundo conta do tal dos Confes-
 sados a saber Mulheres ate a id. de setenta annos Mil e cento e setenta
 Homens, ate a id. de setenta annos Mil e quatroenta e Nove.
 Não se expenra Nesta freg. falta de Mantimentos, por se
 de comur das circumdeanças. Nem Nella Coure incendio algum.
 Meoq. p. p. se vellatar dos feitos do Terremoto Nesta freg. edi-
 zer do Item f. Acubi. Lancime V. Ex. P. m. a sua S. Benico. que
 m. de ocajo Acubi.
 Di. 9.º av. Ex. P. m. ann.º Mira 2o de Mayo de
 1756.

De V. Ex. P. m.
 Subt.º Mano Emille Subt.º

Regorio Gomes Nunes P. de Peunde

ANEXO 2: MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 – ALDEIA DO BISPO, SABUGAL, 1758

O que se procura saber deste lugar de Aldeia do Bispo, pelos interrogatórios do bilhete junto hé o seguinte:

1: Em que provincia fica, a que bispado, comarca termo e freguesia pertence?

Interrogatorio primeiro: Hé provincia da Beira alta, Bispado da cidade de Lamego, hé Comarca de Castelo Branco, hé termo da Vila do Sabugal, hé freguezia de Sam Miguel Arcanjo.

2: Se é del-rei, ou de donatário, e quem o é ao presente?

Interrogatorio segundo: Hé del rei nosso Senhor.

3. Quantos vizinhos tem (e número de pessoas)?

Interrogatorio terceiro: Tem sessenta e oito fogos, pessoas duzentas e dez.

4. Se está situada em campina, vale, ou monte e que povoações se descobrem dela, e quanto distam?

Interrogatorio quarto: Esta situada por hum monte e dela nam se descobrem povoações algumas.

5. Se tem termo seu, que lugares, ou aldeias comprehende, como se chamam, e quantos vizinhos tem?

Interrogatorio quinto: Nam tem termo.

6. Se a Paróquia está fora do lugar, ou de dentro dele, e quantos lugares, ou aldeias tem a freguesia, todos pelos seus nomes?

Interrogatorio sexto: A paróquia está para a parte do Nascente, cem passos fora do povo, e nam tem lugares nem aldeias.

7. Qual é o seu orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem Irmandades, quantas e de que santos?

Interrogatorio sete: O orago hé Sam Miguel Arcanjo; a igreja tem três altares. Ho principal hé do Senhor Sam Miguel. Os colaterais, hé o da parte direita da Senhora do Rozário, o da parte esquerda hé do Menino Jezus, e nam tem naves.

8. Se o Pároco é cura, vigário, ou reitor, ou prior, ou abade, e de que apresentação é, e que renda tem?

Interrogatorio oito: Ho parochó hé Cura annual por apresentaçam do Reverendo Abbade de sam Joam da Villa do Sabugal, tem de porçam cincoenta e duas fanegas de centeio e duas de trigo.

9. Se tem beneficiados, quantos, e que renda tem, e quem os apresenta?

Interrogatorio nove: Nam tem beneficiados.

10. Se tem conventos, e de que religiosos, ou religiosas, e quem são os seus padroeiros?

Interrogatorio dez: Nam tem Comvento Nenhum

11. Se tem hospital, quem o administra e que renda tem?

Interrogatorio onze: Nam tem Hospital

12. Se tem casa de Misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e que houver notável em qualquer destas cousas?

Interrogatorio doze: Nam Caza de miziricordia

13. Se tem algumas ermidas, e de que santos, e se estão dentro ou fora do lugar, e a quem pertencem?

Interrogatorio treze: Tem no meio do povo huma capela de Sam Gregório e nela está instituida a Irmandade das almas; tem outra capela; tem outra capela trinta passos fora do povo, para a parte do nascente, e hé do Senhor Santo Antam e ambas são deste povo.

14. Se acode a elas romagem, sempre, ou em alguns dias do ano, e quais são estes?

Interrogatorio quatorze: Á capela de Santo Antam no seo dia, a dez e sete de Janeiro, vem em romagem todos os annos, os moradores de Navas Frias, vem também em romagem a igreja deste povo todos os annos, no dia oito de Maio, os moradores do lugar dos Forcalhos, e os moradores de Aldeia Velha e os do lugar da Lagioza.

15. Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem em maior abundância?

Interrogatorio quinze: Os frutos que se colhem nesta terra hé pam centeio e algum linho.

16. Se tem juiz ordinário, etc., camara, ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra, e qual é esta?

Interrogatorio deseseis: Tem dois juizes espadanos chamados juizes do povo, sugeitos aos Juizes ordinários da Villa do Sabugal que dista desta três légoas para a parte Poente.

17. Se é couto, cabeça de concelho, honra ou behetria?

Interrogatorio desesete: Nam hé coito ou cabeça de concelho, nem honra, nem Behetria.

18. Se há memória de que florescessem, ou dela saíssem, alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas?

Interrogatorio desoito: Nam há memória que desta terra sahisseem homens insignes por Letras ou Armas.

19. Se tem feira, e em que dias, e quanto dura, se é franca ou cativa?

Interrogatorio desenove: Nam tem feira nenhuma.

20. Se tem correio, e em que dias da semana chega, e parte; e, se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra donde ele chega?

Interrogatorio vinte: Nam tem Correio e mais perto hé do cidade da Goarda que dista desta terra oito légoas.

21. Quanto dista da cidade capital do bispado, e quanto de Lisboa, capital do reino?

Interrogatorio vinte e hum: Dista desta terra a cidade de Lamego, capital deste Bispado, vinte e três légoas e a nobre cidade de Lisboa, capital deste Reino cincoenta e nove légoas.

22. Se tem algum privilégio, antiguidades, ou outras coisas dignas de memória?

Interrogatorio vinte e dois: Nam tem privilégios nem coisas dignas de memória.

23. Se ha perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas tem alguma especial qualidade?

Interrogatorio vinte e tres: Tem huma fonte trinta passos fora do povo para a parte Sul, corre todo o anno e nam tem especialidade; as suas águas servem tam somente para beber.

24. Se for porto de mar, descreva-se o sitio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir?

Interrogatorio vinte e quatro: Nam hé porto de mar.

25. Se a terra for murada, diga-se a qualidade dos seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se ha nela, ou no seu distrito algum castelo, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente?

Interrogatorio vinte e cinco: Nam hé murada nem praça de armas, nem tem castelo nem torre alguma.

26. Se padeceu alguma ruina no terramoto de 1755, e em quê, e se está reparado?

Interrogatorio vinte e seis: Nam padeceo ruina no terramoto do anno de mil setecentos e cincoenta e cinco.

27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório.

Interrogatorio vinte e sete: E nam há mais coiza digna de memória de que se faça mençam.

O que se procura saber dessa serra é o seguinte:

Nam faço mençam dos interrogatórios da Serra porque nos limites desta terra nam há Serra.

O que se pergunta saber do rio desta terra hé o seguinte:

1. Como se chama assim, o rio, como o sitio onde nasce?

Interrogatorio primeiro: Há nesta terra huma Ribeyra que chamam a Ribeyra de Aldeia do Bispo. Nasce no lemite desta terra, donde chamam o Val Longo, para a parte Sul.

2. Se nasce logo caudaloso, e se corre todo o ano?

Interrogatorio segundo: Nasce quieta e nam corre de veram.

3. Que outros rios entram nele, e em que sitio?

Interrogatorio terceiro: Nam entram nela rios alguns.

4. Se é navegável, e de que embarcações é capaz?

Interrogatorio quarto: Nam hé navegavel nem tem embarçaõins.

5. Se é de curso arrebatado, ou quieto, em toda a sua distância, ou em alguma parte dela?

Interrogatorio cinco: Nam hé de curso arrebatado.

6. Se corre de norte a sul, se de sul a norte, se poente a nascente, se de nascente a poente?

Interrogatorio seis: Corre de Sul para o Nascente.

7. Se cria peixes, e de que espécie são os que traz em maior abundância?

Interrogatorio sete: Cria somente alguns peixes chamados bordalos.

8. Se ha nela pescarias, e em que tempo do ano?

Interrogatorio oito: Nam há nela pescarias.

9. Se as pescarias são livres ou algum senhor particular, em todo o rio, ou em alguma parte dele?

Interrogatorio nove: São livres seus peixes para quem os quizer caçar, excepto Abril, Maio e Junho, e nam tem senhor particular.

10. Se se cultivam as suas margens, e se tem muito arvoredado de fruto, ou silvestre?

Interrogatorio des: Cultivam-se as suas margens, para nelas se colher pam centeio e tem algumas arvores silvestres.

11. Se tem alguma virtude particular as suas águas?

Interrogatorio onze: Só tem virtude a sua água para beber:

12. Se conserva sempre o mesmo nome, ou começa a ter diferente em algumas partes, e como se chamam estas, ou se há memória que em outro tempo tivesse outro nome?

Interrogatorio doze: Conserva o seu nome só dentro dos limites desta terra.

13. Se morre no mar, ou em outro rio, e como se chama este, e o sitio em que entra nele?

Interrogatorio treze: Dos limites desta terra entra para os da Lagioza, dista desta terra meia légoa, donde passa para Castela, de que nam tenho mais notícia.

14. Se tem alguma cachoeira, represa, levada, ou açudes que lhe embarvem o ser navegável?

Interrogatorio quatorze: Nam tem cachoeira, levada, nem repreza.

15. Se tem pontes de cantaria, ou de pau, quantas e em que sitio?

Interrogatorio quinze: Tem huma ponte de pao junto a esta terra para a parte do Sul.

16. Se tem moinhos, lagares de azeite, pisões, ou outro algum engenho?

Interrogatorio deseseis: Tem tres moinhos de moer pam centeio.

17. Se em algum tempo, ou no presente, se tirou ouro das suas areias?

Interrogatorio desesete: Nam há memória de que de suas areias tenha sahido ouro e prata.

18. Se os povos usam livremente das suas águas para a cultura dos campos, ou com alguma pensão?

Interrogatorio desoito: Uzam os moradores desta terra livremente de suas ágoas.

19. Quantas légoas tem o rio, e as povoações por onde passa, desde o seu nascimento até onde acaba?

Interrogatorio desenove: tem meia légoa de cumprida dentro dos lemites desta terra.

20. E qualquer coisa de notável que não vá neste interrogatório?

Interrogatorio vinte: Não há coisa digna de memória de que se possa fazer mençam.

Aldeia do Bispo, vinte e cinco de Mayo deste anno de mil e sete centos e cincoenta e outo annos.

O Cura: Antonio Gonçalves Bazilio¹⁰²⁷

¹⁰²⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 2, nº 17, fls. 153-156

174
 Villa de Vila do Sabugal 1743 744
 e tabella 174

Que se pergunta saber deste lugar de Aldeia do Bispo
 pelos Interrogatorios do Bilhete Junto he o seguinte

Interrogatorio primeiro He provincia da beira Alta Bispoado da Cidade
 Delamego He Comarca de Castello Branco he termo
 Da Vila do Sabugal he freguezia de Sam Miguel
 Arcanio

Interrogatorio segundo He del Rei novo Senhor

Interrogatorio terceiro tem sesenta e oito Fogos Pessoas Duzentas e des

Interrogatorio quarto Esta situada em hum Monte edela nam sedes cobrem
 povacois Algumas

Interrogatorio quinto Nam sem termo

Interrogatorio sexto A parochia esta para aparte do Nascente Cem passos
 Fora do povo Enam sem Lugares Nem Aldeias

Interrogatorio sete Orago He Sam Miguel Arcanio Igreja sem uez Alares
 Ho principal he Do Senhor Sam Miguel Os Colonnais
 He do parte Direita Da Senhora do Rosario Do parte
 esquerda he do Menino Jesus Enam sem Naves

Interrogatorio oito Ho paroco he Cura Anual Por Apresenta com do
 Reverendo Abbade De Sam Joam da Vila do Sa
 bugal tem de porcam Cincoenta e duas fanegas
 De centeio e seis de trigo

Interrogatorio nove Nam sem beneficiados

Interrogatorio dez Nam sem Convento Nenhum

Interrogatorio onze Nam sem Hospital

Interrogatorio doze Nam sem Casa de misericordia

Interrogatorio treze Tem no meio do povo huma Capela de Sam Gregorio e nela
 esta inscripta A hirmãdade das Almas sem Outra Capela
 trinta e duas para fora do povo para aparte do Nascente e he Do
 Senhor Santo Antam e ambas Sam deste povo

Interrogatorio quatorze A Capela de Santo Antam no seo dia A des e rese de Janeiro
 Vem em Romagem todos os Annos camoradores de Nazas
 Inias Vem tam bem em Romagem Igreja deste povo todos os annos

- No dia oito de Maio Os moradores do lugar dos Porcalhos Comarca
doras de Aldeia Velha e do lugar da Lagioza
- Interrogatorio quinze Os frutos que se colhem nesta terra he pão Centeio e Algum linho
- Interrogatorio dez e seis Tem dois Juizes Espadaos Chamaidos Juizes do povo Sugeitos
aos Juizes Ordinarios da Vila do Sabugal que dista desta terra
tres leguas para a parte do poente
- Interrogatorio dez e sete Nam he Coito nem Cabeça de Cencelho nem Honra nem Beania
- Interrogatorio dez e oito Nam ha Memoria de que desta terra Sahisem Homens Insignes por
letras Ouarmas
- Interrogatorio dez e nove Nam tem feira nenhuma
- Interrogatorio vinte Nam tem Centeio comais perto he Oda Cidade Paquarda que dista
desta terra oito leguas
- Interrogatorio vinte e um Dista desta terra A Cidade de Lamego Capital deste Bisgado Vinte e
tres leguas E a Cidade de Lisboa Capital deste Reino Cincoenta
e nove leguas
- Interrogatorio vinte e dois Nam tem privilegios nem Coisas Dignas de Memoria
- Interrogatorio vinte e tres Tem humo fonte trinta passos fora do povo para a parte do Sul Corre todo com
Enam tem especialidad de As suas Aguas Senam tom somente para beber
- Interrogatorio vinte e quatro Nam he porto de Mar
- Interrogatorio vinte e cinco Nam he Murada nem praça de Armas nem tem Castelo nem torre Alguma
- Interrogatorio vinte e seis Nam padeece Ruina no terremoto do Anno de Mil e setecentos e cinquenta e cinco
- Interrogatorio vinte e sete Enam ha Mais Coisa Digna de Memoria de que se faça Mercam

Nam Faco Mercam Dos Interrogatorios da Serra porquanto
nos limites desta terra Nam ha Serra

- O que se pergunta saber do Rio desta terra he o seguinte
- Interrogatorio primeiro Ha nesta terra humo Ribeira que Chamam Ribeira de Aldeia do Bispo
Nasce no limite desta terra onde Chamam Orel Longo para a parte do
Sul
- Interrogatorio segundo Nasce quera enam Corre de Veram
- Interrogatorio terceiro Nam entram nela Rios Alguns
- Interrogatorio quarto Nam he Navegavel nem tem Entarca coirs
- Interrogatorio cinco Nam he de curso Arrebatado

- Interrogatorio seis Concedo Sul para o nascente
- Interrogatorio sete Cria somente Alguns peixes Chamados bordalos
- Interrogatorio oito Nam ha nela pesquerias
- Interrogatorio nove Som Livres seus peixes para quem os quizer Cacar excepção Nihil
Maio e Junho enam tem Senhor particular
- Interrogatorio dez Cultivasse as suas Margens para nelas se Colher pam Centio em
Algumas Arbores silvestres
- Interrogatorio onze So tem Virude asua Agua para se beber
- Interrogatorio doze Conserva o seu Nome So dentro dos limites desta terra
- Interrogatorio treze Dos limites desta terra para os da Lagioza dista desta terra
meia legua donde para para Castela de que nam tenho mais noticia
- Interrogatorio quatorze Nam tem Ca Choira Levada nem Represa
- Interrogatorio quinze Tem huma ponte de pas junto a esta terra para apark do Sul
- Interrogatorio dezesseis Tem tres Molinos de moer pam Centio
- Interrogatorio dezesseite Nam ha Memoria de que de suas arcias tenha sahido Ouro opata
- Interrogatorio dezoito Usam os Moradores desta terra libre mente de suas aguas
- Interrogatorio dezoite Tem meia legua de Cunprida dentro dos limites desta terra
- Interrogatorio vinte Nam ha Coiza digna de memoria de que se para mais fazer
mencam

Feito do Bispo vinte e cinco de Maio desta anno de
Mil e setecentos e cinquenta e cinco anno

Curado
Antonio Gonzalez Baritoff